



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXVI SUP. A AO Nº 54, QUINTA-FEIRA, 23 DE DEZEMBRO DE 2021

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

Edição extraordinária

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Deputado Marcelo Ramos (PL-AM)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Deputada Rose Modesto (PSDB-MS)

3ª Secretária

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)
- 2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)
- 3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)
- 4º - Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Arthur Lira (PP-AL)

Presidente

Deputado Marcelo Ramos (PL-AM)

1º Vice-Presidente

Deputado André de Paula (PSD-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

1º Secretário

Deputada Marília Arraes (PT-PE)

2ª Secretária

Deputada Rose Modesto (PSDB-MS)

3ª Secretária

Deputada Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE)
- 2º - Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP)
- 3º - Deputado Alexandre Leite (DEM-SP)
- 4º - Deputado Cássio Andrade (PSB-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Diários

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Ata da 4ª Reunião de Audiência Pública Extraordinária, realizada em 17 de agosto de 2021. 4

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 e 10 de novembro de 2021. 9

1.2 – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS

Ata da 1ª Reunião, realizada em 31 de agosto e 14 de setembro de 2021. 15

Ata da 2ª Reunião, realizada em 8 de outubro de 2021 30

Ata da 3ª Reunião, realizada em 22 de outubro de 2021 76

Ata da 4ª Reunião, realizada em 27 de outubro de 2021 103

Ata da 5ª Reunião, realizada em 11 de novembro de 2021 118

Ata da 6ª Reunião, realizada em 19 de novembro de 2021 137

Ata da 7ª Reunião, realizada em 3 de dezembro de 2021 170

Ata da 8ª Reunião, realizada em 15 de dezembro de 2021 197

1.3 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

Ata da 1ª Reunião, realizada em 29 de junho de 2021 206

Ata da 3ª Reunião, realizada em 3 e 4 de novembro de 2021 221

Ata da 4ª Reunião, realizada em 12 e 16 de novembro de 2021 225





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**ATA DA QUARTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE
PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2021.**

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram conduzidos pela Senadora Rose de Freitas, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO. Esta reunião foi convocada para ouvir o Ministro de Estado da Educação, Sr. Milton Ribeiro, acerca do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022, em atendimento ao **Requerimento n.º 19/2021-CMO**, de autoria da Senadora Rose de Freitas, aprovado na 8ª Reunião Extraordinária da CMO, realizada em 11.08.2021 e subscrito pelos Deputados Adriana Ventura, Bosco Costa e José Guimarães, Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Adolfo Viana, André Figueiredo, Bosco Costa, Carlos Zarattini, Charles Evangelista, Coronel Tadeu, Daniel Almeida, Domingos Sávio, Eduardo Costa, Flávia Moraes, Genecias Noronha, Gilberto Abramo, Hugo Leal, José Guimarães, Luciano Ducci, Mário Negromonte Jr., Marx Beltrão, Osires Damaso, Paulo Azi, Sanderson, Sergio Souza, Uldurico Junior e Zé Carlos; - **Senadores titulares:** Angelo Coronel, Carlos Fávaro, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Rose de Freitas, Simone Tebet e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Aluisio Mendes, Caroline de Toni, Célio Moura, Célio Silveira, Danilo Forte, Delegado Marcelo Freitas, Domingos Neto, Dra. Soraya Manato, Gelson Azevedo, Juscelino Filho, Márcio Marinho, Ossesio Silva, Pedro Lupion, Rodrigo Coelho, Weliton Prado e Zeca Dirceu; - **Senador Suplente:** Esperidião Amin. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados : Alice Portugal, Aline Gurgel, Angela Amin, General Peternelli, Leonardo Monteiro, Lincoln Portela, Marcel van Hattem, Marreca Filho, Paulo Teixeira, Paulo Vicente Caleffi e Professora Dorinha Seabra Rezende. **ABERTURA:** às dez horas e cinquenta e três minutos, a Presidente, Senadora Rose de Freitas declarou iniciada a reunião, comunicou a finalidade da audiência pública e informou que a reunião ocorria de forma semipresencial, com a presença de parlamentares no plenário e também com a participação de forma virtual, através da plataforma zoom. Logo após, para melhor ordenamento dos trabalhos, a Presidente comunicou que, de acordo com o estabelecido no *art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal*, o Ministro disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que o permitisse. E conforme o estipulado no *art. 398, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal*, os parlamentares inscritos para interpelar o Ministro poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. Em seguida, usou da palavra o Senador Wellington Fagundes, Relator Setorial designado para a

SF/21637.12550-99





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Área Temática da Educação do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022 e o Deputado Carlos Zarattini, que prestou esclarecimentos aos convidados que estavam previstos a participar para atender ao Requerimento nº 16/2021 CMO, de sua autoria, cujo atendimento ocorreria também na presente reunião. A Presidente justificou que, nesta reunião, seria atendido apenas o Requerimento de nº 19/2021 CMO, tendo em vista a necessidade de um tempo maior para ouvir o Ministro da Educação em relação à Proposta de Lei Orçamentária Anual e assegurou uma nova data para ouvir os convidados requeridos pelo Deputado Carlos Zarattini. Em continuidade, A Presidente anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate, e transferiu a palavra ao Ministro de Estado da Educação, Senhor Milton Ribeiro, que discorreu sobre o tema, fazendo uso de projetor de multimídia. Encerrada a apresentação, a Presidente agradeceu a participação do Ministro e concedeu a palavra ao Senador Wellington Fagundes, que destacou o tema da conectividade nas escolas, que precisa de muito recurso e citou o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST, que pode ser utilizado. Também mencionou o recurso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb e sua importância. Ressaltou que é necessário promover a valorização do ensino profissionalizante e sugeriu que fosse promovida uma reunião com os Ministros de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia, para discutir o orçamento de forma que possam trabalhar em conjunto. Em seguida, o Deputado Carlos Zarattini informou ao Ministro que sua assessoria fez uma atualização de alguns dados do orçamento utilizando índices como o IPCA — no caso deste ano, utilizou a projeção do IPCA. Nesta atualização foi constatado que, em 2014, as despesas discricionárias do MEC chegaram a 48 bilhões de reais e que, neste ano, são de 20 bilhões de reais. A função Ensino Superior teve seu ponto alto em 2015, com 19 bilhões e 125, e hoje tem-se 9 bilhões. Na função Ensino Profissional, de 10 bilhões, em 2014, também, chegou-se agora a 2.537 bilhões, que é praticamente um pouco mais que um quinto do valor, motivo que gera preocupação. Sobre a melhor utilização dos recursos, citada pelo Ministro, o Deputado Carlos Zarattini considerou que, com tal redução, fica muito comprometido o funcionamento das Universidades e dos Institutos Federais. O Deputado Carlos Zarattini também expressou preocupação com o que foi colocado este ano para a educação de jovens e adultos pois chegou-se a ter mais de 1 bilhão de reais em 2011 para este fim. Depois esse valor foi reduzido, porém, agora chegou a um ponto em que se tem 9 milhões para a educação de jovens e adultos, programa que lhe pareceu estar completamente abandonado, e pediu que o Ministro detalhasse mais esse ponto. Mencionou, em seguida, a questão relacionada às obras inacabadas que foram citadas pelo Senador Wellington Fagundes, em virtude do corte gerado pelo teto de gastos e demonstrou espanto com o início de um novo programa de escolas militares exatamente quando se tem essa grande quantidade de obras inacabadas. Posicionou-se a favor de priorizar a conclusão das obras inacabadas e elogiou o Ministro acerca da proposta clara que apresentou em relação à educação conectada, demonstrando apoio à derrubada do veto relativo ao Fundo de Telecomunicações. A Presidente sugeriu estabelecer o critério de que o



SF/21637.12550-99





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ministro respondesse a cada bloco de três perguntas. A seguir, concedeu a palavra à Deputada Alice Portugal que discorreu sobre a necessidade de imunização ao coronavírus de toda a rede educacional. Com isso, espera-se que, em meados de outubro, todos os estabelecimentos de ensino estejam funcionando dentro dos regramentos e adaptações necessárias. Além disso, citou problemas estruturais como escolas que não possuem janelas nem oferecem ventilação adequada. Mencionou também o problema de contingenciamento no orçamento de 2021 que chegou a 2,7 bilhões de despesas bloqueadas após um ano de difícil enfrentamento à pandemia. Citou também os vetos feitos à Área da Educação na Lei Orçamentária Anual sancionada no mês passado que somam 1,1 bilhão e representam uma restrição em diferentes políticas da rede Federal. Na rede Federal, a Deputada Alice Portugal falou da ação de apoio ao desenvolvimento da educação básica, apoio à expansão, reestruturação e modernização das instituições, o comprometimento de programas de pesquisa, como as bolsas da CAPES, a Associação Nacional de Pós-Graduandos – ANPG, que tem se alarmado realmente com a situação; a assistência estudantil das instituições Federais de ensino superior e o apoio ao financiamento para limitação de orçamento para os serviços terceirizados e a dificuldade para a preparação do retorno ao presencial. A Deputada questionou o Ministro sobre como ele pretende enfrentar esse corte orçamentário e sugeriu que fosse pedida uma suplementação de recursos para o ano de 2021, porque senão pode-se ter um apagão nas instituições Federais. Ainda, em relação à Lei Orçamentária, a Deputada Alice Portugal defendeu que o ideal é que se tenha uma restituição deste contingenciamento para 2022. Ela expressou, também, grande preocupação com a assistência estudantil, que é gerida por decretos, e é extremamente necessária, especialmente para jovens Universidades e para os Institutos Federais pois estas escolas recebem alunos de faixa etária em torno dos quatorze anos que praticamente moram nestas instituições e que precisam de assistência psicológica e de alimentação adequada. Por fim, reforçou a necessidade da restauração do orçamento para a educação e a inevitabilidade de se obter uma suplementação para este fim. A seguir, falou a Deputada Dra. Soraya Manato, que indagou o Ministro em quanto tempo seria implementado o ensino básico em tempo integral. Manifestou também preocupação com o que diz respeito aos médicos residentes, cuja carga horária é intensa, com grande pressão psicológica e física, que pode causar-lhes depressão, e com sua remuneração, que muitas vezes é insuficiente para manterem-se em outras cidades. Em seguida, a Presidente passou a palavra ao Ministro de Estado da Educação, que respondeu aos questionamentos apresentados. Tendo em vista o grande número de oradores inscritos face ao pouco tempo restante para o término da reunião, a Presidente sugeriu que falassem os seis oradores restantes e que o Ministro os respondesse ao final. Passou então, a palavra ao Deputado Domingos Sávio, que teceu elogios ao Ministro e ressaltou a importância da gestão dos recursos destinados à Educação, sugeriu a simplificação da burocracia que atrapalha muitas vezes a implementação dos recursos e atrasa a conclusão das obras e também propôs a criação de um programa Federal especial de educação e acompanhamento de crianças e



SF/21637.12550-99





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

jovens em situação de risco. Citou também o ensino técnico e os institutos Federais para viabilizar profissões em áreas em que não há alternativa de ensino público e referiu-se ao FUST, ressaltando a necessidade de diálogo com a Área da Ciência e Tecnologia para buscar a solução deste problema. A seguir, o Deputado Danilo Forte fez elogios e agradecimentos ao Ministro. O Deputado Daniel Almeida usou da palavra e destacou a necessidade urgente de recomposição do orçamento para a educação. Além disso, disse que é preciso uma ampla e generosa mobilização dentro do Governo, para que o tema tenha a relevância necessária e também a mobilização na sociedade, pois esse não é um tema apenas do Ministério, e que há a necessidade de envolver o conjunto da sociedade, os estudantes, as entidades, os Governadores, os Prefeitos e este Parlamento. Ponderou sobre o aspecto da educação profissional em relação aos Institutos Federais, destacando haver uma carência enorme de consolidação desses espaços e que haver um corte no orçamento deste ano de 80%, de 10 bilhões para aproximadamente 2 bilhões é algo insuportável. Questionou o Ministro sobre como ele vê a hipótese que Prefeitos estão levantando sobre a flexibilização dos índices em 2021. Os Prefeitos estão dizendo: "Eu não vou conseguir gastar os 25%. E não gastando os 25% pode haver inadimplência por parte dos Municípios". E há projetos inclusive sendo debatidos nesta Casa. Expressou a opinião de que não acha que devemos flexibilizar para permitir que se gaste em outras coisas, mas que tipo de medida poderia ser adotada? Alguns falam que poderia se flexibilizar no sentido de garantir a possibilidade da utilização no ano seguinte, já que a pandemia impediu que esses recursos fossem utilizados agora. O Deputado Juscelino Filho falou a seguir, salientando o impacto ocorrido nas vidas das crianças e jovens em virtude da pandemia, em especial no que se refere à educação. Ressaltou que, à frente da relatoria da Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2022, na área da educação, um dos pontos que colocou como metas e prioridades foi a agenda para a primeira infância, que já vinha na LDO de 2021 e na LDO dos anos anteriores. Também foi priorizada a ampliação das escolas de ensino em tempo integral, além da universalização do acesso à Internet e os projetos de inclusão digital. O Deputado Juscelino Filho informou que a questão das obras paralisadas também foi abordada nos debates e em visita ao Ministério da Educação e que se encontra em formação um comitê que vai dar acompanhamento a essa situação, não só no Ministério da Educação, mas também em todos os Ministérios da Esplanada que têm obras importantes paralisadas, mas na Educação ocorrerá de forma diferenciada, porque existe um grande número de creches e de escolas paralisadas. Disse ainda que foi inserida na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022 a possibilidade de um novo aporte de recurso por parte do Governo Federal nas obras inacabadas e ressaltou que veio um PLN do Governo para alterar a LDO de 2021 em alguns pontos e que há a intenção de trazer essa alteração já para este ano de 2021, para não que não seja perdido este semestre, e que, em 2021, se possível, os Parlamentares já possam começar a alocar recursos para finalizar essas obras. Encaminhou, então à Mesa um ofício com a alteração de redação em dois parágrafos da Resolução nº 3, de 20 de abril de 2021, e a revogação de um parágrafo, para adequar-se à LDO que foi aprovada para o ano que vem e que



SF/21637.12550-99





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

se pretende ajustar para este ano, de forma que esse ajuste, além da repactuação com recursos dos próprios Municípios que tiverem disponibilidade orçamentária, os Parlamentares possam encaminhar recursos de emendas individuais, de bancada ou de relatoria, para a finalização dessas obras inacabadas. A Presidente encerrou as inscrições para o debate e passou a palavra aos últimos inscritos, Deputado Marcel van Hattem, que questionou o Ministro sobre uma obra parada que se encontra em um campus da Universidade Federal de Santa Catarina e em relação ao retorno das atividades presenciais no Instituto Federal de Santa Catarina. O Deputado Paulo Teixeira trouxe um pedido das Universidades e dos Institutos técnicos e leu um ofício requisitando os seguintes itens 1. O descontingenciamento total dos orçamentos das Universidades e dos Institutos Federais; 2. A restituição dos recursos obtidos diretamente pelas instituições de ensino – esses recursos são diretamente arrecadados e parte significativa é comprometida em contratos e convênios com terceiros; 3. A recomposição, através de um PLN, do orçamento de 2021, nos patamares do orçamento de 2020, que corresponderá ao acréscimo de 1 bilhão para as Universidades e 500 milhões para os Institutos Federais. Disse que entende que o desbloqueio de 1 bilhão e meio atende ao item 1, mas quanto aos itens 2 e 3, tem que ser trabalhado e indagou o Ministro se ele concordava que fosse feito esse trabalho junto ao Ministério da Casa Civil e da Economia. O Deputado Paulo Teixeira quis tratar ainda da questão referente à nomeação do Procurador da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, que desrespeitou as regras federais e atingiu a autonomia daquela instituição. Solicitou que essa ação fosse revista, pois é uma violência contra UNIFESP a nomeação do seu procurador contra o desejo do reitor daquela instituição, recentemente nomeado, e fora das regras de nomeação previstas pelo próprio regramento universitário e também o regramento da AGU. Finalizando, o Ministro Milton Ribeiro prestou os últimos esclarecimentos aos parlamentares e concluiu a exposição. **ENCERRAMENTO:** às treze horas e vinte e dois minutos, a Presidente encerrou a reunião. Antes, porém, agradeceu o comparecimento do Ministro da Educação, dos convidados, e dos parlamentares. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**



SF/21637.12550-99





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E
FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 9 E 10 DE NOVEMBRO DE 2021.**

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte um, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a escolha das emendas a serem apresentadas pela CMO na Lei Orçamentária Anual de 2022. Neste período foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Adolfo Viana, André Figueiredo, André Fufuca, Arnaldo Jardim, Bosco Costa, Carlos Zarattini, Charles Evangelista, Coronel Tadeu, Daniel Almeida, Domingos Sávio, Eduardo Costa, Flavia Moraes, Genecias Noronha, Gilberto Abramo, Hildo Rocha, Hugo Leal, Jhonatan de Jesus, José Guimarães, Júnior Mano, Luciano Ducci, Mário Negromonte Jr., Marx Beltrão, Osires Damaso, Paulo Azi, Sanderson, Uldurico Junior e Zé Carlos; - **Senadores titulares:** Angelo Coronel, Carlos Fávaro, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Rose de Freitas, Simone Tebet e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Adriana Ventura, Alceu Moreira, Célio Silveira, Dagoberto Nogueira, Danilo Forte, Delegado Marcelo Freitas, Domingos Neto, Gelson Azevedo, Heitor Schuch, Hercílio Coelho Diniz, Juscelino Filho, Júnior Ferrari, Márcio Marinho, Orlando Silva, Ossesio Silva, Pedro Lupion, Robério Monteiro, Toninho Wandscheer, Wilson Santiago e Zeca Dirceu - **Senadores Suplentes:** Esperidião Amin e Soraya Thronicke. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão: - **Deputados:** Claudio Cajado, Misael Varella, Odair Cunha, Rodrigo Coelho. Foi registrada a **ausência** dos membros titulares: - **Deputados:** Arthur Oliveira Maia, Gonzaga Patriota e Sergio Souza; - **Senadores:** Alessandro Vieira, Jean Paul Prates, Oriovisto Guimarães e Weverton. **ABERTURA:** às quatorze horas e trinta e seis minutos, do dia nove de novembro de dois mil e vinte um e havendo número regimental, os trabalhos foram abertos pela Presidente, Senadora Rose de Freitas, que em seguida suspendeu a reunião em virtude de estar ocorrendo reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO. Às dez horas e quarenta e um minutos, do dia dez de novembro de dois mil e vinte um, a Presidente reiniciou os trabalhos e informou que a reunião ocorria de forma mista: os Deputados presentes no plenário e os senadores participando de forma presencial ou virtual através da plataforma zoom. Em seguida declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, até 3 de novembro de 2021, uma vez que essas informações se encontravam publicadas na página da CMO na internet. A Presidente também solicitou ao Plenário a concordância para a dispensa da



SF/21378.87216-10





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

leitura da Ata da 11ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada em 27 e 28/10 e 03/11/2019 e, em deliberação, a Ata foi APROVADA. Antes de anunciar a Ordem do Dia, o Deputado Danilo Forte fez uso da palavra solicitando a inversão da pauta para que fosse deliberado o PLN 26/2021. O Deputado Carlos Zarattini também se manifestou a respeito do PLN 31/2021 que ainda se encontrava na Secretaria Legislativa do Congresso Nacional aguardando despacho para ser encaminhado à Comissão Mista de Orçamento. Ressaltou a importância do projeto já que se tratava de complementação ao PLN 17/2021. A Presidente em resposta ao Deputado Danilo Forte, aceitou a inversão de pauta posterior a deliberação das Sugestões de emendas da CMO. **ORDEM DO DIA.** Item 01. **Sugestões de Emendas** a serem apresentadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, ao **Projeto de Lei nº 19/2021-CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022”- **PLOA/2022**, de acordo com o disposto no art. 44, da Resolução nº 1/2006-CN. Foi designado para relatar o Deputado Wilson Santiago. A Presidente comunicou ao Plenário que foram apresentadas pelos membros da CMO sessenta e oito sugestões de Emendas de Apropriação, uma de remanejamento e cinco de texto ao **Projeto de Lei nº 19/2021-CN - PLOA/2022**. O Relator apresentou o Relatório no qual inadmitia a emenda e remanejamento por não apresentar interesse nacional, nos termos do disposto no Inciso II do art. 44 da Resolução nº 1/2006-CN e apresentou 4 sugestões de emendas de Apropriação de Despesa e cinco emendas de texto. Em votação, as 04 sugestões de emendas de Apropriação de Despesa e as cinco emendas de texto foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e são a seguir relacionadas: **EMENDAS DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA: Emenda nº 01 - CMO**, UO: 36901, Tipo: Apropriação - Acréscimo, Subtítulo: 0001 - Nacional, Unidade Orçamentária: Fundo Nacional da Saúde, Ação: 2E89 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas. Valor: R\$ 1.000.000.000 (hum bilhão de reais). **Emenda nº 02 - CMO**, UO: 26101, Tipo: Apropriação - Acréscimo, Subtítulo: 0001 - Nacional, Unidade Orçamentária: Ministério da Educação - Administração Direta, Ação: 219V - Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior. Valor: R\$ 1.000.000.000 (hum bilhão de reais). **Emenda nº 03 - CMO**, UO: 53000, Tipo: Apropriação - Acréscimo, Subtítulo: 0001 - Nacional, Unidade Orçamentária: Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta, Ação: 00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária. Valor: R\$ 1.000.000.000 (hum bilhão de reais). **Emenda nº 04 - CMO**, UO: 22000, Tipo: Apropriação - Acréscimo, Subtítulo: 0001 - Nacional, Unidade Orçamentária: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta, Ação: 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário. Valor: R\$ 100.000.000 (cem milhões de reais) para GND 3 e



SF/21378.87216-10





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

R\$ 900.000.000 (novecentos milhões de reais) para GND 4. **EMENDAS DE TEXTO:** 1) Referência: Anexo V, Cap II, Seção 1, Subseção 2, Item 1, Tipo Aditiva; 2) Referência: Anexo V, Cap I, Seção 5, Subseção 1, Alínea 2, Item 1, Tipo Aditiva; 3) Corpo da Lei, Cap II, Seção III, Art 4, §7, Tipo Aditiva; 4) Anexo V, Cap I, Seção 5, Subseção 1, Alínea 2, Item 1, Tipo Aditiva; 5) Corpo da Lei, Cap II, Seção II, Art 3, §3, Tipo Aditiva. Em seguida os Deputados Daniel Almeida, Cláudio Cajado e Wilson Santiago fizeram uso da palavra. Item 02. Projetos de Lei. Em seguida a Presidente submeteu ao Plenário requerimentos para inclusão na Pauta e quebra de interstício dos 2 (dois) dias úteis para a apreciação dos Projetos de Lei 23, 24, 26,34 e 35/2021 CMO, conforme Art. 235 do Regimento Interno do Senado Federal e Art. 128 da Resolução nº 1 de 2006-CN. Em votação a inclusão na pauta e a quebra de interstício foram aprovadas. Em seguida fizeram uso da palavra os Deputados Daniel Almeida, Claudio Cajado, Wilson Santiago a respeito da necessidade dos Projetos de Lei de Créditos orçamentários serem despachados à CMO o que, segundo eles, não vêm acontecendo pois muitos deles ainda estão no Congresso Nacional aguardando despacho do Presidente do Congresso. A Presidente Rose de Freitas concorda com o questionamento dos parlamentares quanto aos PLNs que ainda não foram despachados bem como identificar os motivos desses atrasos. Dando continuidade as deliberações, iniciou a apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 26/2021-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Cidadania, crédito especial no valor de R\$ 9.363.481.257,00, para os fins que especifica." RELATOR: Deputado DANILO FORTE. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto, não foram apresentadas emendas. O Relator fez a leitura do relatório e posteriormente a Presidente abriu a discussão para o Deputado José Guimarães. Não havendo quem mais quisesse discutir, a matéria foi colocada em votação. O relatório foi APROVADO em ambas as Casas. O Deputado Danilo Forte fez agradecimentos em função da aprovação da matéria e a Presidente concedeu a palavra aos Deputados Juscelino Filho, Bosco Costa, Carlos Zarattini e o Senador Izalci Lucas que também o parabenizaram e questionaram sobre a chegada ou não do Projeto de Lei nº 31/2021-CN. Em continuidade aos trabalhos, apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 23/2021-CN**, que " Altera o Anexo I à Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023." RELATOR: Senador CARLOS FÁVARO. O relator solicitou a dispensa da leitura do Relatório por se tratar de um Projeto simples e após a introdução sobre o objeto da matéria, fez a leitura do Voto: pela aprovação do PLN nº 23, de 2021, na forma proposta pelo Poder Executivo. Discutiu a matéria o Deputado Hildo Rocha. Em votação, o Relatório foi APROVADO nas duas Casas Legislativas. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2021-CN**, que " Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor



SF/21378.87216-10





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da Justiça Federal, crédito especial no valor de R\$ 23.300.000,00, para os fins que especifica.” RELATOR: Deputado BOSCO COSTA. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. O Relator fez a leitura do Relatório e este foi colocado em discussão. Não havendo quem quisesse discuti-lo a Presidente colocou o Relatório em votação. APROVADO na representação da Câmara e do Senado Federal. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 35/2021-CN**, que " Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 3.066.300.000,00, para reforço das dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.” RELATOR: Senador WEVERTON. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto às 42 (quarenta e duas) emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela INADMISSIBILIDADE das emendas de nºs 18, 19, 31 e 32 e REJEIÇÃO das demais. Para leitura do relatório foi designado ad hoc o Senador Carlos Fávaro uma vez que o Senador Weverton teve que se ausentar em missão. Foi aberta a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Os Deputados Hildo Rocha e Arnaldo Jardim discutiram a matéria e a discussão foi encerrada, bem como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 10 destaques ao relatório. A matéria foi colocada em votação RESSALVADOS os destaques. APROVADA. Em votação, Destaque nº1 de autoria do Deputado Hildo Rocha à emenda nº1 do Senador Marcelo Castro. O autor do destaque fez sua justificativa. O Relator ofereceu voto pela aprovação do destaque. Em votação, o Destaque foi APROVADO. A Presidente então consultou o Plenário quanto a votação dos demais destaques de autoria do Deputado Wilson Santiago em globo. Não houve objeção. O Relator ofereceu voto pela rejeição dos destaques. Em deliberação os destaques foram REJEITADOS na representação da Câmara dos Deputados e não serão apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. Antes de dar continuidade às deliberações a Presidente comunicou o Plenário que chegaram à Comissão os PLN nº 31 e o PLN nº 33, objetos das discussões anteriores de vários parlamentares. Informou ainda que, para estes PLNs, seria aberto prazo para emendas e pretende-se votá-los nesta data para incluí-los, dada a urgência e a importância, na sessão do Congresso Nacional. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 34/2021-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, crédito especial, no valor de R\$ 763.600.000,00, para os fins que especifica.” RELATOR: Deputado CORONEL TADEU. Voto: pela aprovação na forma do substitutivo, pela inadmissão das emendas de nº 01, 06 e 07 e pela admissão das emendas de nº 02, 03, 04, 05, 08, 09, 10 e 11, e no mérito, pela sua rejeição. Antes da leitura do Relatório, fizeram uso da palavra os Deputados Cláudio Cajado, Adriana Ventura e o Senador



SF/21378.87216-10





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Izalci Lucas. Em seguida, após autorização da presidente, o Relator Deputado Coronel Tadeu fez apenas a leitura do seu Voto ao PLN nº 34/2021-CN. A Presidente Rose de Freitas propôs então ao Plenário a inclusão na Pauta dos PLNs de nºs 31 e 33/2021-CN bem como a quebra de interstício para apreciá-los, nos termos do Art. 128 da Resolução nº1/2006 do Congresso Nacional. APROVADOS. Em seguida, a Presidente dirimiou dúvidas de alguns parlamentares quanto ao andamento dos trabalhos e suspendeu a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos, antes, porém, esclareceu que o prazo para apresentação de emendas aos PLNs nºs 31 e 33/2021-CN ficaria aberto até às quinze horas e o reinício dos trabalhos seria agendado para às dezesseis horas após o recebimento dos relatórios. Às dezesseis horas e vinte um minuto, do dia dez de novembro de dois mil e vinte e um os trabalhos foram retomados. A Presidente reforça as condições presenciais e remotas em que a reunião está ocorrendo, a existência de quórum para deliberação, as matérias que já foram deliberadas durante a manhã e dá continuidade à discussão do relatório do PLN nº 34/2021-CN. Discutiu a matéria o Deputado Hildo Rocha que explicou o motivo de ter apresentado e depois retirado um destaque ao relatório. Após encerrada a discussão a matéria foi para deliberação e APROVADO nas representações da Câmara dos Deputados, com voto contrário da Deputada Adriana Ventura, e no Senado Federal. Por questões administrativas a pauta foi invertida e colocado em apreciação o **Projeto de Lei nº 33/2021-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Encargos Financeiros da União, crédito especial, no valor de R\$ 402.775.152,00, para os fins que especifica." RELATOR: Deputado HILDO ROCHA. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Quanto à 1 (uma) emenda apresentada, o Relator ofereceu voto pela REJEIÇÃO. Antes da leitura do Relatório, a Presidente concedeu a palavra aos Deputados Paulo Azi, que versou sobre o andamento dos trabalhos do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, Daniel Almeida, Wilson Santiago e Carlos Zarattini. Em seguida o Relator Deputado Hildo Rocha fez a leitura do relatório do PLN nº 33/2021-CN. Não houve discussão por não haver quem quisesse discutir o relatório. Em votação a matéria foi APROVADA nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Antes de iniciar a apreciação do último Projeto de Lei da pauta, a presidente abriu espaço para considerações dos Deputados Carlos Zarattini, Daniel Almeida, Izalci Lucas, Wilson Santiago, Domingos Sávio, Rogério Correia. Às dezessete horas e treze minutos o Deputado Carlos Zarattini assumiu a coordenação dos trabalhos e concedeu a palavra aos Deputados Juscelino Filho, Adriana Ventura, Domingos Sávio, Cláudio Cajado, Vermelho e depois repassou, às dezessete horas e cinquenta minutos, a presidência a Senadora Rose de Freitas que colocou em apreciação o **Projeto de Lei nº 31/2021-CN**, que "Abre aos



SF/21378.87216-10





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 859.592.565,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. " RELATOR: Deputado WILSON SANTIAGO. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma do Substitutivo apresentado, pela constituição de projeto autônomo de parte da proposição principal e pela rejeição das emendas de nº 1 a 9. O Relator fez a leitura do Relatório prestando esclarecimentos adicionais sobre peculiaridades do Projeto. A presidente deu início a discussão e passou a palavra para o Senador Izalci Lucas e aos Deputados Daniel Almeida e Adriana Ventura. Encerrada a discussão o Relatório foi deliberado e APROVADO nos seguintes termos: "*favorável ao Projeto de Lei nº 31/2021-CN na forma do Substitutivo apresentado, pela constituição de projeto autônomo de parte da proposição principal.*" Quanto às 9 (nove) emendas apresentadas, foram REJEITADAS no mérito. Por fim a Presidente comunicou que o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei nº 19/2021-CN**, PLOA/2022, seria encerrado no dia dezesseis de novembro, próxima terça-feira, às dezoito horas. Informou também sobre a realização de audiência pública, quinta-feira, dia onze de novembro, às quatorze horas, para tratar sobre emendas do Relator-Geral no Orçamento da União, atendendo ao Requerimento nº 26/2021 CMO, de autoria da Deputada Adriana Ventura. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou os trabalhos às dezoito horas e seis minutos, do dia dez de novembro de dois mil e vinte e um. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Senadora Rose de Freitas, Presidente. XXXX



SF/21378.87216-10





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 31 DE AGOSTO DE 2021 E 14 DE SETEMBRO DE 2021, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quinze horas do dia trinta e um de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Parlamentares Telmário Mota e Bruna Furlan, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados com a presença dos Parlamentares Mecias de Jesus, Jader Barbalho, Mara Gabrilli, Izalci Lucas, Paulo Paim, Paulo Rocha, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Flávio Arns, Baleia Rossi, Carlos Zarattini, Maria do Rosário, Eduardo Barbosa, Túlio Gadêlha, Orlando Silva, Wellington Fagundes, Acir Gurgacz, Eduardo Braga e Luis Carlos Heinze, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Parlamentares Diego Tavares, Eliziane Gama, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Stefano Aguiar, Marcio Alvino, Jhonatan de Jesus e Luis Miranda. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Às quinze horas e um minuto, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia catorze de setembro de dois mil e vinte e um. Às catorze horas e quarenta e dois minutos do dia catorze de setembro de dois mil e vinte e um, a Reunião é reaberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação da comissão e eleição do Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Em 31/08/2021, é instalada a Comissão. Em 14/09/2021, é eleito para Presidente o Senador Paulo Paim e para Vice-Presidente a Deputada Bruna Furlan. Designado Relator o Deputado Túlio Gadelha. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados nº 1, de 2021** que: "Requer realização de audiência pública conjunta com a CDH do Senado" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados nº 2, de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França, informações sobre a retirada dos brasileiros do Afeganistão, a eventual recepção de refugiados vindos do Afeganistão, o posicionamento do Brasil em relação à crise humanitária no Afeganistão" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados nº 3, de 2021** que: "Requer realização de audiência com autoridades de Boa Vista e Pacaraima sobre a imigração do povo venezuelano" **Autoria:** Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados nº 5, de 2021** que: "Requer realização de audiência Pública para debater a situação dos brasileiros no exterior" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 -**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados nº 6, de 2021 que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater migração e refúgio sob a ótica do preconceito, xenofobia e racismo" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados nº 7, de 2021** que: "Requer um ciclo de Audiências Públicas para debater mudanças climáticas, desastres ambientais, migração e refúgio" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados nº 8, de 2021** que: "Requer realização de ciclo de Audiência Públicas para debater a situação dos migrantes e refugiados no Brasil" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte minutos. A presente Ata será publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/09/14>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. PROS - RR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação da Comissão e eleição do Presidente e Vice-Presidente.

Como não atingimos o quórum para a eleição, declaro suspensa a presente reunião, marcando a reabertura para o dia 14 de setembro, às 14h30.

Está suspensa a reunião.

(Iniciada às 15 horas, a reunião é suspensa às 15 horas e 01 minuto.)

(Texto com revisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP. Fala da Presidência.) – Declaro reaberta a 1ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Informo que, no último dia 31 de agosto, a Comissão foi instalada, mas, como não foi alcançado o quórum para a realização da eleição, a reunião foi suspensa. A presente reunião, portanto, destina-se à eleição de Presidente e Vice-Presidente.

Antes de iniciar, passo à leitura das diretrizes para a realização desta reunião.

A reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota dos Senadores e Deputados pelo sistema de videoconferência.

Havendo necessidade de votação secreta, esta será obrigatoriamente presencial, por meio da urna de votação, conforme o art. 21 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021.

As regras para esta reunião foram definidas para fins de prevenção da transmissão da covid no âmbito do Senado Federal e, no que couber, estão de acordo com os Atos da Comissão Diretora nº 9, de 2020, e nº 8, de 2021. Quaisquer questões adicionais serão decididas pela Presidência, na condução da reunião.

De acordo com o parágrafo único do art. 5º do Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1, de 2019, as funções de Presidente e Vice-Presidente da Comissão devem ser exercidas alternadamente por representantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Bem, pessoal, vocês podem conversar ali, por favor? Porque aqui está atrapalhando.

Obrigada.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicados para Presidente o Senador Paim e para Vice-Presidente a Deputada Bruna Furlan.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação. *(Pausa.)*

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro eleitos Presidente, Senador Paulo Paim, e Vice-Presidente, Deputada Bruna Furlan.

Passo a palavra para o Presidente eleito da Comissão, o Senador Paulo Paim, de forma remota.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS. *Por videoconferência.*) – Senadora, Senadoras... Boa tarde, ilustre Deputada Bruna Furlan, demais Deputados e Deputadas...

Um abraço ao Líder Mecias de Jesus, que está aí presente, fortalecendo esta nossa Comissão, que é de todos nós.

Eu estou, Bruna, ao mesmo tempo feliz e triste. Triste nós todos estamos devido à pandemia, que não permitiu praticamente que a Comissão trabalhasse este ano, o que fez com que a gente fizesse algumas reuniões e também algumas *lives*, usando o espaço que tínhamos.

Mas eu queria fazer uma fala de abertura, se me permitir, Presidenta...

A SRA. BRUNA FURLAN (PSDB - SP) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Posso fazer?

A SRA. BRUNA FURLAN (PSDB - SP) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Então, boa tarde aos Parlamentares membros da nossa Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados.

Minha saudação a essa grande Deputada Federal, Bruna Furlan, que foi quem idealizou esta importante Comissão. Foi a primeira Presidenta deste Colegiado, e, neste momento, a convite dela, eu, que fui Vice dela, ela me fez o convite para que eu assumisse a Presidência.

Líder Mecias, sabe que vou ter o mandato eu acho que o mais curto da minha vida, porque nós já estamos no fim de setembro, outubro, novembro, dezembro não existe, mas não há problema nenhum. É um mandato de dois, três meses, porque vence no fim do ano, mas eu o faço como uma missão, acompanhando sempre o trabalho da Bruna.

Quero também, Bruna, além de elogiá-la, cumprimentar a nossa Relatora desta Comissão, que foi a Mara Gabrilli, a primeira Relatora desta Comissão, que o fez também com muita competência, mas, infelizmente, a pandemia travou o trabalho da Comissão. Então, neste momento, eu volto a saudar todos os Parlamentares, que inclusive colaboraram para dar o quórum. Mecias, eu estou falando porque você foi fundamental, Mecias: se você não estivesse aqui, não haveria Comissão instalada, e nós tínhamos que instalar, era obrigação nossa, este ano, para, no ano que vem, eleger de novo uma nova direção.

Então, volto a saudar a Deputada Bruna Furlan, que agora está na condição de Vice-Presidente. Ela também, com essa firmeza e essa sinceridade, assumiu a Vice-Presidência, ela que foi a percursora para a viabilização desta Comissão Permanente no Congresso Nacional, e agora ainda se dispôs a ser vice nesse período, até o fim do ano.

Estendo também os devidos méritos àquele que, se depender de mim, como Presidente, eu já estaria indicando como Relator, o nosso querido Deputado Túlio Gadêlha, que, tenho certeza, terá todo o apoio da Relatora Mara Gabrilli. Eu diria que, mesmo no seu primeiro mandato, o Deputado Túlio já carrega extensa relação com movimentos sociais e, sem dúvida, vai honrar à altura como Relator desta Comissão.

Enfatizo mais uma vez meu carinho por todos os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que participam desta Comissão Mista. Como alguém disse – mas nós trabalhamos em outras áreas também, não é, Mecias? –, esta Comissão pode não dar voto: "Ah, mas, esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peçoal, a maioria nem vota". Aqui ninguém está preocupado se vota ou não vota, a causa é justa, não é? É a causa dos negros, dos índios, dos setores mais vulneráveis, e, aqui, no caso, dos migrantes, imigrantes e refugiados.

Mesmo com o tempo reduzido devido à conjuntura da pandemia, que já vitimou quase 600 mil pessoas, este Colegiado, no período da Bruna – permita-me, Bruna –, iniciou e fez os trabalhos que, dentro do limite do tempo, possuíamos para fazer. Realizamos, assim, inúmeras reuniões e também *lives*, já que audiências públicas não podíamos realizar porque nós não tínhamos ainda assumido a Presidência, que seria a partir de janeiro. Mas vou aqui destacar que considero esta Comissão de suma importância. Vou me socorrer de uma frase de Jhuarez Alves, que diz o seguinte: "Quando há fraternidade, o amor é sereno; quando há solidariedade, o amor é ativo [...]".

A migração é parte da natureza humana e seu aspecto internacional é apenas um detalhe na dimensão de migrar. O ato de se deslocar em busca de melhores condições de vida é anterior ao surgimento dos Estados e dos limites geográficos dos países. Muitas vezes, as migrações acontecem por escolha, e muitas delas ocorrem por falta de opção de se manter no país de origem.

O Brasil foi historicamente constituído por migrantes. Ao longo desses cinco séculos, cada povo que veio para cá teve sua particularidade e dimensão próprias. Durante esse período e até os dias de hoje, europeus, africanos, asiáticos migram para o Brasil pelos mais diversos motivos. É também crescente o número de brasileiros que desejam sair do País, seja para estudar, trabalhar – e tudo é legítimo. Estou falando aqui da situação dos brasileiros.

Esta Comissão tem que abordar esses dois aspectos, da migração, da elaboração e monitoramento das políticas públicas, um país que está preparado para receber imigrantes temporários e permanentes de outros países. Se não está, claro que há o debate aqui na Comissão – e vejo com alegria mais uma vez você, Mecias, que vai falar, inclusive, da sua região e queremos ouvi-lo muito –, mas também deve estar preparado para dar suporte normativo aos brasileiros que desejam construir a vida fora do Brasil.

O outro aspecto são os refugiados, a eles temos que dar uma atenção especial. Isso porque, além de necessitarem de todo o suporte a que qualquer migrante tem direito, há o agravante de normalmente estarem em condição vulnerável por fugirem de conflitos ou condições ambientais de desastre. Um exemplo atual é de nós nos colocarmos na condição de uma mulher ou de uma pessoa LGBT, por exemplo, vivendo sob o regime fundamentalista do Talibã, lá no Afeganistão. Todos nós estamos assistindo, com tristeza e sofrimento, o quadro que estamos vendo, principalmente, eu diria, a situação das mulheres.

A linha temática desta Comissão vai debater temas como a condição dos refugiados, municipalização das políticas de imigração, revalidação de diplomas, trabalho, questões raciais, xenofobia, pessoas com deficiência, povos indígenas, meio ambiente, clima, água, migrantes em ambientes institucionais, dentre os demais temas que o Relator queira, e os Deputados, Senadores, Senadoras e Deputadas queiram inserir. De acordo com a demanda dos membros desta Comissão e da sociedade, claro que nós colocaremos tranquilamente no debate do coletivo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, meus amigos, colegas Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, o trabalho desta Comissão é árduo. Temos que juntar forças, pensar, dialogar, ouvir, propor. Todos os imigrantes e refugiados são bem-vindos da parte desta Comissão. Nós faremos a nossa parte.

Esta Pátria multicores, de variados matizes, diversidades, canto e poesia, dança, folclore, cultura, não é tão somente uma casa no sul da América do Sul, mas uma moradia, um recanto sonoro de vivas vozes e abraços mil, onde se recebem irmãos vindos de outros continentes, homens, mulheres, crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência.

Enfim, eu me socorro agora, para terminar – e vou terminar, e quero ouvir o nosso Senador e a Senadora –, de Atahualpa Yupanqui, que poetizou e deu melodia, e foi Mercedes Sosa quem eternizou.

[...] [Nós temos] tantos irmãos
que não os [...] [podemos] contar
[estão] no vale, na montanha
nos pampas e no mar.
Cada qual com seus trabalhos
com seus sonhos [...]
com a esperança adiante
com as lembranças atrás.
[...]
Gente de mão quente [*caliente*]
[...]
[...] um choro, para chorar
Com uma reza para rezar
Com um horizonte aberto
[...]
E assim seguimos andando
Habitados à solidão
Nos perdemos pelo mundo
Voltamos a nos encontrar.
[...]
Pelo [...] olhar
Pelas [...]
[...] imensidão
[...]
[...] [Nós temos] tantos irmãos
[...]
E uma [...] [irmã] mais formosa [ela é amiga]
que [simplesmente] se chama liberdade!

Liberdade, liberdade e liberdade!

Fiz o meu pronunciamento e agora naturalmente, no exercício então, minha querida Bruna, da Presidência, eu passo a palavra, em primeiro lugar, para você e, em seguida, para o meu querido amigo Senador Mecias.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRUNA FURLAN (PSDB - SP) – Presidente eleito desta Comissão tão especial, fiquei feliz de saber que você é o meu sucessor, agora eleito.

Eu gostaria de passar a palavra para o queridíssimo e competente Senador Mecias de Jesus e deixar aqui o meu registro do quanto eu o admiro e admiro o Deputado Jhonatan de Jesus, que é um Parlamentar de grandes temas, que está sempre envolvido nos principais debates, nos debates importantes para o Brasil e para os brasileiros. Transmita o meu abraço ao Deputado Jhonatan de Jesus.

Com a palavra o nosso Líder, Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Presidente Paim, caro amigo, amiga Deputada Bruna Furlan, satisfação em vê-la, satisfação, Paim.

Eu não tinha participado do acordo que escolheu a direção desta Comissão, mas me sinto extremamente feliz de poder estar numa Comissão conduzido por este competente Senador e por esta competente Deputada Federal, Deputada Bruna Furlan.

Eu quero inicialmente dizer da importância desta Comissão, principalmente para o meu Estado, que, neste momento, Deputada Bruna, vive um momento de tormenta. E eu gostaria de pedir, Presidente Paim, que a primeira ação desta Comissão pudesse ser fazer uma visita ao Estado de Roraima para verificarmos, de fato, a situação dos refugiados e dos migrantes venezuelanos lá no nosso Estado, a situação da fronteira do Brasil com a Venezuela, e não só verificarmos a situação deles como migrantes e como refugiados, mas também verificarmos a situação que vive o Estado de Roraima hoje, a população do Estado de Roraima, em especial a população do Município de Pacaraima.

Ontem eu vi uma reportagem na Rede Globo, razoavelmente boa a reportagem. Ainda não é a verdade, porque eles falaram de cerca de 4 mil venezuelanos dormindo nas ruas da cidade de Pacaraima, mas não são só 4 mil. São mais de 8 mil venezuelanos, dormindo nas ruas de Pacaraima – dormindo nas ruas –, defecando em ruas públicas, em locais públicos, em locais abertos, ou seja, nós precisamos urgentemente nos posicionar como uma Comissão permanente do Congresso Nacional. Eu gostaria muito de que esta Comissão me desse a honra, o prazer de conhecer o meu Estado e ao mesmo tempo conhecer as nossas realidades.

É muito bonito falar da Operação Acolhida, Presidente Paim, Senadora Bruna – Deputada Bruna; Senadora em breve, amém! É muito bonito falar da Operação Acolhida, dos milhões e milhões que a Operação Acolhida já recebeu, daqueles que já foram interiorizados, mas não se fala praticamente nada dos mais de 100 mil que vivem nas ruas do Estado de Roraima.

A nossa saúde foi a primeira que colapsou no Brasil, bem antes, Senador Paim, da pandemia do covid; a nossa educação colapsou bem antes da pandemia do covid; a nossa segurança pública colapsou bem antes da pandemia do covid; a nossa infraestrutura não existe mais praticamente, principalmente porque nós mudamos o patamar: nós teríamos 600 mil habitantes em 2028, mas nós temos hoje, segundo o IBGE, 650 mil habitantes, ou seja, nós não nos preparamos para isso, nós não temos orçamento para isso, e até agora o Governo Federal não enviou sequer um real para ajuda em saúde, educação, saneamento básico, segurança pública para o Estado de Roraima, para os Municípios, tampouco para o Município de Pacaraima, que é quem mais sofre lá nesse momento. É uma cidade pequena, de 12 mil habitantes, que agora tem 25 mil – tem 25 mil. E ainda há um problema, Deputada Bruna: o Município de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pacaraima é um Município fictício, porque, embora a lei tenha constituído esse Município, embora a lei o tenha criado de fato e de direito, ele foi criado dentro da Reserva São Marcos. A Reserva São Marcos tem 651 mil hectares de terras, e nós estamos há anos com isso, porque o decreto que criou a Reserva São Marcos não excluiu, como fez no Município de Uiramutã, como fez no Município de Normandia, a sede, a área urbana do Município. Nós temos buscado todos os caminhos para isso.

Perdoem-me por estar exagerando um pouco no meu tempo, mas eu garanto que já vou resolver. Eu só quero deixá-los a par neste momento, até porque, Senador Paim e Deputada Bruna, vocês dois vão conduzir os trabalhos desta Comissão, vocês dois serão os representantes das nossas fronteiras no Brasil. Quem primeiro sofre com refugiados e imigrantes são as fronteiras.

Nós já tentamos de todas as formas, com ações judiciais; nós já tentamos... Inclusive agora há um decreto legislativo aprovado no Senado Federal – o Senador Paim votou favoravelmente, e eu agradeço – que corrige o erro do Governo Federal e exclui da reserva cerca de mil hectares especificamente para a área urbana do Município de Pacaraima, só que esse projeto foi para a Câmara dos Deputados, dorme na Câmara em berço esplêndido desde 2019, se eu não me engano, dezembro de 2019. Nós gostaríamos que esses temas fossem melhor encarados pelo Parlamento brasileiro.

E eu queria pedir um carinho especial da Deputada Bruna para dar uma olhada lá. O Deputado Marcelo Ramos conhece de perto lá, avocou para ele, inclusive, a relatoria. Ele tem tentado colocar em pauta.

É uma coisa tão simples: são oitocentos e poucos hectares – a minha assessoria está me informando aqui –, só onde está a área urbana do Município. Isso já resolveria muito, porque o Prefeito não pode sequer fazer um lixão público; ele não pode dar uma ordem de serviço sem ter autorização da Funai; ele não pode fazer um esgoto, nada. Para tudo ele tem que se reunir com a Funai para poder tirar uma autorização. Vocês imaginem isto: dos 5.573 Municípios do Brasil, existe um que não existe de fato e de direito; é fictício.

São minhas palavras, Presidente Paim. É um prazer enorme estar nesta Comissão, Deputada Bruna.

A SRA. BRUNA FURLAN (PSDB - SP. Pela ordem.) – Senador Mecias de Jesus, nós entendemos, compreendemos as suas angústias, as suas dificuldades. Na Câmara dos Deputados, conte com o meu voto favorável, assim como Senador Paim o fez aqui no Senado.

Esse é o instrumento legislativo adequado para que nós possamos amadurecer este debate e com certeza pensar e refletir com muito cuidado acerca desse conflito.

Eu entendo a sua posição, entendo o povo de Roraima em suas aflições, em suas angústias. E o senhor conte conosco para que nós possamos, juntos, encontrar uma saída adequada e tentar amenizar essas dificuldades que o povo de Roraima sofre e, assim, os seus representantes também.

Eu gostaria de passar... Agora, eu já sou a Vice-Presidente, mas vou perguntar aqui para o Presidente se eu posso continuar, porque eu quero passar a palavra para o nosso Relator que está aqui, o Túlio, e depois falar...

Passa ali para o Senador Paim, por favor, a palavra.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS. *Por videoconferência.*) – Bruna, minha querida Deputada, minha querida Vice-Presidente, até minutos atrás Presidenta, eu acho que é até bom que você presida a sessão como Vice-Presidente, porque eu estou a distância. E nós vamos dialogando com você.

E agora eu já vejo que está aí o Túlio. Então, você coordena os trabalhos e nós vamos dialogando e vamos encaminhando tudo aquilo que entendermos adequado para esse momento.

Eu já fiz os meus elogios ao Túlio Gadêlha – já te indiquei como Relator, viu, Túlio? Isso é uma operação do Presidente, mas foi a Vice que me convenceu, viu? Sabe por que ela me convenceu? Eu já te conhecia de nome. "O que você acha, Paim?" "Ah, eu o acho excelente." Ela disse: "Ele não é excelente, ele é ótimo. Então, ele vai ser o nosso Relator". Eu digo: "Sim, Bruna".

A SRA. PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Muito bom, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Por videoconferência.*) – Então, seja bem-vindo, Túlio. Sabemos da tua história, tua caminhada. É um orgulho para esta Comissão trabalhar ao teu lado, viu?

Aí a nossa Presidenta em exercício, porque ela está presencialmente e eu a distância, vai organizando aí os trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Muito obrigada, Senador querido.

Eu tenho certeza que nós escolhemos o melhor Relator para esta Comissão, que com certeza vai buscar um consenso e um entendimento, inclusive com a classe política de Roraima, que tem as suas angústias, as suas aflições.

E nós precisamos encarar todas essas dificuldades de frente e buscar uma solução adequada.

Eu gostaria de passar a palavra para o nosso Relator, recém-indicado pelo nosso Presidente Senador Paim, Túlio Gadêlha.

Com a palavra V. Exa.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Deputada Bruna Furlan, Senador Paim, primeiro quero agradecer a confiança de ambos, agradecer as palavras gentis. Eu, neste momento, me encontro em Moscou, na Rússia, a convite da Duma, do Parlamento russo, para acompanhar o processo eleitoral aqui, que acontecerá nos próximos dias, e por conta disso não pude estar presente aí no Senado para poder marcar presença neste momento tão importante para todos nós, que é a volta de uma Comissão tão importante para o Brasil.

Senador Paim, Deputada Bruna, eu quero dizer que são imensos os desafios que temos pela frente, num olhar para os mais pobres, os mais oprimidos, os marginalizados, para essa situação das pessoas que vivem refugiadas e dos imigrantes no Brasil. A gente tem feito diversas audiências na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, na qual estive como Vice-Presidente no último ano e da qual sou membro titular. E a situação se agrava a cada dia. Por isso cabe à gente desta Comissão discutir e tomar providências quanto a esses assuntos relacionados a imigrantes e refugiados.

Senador Paulo Paim, vai ser uma honra ser presidido nesta Comissão por V. Exa., que sempre demonstrou a sensibilidade para com os mais pobres, para com os mais necessitados e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tem uma história na vida política brasileira, como Constituinte, uma pessoa que tem essa sensibilidade que a gente precisa neste momento para esta Comissão.

Então, Deputada Bruna, agradeço também a sua confiança. Esteja certa de que podemos estar em Moscou, podemos estar onde quer que seja, mas estaremos sempre conectados, atentos às pautas da Comissão.

Agradeço mais uma vez a confiança. Contem com a gente!

A SRA. PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Nós é que lhe agradecemos, Deputado Túlio Gadêlha. Uma boa viagem, uma boa missão! A gente sempre volta com uma bagagem extraordinária dessas viagens. Muito obrigada, nosso Relator, agora já designado.

Eu gostaria, para concluir, de falar para todos aqueles que estão nos ouvindo neste momento que, em dezembro de 2019, eu tive a honra de presidir a sessão de instalação, de presidir a Comissão Mista sobre Migrações Internacionais e Refugiados. Fui eleita Presidente, ao lado do Senador Paim, nosso Vice-Presidente, e foi um dia histórico para o Parlamento brasileiro por se tratar de uma Comissão Permanente inédita na trajetória desta Casa. A relevância das pautas tratadas aqui é notória e urgente, como disse o Senador Mecias de Jesus.

Do mesmo modo, foi um dia particularmente especial para mim, porque eu tinha ao meu lado nesta mesa o Senador Paim, como meu Vice-Presidente, e minha grande amiga e Senadora Mara Gabrilli, como Relatora, dois brasileiros notáveis que têm um trabalho inspirador e de extrema importância para a nossa sociedade.

Com o Senador Paim, nossas convergências em ideias e ideais foi automática. Já havíamos trabalhado juntos na Comissão Mista da Medida Provisória dos Refugiados, eu como Vice-Presidente, e ele presidindo os trabalhos. Ao nos encontrarmos aqui, juntos, traçamos sonhos e projetos para o fortalecimento do papel da CMMIR no debate público em seu primeiro ano de funcionamento. Então veio a pandemia, que impediu que nós avançássemos nesse tema tão caro à sociedade brasileira e para o mundo. O fato é que hoje, na retomada dos trabalhos desta Comissão, quero dizer que eu tenho a plena convicção de tudo aquilo que sonhamos e projetamos em dezembro de 2019 e V. Exa. conseguirá colocar em prática daqui para a frente, Senador Paim. Tem o meu apoio e tenho certeza de que o dos colegas deste Colegiado.

Quando presidi a Comissão Especial que deu origem à nova lei de imigração, em substituição ao antigo e inadequado Estatuto do Estrangeiro, busquei garantir que construíssemos uma lei de caráter humanitário, afastando mecanismos punitivistas e discriminatórios. Elaboramos uma lei que dialoga com a sociedade e garante direitos e deveres aos imigrantes que estão em nosso País. Naquele período, eu tinha no coração e em mente uma frase que o senhor sempre repete: que os direitos humanos não têm fronteiras.

É imbuída desse mesmo espírito que busco ampliar na minha vida pública o debate, o exercício de ouvir e de construir pontes em vez de muros. Acredito que a CMMIR pode ajudar a fomentar essa pauta não apenas no Brasil, mas dialogar com os países vizinhos. Temos que privilegiar a persuasão, e não as arbitrariedades. Digo isso, porque é alarmante verificar que vários países europeus e do Oriente Médio fecharam as portas para os afegãos que buscam fugir do grupo extremista Talibã. Todos nós vimos a escalada de violência naquele país e a comunidade internacional por vezes se calou.

Nesse sentido, precisamos também refletir neste Colegiado, porque nos cinco primeiros meses deste ano, 22 mil brasileiros foram detidos pelas autoridades americanas após cruzar a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fronteira do México com os Estados Unidos. Segundo dados da alfândega e proteção de fronteira daquele país, esse êxodo é o maior da série histórica registrada pelo órgão.

Digo isso para finalizar e relembrar aqui o papel da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados, que é acompanhar, monitorar e fiscalizar políticas públicas como controle migratório, as causas e os efeitos do fluxo migratório internacional e a defesa dos direitos de refugiados.

Eu agradeço imensamente a oportunidade de estar aqui ao lado de pessoas tão dedicadas a cuidar das questões humanitárias. Eu deixo aqui registrada a minha gratidão. Estou à disposição, em qualquer tempo e circunstância, para colaborar com este fórum de debates.

Eu passo a palavra para o nosso Presidente, o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Por videoconferência.) – Ela continua sempre a nossa Presidenta, não é, Túlio? Não é, Mecias? Porque ela é uma simpatia! Ela se afastou um período, porque teve a bebê, e nós então assumimos provisoriamente em plena pandemia.

Mas eu queria, se você, Mecias... Permita que eu diga assim: se você, Senador Mecias, você Deputado Federal Túlio, e a nossa Vice-Presidenta, que nós encaminhássemos, porque nós temos quórum, neste momento, para votar; votar requerimentos, não é nada de mérito, só requerimentos, para a gente ter instrumentos para fazer as reuniões que nós entendemos necessárias. Uma delas, Mecias, é inclusive sobre a questão da Venezuela em teu Estado.

Então, se nós concordássemos, são quatro requerimentos que abrem janelas para a gente poder trabalhar em cima do programa de trabalho que nós temos praticamente pronto – não eu, a própria equipe da Bruna e todo o coletivo de Parlamentares –, só que não puderam executar, porque a não permitiu. Então, com esses quatro requerimentos, se a Bruna concordar – ela que vai colocar em votação, inclusive porque eu os estou assinando, mas vocês podem assinar também simbolicamente, se assim entenderem. É para a gente ter um palco pra trabalhar. Não há preferência de dia nem nada. Todos os requerimentos que entrarem posteriormente a esses para mim eu dou preferência aos que venham do Plenário. Quando não há requerimento do Plenário, o Presidente, então, pede que, se possível, se encaminhem essas reuniões.

O primeiro deles eu já aprovei, Mecias; eu, não, nós aprovamos lá na Comissão de Direitos Humanos. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, com o objetivo de debater sobre a situação internacional dos migrantes e refugiados, sob a ótica e a perspectiva também dos direitos humanos. Na audiência, poderemos nos aprofundar sobre a situação dos desastres ambientais no Haiti e os consequentes fluxos migratórios; a manutenção da política de expulsão de migrantes por parte dos Estados Unidos – é um debate que existe lá e que estamos vendo em outros países também e aqui eu botei, só como exemplo –; nos debruçarmos sobre o cenário da migração, olha aí, Mecias, Venezuela-Brasil no seu Estado e sobre a real dimensão do conflito do Afeganistão, entre outros temas da agenda internacional de imigração e refúgio.

Esse seria um dos requerimentos, que já aprovamos na Comissão de Direitos Humanos e que aqui, se assim nós entendemos, pode sair uma missão – e naturalmente, Mecias, você vai ser um dos coordenadores – para, no seu Estado, checar *in loco* como está a situação do nosso povo e dos venezuelanos lá.

Requerimento 2. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de um ciclo de audiências públicas para debater migração e refúgio, sob a perspectiva de mudanças climáticas e de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

desastres ambientais. Todo mundo sabe que, à medida que vai havendo desastres ambientais, aumenta e muito a questão da migração. O mundo todo está comentando isso, que são historicamente dois fatores da migração global.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de um ciclo de audiências públicas sobre o debate de migração e refúgio sob a perspectiva da perseguição, do preconceito, da xenofobia e do racismo, mas sempre olhando aqueles que são discriminados nesse caso específico.

E, por fim, requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater a situação dos brasileiros no exterior.

Se vocês concordarem com esses requerimentos, nós poderíamos todos sermos signatários deles e os votaríamos para darmos o primeiro passo. Digo que a preferência das audiências públicas será sempre a do Plenário e não a do Presidente. Seria isso.

A SRA. PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Senador Paim, então, eu proponho...

Vejo aqui que o Senador Mecias de Jesus, o nosso Relator, o Deputado Túlio Gadelha, e eu também concordamos com os seus requerimentos, e eu proponho que nós possamos fazer a aprovação em globo dos Requerimentos nºs 1, 3, 5, 6, 7, 8... E o 2, cadê? *(Pausa.)*

Ah! Mas, se o Senador quiser, a gente o vota também.

Não, vamos votar todos: 1, 2, 3... E o 4? *(Pausa.)*

Eu proponho a gente aprovar todos os requerimentos que foram apresentados pelo Senador Paim: do um ao oitavo, em globo. Tudo bem?

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES
INTERNACIONAIS E REFUGIADOS Nº 1, DE 2021

Requer realização de audiência pública conjunta com a CDH do Senado

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES
INTERNACIONAIS E REFUGIADOS Nº 2, DE 2021

Que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França, informações sobre a retirada dos brasileiros do Afeganistão, a eventual recepção de refugiados vindos do Afeganistão, o posicionamento do Brasil em relação à crise humanitária no Afeganistão

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 3





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES
INTERNACIONAIS E REFUGIADOS Nº 3, DE 2021**

*Requer realização de audiência com autoridades de Boa Vista e Pacaraima sobre a
imigração do povo venezuelano*

Autoria: Senador Telmário Mota (PROS/RR) e outros

**2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 4****REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES
INTERNACIONAIS E REFUGIADOS Nº 5, DE 2021**

Requer realização de audiência Pública para debater a situação dos brasileiros no exterior

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

**2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 5****REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES
INTERNACIONAIS E REFUGIADOS Nº 6, DE 2021**

*Requer a realização de Audiência Pública para debater migração e refúgio sob a ótica do
preconceito, xenofobia e racismo*

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

**2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 6****REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES
INTERNACIONAIS E REFUGIADOS Nº 7, DE 2021**

*Requer um ciclo de Audiências Públicas para debater mudanças climáticas, desastres
ambientais, migração e refúgio*

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

**2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 7****REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES
INTERNACIONAIS E REFUGIADOS Nº 8, DE 2021**

*Requer realização de ciclo de Audiências Públicas para debater a situação dos migrantes e
refugiados no Brasil*

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) (*Pausa.*)

Então, estão aprovados os requerimentos do nosso Presidente, o Senador Paim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de fazer aqui só um registro: eu recebi uma mensagem da Irmã Rosita, que está assistindo a nós e eu gostaria de deixar aqui um abraço carinhoso para a querida Irmã Rosita. Muito obrigada pela sua mensagem carinhosa, Irmã.

Eu também gostaria de falar que é simbólico o fato de estarmos aqui, neste 14 de setembro, dia no qual celebramos os 100 anos do nascimento do notório Arcebispo Metropolitano de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns. A coragem e a humanidade de Dom Paulo jogaram luz sobre as trevas da violação dos direitos humanos durante o período da ditadura. Eu gostaria de fazer este registro.

E proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar...

Posso encerrar, Presidente Senador Paim? Posso encerrar?

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Por videoconferência.*) – De fato, você tinha razão. Houve um quarto que você incluiu, não é? E vão todos na mesma linha.

A SRA. PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Isso, isso.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Eu acho que eu acabei não lendo um. Eu li terceiro, e não li o quarto.

A SRA. PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Não, não. Não há problema.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Mas você o incluiu, porque todos vão na mesma linha. É preconceito, racismo, fronteiras, que comungam, de novo, com o nosso Mecias, que pediu a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Claro. Estão todos já aprovados, viu, Senador? Do primeiro ao oitavo.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – O.k.

Pediu palavra o nosso Senador Mecias.

A SRA. PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Claro, claro!

Com a palavra o Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR. *Pela ordem. Por videoconferência.*) – Presidente Paim, Deputada Bruna, nossa Presidente, é só para que sejam encaminhados para nós os outros requerimentos. Foram aprovados oito requerimentos, e o Senador Paim só leu três. Então, queríamos tomar conhecimento dos outros que nós aprovamos para a gente poder estudar aqui o que vai ser debatido, qual é o motivo da audiência pública, o que vai ser requerido, enfim. O.k.?

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – O.k. Perfeito, perfeitíssimo.

Se quiser, a Bruna faça a leitura agora ou manda para vocês.

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) – Não precisa, não precisa, só encaminha para a gente.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – O objetivo é o mesmo.

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) – Pode encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Não há prioridade alguma.

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) – Pode encaminhar, inclusive pelo WhatsApp.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Nós, então, estamos enviando agora para o Senador Mecias de Jesus e para o Deputado Túlio todos os requerimentos que foram aprovados aqui nesta Comissão.

Eu posso encerrar, Senador Paim? Posso encerrar?

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Eu queria, até por sugestão do nosso Líder, que a nossa assessoria da Comissão remetesse todos os requerimentos para todos os Senadores e Deputados para que eles fiquem cientes – sempre dizendo que não há data, a decisão da data será coletiva.

A SRA. PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Então, nós assim o faremos. Passaremos para todos os membros desta Comissão os oito requerimentos que nós aprovamos aqui, começando pelo Senador Mecias de Jesus.

Nada mais havendo a tratar, eu encerro os trabalhos desta Comissão.

Grande abraço.

Espero que todos estejam bem.

Muito obrigada.

(Iniciada às 15 horas e suspensa às 15 horas e 01 minuto do dia 31/08/2021, a reunião é reaberta às 14 horas e 42 minutos e encerrada às 15 horas e 20 minutos do dia 14/09/2021.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e hum minuto do dia oito de outubro de dois mil e vinte e um, por meio de Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados com a presença dos Parlamentares Zenaide Maia, Mecias de Jesus, Carlos Zarattini e Túlio Gadêlha. Deixam de comparecer os Parlamentares Diego Tavares, Eliziane Gama, Mara Gabrilli, Telmário Mota, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Flávio Arns, Baleia Rossi, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Stefano Aguiar, Jhonatan de Jesus, Bruna Furlan, Luis Miranda e Orlando Silva. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 1/2021 - CMMIR, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Tema: Crise Migratória Internacional. A audiência visa debater sobre a situação internacional dos migrantes e refugiados sob a ótica da perspectiva dos Direitos Humanos. **Participantes:** Jan Jarab, Representante Regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) para a América do Sul; Ângela Facundo, Professora do Departamento de Antropologia e do PPGAS da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; Federico Martinez, Representante Adjunto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Brasil; André de Carvalho Ramos, Procurador da República e Coordenador Nacional do Grupo de Trabalho "Migração e Refúgio" da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - MPF; João Freitas de Castro Chaves, Defensor Público Federal e Coordenador do Grupo de Trabalho Nacional para Migrações, Apatridia e Refúgio da Defensoria Pública da União - DPU; e Ezequiel Texidó, Oficial Regional de Políticas e Articulação do escritório regional para a América do Sul da Organização Internacional para as Migrações - OIM. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/10/08>





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS. Fala da Presidência.) – Olá, meus amigos e minhas amigas. É muito importante esta audiência pública.

Eu vou falar um pouco, na minha introdução, organizada pela Comissão Mista de refugiados e migrantes e a Comissão de Direitos Humanos.

Antes de iniciar a reunião, solicito que a secretária habilite a interpretação simultânea. Haverá a tradução para o português dos discursos realizados em espanhol e vice-versa. Para selecionar o canal nos controles da reunião, clique no botão "interpretação", que tem o símbolo de um globo, e selecione o de sua preferência: português ou espanhol. Para ouvir somente a tradução, selecionar, em seguida, "silenciar áudio original", "*mute original audio*".

Havendo número regimental, conforme o Regimento, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a crise migratória internacional. Irão participar da nossa audiência, de forma totalmente remota, os seguintes convidados: Jan Jarab, Representante Regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos para a América do Sul; Federico Martínez, Representante Adjunto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no Brasil; Ezequiel Texidó, Oficial Regional de Políticas e Articulação do Escritório Regional para a América do Sul da Organização Internacional para as Migrações; João Freitas de Castro Chaves, Defensor Público Federal e Coordenador do Grupo de Trabalho Nacional para Migrações, Apatridia e Refúgio da Defensoria Pública da União; André de Carvalho Ramos, Procurador da República e Coordenador Nacional do Grupo de Trabalho "Migração e Refúgio" da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; e Angela Facundo, Professora do Departamento de Antropologia e do PPGAS da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Em atenção à situação na qual, infelizmente, ainda nos encontramos, em relação à pandemia – ainda um esclarecimento – da covid-19, esta reunião, repito, ocorre de modo exclusivamente remoto, por meio do sistema de videoconferências adotado pelo Senado Federal.

Na ordem já anunciada, chamarei cada um dos convidados para suas considerações iniciais de dez minutos. De modo a facilitar a interpretação simultânea entre os idiomas e, conseqüentemente, o entendimento de todos, sugiro que as exposições sejam realizadas naturalmente e em ritmo moderado, não sendo, assim, necessário aguardar a tradução.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vejo aqui já a nossa querida e sempre presente Senadora Zenaide Maia – minha querida Senadora, seja bem-vinda!

Ao final, aqueles que desejarem fazer uso da palavra devem solicitar sua inscrição por meio da função "levantar a mão" no aplicativo ou registrando o seu pedido no bate-papo da ferramenta – a Senadora Zenaide Maia conhece bem.

Como aqui eu discorri, eu vou agora fazer o que eu sempre faço nas audiências públicas, uma fala inicial da Presidência.

Bom dia a todos e a todas.

A Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados do Senado e da Câmara dos Deputados em conjunto com a Comissão dos Direitos Humanos do Senado realizam esta audiência pública para tratar da crise migratória internacional.

Alguns pontos que serão tratados: situação do Haiti – claro, de livre escolha dos convidados –; a questão dos imigrantes, principalmente ali na fronteira do México com os Estados Unidos, que o mundo todo está acompanhando – é claro que nos surpreendeu, assustou, quando vimos uns caubóis, bem dizer, uns militares, a forma como estavam tratando os refugiados –; vamos tratar também, com toda a boa vontade dos convidados, da migração dos venezuelanos no Brasil; impactos do conflito no Afeganistão; entre outros.

Agora um esclarecimento mais importante para todos que estão nos assistindo.

Eu sou o Senador Paulo Paim e presido, neste momento, a CMMIR. A Deputada Bruna Furlan é a Vice-Presidente – foi Presidente até um ano e meio atrás. O Deputado Túlio Gadêlha é um Deputado muito atuante. E temos que trocar: um ano o Relator vem do Senado, no outro o Relator é da Câmara. Então, agora, compete à Câmara, e foi indicado, por unanimidade, o grande Deputado Túlio Gadêlha para ser o Relator.

Quero também destacar que o Presidente da CDH é o Senador Humberto Costa, sendo Vice-Presidente o Senador Fabiano Contarato.

Então, já falei aqui, explicando, que a Vice é a Deputada Bruna Furlan, desta Comissão, e o Senador Contarato é o Vice da Comissão de Direitos Humanos, da qual o Senador Humberto Costa é o Presidente.

Agradeço de pronto, desde já, a presença de todos os nossos convidados, que já citei um por um, lendo, inclusive, o pequeno histórico.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Início a minha fala, rapidamente, fazendo uma alusão à ópera *rock* The Wall, do grupo Pink Floyd, que trata do abandono e do isolamento simbolizado por um grande muro metafórico.

Essa simbologia, a que eu aqui me socorro, trata da ausência, da separação, da opressão, das tormentas, dos traumas, das angústias, do sonho calado e do exílio forçado. De um cenário individual chega-se a inquietudes coletivas, a um mar de gente que é exposto a caminhos desconhecidos sem saber o que há pela frente. Querem só viver, respirar, ter o sol no rosto, juntar as mãos em concha e saciar a sede com água, cantar junto aos pássaros cantantes. Isso é um direito universal.

As nações constroem muros, e isso não é de hoje. É uma realidade que temos que enfrentar. O nosso compromisso é fazer com que o verbo se torne presente. Onde houver refugiados e migrantes há de se ter a essência da solidariedade e da fraternidade, no respeito às diversidades e às diferenças, na compreensão das culturas.

Socorro-me mais uma vez. Eduardo Galeano assim nos legou:

Desde sempre, as borboletas, as andorinhas e os flamingos voam fugindo do frio [...] [milhares de léguas], e nadam as baleias [...] [à procura] de outro mar [...].
[Por outro lado] não são livres os caminhos do êxodo humano.
[...] marcham os [...] [refugiados e os imigrantes] da vida impossível.

Há, de fato, uma crise migratória internacional, e é por isso que estamos aqui. Temos que entender essa situação, as causas, os problemas, o que está sendo feito e o que nós podemos fazer. Há guerras, conflitos armados e conflitos políticos e ideológicos, perseguições, organizações criminosas, fome, miséria, desemprego, instabilidade econômica, problemas climáticos, pandemia – só no Brasil estamos com 600 mil mortes –, há violação dos direitos humanos, há violência contra mulheres, crianças e idosos, há estupros, assassinatos, tortura. Tudo, tudo é muito grave!

Por isso, mais uma vez, agradeço a presença de todos vocês.

Conforme relatório da Acnur, de 18 de junho de 2021, com dados de 2020, são 80,2 milhões de refugiados. Repito, 80,2 milhões de refugiados, o maior número de que se tem registro. Em 2020, o Brasil concedeu, em número de asilos e refugiados, 26,8 mil, um aumento de 21% em relação ao ano de 2019. Todos os países têm que estar sempre de braços abertos para receber a população mundial. O México concedeu asilo para 22,5 mil, e a Holanda, para 12,5 mil. O acolhimento é um dos maiores dons da humanidade. Não podemos perdê-lo.

Finalizo dizendo o seguinte: os problemas estão aí e são muitos, os desafios são enormes, mas a nossa resistência há de ser maior ainda. Grandes nomes da humanidade disseram que o





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dever é uma tristeza, ao passo em que o amor é uma espontaneidade. O que fazemos por amor sempre se consuma além do bem e do mal. Outros afirmam que o amor é o próprio bem. Acredito que somos movidos pelo amor, somos essencialmente amor, corpo, alma e espírito. Somos o todo da humanidade, somos o universo em si mesmo. Não há nada mais sagrado que a vida.

Nesta introdução, com um pouquinho de emoção, natural das nossas atividades – minha, de todos vocês e de muita gente que está nos ouvindo –, eu quero, então, agora, dizer que este evento será interativo. Os cidadãos podem enviar perguntas e comentários pelo telefone da Ouvidoria do Senado, 0800-612211, e pelo portal e-Cidadania.

Agora, nós vamos, de imediato, conforme eu anunciava, à fala dos nossos convidados.

Como eu anunciei, eu espero que esteja já na tela. Se por ventura ele não estiver, eu o chamarei num outro momento, porque ele é o Relator. Eu pergunto se está já à nossa disposição o Deputado Túlio Gadêlha. *(Pausa.)*

O Deputado Túlio Gadêlha já se encontra? *(Pausa.)*

Como o Relator não se encontra, então, conforme eu havia anunciado, agora eu vou à palestra dos convidados. Cada um terá dez minutos.

Em seguida, falarão os Senadores. Já se encontram presentes, quero destacar, com muito carinho, a Senadora Zenaide Maia e o Senador Mecias de Jesus, sempre presentes nas Comissões que tratam das grandes causas da humanidade.

Então, vamos lá!

Vamos, de imediato, passar para o Sr. Jan Jarab, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. O seu tempo é de dez minutos.

Só para orientarmos os próximos: em seguida, Federico Martínez, Stéphane Rostiaux, Professora Angela Facundo, André de Carvalho Ramos e João Freitas de Castro Chaves. Estes serão os nossos convidados, na sequência. E, quando eu for chamando, eu leio a representação.

Por favor, Sr. Jan Jarab, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Acnudh).

O SR. JAN JARAB – Estimado Senador Paim, Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas, bom dia a todas e todos.

Escuta-me bem?





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Sim, perfeito, doutor.

O SR. JAN JARAB (Para expor.) – É, para mim, uma grande honra, um prazer participar nesta audiência pública representando o Escritório Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, escritório que cobre sete países, incluindo o Brasil. Não temos um escritório do país no Brasil, mas trabalhamos através da assessoria nacional dos direitos humanos na equipe do Sistema de Nações Unidas no Brasil.

Nos últimos anos nosso escritório desenvolveu uma cooperação sem precedentes com este honorável Congresso, especialmente com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, com a qual estamos conduzindo uma série de audiências públicas sobre várias questões de direitos humanos identificadas nas recomendações da revisão periódica universal. A audiência sobre direitos dos migrantes está prevista para o dia 5 de novembro.

Sou muito grato pelo convite ao nosso escritório para participar desta audiência pública sobre a crise migratória para compartilhar o nosso ponto de vista e para, também, ouvi-los e aprender mais sobre os desafios que o Brasil está enfrentando neste assunto.

Permitam-me, por favor, começar com uma observação fundamental: as pessoas migrantes têm direitos humanos. A maioria dos direitos são garantidos no mesmo nível em que os dos cidadãos do país. Somente em alguns direitos políticos pode ser exigido que a pessoa tenha a nacionalidade do país ou em direitos econômicos, sociais e culturais. Embora todos gozem de sua proteção, os direitos dos migrantes em situação regular podem ser protegidos em um nível superior ao dos migrantes em situação irregular, mas o principal é que todos têm direitos humanos.

O Sistema das Nações Unidas aborda a questão da migração e os direitos das pessoas migrantes de diferentes perspectivas. Uma contribuição recente foi o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, cuja implementação é liderada em âmbito global por nossos colegas da Organização Internacional para as Migrações; um pacto que não é um tratado vinculante, não é um documento de direitos humanos, mas, sim, visa reduzir os riscos e vulnerabilidades enfrentados pelas pessoas migrantes em diferentes estágios da migração, respeitando, protegendo e cumprindo os seus direitos humanos e fornecendo-lhes cuidado e assistência.

Nesse contexto, é lamentável que o Brasil tenha se retirado desse pacto em janeiro de 2019. Além disso, o Brasil é um dos poucos países da América Latina que ainda não ratificou a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, que, aí sim, é um tratado vinculante de direitos humanos.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, os direitos das pessoas migrantes são protegidos por todos os oito outros tratados de matérias de direitos humanos: as crianças migrantes pela Convenção sobre os Direitos da Criança, cujo comitê tem repetidamente enfatizado que a proteção proporcionada pela convenção tem precedência sobre seu *status* migratório; as mulheres migrantes, protegidas pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher; todas as pessoas migrantes pela Convenção Contra a Tortura, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, etc. Em sua revisão dos relatórios dos Estados Partes, os órgãos do tratado estão dedicando crescente atenção à perspectiva dos direitos das pessoas migrantes como uma categoria particularmente vulnerável.

Também temos as relatorias especiais estabelecidas pelo Conselho de Direitos Humanos, o relatório especial sobre os direitos humanos dos migrantes, mas também outros mandatos que cada vez mais enfatizam que as pessoas migrantes, inclusive as pessoas migrantes em situação irregular, têm direitos humanos e que os Estados têm obrigações com elas.

Evidentemente, uma categoria que requer proteção particular é a das pessoas refugiadas. Disso vai falar o meu colega de Acnur.

No mundo atual, o termo "deslocamento forçado" e "migração forçada" são cada vez mais utilizados. Segundo o Acnur, existem hoje cerca de 80 milhões de pessoas deslocadas forçadamente no mundo. Não são apenas refugiados no sentido da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, mas também há milhões fugindo dos Estados falidos, desastres naturais e, cada vez mais, como mencionou o Senador Paim, também dos efeitos da mudança climática, da seca, da degradação do meio ambiente. Sete milhões delas estão nas Américas, e cerca de cinco milhões delas são pessoas venezuelanas. O segundo país da região de onde provém um grande número de imigrantes que podem ser considerados migrantes forçados é o Haiti, um país profundamente afetado por uma série de desastres naturais, pobreza extrema e instabilidade política.

Em sua Resolução 2/18, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos considerou que a migração venezuelana é uma migração forçada pelas violações dos direitos humanos, bem como pela grave crise alimentar e de saúde enfrentada pela Venezuela. A CIDH expressou sua preocupação com práticas como rejeições na fronteira, explosões coletivas, práticas discriminatórias contra as pessoas venezuelanas, exploração laboral das pessoas migrantes venezuelanas, mas também com o impacto dessa migração sobre os povos indígenas em algumas áreas de fronteira.

Para o nosso escritório regional, a situação da migração forçada venezuelana é motivo de especial preocupação. Exemplo disso são, por exemplo, as recentes mudanças na política do





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Chile e do Peru, dois países que antes receberam um grande número de migrantes venezuelanos. Entretanto, desde o início de 2021, ambos os países têm convocado as Forças Armadas para participar do controle das fronteiras, o que levou, especialmente no caso do Peru, a um grande número de rejeições na fronteira, não apenas de pessoas venezuelanas, na fronteira norte, com o Equador, mas também de pessoas haitianas e africanas na fronteira com o Brasil. No Chile, houve múltiplas explosões de aviões internos com migrantes, atos de violência institucional contra as pessoas migrantes.

A situação humanitária continua a ser preocupante. A crise migratória está presente e não será resolvida só com políticas focadas em controle e segurança. Isso é demonstrando pelas experiências da Europa, da América Central, de outras regiões do mundo que passaram por crises migratórias antes da América do Sul. A lição aprendida é que fechar fronteiras e tentar impedir a entrada de pessoas migrantes têm apenas efeitos temporários e aumentam os riscos, pois fazem com que os migrantes se escondam, se tornem invisíveis, como mostra, por exemplo, a experiência mexicana, com os anos de expulsões expressas dos centro-americanos na fronteira sul do México. As pessoas desesperadas estão sendo empurradas para caminhos cada vez mais perigosos: enfrentam o risco de morrer em condições climáticas adversas, de serem abandonadas por traficantes, de se tornarem vítimas de tráfico de pessoas. Os milhares de cadáveres de migrantes ao redor do trem de mercadorias do México, conhecido como La Bestia, são uma triste testemunha de uma política que não cumpre nenhum desses objetivos, mas causa enorme sofrimento humano.

É preciso lembrar que praticamente todas as pessoas migrantes em situação irregular são pessoas que teriam preferido estar em uma situação regular, mas que não puderam fazê-lo. Há um enorme viés de classe nas políticas de migração focadas no controle: enquanto não são discriminadas ou marginalizadas socialmente as pessoas migrantes que têm recursos econômicos, relevância social midiática, as pessoas migrantes pobres são alvo das políticas de controle. A filósofa espanhola Adela Cortina fala de "aporofobia", uma rejeição dos pobres e desfavorecidos.

Finalmente, permitam-me mencionar a situação das pessoas migrantes no contexto da pandemia de covid. Em muitos países da região, as pessoas migrantes foram particularmente afetadas pelas medidas de saúde, pois muitas vezes trabalham no setor informal e, em grande parte, não tiveram acesso às medidas de mitigação econômica implementadas pelos governos. Isso forçou muitos deles a retornarem aos seus países de origem, mas, mesmo nesta situação, enfrentaram discriminação por parte das autoridades dos seus próprios países, novamente muitas vezes com abordagem baseada na classe.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em conclusão, nosso escritório reitera seu apelo aos Estados para que formulem suas políticas de migração com a abordagem de direitos humanos, abordando as necessidades de proteção que vão além do Estatuto dos Refugiados, incluindo razões humanitárias, proteção de crianças, etc., para atender as necessidades humanitárias e, acima de tudo, para desenvolver políticas de migração regular e ordenada e até mesmo de regularização de pessoas que se encontram em situação irregular.

Agradeço sua atenção e reitero o compromisso do nosso escritório de continuar cooperando com as autoridades brasileiras, com os Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário, assim como com as instituições autônomas e a sociedade civil para promover e proteger os direitos de todas as pessoas, inclusive das pessoas migrantes.

Muito obrigado por sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Agradeço inclusive pela pontualidade. A pontualidade foi perfeita nos dez minutos. E a nossa contratada, que é a tradutora, tem um tempo ajustado – nós não vamos passar o tempo, não. Fique tranquila!

Eu queria que depois a assessoria colocasse o nome dela aí para eu registrá-lo aqui no nosso diálogo.

Já chegou aqui. A assessoria é rápida. Então, vou cumprimentar a tradutora Rosana.

Muito obrigado, Rosana, pela colaboração que está dando a esta nossa audiência tão importante.

Dr. Jan Jarab, Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Acnudh) para a América do Sul, eu quero agradecer-lhe muito a exposição. Foi brilhante, fez um resumo do objetivo. Eu sei que na mesma linha outros também irão, mas cada um dando a sua visão. Então, muito, muito obrigado.

Nós teremos um outro momento, depois da rodada, em que eu farei algumas perguntas, e cada um responde como entender mais adequado.

Então, eu passo de imediato para o Dr. Federico Martínez, Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) no Brasil.

O SR. FEDERICO MARTÍNEZ-MONGE (Para expor.) – Bom dia!

Gostaria de reconhecer e cumprimentar o Sr. Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim, e através dele reconhecer as Sras. e Srs. Senadores, Deputados e Deputadas que nos





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

acompanham, os outros palestrantes que também vão se referir à temática hoje e o público em geral.

Em nome do Alto Comissário para Refugiados, o Sr. Filippo Grandi, o Acnur gostaria de agradecer pelo convite para participar desta audiência pública e aproveitar para manifestar, em nome das Nações Unidas, gratidão às autoridades e ao povo do Brasil pela generosidade na acolhida dos refugiados...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – O microfone do Dr. Federico Martínez...

O microfone de V. Exa., Dr. Federico, não está aberto.

Estava bem antes. *(Pausa.)*

O SR. FEDERICO MARTÍNEZ-MONGE – Vocês podem me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Pronto. Perfeito.

O SR. FEDERICO MARTÍNEZ-MONGE – Perfeito.

Eu estava cumprimentando, Sr. Presidente, a sua pessoa e, por seu intermédio, também as outras autoridades que nos acompanham e os palestrantes.

Estava mencionando que, como Acnur, gostaríamos de agradecer pelo convite para participar da audiência e também aproveitar para manifestar, em nome das Nações Unidas, gratidão ao povo e às autoridades do Brasil pela generosidade na acolhida de refugiados e solicitantes da condição de refugiados no Brasil.

Fornecer proteção às pessoas que fogem de perseguições, conflitos e violações de direitos humanos é uma das tradições mais antigas da humanidade, um valor compartilhado, incorporado em muitas tradições religiosas e culturais e que também faz parte do direito internacional.

O Acnur é o órgão subsidiário da Assembleia Geral das Nações Unidas, estabelecido faz 70 anos, para fornecer proteção a refugiados e, junto com os governos, buscar soluções para seus problemas. O pessoal da Acnur opera em 184 países em todo o mundo, e nosso escritório no Brasil está operando desde a década de 1980. E, neste ano, entrou em vigor o acordo de sede com o Brasil.

Não podemos falar de refugiados sem falar sobre direitos humanos. O arcabouço jurídico estabelecido pela Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, e o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1967, derivam diretamente do direito de solicitar asilo, afirmado no Artigo 14 da Declaração Universal de Direitos Humanos e no Artigo 22, parágrafo 8, da





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Convenção Americana sobre Direitos Humanos. O ponto de partida para a proteção internacional dos refugiados é precisamente a admissão das pessoas que fogem da perseguição e da violência no território onde podem pedir proteção e encontrar segurança. Portanto, é crucial que os Estados entendam e observem as obrigações de não devolução, a fim de estabelecer sistemas de entrada que respeitem essas obrigações.

Neste contexto, precisamos nos referir à pandemia da covid-19 e ao fato de que o número de pessoas fugindo de guerras, violência, perseguições, violações de direitos humanos nos últimos meses tem continuado a aumentar. Hoje há mais refugiados no mundo do que em qualquer momento desde o fim da Segunda Guerra Mundial. As causas de deslocamento contemporâneo tornaram-se cada vez mais complexas à medida que o conflito, a violência e os abusos de direitos humanos estão cada vez mais entrelaçados com animosidades étnicas, religiosas, pobreza aguda, fatores ambientais ligados a mudanças climáticas. Ao mesmo tempo, o sistema internacional de proteção de refugiados, o direito a pedir asilo, princípio da não devolução, está enfrentando desafios sem precedentes. O impacto das medidas para combater a covid, como, por exemplo, o fechamento das fronteiras e as restrições ao movimento, tornaram consideravelmente mais difícil para as pessoas que fogem da guerra e da perseguição chegarem a um lugar seguro. Embora os Estados possam estabelecer medidas que podem incluir testes de saúde ou medidas como quarentenas para as pessoas que buscam proteção internacional, tais medidas não podem resultar na negação de uma oportunidade efetiva de buscar proteção como refugiado ou resultar em devolução.

Desde o começo da pandemia, nosso Alto Comissário tem expressado que o rechaço indiscriminado de pessoas que cruzam as fronteiras, inclusive por motivos de saúde ou segurança pública, é incompatível com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1951, e com as normas internacionais de direitos humanos. Portanto, nosso Alto Comissário tem feito um apelo a todos os Estados para: primeiro, suspender rapidamente as restrições sobre o sistema de proteção de refugiados relacionados com a saúde pública que hoje estão em vigor; segundo, restaurar o acesso total à proteção de refugiados para as pessoas cujas vidas dependem dele, em conformidade com as leis internacionais e as obrigações de direitos humanos, ao mesmo tempo que se garantisse a aplicação de medidas de saúde pública.

Com mais de 80 milhões de pessoas deslocadas forçosamente em todo o mundo, as imagens de pessoas presas em pontos de fronteira ou atravessando mares para chegar a outros países ainda acontecem regularmente. E, nos títulos dos jornais, os termos "refugiado" e "migrante" são frequentemente usados alternadamente na mídia e no discurso público, mas existe uma diferença entre os dois. E isso importa? A resposta é: sim, há uma diferença, e isso importa.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Desde uma perspectiva de direitos humanos, os dois termos têm significado distinto, diferente, e confundi-los leva problemas para ambas as populações. Um refugiado é alguém que deixou o seu país de origem e não pode ou não deseja voltar devido a uma grave ameaça à sua vida ou liberdade. A definição legal internacional do termo "refugiado" está contida na Convenção de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados. Um migrante é mais bem compreendido como alguém que opta por se mudar não por causa de uma ameaça ao direito da liberdade ou à vida, mas para encontrar trabalho, para estudar, reunião familiar ou outras razões pessoais. Ao contrário dos refugiados, os migrantes não têm medo de perseguição ou danos graves nos seus países de origem. Os migrantes continuam a desfrutar da proteção dos seus próprios governos mesmo quando estão no exterior e podem voltar para casa.

É evidente que refugiados e migrantes têm os mesmos direitos humanos universais e liberdades fundamentais, que devem ser respeitados, protegidos e cumpridos em todo o momento, sem considerar nacionalidade, situação migratória ou documentação. Ao mesmo tempo, os países lidam com os migrantes de acordo com suas próprias leis e processos de migração. Os países lidam também com refugiados por meio de normas específicas de proteção aos refugiados, definidas na legislação nacional e no direito internacional. Os países têm responsabilidades específicas para com qualquer pessoa que solicita ser reconhecida como refugiado em seus territórios. O Acnur ajuda os países a lidar com as responsabilidades de auxílio e proteção de refugiados.

Eu gostaria agora de me referir à escala do deslocamento forçado em todo o mundo. No final de 2020, já foi mencionado que o Acnur estimou em 82,4 milhões o número de pessoas deslocadas forçosamente pela violência e pela perseguição – isso equivale à população inteira dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Esse número de pessoas inclui hoje 26,4 milhões de refugiados; 48 milhões de pessoas deslocadas internamente; 4,1 milhões de solicitantes da condição de refugiados; e quase 4 milhões de venezuelanos deslocados para o exterior.

É muito preocupante observar que, pelo nono ano consecutivo, há aumento constante e ininterrupto de deslocamento forçado globalmente. É importante indicar de onde provêm essas pessoas, os países de origem. Nesse sentido, cinco países respondem pelos 67% de todos os deslocamentos transfronteiriços no mundo: a Síria, com quase 7 milhões de pessoas fora da Síria; Venezuela é o segundo país com maior população deslocada no exterior; Afeganistão, com mais de 2,5 milhões; Sudão do Sul, com 2,2 milhões; e Myanmar, com mais de 1 milhão. A enorme maioria dos refugiados do mundo é hospedada por países vizinhos e países de baixa ou média renda. Essas pessoas se dirigem... Aqui vale a pena mencionar os principais países de acolhida: a Turquia, pelo sétimo ano consecutivo, acolheu a maior população de refugiados do





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mundo, 3,7 milhões; seguida pela Colômbia, com 1,7 milhão; Paquistão, Uganda e Alemanha, com mais de 1 milhão por país.

Muito brevemente, não vou me referir à situação do Afeganistão, mas gostaria de agradecer e parabenizar o Brasil pelos esforços concretos, como, por exemplo, essa opção do visto humanitário, que vai permitir ou pode abrir a possibilidade de que pessoas que hoje continuam sofrendo uma situação humanitária muito grave muito visível sejam acolhidas no Brasil também.

Já foi mencionado que a situação de venezuelanos, pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela, na América Latina é o maior fluxo histórico na região. Hoje mais de 5,4 milhões de venezuelanos estão vivendo no exterior. Estima-se que entre 260 mil e 270 mil venezuelanos estão no Brasil. Outras situações que necessitam de atenção dentro da América Latina está a situação de violência e instabilidade na América Central. Quase 600 mil pessoas de El Salvador, Guatemala e Honduras têm saído e estão deslocadas no exterior. A enorme maioria delas tem solicitado a condição de refugiado nos Estados Unidos, mas também em outros países, como México, Canadá e Costa Rica.

Vale a pena também nos referirmos à crise política e humanitária no Haiti. Para além de pessoas que hoje estão saindo do Haiti, também existe uma situação muito visível de pessoas que já tinham saído do Haiti faz vários anos, que moravam em países como Chile e Brasil, e que decidiram empreender uma rota para o norte. Assim temos visto que têm recebido muita visibilidade situações como essas nos Estados Unidos, México, Panamá, Colômbia, na qual milhares de pessoas estão com necessidade de assistência.

Eu gostaria de finalizar a minha intervenção fazendo uma breve referência ao papel dos Parlamentares, os Srs. e Sras. Deputadas e os Srs. e Sras. Senadoras, na proteção de refugiados. Os membros do Congresso, Câmara e Senado, desempenham um papel crucial para garantir a proteção de refugiados através de medidas como as seguintes: adesão a tratados internacionais, como a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, que já aconteceu no Brasil; a adoção de uma normativa nacional, uma legislação nacional para a proteção de refugiados, que no caso do Brasil é a Lei 9.474 – e de fato no próximo ano vamos estar comemorando junto ao Brasil os 25 anos desde a adoção dessa lei –; e também os Parlamentares têm um papel de supervisionar as dotações de orçamento nacional, tanto para garantir um funcionamento adequado dos sistemas nacionais de proteção de refugiados – e aqui vale a pena mencionar o Conare (Comitê Nacional para os Refugiados) e também a Operação Acolhida, hoje uma resposta exemplar para a acolhida de refugiados e migrantes da Venezuela – como também, como parte do orçamento nacional, é importante continuar garantindo financiamento suficiente para programas nacionais e serviços públicos para garantir também que atendam as necessidades de refugiados e





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

migrantes, não através de programas paralelos, mas garantindo o acesso dos refugiados a esses programas.

Finalmente, como líderes de opinião pública, os Parlamentares podem influenciar positivamente o discurso público, incluindo, através de audiências como esta, e também transmitindo a mensagem ao público de que a resposta aos fluxos de refugiados deve ser baseada em princípios fundamentais de humanidade e de direitos humanos, incluindo o direito de solicitar e receber asilo. Muito obrigado. Fico disponível para perguntas no momento adequado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito, muito obrigado, Dr. Federico Martínez, Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur). Deu um quadro impressionante da realidade no planeta, eu diria.

E eu já digo que todas as propostas aqui apresentadas pelos nossos convidados que falaram até o momento e pelos que vão falar a equipe de assessores, que é muito boa, desta Comissão vai depois resumir para nós darmos o encaminhamento que estiver ao alcance desta Comissão, assim como para cobrarmos também de outras autoridades que possam colaborar. Então, muito obrigado já por todas sugestões. Nós vamos dar o devido encaminhamento.

Como havia combinado, falará o nosso querido Deputado Federal Túlio Gadêlha, que é o Relator desta Comissão, um dos que ajudou a organizar este momento e está nos ajudando muito nesse pouco período em que assumimos. Esta é a primeira audiência que fizemos ao vivo para todo o Brasil. Então, de imediato...

Só registrando – Túlio, me permita –, também estão conosco já o Deputado Federal Zarattini, a Senadora Zenaide Maia, o Senador Mecias de Jesus, e a Bruna está também acompanhando.

Eu passo a palavra para o Deputado Federal Túlio Gadêlha, Relator desta Comissão. Eu tenho certeza de que vai fazer um grande trabalho na relatoria.

Muito obrigado, Túlio. A palavra é tua.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Como Relator.) – Senador Paulo Paim e demais convidados, queria fazer uma saudação especial aqui àqueles que compõem a Comissão – o Senador Paulo Paim, a Vice-Presidente, Deputada Bruna Furlan – e também agradecer a presença de todos os participantes aqui... *(Falha no áudio.)* do Departamento de Antropologia; o Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas... *(Falha no áudio.)* Stéphane, da





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Comissão da OIM no Brasil; o André de Carvalho, Coordenador Internacional do Grupo de Trabalho de "Migração e Refúgio"; e o nosso professor, meu amigo pernambucano, João Chaves, que é Coordenador do Grupo de Trabalho Nacional para Migrações, Apatridia e Refúgio da Defensoria Pública da União.

Quero pedir desculpas aos colegas porque eu estou em deslocamento e, como podem ver, estou embarcando num voo. A nossa vida, o Senador sabe muito bem, é isso, a gente precisar se deslocar, e por isso a gente está nessa missão. A gente rodou recentemente pelo Estado por 15 Municípios nesses últimos dois dias, e agora retorno a Brasília.

Queria primeiro, antes de tudo, Senador Paim, dizer da importância desta Comissão, de debater esse tema com profundidade. A situação do Afeganistão vem servindo de cenário mundial para uma discussão mais ampla sobre imigrantes e refugiados. E, a partir dessa discussão, a gente também percebeu as dificuldades que o nosso Governo tem provocado para receber as pessoas que precisam desse visto humanitário. A partir daí, a gente solicitou aqui à Comissão a convocação do Ministro das Relações Exteriores para que ele preste esclarecimentos sobre essas dificuldades, tendo em vista que o próprio Presidente da República, no seu discurso na ONU, chegou a mencionar que o Brasil está de portas abertas para aqueles, para o povo afegão cristão, que nós sabemos que representa um percentual ínfimo do povo afegão.

Então, a gente precisa continuar promovendo essas audiências, promovendo esses debates nesta Comissão. Nossa intenção é fazer com que esta Comissão perdure por mais de um ano, Senador Paim. E, por isso, quero parabenizar a Senadora Mara Gabrilli, que não tem medido esforços para apresentar um projeto de resolução que altere o Regimento Comum do Congresso Nacional com esse objetivo de consolidar as atividades legislativas da Comissão Mista Permanente sob ação desse requerimento, e já solicitamos inclusive o apoio daqueles Senadores que se encontram aqui na Comissão para que possam subscrever esse projeto de resolução.

Peço desculpas aos colegas por estar agora em deslocamento, mas em breve estarei aí na Câmara e no Senado para a gente poder presencialmente debater esse e outros temas de relevância política internacional.

Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Eu que agradeço, Deputado Federal Túlio Gadêlha, que é o Relator desta Comissão e lembra, com muita propriedade, que a Relatora anterior foi a nossa querida Senadora Mara Gabrilli. Mas, como nós dizíamos, um ano é a Câmara e um ano é o Senado que assume a relatoria e também a Presidência e a Vice-Presidência. Há essa alternância.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria já dizer que a sua proposta de convite ou convocação – o importante é que ele venha – já fica acatado por esta Presidência como um dos encaminhamentos desta audiência pública. A gente encaminha um convite ao Ministro de Relações Exteriores para falar da situação dos refugiados e imigrantes, enfim, no que compete à área dele e suas preocupações.

Então, obrigado por ter participado. Estamos juntos. Haveremos de fazer um grande trabalho nesta Comissão.

Algumas vezes dizem, permita que eu fale isso, que há uma área que não dá muito voto, que é a de refugiados e tratar da situação de índios, negros e quilombolas. Mas nesta Comissão todos os Deputados e Senadores voluntariamente entraram, como também o Relator, porque a nossa questão, podem crer os nossos convidados, é pela causa – pela causa! – e por isso é importante ver a presença aqui de inúmeros Deputados e também Senadores.

Muito obrigado, Deputado Federal Túlio. Estamos juntos, viu? Conte sempre com esta Presidência.

Um abraço.

Então, de imediato, seguindo a ordem dos convidados, eu vou passar a palavra ao Dr. Ezequiel Texidó, Oficial Regional de Políticas e Articulação do Escritório Regional para a América do Sul da Organização Internacional para as Migrações (OIM).

Dr. Ezequiel, está com o senhor a palavra.

O SR. EZEQUIEL TEXIDÓ (Para expor.) –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. EZEQUIEL TEXIDÓ *(Tradução simultânea.)* – ... a partir do terremoto de 2010 também se tem mantido e também com deslocamentos inter-regionais até outros países, como países do Cone Sul, como o Chile e, em número menor, mas também considerável, a Argentina. E nos encontramos com um deslocamento muito mais diverso por todo o território sul-americano, principalmente o corredor latino, mas também através das Guianas, do Brasil e através da Venezuela e da fronteira da Colômbia com Panamá – principalmente essa zona é uma zona muito perigosa, muito difícil no território panamenho –, atravessando, em seguida, o território com o objetivo de chegar aos Estados Unidos.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Essas migrações são perigosas. As pessoas se colocam em processos de muito abuso e podemos qualificá-las como populações muito vulneráveis. Em muitos casos os processos são feitos de maneira irregular, sem muitas vezes o consentimento, digamos assim, dos estados aonde chegam. E também é importante dizer que esses fluxos são fluxos de trânsito, com algumas exceções, como já mencionamos antes: Brasil, Chile e Argentina reagiram com medidas importantes, permitindo, através da concessão de distintos tipos de vistos temporários, um tempo maior ou até de uma residência regular.

Desculpem-me eu estar extrapolando um pouco tempo, mas tentei caracterizar basicamente os principais fluxos hoje.

Então, estou à disposição para perguntas, quaisquer perguntas e dúvidas que tenham.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito, muito obrigado, Dr. Ezequiel Texidó, Oficial Regional de Políticas e Articulação do Escritório Regional para a América do Sul da Organização Internacional para as Migrações (OIM). O Dr. Ezequiel foi muito preciso mostrando a dificuldade dos refugiados no mundo todo. Naturalmente, na segunda etapa nós entraremos em algumas perguntas.

De imediato, eu passo a palavra para Dr. João Freitas de Castro Chaves. O Dr. João Freitas é Defensor Público Federal e Coordenador do Grupo de Trabalho Nacional para Migrações, Apatridia e Refúgio da Defensoria Pública da União (DPU). O tempo é seu.

O SR. JOÃO FREITAS DE CASTRO CHAVES (Para expor.) – Bom dia, Senador Paulo Paim; bom dia a todas as pessoas que nos ouvem e que assistem a nós pela TV Senado. É um grande prazer e uma grande honra estar aqui mais uma vez na Comissão Mista que tem sido uma verdadeira frente de resistência de direitos de pessoas migrantes no Brasil. E parabeno também o Deputado Túlio Gadêlha, que não pôde participar. S. Exa. me enche de orgulho, porque fomos colegas também da Universidade Católica de Pernambuco, eu como professor. E também envio minha saudação a todas as instituições presentes: o Escritório das Nações Unidas para Direitos Humanos (Acnudh), OIM e Ministério Público Federal com seus representantes, todos os Srs. e Sras. Deputadas e Deputados, Senadores e Senadoras.

Estou no momento numa missão de campo em Corumbá, estou com nosso uniforme de campo fazendo atendimento a pessoas migrantes em situação de rua na cidade de Corumbá, em contexto de fronteira, o que é uma prioridade para a Defensoria Pública da União. Considero que é muito importante esse debate da Comissão neste momento.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O que me parece muito relevante pontuar é que a crise migratória internacional já avançava nos últimos anos, como já relatado, e a pandemia, ao menos no cenário sul-americano, veio para acentuar essa tendência e acentuar o que me parece ser um momento de desorganização dos fluxos migratórios e a necessidade de uma nova reflexão sobre nossas atuações sobre ele.

De modo geral, o que me parece é que o Brasil se viu pela primeira vez dentro de um contexto maior e não está isolado. Ou seja, por mais que tenhamos temas gravíssimos dentro do País relativos à pandemia, à gestão pública, a migração não pode ser esquecida como um tema secundário e essa acredito que seja a missão da audiência. Além disso, cada vez mais os temas sobre migrações e refúgio que se apresentam não são abstratos nem distantes e nem teóricos. Na verdade, as questões internacionais chegaram pouco a pouco à nossa porta e entraram na discussão e no cotidiano do Brasil, como tentarei pontuar brevemente.

Em primeiro lugar, um tema que me parece relevante e que muitas vezes foi negligenciado no passado é o do acesso ao Território brasileiro. Nós sabemos que, em geral, o Brasil para pessoas migrantes não é o país desejado, é o país possível para a migração, e por isso é fundamental dar atenção ao tema de emissão de vistos em postos consulados brasileiros no exterior, especialmente vistos para fins de acolhida humanitária, como previu a Lei de Migração.

E quanto a isso a Defensoria Pública tem tido uma atuação constante em diversas esferas. Além de uma discussão mais ampla por meio de recomendação para adequação do modelo de emissão de vistos ao devido processo legal, à Lei de Migração e à Lei de Processo Administrativo, temos uma atenção muito grande, por exemplo, à emissão de vistos pela Embaixada do Brasil no Haiti, que foi praticamente interrompida. Por conta disso, ingressamos com uma ação civil pública para que haitianos sejam dispensados da exigência de vistos, já que é impossível hoje obter vistos para acolhida humanitária no Haiti. Além disso, temos problemas de emissão desses mesmos vistos para nacionais da Síria, nos postos consulares de Damasco e de Beirute, e tivemos recentemente a discussão sobre a acolhida humanitária de nacionais do Afeganistão, quando fomos surpreendidos – após a notícia muito boa da Portaria Interministerial 24, que garantiu o direito de acolhida humanitária – com a notícia de exigências indevidas para requerentes de visto, como, por exemplo, comprovação de plano de saúde ou dinheiro para custeio de curso de português, revalidação de diplomas, etc. Por conta disso, promovemos uma recomendação e, felizmente, o Ministério das Relações Exteriores reconheceu esse erro em resposta enviada na última segunda-feira.

Um outro tema que me preocupa muito, como bem mencionado, é o do fluxo de pessoas haitianas. Hoje existe uma tendência bastante repressiva à migração haitiana em todo o nosso continente, passando da América do Sul até a fronteira México-Estados Unidos, e nos preocupa





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

bastante a criação de uma verdadeira fronteira vertical que impede a migração de pessoas haitianas, muitas vezes com violência, como foi o caso das cenas ocorridas na fronteira México-Estados Unidos. Também causou muita preocupação o fato de que há pessoas brasileiras, especialmente crianças brasileiras filhas de pais haitianos, que foram deportadas para o Haiti, e não para o Brasil. Além de manifestarmos nossa preocupação com a política de deportações em massa dos Estados Unidos, a Defensoria recomendou que o Itamaraty atue para garantir o direito de assistência consular a essas crianças brasileiras de pais haitianos que foram deportadas e, eventualmente, sua repatriação ao Brasil.

Por outro lado, o que se percebe é a necessidade de políticas de assistência social em zonas de fronteira também para a população haitiana. Eu estive, em março, na cidade de Assis Brasil, no Acre, estou hoje em Corumbá, no Mato Grosso do Sul, e é perceptível que o fluxo migratório haitiano vive um momento de verdadeiro desespero, e é necessário que o Brasil promova medidas adequadas de assistência a essa população que sonha em migrar, como eu tenho também repetido, deixando de lado a ideia de esperança e partindo para o verdadeiro desespero, o que foi relatado recentemente numa reportagem da *Folha de S.Paulo*, enfocando a rota de violência, estupros, ameaças e mortes que tem marcado esse fluxo.

É importante salientar que temas como a Floresta de Darién não são mais algo distante. Pelo contrário, hoje, a política migratória deve considerar a Floresta de Darién, o deserto americano, como também pontos relevantes de análise. Isso sem mencionar a infância migrante, que é um tema cada vez mais relevante na discussão migratória, especialmente a migração de crianças e adolescentes separados e desacompanhados, o que chamou a atenção do Brasil, especialmente da Defensoria Pública da União, na fronteira Brasil-Venezuela, em Pacaraima, pelo volume. É perceptível também, em outras zonas de fronteira, e, cada vez mais, vai exigir um marco normativo adequado que conjugue governança migratória e a proteção prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e o acesso da criança migrante ao sistema de garantia de direitos previsto pelo ECA.

No plano interno, já repetimos e tivemos até audiências públicas específicas – e o Senador Paim se lembra bem – quanto à inconstitucionalidade e ilegalidade do fechamento de fronteiras indiscriminado. Hoje nós temos um verdadeiro bolsão de pessoas indocumentadas no Brasil. Essas pessoas, que podemos estimar em dezenas de milhares, ingressaram de modo irregular, pois as fronteiras terrestres estavam praticamente fechadas. Está em vigor a Portaria nº 658, que é a 33ª portaria de restrição de entradas desde março de 2020, com a suspensão do direito de refúgio para pessoas que ingressam pela via terrestre de modo irregular.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, como também devemos salientar, permite-se público nos estádios de futebol, permitem-se *shows*, permitem-se cruzeiros, mas não se permite a solicitação de refúgio por via terrestre.

Já concluindo, Senador, acredito que a governança migratória do Brasil está em xeque e responde mal a esses desafios. Por exemplo, não há um devido processo legal na concessão de vistos, o que envolve o Ministério das Relações Exteriores. Não há, por parte do Ministério da Justiça e da Polícia Federal, modelos de flexibilização de exigências e de melhoramento do atendimento. Hoje é praticamente impossível agendar um atendimento para requerer autorização de residência. Mais recentemente, até mesmo a emissão de CPF para migrantes irregulares foi dificultada. O CPF, que é a porta de entrada para direitos e serviços públicos no Brasil, hoje é inacessível para migrantes indocumentados.

Portanto, é fundamental discutir temas como a reformulação da política migratória, a reformulação da governança migratória brasileira, envolvendo tanto o atendimento consular como a regularização migratória no País e também discutir possibilidades de uma anistia migratória para zerar esse passivo, para permitir a inclusão de pessoas migrantes em nosso território. Nesse ponto, a Defensoria Pública da União tem um profundo compromisso com a comunidade migrante no Brasil e no exterior.

Mais uma vez, agradeço pela oportunidade. Foi um prazer contribuir, e seguimos em campo, na luta pelos direitos humanos de pessoas migrantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Dr. João Freitas de Castro Chaves, Defensor Público Federal e Coordenador do Grupo de Trabalho para Migrações, Apatridia e Refúgio da Defensoria Pública da União (DPU).

Todas as suas sugestões estão já gravadas, estão anotadas pela equipe que nos assessora, e nós daremos o devido encaminhamento, como também os outros convidados, respondendo a eles em que escala está, depois do procedimento tomado por esta Comissão.

Pelo que percebo, o Dr. André de Carvalho Ramos está aqui. Conversamos na abertura ainda com ele. Então, por que eu falo isso? Bom, eu queria dizer para a nossa querida Dra. Angela Facundo que eu fiz questão de deixar você para fechar esse bloco de convidados, porque é a única mulher presente. E digo para a senhora que já tomamos uma decisão por parte das Comissões que, porventura, eu venha a presidir, como esta que eu presido, que nós não participaremos, como Presidente, de nenhuma reunião em que não haja mulheres também





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

presentes, porque é inadmissível – porque são 54% da população – que a gente não tenha uma mulher participando.

Entrei com um projeto de resolução junto ao Senado para que a gente tenha também a participação de mulheres nas audiências públicas. Espero que o projeto se torne, no mínimo, uma recomendação, para que não aconteça o que – e aproveito que a minha querida Senadora Zenaide está presente – houve recentemente: numa reunião, com duas mesas, não havia nenhuma mulher, em um tema que as mulheres dominam totalmente. Então, para que não aconteçam mais situações como essa, nós iremos sempre insistir para que as mulheres estejam presentes.

Veja, a Senadora Zenaide vai falar logo em seguida – logo em seguida à senhora, Dra. Angela –, e aí a Senadora Zenaide poderá falar um pouquinho do brilhante trabalho que estão fazendo hoje 13 mulheres, que é a Bancada Feminina que nós temos aqui, no Senado.

Então, com satisfação, agora eu passo a palavra para o Dr. André de Carvalho Ramos, Procurador da República e Coordenador Nacional do Grupo de Trabalho Migração e Refúgio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal. Por favor, Dr. André.

O SR. ANDRÉ DE CARVALHO RAMOS (Para expor.) – Primeiramente, meu bom-dia a todas e todos. Gostaria, em nome do Dr. Carlos Vilhena, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão – e também na minha condição de Coordenador do Grupo de Trabalho Migração e Refúgio, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão –, de cumprimentar os nobres Senadores, as nobres Senadoras, Deputadas e Deputados, os colegas aqui presentes, e agradecer, na pessoa do Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim, também ao Deputado Túlio Gadêlha, nosso Relator, à Vice-Presidente Bruna Furlan daqui, do Estado de São Paulo, e aos Senadores aqui presentes, Senadora Zenaide Maia, Senador Mecias de Jesus, esse honroso convite para auxiliar nos trabalhos da Comissão.

Já não sou, claro, aqui, o primeiro a falar. Então, vou aproveitar as falas de todos os nobres colegas e dizer que o tema aqui, da presente audiência, é de extrema importância e muito caro ao Ministério Público Federal, à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, especialmente nesse contexto da pandemia.

Por isso, vou destacar, Senador Paulo Paim, dois segmentos da minha fala. Um segmento que eu diria que seria estrutural – e chamo a atenção da Comissão, e creio que essa seja a lógica da audiência pública – e um segmento que é conjuntural. Claro que há inter-relação entre esses dois segmentos.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No tocante ao segmento estrutural, eu diria que, nesses anos, completamos 70 anos da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, de 51, essa convenção já ratificada, incorporada internamente pelo Brasil. O Brasil a incorporou em 61; então, nós temos 60 anos da convenção. Desde a Lei do Refúgio, que é a Lei nº 9.454, creio que é importante que haja uma atenção do nobre Congresso Nacional sobre a estrutura de acolhimento ao refugiado.

Então, eu daria essa inicial sugestão, uma vez que passamos de uma fase inicial, com a criação da Lei nº 9.474, com a criação do Conare (Comitê Nacional para os Refugiados), uma fase na qual existia, claro, uma pluralidade de nacionalidades, mas um número ainda diminuto de solicitantes de refúgio para uma fase que eu diria que é uma fase de um fluxo mais volumoso e maciço e que não tem perspectiva de diminuição. Por isso, um olhar mais atento sobre o orçamento que é destinado ao acolhimento do Conare, um olhar mais atento sobre a estrutura física, ou seja, material, e de recursos humanos disponível especialmente para que nós não tenhamos os famosos gargalos na atuação administrativa. Houve, recentemente inclusive, medida judicial para que o Conare apreciasse o pedido de solicitantes de refúgio.

Isso mostra, claro, uma questão estrutural, uma questão em que o devido processo legal, em prazo razoável, estabelecido na Constituição, que também abrange o procedimento administrativo, está em perigo ou pelo menos necessita de um olhar mais atento para que, então, haja um fluxo mais abreviado, breve e célere, sem, claro, ofender os direitos dos solicitantes de refúgio. Isso também se aplica à própria Polícia Federal. E aí, numa questão um pouco mais ampla em relação ao migrante, a Polícia Federal é também agente administrativo, não atua nessa questão como polícia judiciária da União, mas, sim, como uma autoridade administrativa migratória.

É necessário um olhar também, já que é uma Comissão mista sobre migração e também sobre refúgio, um olhar sobre o atendimento, sobre a questão dos intérpretes, sobre a própria, então, dinâmica administrativa que o Brasil oferta e que necessita de um olhar atento para que não haja, claro, violação dos direitos daqueles que estão em situação de vulnerabilidade.

Então, essa seria uma nota estrutural. Claro que devemos, aqui, louvar todo o esforço dos envolvidos. A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão nota a dedicação, como se vê, por exemplo, na Polícia Federal, como se vê nos atuais membros do Conare, no seu corpo técnico, com a sua coordenação administrativa, mas é necessário... Como eu digo, é uma questão estrutural. Claro que não vem de hoje, não é de um momento tão claro, é uma questão que vem há anos, mas será necessária para que o Brasil se prepare como em um outro momento, um momento no qual não será episódica a situação como se viu no Haiti, no caso dos haitianos, no caso dos venezuelanos.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na questão conjuntural, eu entendo aqui – e também faço eco aos que já me antecederam – que, no contexto da pandemia, o tratamento dado especialmente aos migrantes em situação de acolhida humanitária e aos solicitantes de refúgio mereceria uma completa revisão.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão já se manifestou algumas vezes. Claro que entendemos o contexto da crise sanitária, mas há medidas que podem ser adotadas – da mesma maneira que essas medidas de controle sanitário, testagem, isolamento são aplicadas aos brasileiros que ingressam no território nacional – justamente para que a nacionalidade não seja uma barreira que gere violação de direitos. No caso dos solicitantes de refúgio, o compromisso internacional assumido pelo Brasil, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, a convenção de 51, tem natureza supralegal. E vamos deixar o "juridiquês" de lado, é uma questão ética: devolver um solicitante de refúgio e colocar em risco a sua vida ou a sua integridade física quando há medidas alternativas que envolvem testagem, isolamento, entendo que não é proporcional.

Por isso, faço aqui um registro de pesar, que a última portaria de fechamento de fronteiras, que é a Portaria nº 658, que já foi aqui mencionada pelo Dr. João, continua mencionando a sanção de inabilitação do pedido de refúgio. Então, esse é um dado conjuntural preocupante, especialmente quando há alternativas. Se fosse o caso de absoluta força maior, se fosse um caso impossível de ser contornado... mas há alternativas, e esse é um ponto preocupante que a nobre Comissão poderia, então, colocar também como um item da sua imensa pauta.

Também aqui já foi mencionado, e continuo falando nessa questão conjuntural, que o fluxo migratório dos nacionais venezuelanos, que se dá essencialmente por via terrestre, tem gerado preocupação. Por isso, tem sido prioridade na PFDC acompanhar e monitorar as atividades da Operação Acolhida, que merece, então, uma atenção da Comissão, especialmente para que não seja desidratada, que não perca os seus necessários recursos, uma vez que não há previsão para que essa situação seja alterada, a situação do fluxo dos nacionais venezuelanos. E aqui também, em virtude das portarias de fechamento de fronteiras, não é uma questão fácil, mas houve um grande fluxo desses nacionais venezuelanos. Agora é necessário – houve a tentativa agora, a busca de regularização migratória – que isso seja feito e, claro, que o acolhimento se dê nas melhores condições.

Outro ponto a que chamo a atenção diz respeito a uma consequência desse fechamento, que, como a milha colega da USP, a Professora Rosana Reis fala, as sociedades se movem. Mesmo com portarias de fechamento de fronteiras, houve fluxos. Então, nos causam especial preocupação os dados da Polícia Federal de que, entre 2009 e 2020, teria existido um crescimento de cerca de 5.700% no número de pessoas deportadas do Brasil. Então, urge





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

também que nós tenhamos um olhar diferenciado sobre essa situação. O ingresso dessas pessoas se deu, e urge, então, que seja realizada a regularização migratória.

E, por fim, já para terminar, a situação dos nacionais afegãos, dos casos que necessitam dessa acolhida humanitária. Também a PFDC aplaudiu a Portaria Interministerial nº 24, de 3 de setembro de 2021, mas as notícias ainda são preocupantes sobre uma eventual incompreensão dos postos diplomáticos brasileiros no exterior. Como o Dr. João comentou, há sinais de que o Ministério das Relações Exteriores, aparentemente, reconhece esse equívoco na comunicação – vamos chamar assim, um ruído na comunicação – com postos diplomáticos, mas as notícias ainda demonstram que há dificuldade na acolhida humanitária dos nacionais afegãos.

Então, são esses dois grandes segmentos. Há uma questão estrutural, um olhar sobre qual é a perspectiva do acolhimento a migrantes e refugiados? O Brasil ganha muitíssimo com a diversidade, com o multiculturalismo. Eu sei que o Presidente Paulo Paim concorda totalmente, os nobres Senadores e Senadoras. Nós não perdemos em nada no acolhimento e transformando cada vez mais o Brasil justamente em uma terra na qual há sensibilidade, uma terra na qual há compreensão, ganhamos todos: aqueles que aqui já estão e aqueles que buscam essa acolhida e terão o Brasil como um de seus países de braços abertos.

São essas as considerações que queremos fazer, e tenho a certeza de que a Comissão terá um excepcional papel no aprimoramento do direito da acolhida no Brasil.

Sendo que era isso que eu tinha para contribuir no dia de hoje, estão em total disposição, não somente neste momento, mas nos momentos posteriores, à nobre Comissão.

Devolvo a palavra ao Senador Paim, nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Dr. André de Carvalho Ramos, Procurador da República e Coordenador Nacional do Grupo de Trabalho Migração e Refúgio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (MPF).

Deixa eu já repetir mais uma vez. Doutor, muito obrigado pelas contribuições, as preocupações, que são formas de contribuir também. Eu já pedi para a assessoria da Comissão, para que, dentro do possível, faça um resumo para que a gente possa apresentar até mesmo quando terminarem os trabalhos da Comissão, mas que poderá ser aperfeiçoado depois, por mais tempo.

Então, vamos agora, agradecendo ao Dr. André, ao encerramento das falas dos convidados. Depois, teremos as palavras dos Parlamentares e, em seguida, algumas perguntas. Daí a gente fecha a nossa audiência pública.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Dra. Angela Facundo, Professora do Departamento de Antropologia e do PPGAS da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

A SRA. ANGELA MERCEDES FACUNDO NAVIA (Para expor.) – Bom dia para todas e todos. Eu gostaria de cumprimentar o Senador Paim e, na sua pessoa, todas e todos os participantes desta audiência e os senhores convidados que me precederam. Eu queria registrar que, além do meu vínculo com o Departamento de Antropologia, com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFRN, eu também estou aqui como integrante do Comitê Migrações e Deslocamentos da Associação Brasileira de Antropologia.

Eu queria também cumprimentar e concordar com o salientado pelo Senador Paim sobre a importância da presença das mulheres nos espaços públicos e políticos, que ainda são negados, e, muitas vezes, somos violentadas por ocupá-los. Também reforço a importância de que esses espaços sejam ocupados por pessoas negras e, tomara, por pessoas migrantes. Há organizações de populações migrantes superorganizadas que eu acho que teriam muito também a contribuir com as futuras audiências que sejam feitas sobre o tema.

Então, sem mais delongas, para abordar o tema que hoje nos convoca, eu considero importante reforçar as informações já apresentadas pelos outros participantes, sobre os números alarmantes que têm sido publicados pelo Acnudh, sobre os deslocamentos forçados no planeta.

Em 2020, ultrapassamos os 82 milhões de pessoas deslocadas, e vale a pena lembrar que esse número inclui as pessoas deslocadas e refugiadas, mas, nem sempre como foi também colocado pelos meus colegas, são incluídos os migrantes classificados como migrantes econômicos, embora eles também, frequentemente, façam parte desse contingente, sujeitos despossuídos que empreendem projetos de migração em condições arriscadas, cujos movimentos, quando não eles mesmos, costumam ser criminalizados e expostos a um ciclo de violência e precariedade.

Em segundo lugar, eu gostaria também de lembrar que, embora a crise migratória seja publicizada com alarme por países do norte, especialmente da Europa e dos Estados Unidos, como também já foi salientado aqui, não são necessariamente os países ricos, e muito menos a Europa, os que mais refugiados migrantes indocumentados recebem.

Tomando como exemplo o caso dos refugiados do Afeganistão, para mencionar apenas um dos casos que motivou a presente audiência, dados também do Acnudh, mostram que mais de 1,4 milhão de pessoas estão no Paquistão, quase 800 mil no Irã e apenas 2 mil nos Estados Unidos.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O país europeu que mais recebeu refugiados do Afeganistão foi a Alemanha, com 148 mil, uma diferença de mais de 1 milhão de pessoas, comparado com o número do Paquistão. Esse exemplo funciona também para refugiados imigrantes procedentes de outros países. Geralmente, são os países vizinhos os que terminam recebendo o maior número de pessoas e frequentemente são países que não dispõem dos mesmos recursos dos países mais ricos. Isso não significa que as pessoas não estejam buscando os países mais ricos e que esses corredores e caravanas migrantes não aconteçam. Estou apenas frisando quem recebe a maioria dessas pessoas, inclusive nesses processos de trânsito.

A dinâmica, na América Latina, eu acho que não é muito diferente. Se pensarmos agora no exemplo venezuelano, na Colômbia, por exemplo, como já foi dito também, até 2020, havia perto de 1,5 milhão de pessoas procedentes da Venezuela, entre refugiados e imigrantes. Eu acho que vale a pena mencionar que, até pouco tempo atrás, era a Venezuela que recebia um número considerável de refugiados imigrantes colombianos. Pois bem, agora é a Colômbia um dos países com maior presença venezuelana, e estamos falando de um país – Colômbia – que tem uma extensão territorial muitíssimo menor do que a do Brasil e uma população estimada em apenas 50 milhões.

No Brasil, que é o gigante latino-americano, estima-se que há perto de 260 mil refugiados imigrantes procedentes da Venezuela, segundo dados do Governo nacional. E eu faço questão de falar "procedentes da Venezuela", porque nem todos têm a nacionalidade venezuelana: há famílias mistas, há colombianos nessas famílias, equatorianos, enfim... Então, eu estou fazendo essa comparação não para afirmar que não há razão para se debater o assunto no Brasil; muitíssimo pelo contrário, a chegada de pessoas da Venezuela significou um aumento exponencial de refugiados solicitantes de refúgio, solicitantes de residência temporária. É um assunto que, como aconteceu – e pode voltar a acontecer com as pessoas vindas do Haiti –, tensiona a capacidade de resposta federal dos Estados e dos Municípios e requer, exige uma discussão ampla e uma política estruturada de fato – fazendo eco também com as colocações do João Chaves –, uma reestruturação da política do sistema migratório e de uma política permanente, administrada como assunto de direitos humanos e de solidariedade internacional, evitando, no meu parecer, sua vinculação com visões e práticas securitárias pouco condizentes com a Constituição e os planos de direitos humanos do País.

O número relativamente pequeno de pessoas migrantes e refugiadas recebidas pelo Brasil não pode ser uma desculpa para não se debater o tema e sim um fato que pode nos conduzir a buscar estratégias para melhorar a resposta de recepção e para não apenas garantir a entrada das pessoas, mas também a sua permanência em condições dignas.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, vale a pena registrar e apoiar a campanha de regularização já empreendida por coletivos migrantes no Brasil que busca que pessoas que morem e trabalhem no País – algumas delas há décadas, mas outras recentemente chegadas – possam desfrutar dos direitos plenos de cidadania, afastando-se cada vez mais dos riscos do trabalho escravo, das ameaças de deportação, e que possam ter o direito de mobilidade de entrar e sair do País, dentre outras coisas, para manter o contato com parentes em outros países, o que é, existencialmente, tão necessário para as famílias transnacionais. Ou seja, além de necessária, é importante a preocupação com as pessoas que virão, que podem vir, e com certeza virão no futuro, e é preciso também se ocupar com os direitos das pessoas que já moram no Brasil e lembrar, por exemplo, do número importantíssimo de angolanos, congoleses, haitianos e bolivianos que fizeram a vida no Brasil e, faz muito tempo, compõem as comunidades locais.

Por outra parte, o aumento tão significativo, nos últimos anos, de solicitações de refúgios de refugiados e de imigrantes pode ser considerado também um alerta, um ponto de partida para se investir de maneira séria em políticas públicas para as populações migrantes, incluindo educação, revalidação de diplomas, política de saúde diferenciada e culturalmente respeitadas, práticas bilíngues e, às vezes, trilingues interculturais etc.

O terceiro ponto que eu queria mencionar no tempo que ainda tenho é sobre a espetacularização de alguns conflitos e invisibilização de outros. Além dos casos citados nesta audiência, que incluem a expulsão de imigrantes nos Estados Unidos, o êxodo mais recente de pessoas do Afeganistão, os desastres políticos e ambientais no Haiti, e a crise na Venezuela, eu gostaria de lembrar que outros conflitos são menos midiáticos e não recebem a atenção que eles poderiam e deveriam receber, mas existem, se mantêm e se manifestam também pelas pessoas refugiadas e exiladas que eles produzem.

Na Colômbia, há um corredor fronteiriço que foi muito mencionado, na região do Darién, na fronteira com o Panamá, um território em profunda crise humanitária, numa região que já sofria com os rigores da guerra. Mas eu queria marcar ainda a situação de guerra persistente na Colômbia, que tem se intensificado nos últimos anos com o descumprimento da agenda dos diálogos de paz, e marcar que, só em 2021, então em menos de um ano, houve mais de 27 mil pessoas deslocadas forçadamente dos seus territórios.

A situação também é alarmante, como já foi mencionado, nos países do norte da América Central – Honduras, Nicarágua, El Salvador, Guatemala –, que sofrem com a pobreza, produto de economias neoliberais extrativistas e da violência comum, da violência estatal e paramilitar. Boa parte das caravanas migrantes que ocuparam por dias as manchetes dos jornais provêm dessa região.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E também considero indispensável mencionar e repudiar os mecanismos de desnacionalização de haitianos na República Dominicana, que estão deixando sem cidadania pessoas que inclusive nasceram e passaram sua vida toda na República Dominicana só pelo fato de serem suas origens haitianas. E isso claro só para mencionar o assunto da América Latina e do Caribe, não é? Se a gente for pensar, por exemplo, na invisibilização do drama dos territórios palestinos, a gente teria então que pensar com cuidado no porquê de alguns conflitos aparecem tanto midiaticamente e outros serem apagados.

E, como quarto e último ponto, eu gostaria de dizer que a crise migratória não é um produto do acaso, ela é o resultado do projeto político-econômico imperante no planeta, que está mais interessado no lucro do que na vida e que, com sua expansão agroindustrial, extrativista e de exploração ilimitada dos territórios e de seus habitantes, está inabilitando esses territórios para a vida, além da crise climática que vai destruir boa parte dos territórios habitáveis no futuro. Então, o que está acontecendo no mundo, que hoje nos preocupa, é também uma realidade no Brasil, cujos territórios estão em perigo. Se a nossa intenção hoje é a de nos preocuparmos e nos ocuparmos com os efeitos terríveis da migração forçada, parece-me que temos que ocupar nossa mente para que ela não continue acontecendo, com as suas causas. Por isso, o tema da migração e do refúgio não pode ser discutido de maneira separada, por exemplo, do tema dos direitos quilombolas, indígenas, e dos territórios de populações tradicionais em geral.

Então, a gente tem que se preocupar em: garantir às populações indígenas, quilombolas, camponesas e tradicionais seus territórios; renovar e honrar os compromissos de preservação do meio ambiente; impedir que desastres como os provocados pelas mineradoras que arrastaram populações e mataram seus rios aconteçam de novo; e repensar os rumos da economia nacional. Evidentemente, sempre haverá pessoas migrantes. Inclusive, no mundo ideal em que a migração seja apenas desejo cosmopolita e não desterritorialização forçada, sempre haverá migrantes. E é mais importante ainda lembrar que, mesmo no caso das pessoas forçadas a deixarem seus locais de moradia, seja por perseguições específicas ou pelos efeitos dessas economias de guerra e fome, os anseios de uma vida melhor, os sonhos, a autodeterminação dos seus destinos não desaparecem e não devem desaparecer. Ou seja, eu estou frisando aqui que não devemos tratar essas pessoas como meros sobreviventes que têm que se conformar com as migalhas da cidadania ou com os planos que nós achemos que se devem cumprir nos países de acolhida que salvaram suas vidas, mas o atendimento para os migrantes e refugiados deve ser uma gestão que respeite e faça valerem seus direitos como cidadãos e não uma gestão tutelada de sobreviventes.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, já para terminar, eu gostaria de fazer eco com as recomendações do João Chaves sobre a necessidade da reestruturação do sistema da política migratória – vou pular essa parte porque eu acho que ele já falou o que era necessário –, mas eu gostaria de apontar que há grandes potencialidades no Brasil que se mostraram durante a pandemia e que, no meu entendimento, podem e devem ser reforçadas. Eu queria, nesse sentido, reforçar o caráter universal do SUS e do SUAS, que têm garantido atendimento e direitos básicos de imigrantes e refugiados, embora nem todos tenham conseguido acesso a eles; para os que conseguiram acesso, foi uma grande diferença.

Então, considero importante empreender ações de informação para que todos os funcionários encarregados dessas políticas saibam que os migrantes têm direito e também na divulgação entre as comunidades migrantes sobre esses direitos, além, claro, de implementar ações para se combater a xenofobia, o racismo e a aporofobia, pois sabemos bem, como os colegas falaram, que a rejeição contra os migrantes não é necessariamente porque eles sejam estrangeiros, mas porque eles são pobres e racializados.

Então, sem tempo de me deter sobre esse debate, que daria outra audiência, eu agradeço de novo pela escuta, fico à disposição para o debate e devolvo a palavra para o Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem!

A Dra. Angela Facundo, Professora do Departamento de Antropologia PPGAS da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mostrou que o trabalho dela é muito mais amplo do que está aqui, porque só o currículo de cada um de vocês... Se eu fosse colocar o de todos aqui, eu ficaria de dono da agenda. Por isso que eu não pude colocar tudo, mas eu sei que o currículo de cada um é brilhante. Parabéns a todos!

V. Exa. ampliou... Todos sabem que a questão quilombola, a questão indígena e a do meio ambiente são um dos compromissos desta Comissão, além do combate a todo tipo de preconceito – é um compromisso –, de racismo estrutural que está aí, enfim...

Eu apenas disse antes, porque apareceu para mim aqui dizendo que talvez não haveria um número de Parlamentares porque não dá voto. Eu vou dizer que não é bem assim. Por exemplo, a minha vida é voltada... A da Senadora Zenaide Maia também, que está aí; tenho certeza de que a do Mecias e de outros... Mas eu vou para 40 anos de mandato, e a minha linha de atuação sempre foi sobre as políticas humanitárias, sempre foi sobre direitos humanos, sempre foi dizer que os direitos humanos não têm fronteira – não têm fronteira. Não me importa a questão ideológica do outro lado do rio, por exemplo. Direitos humanos, para mim, não têm fronteira. E vejam que talvez eu seja um dos poucos que está há tanto tempo direto, porque eu entrei na Constituinte e nunca saí. Esse meu mandato vai dar 40 anos de Parlamento, porque ele só





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

termina daqui a cinco anos. Então, eu digo a quem está iniciando agora na vida pública: dedique-se, sim, às grandes causas das políticas humanitárias, porque o povo há de reconhecer.

E eu sou do Rio Grande do Sul, eu sou o Senador negro com mais tempo de Parlamento com certeza absoluta. Eu me dedico muito a essas causas que aqui vocês enalteceram, e o nosso compromisso tem que aumentar. Eu poderia, se quisesse, me lembrar de grandes nomes da história da humanidade – vou lembrar um só –, independentemente da questão ideológica de cada um: Barack Obama foi um militante dos direitos humanos e chegou à Presidência dos Estados Unidos, só como exemplo. Podia falar de Gandhi, podia falar de Nelson Mandela, podia falar de Malcom X e de tantos líderes mundiais que demonstraram – homens e mulheres – a sua força, respeitados mundialmente.

Mas, agora, é com muito orgulho que eu passo a palavra à Senadora Zenaide Maia, que foi a primeira a chegar e é a primeira Parlamentar a falar nesse momento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para discursar.) – Presidente Paulo Paim, é um prazer estar aqui para falar sobre migrações. Eu quero aqui, em nome da minha conterrânea e minha colega de universidade, Professora Angela Facundo – eu sou da mesma universidade, só que da área de Saúde – dizer o seguinte sobre o que Ângela disse aqui e que me chamou atenção: essa recusa, essa rejeição aos migrantes é para os pobres, como ela falou, porque, não tão no longe, foram retirados todos os direitos dos trabalhadores para atrair empresas que viessem para o Brasil. Então, quer dizer, empresários, gente que tem recurso têm as portas abertas. Eu queria dizer que vocês me enriqueceram muito. Foi um prazer!

Quero dizer que, quando o Dr. Federico Martínez – eu acho que foi ele – disse que o Congresso tem, sim, responsabilidade, conforme as outras falas foram acontecendo... A gente está vendo portarias como a 23, portarias que têm que ser suprimidas, e isso passa pelo Congresso. Uma coisa me chamou atenção: não é acolhido se vier por via terrestre, o que quer dizer que só pode vir de avião. É uma portaria tão cruel, tão esdrúxula que a maioria... A gente vê Pacaraima... Eles vão entrar como, se não for por aí? Então, lembrando que há um Congresso que tem Paulo Paim.

A gente sabe das dificuldades que este País enfrenta, porque o Brasil hoje respeitar direitos humanos está difícil, não é, Paulo Paim? Ontem, nós tivemos um exemplo na Comissão de Educação, porque eu queria homenagear alguém de uma importância fundamental e foi pedida vista! A que nível nós chegamos? Então, essa política...

E a Dra. Angela também mostrou algo que é fundamental que é justamente o mercado financeiro se sobrepondo à vida das pessoas. É isso que a gente vê no dia a dia e não é só sobre a vida dos seres humanos, mas da natureza também. É o lucro acima de seres humanos.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero dizer o seguinte: contem conosco! Eu e Paulo Paim vamos pegar essas portarias, tentar revogá-las... E essa convocação... Eu acho que tinha que ser convocação do Ministro das Relações Exteriores. Vamos conversar com Kátia Abreu, que é também...

E eles têm que explicar para a população brasileira e para todos nós o porquê disso.

Outra coisa: ao nosso defensor público, nosso, eu queria dizer sobre os riscos que estão correndo, no nosso País, os serviços públicos deste País, com a PEC 32. Então, deixa, reduz até em 25% isso; você imagina 25% a menos de defensores públicos, entendeu? Então, a gente tem que chamar atenção. Acho que uma audiência dessa, Paulo Paim, dá visibilidade à população brasileira de o que está acontecendo com essas pessoas que vêm... É como o senhor diz: não é para ter barreira, são seres humanos. A Terra é uma só. Mas, infelizmente, os lucros, o mercado financeiro nunca prioriza a vida, são os lucros, e esses lucros fazem com que a gente tenha uma diferença social, uma falta de inclusão social. Mas o Congresso pode, sim, a gente pode, sim, revogar portarias, convocar Ministro das Relações Exteriores para eles virem explicar por que estão barrando, por que estão destratando, por que não estão acolhendo esses seres humanos, porque eles nos procuram não porque a vida esteja fácil onde eles estavam, não, mas por necessidade. E a gente tem a obrigação, aqui na Comissão de Direitos Humanos e nesta Comissão Mista, sim, de dar uma resposta à população e de acolher esses nossos irmãos cristãos. Fala-se aqui muito em família – vamos cuidar das nossas famílias – e no nome de Deus, mas, na verdade, como já dizia Paulo Paim, quem cuida de família e quem é cristão acolhe, abraça, recebe os seres humanos.

Então, o Congresso pode, sim, ajudar. A gente vai correr atrás disso, convocando quem emitiu portarias esdrúxulas, cruéis, desrespeitosas para com os migrantes. A gente pode ver uma legislação que precisa... Essa reformulação das políticas migratórias, não tenho dúvida... E a gente acata com o maior carinho aqui, com o maior respeito e, com certeza, defendemos realmente isso aí.

É como Paulo Paim disse: migrantes não votam. Paulo Paim, eu já tive que ouvir... porque ajudo os abrigos das pessoas idosas: "Eles nem votam". Aí eu digo: "Eu vou fazer de conta que não ouvi uma barbárie dessa, vou ficar calada porque não merece nem resposta".

Então, nós vamos, sim, o Congresso pode, sim! A Defensoria Pública ajuda e muito; sem a Defensoria Pública... Quem precisa da Defensoria Pública são os mais vulneráveis, sejam eles de outros países ou do próprio País. E a gente pode, sim, convocar; a gente pode reformular as leis.

Muito obrigada, porque vocês me deram uma aula sobre isso! Obrigada, Paulo Paim! Jamais deixaria de estar aqui. São seres humanos, seres vivos, como eu costumo dizer. A gente tem que defender qualquer forma de vida. E esses são seres humanos que vêm pedir por favor...





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse povo não é vagabundo, gente! São pais e mães de família, com seus filhos, que vêm para cá oferecer o que eles têm de mais digno que é a sua força de trabalho para poder manter a sua família viva, ter um teto, ter alimentação e ter direito neste País que o acolheu, com educação.

Era isso o que eu tinha a dizer, Paulo Paim, diante de tantas falas maravilhosas que eu ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito obrigado, Senadora Zenaide Maia, brilhante como sempre, é uma militante dos direitos humanos – permita que eu diga isso. A Dra. Zenaide Maia é médica e uma das Senadoras mais atuantes aqui do Parlamento. Elas formaram um coletivo e têm até Líder das mulheres no Plenário do Senado. Graças a Deus, eu caminho sempre junto com elas, porque a força delas é impressionante naquele Plenário e têm ajudado, claro, principalmente as causas dos mais vulneráveis.

Então, eu queria aqui nesse momento, Senadora Zenaide Maia, em seu nome, cumprimentar aquela que aprendemos a chamar de grande, gigante Bancada Feminina. São 13, em 81, mas são gigantes. Parabéns a V. Exa. e à Bancada Feminina.

Eu queria passar agora por esse momento, que é um momento de perguntas, e claro que eu vou dar preferência, embora haja perguntas outras que eu recebi aqui, para aqueles que estavam acompanhando. Há muitas perguntas, e eu vou tentar ler devagar. Quem se identificar com uma ou outra pergunta, tome nota e responda. E daí vocês terão três minutos cada um e as considerações finais. Vou dar também para a Senadora Zenaide Maia, se quiser fazer, naquele momento de encerramento, mais um comentário... E daí eu encerro. Já estamos com duas horas de audiência pública muito, muito importante. É muito bom, mas muito bom mesmo, a gente saber que muita gente está assistindo e que vocês estão dispostos a melhorar a vida da gente do planeta, principalmente na questão dos refugiados e dos imigrantes.

Mas vamos lá!

Maria Eduarda, de São Paulo: "O Brasil tem medidas eficazes para a melhoria da crise migratória?".

Ruan Pinheiro Gualberto, do Rio de Janeiro: "Quais medidas o País está tomando para ajudar os imigrantes?".

Se algumas coincidirem, não há problema nenhum, mas eu vou ler de todos sem nenhuma censura aqui.

Natália Figueira, do Rio de Janeiro: "Na situação atual, é obrigação acolher quem necessita de uma chance para viver e viver melhor".





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nataniel Ferreira dos Santos, do Mato Grosso do Sul: "Qual a perspectiva para melhoria da crise migratória e almejar um atendimento digno aos imigrantes e toda população?".

Janaína de Felipe Paes Gomes, de São Paulo: "Qual o posicionamento do Brasil para ajudar a conter a Crise Migratória Internacional perante o contexto mundial?".

Elinadja Targino do Nascimento, de Alagoas: "Qual a perspectiva para melhoria da crise migratória e almejar um atendimento digno aos imigrantes e toda população?".

Atualmente a população... Aqui fala também dos refugiados. Isso aqui é um resumo, foram muitas perguntas.

Joel de Oliveira Martins, do Rio de Janeiro: "Bom dia! É tradição do País acolher pessoas nessa situação. Porém, o atual Governo desdenha dos venezuelanos".

Fátima Cordeiro, do Espírito Santo: "O Brasil deve acolher os refugiados que fogem da fome, da miséria e da opressão política e religiosa".

Weverton Dias, de São Paulo: "Me orgulho de a nossa Nação não impor barreiras e ainda ajudar na crise migratória acolhendo os que buscam refúgio".

Silmara Santos, de São Paulo: "Ainda bem que aqui todos são recebidos sem nenhum problema".

Geová Chagas da Costa, de Minas Gerais: "O Brasil faz bonito essa lição, todos que aqui chegam são bem recebidos".

E, por fim, Elinadja Targino, que já tinha feito uma outra pergunta, de Alagoas: "Qual a perspectiva para melhorar a crise migratória e almejar um atendimento digno aos imigrantes e a toda a população?".

Se vocês concordarem, agora eu vou inverter. Daí eu começaria com você, Ângela. Agora os últimos são os primeiros e vice-versa. Você escolhe qualquer pergunta para responder ou faz os seus três minutos como um comentário final, dando a sua posição, sabendo, como você disse e eu achei com muita clareza, que é muito pouco tempo – e é muito pouco mesmo. Mas pode crer que voltaremos, em outras audiências públicas, com esse debate; e vamos sempre cobrar dos Poderes constituídos – Executivo, Legislativo e Judiciário – que a gente avance nas políticas públicas a refugiados e imigrantes.

Me permitam só – se quiserem, podem comentar –, já que eu falei de um projeto de resolução, falar do projeto de resolução que apresentei no Congresso. Vou direto ao projeto, não vou nem fazer justificativa. "Art. 94. Sempre que possível..."





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ontem eu recebi a resposta numa Comissão, eu cobre a presença de mulheres e, na verdade, havia uma mulher que estava na lista, mas ela não veio. Assim mesmo, eu falei: "Olha, eu sei que foi convidada uma mulher". E daí um dos Senadores gentilmente me respondeu: "Quando elas quiserem". E claro que é quando elas quiserem. Então, elas têm o direito de serem convidadas e não virem.

Por isso é que eu botei a seguinte redação, construída com a assessoria do meu gabinete, me referindo às audiências públicas – e, já na legislação, a gente está fazendo uma mudança para ampliar a participação de mulheres e negros na política, muito bem contemplada no relatório aprovado na Câmara e no Senado –: "Art. 94. Sempre que possível serão convidados a compor a Mesa dos trabalhos nas audiências públicas de que trata o art. 93 representantes de entidades da sociedade civil ou especialistas no tema em discussão, negros e mulheres, assegurada a participação mínima de 25% e máxima de 75% de pessoas de cada sexo e de cada raça."

Para ficar bem claro para a população, pode haver uma reunião em que haja 75% de negros, mas tem que ter, no mínimo, 95, então, brancos. E aí vice-versa, de forma tal que a gente vai ter negros e negras, brancos e brancas sempre na composição da forma aqui colocada com o mesmo percentual.

"Aplique-se o disposto ao art. 4º às sessões especiais e sessões de debates temáticos." Estas se dão no Plenário do Senado e não aqui em Comissão.

"Caberá à Secretaria da Comissão, à Secretaria-Geral da Mesa e às relações públicas do Senado Federal assegurar a observância dessa proposta."

Esse é um resumo da proposta. Claro que ela vai para a Comissão e vai haver debate. Quem sabe a gente faça um debate até mesmo aqui, no momento adequado, para aprofundar. Mas eu quis só aproveitar o momento porque vi que, por parte de vocês, há boa vontade. Por exemplo – percebi isso –, numa Comissão, num dia como este, que houvesse também alguém ligado mais a um refugiado, especificamente uma pessoa refugiada, que também seria interessante estar nesse painel.

Bom, agora a resposta é com vocês.

Eu vou começar com a Dra. Ângela.

Dra. Angela Facundo, fique bem à vontade para usar os seus três minutos de encerramento.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANGELA MERCEDES FACUNDO NAVIA (Para expor.) – Senador Paim, novamente lhe agradeço e também o cumprimento de novo pela importância dessas medidas de que o senhor falou agora – inclusive, quero lembrar que a gente chegou a dois anos da política de cotas – e pela importância da permanência das políticas de ações afirmativas.

As perguntas são muitas e são, enfim, difíceis de responder em três minutos. Então, eu vou só fazer algumas considerações gerais, reforçando a necessidade de a gente pensar duas coisas. Uma são as políticas de recepção e acolhimento – quer dizer, de recepção nas fronteiras e da política migratória em termos das fronteiras do Estado –, mas também a importância de pensar uma política de permanência em termos de acesso à cidadania e de configuração dos formatos de permanência das pessoas como parte da Nação. Então, a gente tem desafios não apenas porque, neste momento, a gente tem grandes gargalos na política de recepção, mas porque não temos basicamente políticas de permanência. Então, eu acho que as duas coisas têm que ser trabalhadas. E um trabalho conjunto tem que ser o de política pública estruturada; não pode ser deixado nas mãos da sociedade civil organizada, embora ela faça um trabalho muito importante sobre o assunto.

Eu acho também que, enfim, só para salientar algumas coisas dos comentários, vale a pena registrar que há muitas pessoas dispostas eticamente, como falaram alguns colegas, a receber as pessoas, a se pensar como parte do problema e a reconhecer que também o Brasil faz parte da América Latina, faz parte do mundo e compartilha os mesmos problemas de desterritorialização dos quais a gente estava falando. Isso é muito importante, porque a gente parte do ponto de um impulso ético para com o outro e da solidariedade internacional como necessidade fundamental para resolver e responder a esses problemas de imigrantes e refugiados. Então, novamente é fortalecer SUS e SUAS como sistemas para a permanência dos imigrantes e refugiados e uma reestruturação que inclui desde o orçamento até o desígnio político da política migratória, das autoridades migratórias e do sistema migratório geral.

Então, seria só isso.

Agradeço de novo os meus colegas de Mesa, os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras e, especialmente, o Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Obrigado, Dra. Angela Facundo.

Agora eu repito um pequeno histórico: Professora do Departamento de Antropologia e do PPGAS da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A senhora pode complementar com aquelas que representa também, para ficar registrado nos anais.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANGELA MERCEDES FACUNDO NAVIA – Sim. É o Comitê de Migrações e Deslocamentos da Associação Brasileira de Antropologia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, fica o registro. Muito obrigado.

Voltaremos, com certeza, a ter sessões como esta, aqui nesta Comissão, em outra oportunidade.

De imediato, passo a palavra ao Dr. André de Carvalho Ramos.

O SR. ANDRÉ DE CARVALHO RAMOS (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Na mesma linha, eu gostaria de, em primeiro lugar, cumprimentar todas e todos que participaram na audiência e que realizaram tantas e importantes perguntas, Maria Eduarda, Natália, Janaína, Targino, Geová, Joel...

Eu percebo da leitura, nesses três minutos, que há, em primeiro lugar, um reconhecimento da importância da política migratória para o futuro do Brasil e há uma indagação sobre perspectivas. E aqui também, reiterando o que a Professora Ângela mencionou, creio que vale muito a pena comentarmos, nesses quatro anos de Lei de Migração, a importância que foi esse giro copernicano que o Congresso Nacional realizou.

Temos aqui uma representante na Comissão, a Vice-Presidente, Deputada Bruna Furlan, que participou ativamente da elaboração da nova Lei de Migração, que substitui o Estatuto do Estrangeiro. Por quê? Porque, na nova Lei de Migração, há previsão de uma política nacional migratória. Então, já que a nossa audiência fez muita pergunta sobre perspectivas, eu diria que, nessa linha de nós termos em primeiro lugar uma visibilidade da temática, que nós tenhamos uma reflexão sobre o porvir, sobre as estruturas que nós temos.

Concordo com a Professora Ângela, a sociedade civil organizada realiza – e realiza há muito tempo – um trabalho belíssimo no acolhimento. Eu participo, por exemplo, da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, lá na Universidade de São Paulo. Mas não pode o Estado demitir-se dessa função. Trata-se de uma política pública, é necessário que nós resgatemos aquilo que, por exemplo, era previsto inicialmente, que nós tivéssemos uma agência nacional de migração, que nós tivéssemos então uma atuação especializada que poderia auxiliar, inclusive, às pessoas na condição de refúgio no Brasil.

Por isso, eu diria que, nas perspectivas, como eu veria essa situação, que nós tivéssemos uma avaliação anual com perspectivas, com papel de coordenação. A Lei 9.474, no tocante ao refúgio, por exemplo, fala do papel do Conare. No seu art. 2º, inciso IV, fala que cabe ao Conare orientar. Então, que nós unamos a Lei de Migração e a Lei do Refúgio para que tenhamos esse





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tipo de avaliação. Por quê? Em primeiro lugar, coloca a nossa temática como visível, uma vez que muitas vezes não há uma estruturação e uma perenização do atendimento. Eu diria que essa política Band-Aid, para usar aqui uma expressão que está muito em voga – há uma crise, se coloca um Band-Aid; há uma crise, se coloca outro Band-Aid –, esgotou-se – esgotou-se.

Hoje temos que entender que o fluxo migratório e a inserção do Brasil no mundo, na América Latina transformam, claro, a questão em uma questão que merece um olhar sistematizado. Então, nesses meus três minutos, eu diria que o papel da Comissão é justamente organizar esse olhar sistematizado e mostrar as demandas. Isso pode ser feito anualmente, pode ser feito, inclusive, com prestação de contas. Que nós tenhamos também uma união de todos esses dados que, na visão do anteprojeto da Lei de Migração, seriam por intermédio de uma agência; que seja, por exemplo, na Comissão.

Agradeço de novo o Senador Paulo Paim.

Estou aqui falando de São Paulo e estou à disposição.

Agradeço o Deputado Túlio Gadêlha; a nossa Vice-Presidente, Deputada Bruna Furlan; a Senadora Zenaide Maia; o Senador Mecias de Jesus; todas e todos da audiência; os meus colegas aqui desta Mesa virtual.

Estou sempre à disposição e foi um prazer estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito obrigado pelas contribuições, Dr. André de Carvalho Ramos, Procurador da República e Coordenador Nacional do Grupo de Trabalho Migração e Refúgio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Eu só informo – e vamos continuar com as falas – que eu conversei agora com a Consultoria e eles disseram que foi muito rica a nossa audiência pública. São inúmeras sugestões. Então, terminada a audiência pública, eles vão apresentar um resumo que nós vamos remeter para vocês e que vai ser colocado na página da Comissão para que todos possam ir acompanhando, a cada debate que a gente faça, os encaminhamentos feitos e qual o resultado. O.k.?

Muito obrigado, Dr. André, que foi brilhante também como sempre.

Convidamos o Dr. João Freitas de Castro Chaves.

Por favor, Dr. João Freitas, seus três minutos.

O SR. JOÃO FREITAS DE CASTRO CHAVES (Para expor.) – Obrigado, Senador Paim.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, agradeço por esta oportunidade ao senhor, ao Deputado Túlio Gadêlha, à Deputada Bruna Furlan e a todos que compõem a Comissão Mista e agradeço, especialmente, pelas palavras da Senadora Zenaide Maia. Saiba, Senadora, que a Defensoria Pública da União tem um compromisso com a defesa de pessoas migrantes.

Eu trabalho em tempo integral, já há vários anos, especificamente em Direito Migratório e acesso a direitos a pessoas migrantes e refugiadas. É muito importante garantir assistência jurídica e garantir políticas de educação em direitos no momento em que a Defensoria Pública é tão ameaçada, assim como todo o serviço público, também quanto às suas prerrogativas.

Acredito que esta Comissão terá, ao longo deste final de ano e, principalmente, em 2022, a missão de não deixar que o tema caia no esquecimento, de enfatizar a importância de uma governança migratória, de colocar o Governo em xeque quando viola direitos e de buscar soluções que incluam as pessoas e não tratem a migração como um caso de polícia ou como um tema de segurança. A migração é um tema de direitos humanos para pessoas migrantes, para pessoas refugiadas e merece atenção sob essa perspectiva.

Cada vez mais, como eu disse, o Brasil está inserido num contexto de mobilidade humana internacional. Somos um país não apenas de emissão de imigrantes ou de saída, mas também de acolhida; e também um país de trânsito. Os nossos fluxos são mistos e não podemos nos dar ao luxo de nos esquecermos dessas pessoas ou de não darmos a atenção devida. É fundamental que a Comissão se atente a isso e que, em parceria com a sociedade civil, com os coletivos e associações de pessoas migrantes que cada vez mais se organizam no Brasil e com as agências internacionais, possamos trabalhar em conjunto para oferecer soluções e enfrentar esses novos desafios que se apresentam e que vão se apresentar com ainda mais força nos próximos anos.

Mais uma vez, muito obrigado.

Estou em Corumbá, seguimos aqui atendendo. A Defensoria Pública da União está à disposição da Comissão para novas iniciativas.

Muito obrigado e bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Eu que agradeço, em nome, eu diria, até da humanidade e não somente do Brasil, a todos vocês.

Foi o Dr. João Freitas de Castro Chaves, Defensor Público Federal e Coordenador do Grupo de Trabalho Nacional para Migrações, Apatridia e Refúgio da Defensoria Pública da União (DPU).

Muito obrigado.

Vamos em frente.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Ezequiel Texidó, Oficial Regional de Políticas da OIM.

A palavra é sua.

O SR. EZEQUIEL TEXIDÓ (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Muito obrigado, Presidente.

Eu gostaria de falar sobre as consultas e também sobre a população migrante em geral.

Qualquer medida que se adote e possa melhorar a situação dos imigrantes em qualquer situação, em situação mais extrema ou de mais conflitos, ou migrantes mais estruturais, que seja compreendida na sua complexidade. Adotam características realmente muito complexas relacionadas à sua dinâmica, aos fluxos, à vulnerabilidade.

Hoje, mais do que nunca, qualquer política migratória baseada na imigração deve considerar a clara complexidade que tem esse tema por um lado. Em segundo lugar, as políticas migratórias não podem estar... Não podem deixar para que tenham... A coordenação interinstitucional entre os Estados, mas também com outros Estados e em outros níveis de governo, em âmbitos regionais, em âmbitos sub-regionais... As políticas migratórias também devem alimentar e ser concebidas no marco desse processo de...

Um terceiro elemento vinculado à resposta que se pode dar para melhorar essa situação é o envolvimento de outros atores sociais, sobretudo da sociedade civil. Como sabemos que eles têm um papel muito importante na implementação de ações associadas à política... Essas ações, muitas vezes, dão respostas diretas e fundamentais para a proteção fundamentalmente dos direitos da pessoa migrante.

E também, por outro lado, em algumas linhas de trabalho que estão se desenvolvendo na região com muito êxito, em alguns casos associadas à regularização da população migrante como instância básica, podemos dizer é a que dá origem à integração efetiva de um imigrante na sociedade. Outras medidas distintas para promover fluxos migratórios regulares seguros para aquelas pessoas que estão em trânsito...

Por outro lado, e talvez retomando tudo que eu acabei de falar, também deveríamos destacar algumas medidas políticas que abordem situações culturais de origem. Essas causas que muitos dos painelistas comentaram, essas causas que muitas vezes são as que obrigam a população a se deslocar... Algumas políticas são importantes para, de alguma maneira, prevenir e evitar esse deslocamento contra a vontade da grande parte da população migrante.

Por último, também já foi mencionado, eu acho que é importante, vinculado também com a integração, é a reformulação, trabalhar esse discurso antimigratório, que muitas vezes dificulta





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a integração dos migrantes... E, nesse sentido, combater os discursos racistas, homofóbicos e todos os que são vulneráveis, os migrantes vulneráveis, e com isso construir...

Então, seria basicamente isso para não tomar mais tempo, para não usar mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Agradeço ao Dr. Ezequiel Texidó, Oficial Regional de Política e de Articulação do Escritório Regional para a América do Sul da Organização Internacional para as Migrações (OIM). Meus cumprimentos também pela brilhante participação, com uma série de contribuições, como os outros também assim o fizeram.

Nós mandaremos depois o encaminhamento que faremos para o conhecimento de todos os convidados. E, como eu digo, de muitas outras reuniões haveremos de participar. Pretendemos fazer algumas, inclusive, ultrapassando as fronteiras do Brasil. Como já foi dito por todos nós, direitos humanos não têm fronteira. Seria muito interessante e temos pensado nisto: algumas audiências públicas com convidados presentes para falar da sua realidade naquele país como refugiado.

Vamos lá agora, Dr. Federico Martínez-Monge, Representante Adjunto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) no Brasil.

O SR. FEDERICO MARTÍNEZ-MONGE (Para expor.) – Olá. Conseguem me ouvir? (*Pausa.*)

Sim, maravilha.

Se apresenta Acnur. Muitíssimo obrigado.

Eu gostaria de agradecer mais uma vez pela oportunidade de nos referir a esses temas de tanta qualidade.

Eu ouvi com muita atenção as perguntas que foram colocadas e gostaria de me referir especialmente à pergunta que a Natália colocou, desde o Rio de Janeiro. Ela colocou: "Na situação atual, é obrigação dos países acolher?".

Eu acho que é uma colocação muito importante, porque permite refletir se a admissão dos refugiados, dos solicitantes da condição de refugiado é um ato discricionário ou um ato de graça. E o direito internacional tem a resposta para isso. Os próprios Estados, os países têm reconhecido que quem foge de guerras, perseguições e violações de direitos humanos, para além de acolhê-los ser um ato humanitário, é uma obrigação assumida no momento em que se assina a convenção sobre o Estatuto dos Refugiados e ao assinar tratados de direitos humanos como a Convenção Americana de Direitos Humanos. Então, é importante garantir esse acesso das pessoas refugiadas ao território como uma obrigação jurídica.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Falando de forma mais geral sobre os desafios e a situação de crise, sem dúvida, devemos reconhecer que a pandemia tem afetado muito os sistemas de proteção a refugiados e que se precisa ainda harmonizar esses controles sanitários com a proteção de refugiados, assim como garantir que quem se encaixa na definição de refugiado tem acesso ao território, cumprindo e sem importar os controles sanitários. As duas coisas não são incompatíveis, podem e devem ser implementadas em paralelo.

Eu mencionaria que, talvez, uma das situações que mais permitiria melhorar a situação das populações em situação de deslocamento, refugiados e migrantes, especialmente no Brasil, produto da pandemia hoje, seria foco sobre a documentação, o protocolo, o documento para refugiados solicitantes e o documento também para quem solicitar residência temporária. Sabemos que o exercício de direitos humanos de acesso a serviços não depende de nacionalidade, situação migratória ou documentação. Porém, na prática, contar com esses documentos ajuda muito as pessoas. Nem sempre os servidores, os fornecedores de serviços estão cientes de que eles têm o dever de atender as pessoas sem importar a documentação que as pessoas têm. Então, atender esse passivo que existe hoje no Brasil é uma prioridade, entendemos que é uma prioridade importante.

A última reflexão seria – duas últimas reflexões, muito rapidamente – continuar desenvolvendo políticas públicas para a acolhida de refugiados e migrantes. Hoje, a situação da Venezuela: o fluxo existe e parece que vai continuar. A situação na Venezuela não parece que vai melhorar no futuro imediato. Então, como continuar com essa transição que já começou, mas precisa ser reforçada, para passar de uma resposta emergencial para situações de política pública? Aí, falando do maior engajamento dos centros de saúde, do SUS, dos sistemas, das políticas e programas de assistência social, do Suas, e das escolas em geral, de quem fornece o serviço, como garantir que esse serviço vai ser dado também para refugiados e migrantes no Brasil?

Por último, eu mencionaria – eu acho que foi o Sr. Presidente, Sr. Senador Paulo Paim, que descreveu refugiados e migrantes como os mais vulneráveis –, eu reforçaria essa visão e, ao mesmo tempo, aproveitaria para lembrar que dentro desses grupos existem ainda alguns mais expostos e com mais riscos e mais vulnerabilidades. Encontramos entre esses grupos crianças desacompanhadas, pessoas com deficiências e um grupo muito particular no fluxo venezuelano, que é a população refugiada e migrante indígena. Isso precisaria de um olhar específico. Depois de mais de três, quatro anos, estima-se que mais de seis mil refugiados e migrantes indígenas da Venezuela hoje estão no Brasil e ainda precisam ser estabilizados no País.

Sr. Presidente, agradeço muito o convite. Ficamos à disposição para qualquer outra participação no futuro. MUITÍSSIMO OBRIGADO.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Eu que agradeço ao Dr. Frederico Martínez, representante adjunto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) no Brasil. Com certeza, as suas considerações são muito importantes, como as de todos, e ampliam sempre a nossa visão também para a questão do índio, do negro, da violência contra as mulheres, contra as crianças, idosos, LGBTI+, que é uma outra loucura no Brasil, como o feminicídio também é uma loucura. Essa preocupação nós temos que ter. E essa população mais vulnerável, quando chega aqui, é exposta a essa situação no Brasil, que é gravíssima.

Agora, permita que eu faça um comentário rápido sobre a questão da fome e da miséria, a disputa pelo osso. Olha, me disseram hoje pela manhã, e eu vou comentar aqui... Quando eu era moleque, muito pobre – e ser pobre, para mim, não é vergonha, faz parte da luta, de uma história –, e a gente chegou aqui, eu comprava pé de galinha, nós comprávamos, como se fosse hoje, a R\$1,00. Hoje de manhã eu ouvi falar que o pé de galinha está R\$12,00, estão vendendo pezinhos de galinha a R\$12,00. Na minha época, eu estou comparando com o dinheiro atual, eu comprava um quilo de pé de galinha para fazer sopa a R\$1,00. E nem vou falar do osso. O osso, que era dado, hoje custa R\$4,00 o quilo, o osso que era doado: "Olha, pode levar o osso para os cachorros", e tal. E alguns usavam o osso mesmo. Não nego: cheguei a usar o osso – cheguei a usar –, e não tenho nenhuma vergonha disso. O osso, sendo novinho, dá um bom caldo, como a gente fala, dá uma boa sopa. Mas veja a situação a que nós chegamos: o osso, que era doado, hoje é vendido a R\$4,00, pelanca, e por aí vai. Essa é a realidade, e nos assusta. Eu ouvi um açougueiro falando: "Não, o pessoal vinha pegar osso para os cachorros, e sempre tínhamos uns dois, três; não dá para dar um mais novinho, porque vou usar". Ele doava também. E, agora, essa fila de dois levou a uma fila de cinquenta, de cem, pedindo, pelo amor de Deus, um osso mais em condição de poder usar.

Por isso, você tem razão: esses setores vulneráveis são os que mais se encontram nessa posição.

Agora chegamos, enfim, na ordem de inversão, à fala do Sr. Jan Jarab, representante regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Acnudh) para a América do Sul, para encerrar a fala. Foi o primeiro, e agora será o último, na inversão.

O tempo é seu.

O SR. JAN JARAB (Para expor.) – Muito obrigado pelo convite. Agradeço a oportunidade desta audiência pública excelente, com muitas recomendações por parte dos colegas do sistema das Nações Unidas, que evidentemente têm também o pleno apoio da Alto Comissariado para Direitos Humanos, e também as excelentes recomendações, muito concretas, da DPU, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e da sociedade civil.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero destacar a importância da ideia de que não se trata só de sobreviver. Como disse a Professora Angela Facundo, é importante incluir essas pessoas migrantes em um projeto, um projeto de cidadania, no sentido amplo da palavra, da inclusão, da integração.

Na verdade, todos tivemos um consenso, acho, de que existem duas dimensões importantes: uma é a emergência, a resposta imediata, para que essa resposta imediata não seja securitista, com uma lógica de segurança, para que seja uma resposta que dá acesso à proteção internacional, como disse o meu colega do Acnur, que falou da necessidade de revogar regras, portarias que obstaculizam o acesso a essa proteção internacional. Mas também há outra dimensão de igual importância, que é a regularização, a integração das pessoas imigrantes em um projeto, e um projeto mais amplo, de cidadania, de permanência no território do Brasil.

Acho muito importante que também nesta discussão, nesta audiência pública, tenhamos tido as três dimensões: global, regional, as dinâmicas regionais – um trabalho para um escritório regional em Santiago do Chile, mas que cubra também o Brasil – e as informações, as análises sobre a dinâmica do próprio Brasil, como se situa nessa dinâmica regional. Então, foi excelente.

Cumprimento o Sr. Presidente Paim por suas palavras. Acho que o mais importante é a mensagem de que direitos humanos não têm fronteiras. Estamos falando de seres humanos, não só de números, que são importantíssimos, mas estamos falando de seres humanos, cada um com sua vida, com seus problemas, seus sonhos, suas tragédias. Muitas vezes temos que abordar o tema com a perspectiva dos direitos humanos.

Aproveito a oportunidade também para reiterar que no dia 5 de novembro vamos ter, na Comissão dos Direitos Humanos e Minorias, o chamado Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal, outra audiência pública sobre o tema dos direitos dos migrantes.

Então, quero fazer um convite para participarem dessas discussões também – assistam à audiência pública desse observatório –, que são sempre muito interessantes, porque têm representação do Poder Executivo, do Governo, de várias instituições independentes e dos *experts* nacionais e internacionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Obrigado, Dr. Jan Jarab, representante regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Acnudh) para a América do Sul. Muito, muito obrigado.

Quero lembrar que todo ano também o Senado faz, no dia 20 de novembro, que é o Dia Nacional da Consciência Negra, homenagem ao grande Zumbi dos Palmares, que é a referência número um no Brasil em matéria da luta do movimento negro. Eu sempre digo que tivemos dois





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

grandes momentos: a luta com Zumbi e a luta com Abdias, que foi Senador, uma figura também que o mundo conheceu.

Poderia lembrar aqui inúmeras figuras, mas eu queria só responder rapidamente sobre a política de cotas, que é muito importante. Nós lançamos já esse projeto para manter a política de cotas. Apresentei no início de 2020, creio eu, no Senado, já me precavendo do que poderia acontecer, mas já existem 35 projetos que vão na mesma linha, todos fortalecendo a política de cotas, porque política de cotas, sempre digo, não é uma atividade fim, mas é uma atividade meio. Eu sonho com o dia em que o Brasil não precise mais de política de cotas. Eu sonho com isso, mas, enquanto não acontecer, nós queremos a prorrogação, ampliando, inclusive, para a iniciativa privada. Eu estou falando em matéria de ensino, da educação. E que não fique só na pública. Na pública, avançamos bastante com a política de cotas. Mas eu gosto de uma frase que eu sempre uso: fizemos muito, mas há muito ainda por fazer. Sabemos da realidade do Brasil, como nós relatamos aqui e vocês relataram muito bem.

Permitam que eu faça um rápido encerramento agradecendo a todas, a todos.

Se a Senadora Zenaide Maia chegar a tempo ainda – noto que ela não está na tela –, poderá também usar alguns minutos, devido ao nosso tempo.

Mas, enfim, eu gostaria de dizer que, após este grande debate, com excelente exposição de todos os convidados, uma boa atualização para nós outros, todos, do cenário mundial acerca de refugiados e migrações, eu gostaria de finalizar dizendo que, por um lado, saibam sempre da firmeza de um grupo grande de Parlamentares, no Senado e na Câmara, que teremos sempre uma postura aguerrida, com foco na atuação, no monitoramento, na participação da situação das migrações e na busca de ações efetivas humanitárias por parte do Parlamento brasileiro junto ao Governo, aos Estados brasileiros e também aos Municípios – também aos Municípios. Eu tomei a liberdade de apresentar o projeto de uma medalha de honra ao mérito para Município que mais combate todo tipo de preconceito e agrega, abraça, acolhe refugiados e também migrantes.

Quero também mostrar que esta Comissão, que eu chamo de a comissão da esperança, inspirado no verbo esperar, espera sempre com o verbo esperar, porque esperar é ter esperança, mas lutar, caminhar, avançar para fazer acontecer. Que a gente não fique só no sonho, mas que a gente possa tornar nossos sonhos realidade, que possa ser um lugar de concretização das esperanças tanto para os que migram com vontade própria quanto para as pessoas que forem forçadas a migrar. É com essas palavras do nosso mestre Paulo Freire que eu encerro a minha participação, que encerramos a nossa banca. Disse Paulo Freire:





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar, porque tem gente que tem esperança do verbo esperar [disse Paulo Freire, não eu]. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperar e ir atrás, esperar é construir, esperar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperar é juntar-se com outros para fazer de outro modo... [Paulo Freire].

Com essa fala, eu fico aqui com um esperar permanente, acreditando que, no mundo todo, nós teremos, um dia, milhões de pessoas iguais a vocês.

Muito obrigado.

Senadora Zenaide Maia, bom vê-la. Faça suas considerações finais. V. Exa. é uma estrela do nosso trabalho. Eu ficarei muito feliz que use também alguns minutos para o encerramento da nossa reunião.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para discursar.) – Vamos conjugar, sim, o verbo esperar. Nós não podemos deixar de ter aquela fé – e a fé que eu digo é aquela fé que nos faz insistir, persistir e nunca desistir de lutar pelo respeito, de lutar para que os mais carentes e vulneráveis não sejam deixados à deriva, sejam do nosso povo ou dos que nos procuram pedindo socorro. Isso é ser cristão, é ter essa fé. Cristão tem que esperar. A gente não pode tirar a esperança do povo nem do Brasil, nem do mundo, dos nossos vizinhos que estão sofrendo, muita gente, não é pouca gente. São milhares de homens, mulheres, crianças. Chega dói na gente quando a gente vê.

Sabe, Paulo Paim, eu fui educada em Caicó, que é da região do Seridó. A gente era de uma cidade menor, mas Caicó oferecia uma educação pública de altíssima qualidade. E quando eu vejo esse *apartheid*, impedirem as pessoas de entrar, não poderem ser acolhidas, eu me lembro de que Caicó nos oferecia, a toda região do Seridó e à do oeste, uma educação pública de altíssimo nível. E outra coisa: era educar, não era ensinar. Nós tínhamos educadores. E eram um exemplo que nos fizeram seguir em frente. Eles nos educavam para a vida. Ensavam a respeitar, até a sentar. Eu costumo dizer que há uma diferença grande em ensinar alguém para passar no concurso, no processo seletivo, e educar.

Educar é uma coisa maior, educar um ser humano para que aprenda a respeitar os outros, lutar pela vida, mostrando que é possível, sim... Tem lugar para todo mundo. Agora, não tem lugar para os egoístas, para os desrespeitosos, os que não respeitam nenhuma forma de vida. Eu já aprendi que sou humana. Os animais queimados, as plantas derrubadas, aquilo dói, aquilo é vida. E em nome de lucro! Onde já se viu que 1% da população brasileira tenha 50% da riqueza e a gente tenha metade do País não sabendo o que vai comer no dia seguinte?





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu digo a quem está nos assistindo é que nós não perdemos a esperança. Esperançar, esse é o verbo que o cristão, que o ser humano tem que ter para com todos os seus irmãos, independente de onde nasceram, de onde vieram, de sua cor, de sua sexualidade. Isso é respeito. E é isso que Cristo pregou. Por favor, não inventem que há outro tipo de cristão. Cristão é aquele que ama o seu próximo.

Obrigada, Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Grande Senadora, encerrou muito bem.

Pessoal, muito obrigado a todos. Com certeza, voltaremos em outras oportunidades.

Como disse a Senadora, que Deus ilumine a todos.

Um abraço.

(Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 40 minutos.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e hum minuto do dia vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e um, por meio de Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados com a presença dos Parlamentares Mecias de Jesus e Túlio Gadêlha, e ainda do Senador não membro Zequinha Marinho. Deixam de comparecer os Parlamentares Diego Tavares, Eliziane Gama, Mara Gabrilli, Telmário Mota, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Flávio Arns, Baleia Rossi, Carlos Zarattini, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Stefano Aguiar, Jhonatan de Jesus, Bruna Furlan, Luis Miranda e Orlando Silva. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 6/2021 - CMMIR, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Tema: Cais do Valongo, Patrimônio Mundial da Humanidade. **Participantes:** Milton Guran, Antropólogo Pesquisador vinculado ao Laboratório de História Oral e Imagem (Labhoi) da Universidade Federal Fluminense - UFF; Monica Lima e Souza, Coordenadora do Laboratório de Estudos Africanos (LEÁFRICA) do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Rita Oliveira, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública da União - DPU; e Sergio Gardenghi Suiama, Procurador da República e Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Rio de Janeiro. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/10/22>





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema "Cais do Valongo, Patrimônio Mundial da Humanidade".

Irão participar da nossa audiência, de forma remota, os seguintes convidados: Dra. Mônica Lima e Souza, Coordenadora do Laboratório de Estudos Africanos (LeÁfrica) do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – seja bem-vinda, Dra. Mônica; também o Dr. Milton Guran, Antropólogo Pesquisador vinculado ao Laboratório de História Oral e Imagem (Labhoi) da Universidade Federal Fluminense (UFF) – bem-vindo, Dr. Milton; Dra. Rita Oliveira, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública da União (DPU) – bem-vinda, mais uma vez, Dra. Rita, que tem nos ajudado muito; também o Dr. Sergio Gardenghi Suiama, Procurador da República e Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Rio de Janeiro.

Amigos e amigas, convidados, telespectadores, internautas, esta audiência pública será interativa, transmitida ao vivo pela TV Senado e todo o sistema de comunicação do Congresso e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da ouvidoria: 0800-612211; poderão interagir.

De acordo com as normas regimentais, cada convidado fará a sua exposição por dez minutos; em seguida, abriremos a fase de debate, interpelação, perguntas àqueles que tenham interesse.

Também informo que, ao final, aqueles que desejarem fazer uso da palavra devem solicitar sua inscrição por meio da função "levantar a mão" no aplicativo ou registrando seu pedido no bate-papo da ferramenta.

Como é de praxe, eu farei uma introdução da matéria que vamos debater. Algumas perguntas que forem chegando eu as farei para os convidados depois da fala de todos.

Esta audiência pública foi fomentada pelo Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública da União, por meio de sua coordenadora, Dra. Rita Cristina de Oliveira, e também por integrantes da comissão de juristas constituída pela Câmara dos Deputados.

A audiência tratará da proteção do patrimônio histórico, cultural, material e imaterial da região do Cais do Valongo, no Município do Rio de Janeiro. No dia 28 de maio deste ano, apresentamos o PL nº 2.000, de 2021, para garantir essa proteção.

A Conferência de Durban destacou a importância de os países que se beneficiaram da escravidão negra reconhecerem as contribuições culturais, econômicas e científicas dos descendentes de africanos e admitirem a persistência da discriminação racial ainda nos dias atuais.

O Rio de Janeiro, pela área portuária conhecida como Cais do Valongo, foi a porta de entrada de 60% dos 4 milhões de africanos escravizados que foram trazidos ao Brasil ao longo de quase quatro séculos de tráfico transatlântico.

Cerca de 1 milhão desembarcaram na cidade, servindo ainda como o maior porto distribuidor de pessoas escravizadas para outros Estados do Brasil e para a própria América Latina, o que, segundo pesquisadores, lhe confere o título de maior porto escravagista da história





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da humanidade e o segundo maior porto de origem de navios negreiros depois de Liverpool, na Inglaterra.

Em razão disso, o Estado brasileiro tem responsabilidade, internacional inclusive, de ser protagonista em processo de justiça global e de transição para a reparação histórica e cultural à população negra.

Sobre a importância do patrimônio arqueológico do Cais do Valongo, em sua dimensão material e imaterial, a arqueóloga Rosana Najjar descreveu ao GTPE/DPU:

A arqueologia foi a pedra de toque para o desvelamento, em vários sentidos, do Cais do Valongo do século XXI, [...] como ciência que estuda a trajetória da Humanidade através da sua cultura material confeccionada ou apropriada pelo homem, e a diversidade existente entre culturas reflete diretamente na cultura material de cada uma delas.

Sendo assim, os objetos arqueológicos têm diferentes formas e funções de uso prático e simbólico.

Ainda segundo a arqueóloga, as diferenças são características da trajetória cultural da humanidade e sua atenta e minuciosa observação permite ao arqueólogo, a partir de sólidas bases teórico-metodológicas, produzir conhecimento sobre o passado e apresentá-lo às sociedades atuais.

Entretanto, engana-se quem pensa que a Arqueologia se limita a desvelar a materialidade das coisas ou que magicamente transporta o passado para o presente.

O passado passou e não volta mais, o papel da Arqueologia é o de interpretar, a partir de um olhar atual, o contexto dos vestígios de um passado fragmentado e, conseqüentemente, sempre incompleto.

Podemos afirmar, portanto, que a Arqueologia estuda e constrói uma versão atual da trajetória da humanidade a partir da observação do contexto dos artefatos estudados, expondo seus aspectos materiais como também os imateriais.

Sendo assim, torna-se fundamental a participação da comunidade nos processos de pesquisa, difusão e preservação do Patrimônio Arqueológico.

A pesquisa realizada pela arqueóloga Profa. Dra. Tania Andrade Lima (Museu Nacional/UFRJ) trouxe para a atualidade testemunhos contundentes do cais e uma coleção de mais de 500 mil peças associadas à diáspora africana.

Esses artefatos arqueológicos merecem, por si sós, atenção especial por nos permitirem o acesso a muitas informações sobre os costumes, a vida cotidiana, o simbolismo religioso e a resistência dos africanos escravizados ao sistema que lhes era imposto.

A importância do Sítio Arqueológico Cais do Valongo para a cidade do Rio de Janeiro e para o planeta é inquestionável, tanto que o sítio foi cadastrado como patrimônio ecológico brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 2011, Lei 3.924/61, e elevado a Patrimônio Mundial pela Unesco em 2017.

O antropólogo Milton Guran, que atuou como membro do Comitê Científico Internacional do Projeto Rota do Escravo, da Unesco, e consultor do Iphan, diz: "Apresentada à Unesco em 2014, essa candidatura foi, sem dúvida, o mais importante ato do Estado brasileiro, no plano internacional, a favor da matriz africana do País desde que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu desculpas à África, na Ilha de Gorée, no Senegal, em 2005".



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

As trajetórias que dão significado ao Cais do Valongo como patrimônio têm o papel também de lembrar que, assim como toda a beleza e poder da criação, a dor é parte da herança deixada por nossos antepassados africanos.

Indo para o final, quando eu recebi essa contribuição para a minha introdução, eu a achei tão interessante que eu resolvi apresentá-la, mas fala muito pouco. Essa dor que atravessa a memória dos descendentes é reforçada pelo racismo e fez do trauma da escravidão um elemento de base na formação de identidades no pós-abolição.

Preservar e tornar conhecido esse lugar de memória no Brasil não é apenas uma forma de ressaltar o sofrimento e o sentimento de injustiça trazidos pela nossa história, é investir na resistência e nas lutas que se constroem por meio do conhecimento, além de promover um resgate da força das nossas relações com África, reconhecendo e reparando com justiça o nosso povo.

A proteção do sítio arqueológico e seu patrimônio material e imaterial deve compreender um conjunto de ações a serem orientadas e fomentadas pelo Estado brasileiro voltadas à sua conservação e dos imóveis de valor histórico-cultural na zona de amortecimento.

Essa proteção também diz respeito à requalificação e promoção do sítio e seu entorno de modo a divulgar o seu valor global excepcional para o público em geral e para o Brasil.

Segundo Harriet Tubman, abolicionista que nasceu escrava e conseguiu resgatar mais de mil seres humanos: "Todo grande sonho começa com o sonhador. Lembre-se sempre que você tem dentro de você a força, a paciência e a paixão para alcançar as estrelas para mudar o mundo".

Agora é com vocês. Eu fiz a minha introdução. Se parei um pouquinho, foi um pouquinho daquela emoção que todos nós temos, não há como não ter. Por isso que, em certos momentos, eu até travava ou mudava a leitura para fazer um comentário... Era para segurar um pouquinho dessa história tão bonita – bonita e triste – e da importância dela.

De imediato, dez minutos para cada um dos nossos convidados.

Começamos com a Dra. Mônica Lima e Souza, Coordenadora do Laboratório de Estudos Africanos (LeÁfrica) do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). *(Pausa.)*

O seu microfone está fechado. *(Pausa.)*

Enquanto ela abre o microfone...

A SRA. MÔNICA LIMA E SOUZA – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Abriu. O.k., Dra. Mônica.

A SRA. MÔNICA LIMA E SOUZA (Para expor.) – Olá! É porque alguém havia de abrir meu microfone.

Muito obrigada!

Excelente fala – excelente fala –, Senador Paulo Paim! Eu também me comovi com as suas palavras e assinaria todas as suas considerações como minhas próprias. Muito obrigada!

Começo parabenizando pela iniciativa, parabenizando as organizadoras e organizadores deste importantíssimo encontro, que louvo – louvo muitas vezes.

Estamos tratando de um processo que é o mais longo processo de migração forçada da história da humanidade: o tráfico atlântico de africanos escravizados. Ele é fundamental para a formação da identidade brasileira e é fundamental que discutamos sobre o Cais do Valongo, seu entorno e sua importância, porque nos posicionamos como favoráveis ao seu reconhecimento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completo e pretendemos uma atitude antirracista – mais do que condenarmos o racismo, como já foi dito, sermos antirracistas com as nossas atitudes.

O Cais do Valongo, como foi lembrado pelo Senador Paulo Paim, é um lugar de sofrimento, e por isso ele foi reconhecido como um sítio arqueológico histórico de caráter sensível e se compara, nessa sua qualificação que foi reconhecida internacionalmente e pelo Conselho do Patrimônio Mundial, que o colocou na lista da qual hoje ele faz parte, comparável aos sítios históricos de Auschwitz e Birkenau, na Alemanha, vinculados ao holocausto, e comparado à Robben Island, na África do Sul, na qual esteve encarcerado Nelson Mandela por mais de 25 anos. É um lugar de dor e sofrimento, é um lugar de reflexão, é um lugar também de afirmação, e que merece, por tudo isso, um profundo respeito da nossa parte e do Estado brasileiro, que se comprometeu em preservá-lo e que se comprometeu em tornar esse patrimônio verdadeiramente conhecido no Brasil.

A história do Cais do Valongo diz respeito também, como já foi assinalado, à história do Rio de Janeiro, sim, mas à história do Brasil como um todo – o Rio de Janeiro era um porto de entrada e dali partiam esses africanos escravizados para diferentes partes do País –, diz respeito à história das Américas. Os africanos escravizados que desembarcavam no Valongo muitas vezes eram transportados por navegação costeira em direção à América do Sul, à cidade de Montevidéu e à cidade de Buenos Aires.

Portanto, essa história se desdobra pelo nosso continente, diz respeito à história das Américas negras, todo esse continente que foi povoado por essa migração forçada de africanos para atuarem como trabalhadores, fundamentais na construção da história de todo o continente americano; diz respeito profundamente às áfricas, de onde foram retirados e de onde trouxeram todas estas heranças – heranças materiais, heranças imateriais – em termos de conhecimento, em termos de afirmação, que dizem respeito a toda a humanidade, que não deve esquecer esse longo processo de migração forçada de seres humanos retirados de suas terras e construindo a riqueza, que não foi igualmente compartilhada. Portanto, trata-se assim de uma dimensão realmente mundial.

E, quando o Estado brasileiro assume, ele está assumindo também e deve assumir um protagonismo nesse processo, não é? – assumir a sua identidade, a sua própria identidade, e assumir perante a humanidade esse protagonismo, esse lugar de frente. E o Cais do Valongo simboliza todas essas possibilidades. Por isso, ele exige de nós posicionamento. Por isso é que o Cais do Valongo e o seu entorno exigem de nós atitudes, atitudes no sentido de garantir a sua integridade, que é um compromisso que foi assinado por ocasião da apresentação do dossiê de candidatura ao Patrimônio Mundial, no qual estivemos diretamente comprometidos, com o antropólogo Milton Guran, aqui presente, a arqueóloga Rosana Najjar, citada, e o arquiteto José Pessoa, como o grupo que redigiu o dossiê de candidatura. A história do Cais do Valongo desaguou nesse dossiê de candidatura.

E algo de que eu gostaria de falar, na reflexão final dessas minhas rápidas palavras, é que o processo de patrimonialização do Cais do Valongo foi um processo que teve uma característica central: ele foi um processo participativo. A comunidade do entorno participou, ela esteve presente, ela recebia, a cada passo de elaboração do dossiê de candidatura, o volume de ideias e de informações, para que pudesse nos dar o retorno e assim seguíssemos elaborando esse dossiê dessa maneira. Esse processo participativo de elaboração de um dossiê de candidatura a Patrimônio Mundial foi, da forma como foi conduzido, inédito no nosso País, reafirmando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também um tempo em que acreditamos – e em que acreditávamos – que esse é o caminho para se trabalhar com algo tão importante quanto o direito à história e o direito à memória, direitos inalienáveis dos humanos. E a apresentação do dossiê de candidatura na interlocução, com lideranças dos movimentos sociais, do movimento negro, associações locais e a própria comunidade, conseguiu fazer com que isso desse corpo a esse material, que foi tão bem recebido pelas autoridades internacionais, que desse dossiê extraíram o reconhecimento do país como Patrimônio Mundial.

São essas as breves reflexões que eu trago, e, como sempre, me coloco à disposição, pois sigo pesquisando e trabalhando sobre esse tema. E agradeço o interesse e a atenção de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – São muitas emoções no dia de hoje, porque essa história é uma história, como eu falava antes, triste, de muita dor, como a Dra. Mônica agora falou, mas que o Brasil tem que ouvir. E ela vai rodar na TV Senado, vai para o sistema de comunicação, na internet.

Fiquei também emocionado com a sua fala, viu? Isso é a história negada, que nós estamos colocando, cada vez mais, para não ver – desculpem-me, eu estou falando até demais. Eu vi esta semana quando um senhor jovem, com uma criança de um ano e meio, em São Paulo, foi espancado por dois seguranças, jogado no chão – é aquela velha história do joelho no pescoço –, enquanto a criança berrava – berrava, tenho que dizer – desesperada, gritava. Essa criança nunca mais vai esquecer isso. E as pessoas próximas... Tudo isso passou nos canais todos, e as pessoas dizendo: "Não, não façam isso. Olhem a criança. Esperem, vamos ver o que aconteceu".

Felizmente, debates como este ajudam a combater o racismo, infelizmente enraizado, estrutural, e a maldade dos fatos que a gente vê. Mas vamos em frente.

Eu quero só registrar – já por questão de que eles já estão, de fato, presentes – a presença do Senador Zequinha Marinho, que entrou conosco já; do Deputado Túlio Gadêlha, que é o Relator desta Comissão e está fazendo um belíssimo trabalho, o nosso querido Relator; e do Senador Mecias de Jesus. Quero também dizer que a Vice é a nobre Deputada Bruna Furlan. Ela e a Mara Gabrilli foram as grandes articuladoras para se criar, inclusive, esta Comissão permanente no Senado.

De imediato, passo agora, então, para o Dr. Milton Guran, antropólogo e pesquisador vinculado ao Laboratório de História Oral e Imagem (Labhoi), da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Dr. Milton, por favor.

O SR. MILTON GURAN (Para expor.) – Muito bom dia. Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Muito bom dia aos colegas, aos Senadores, Parlamentares.

Bom, Senador, em primeiro lugar, eu queria parabenizá-lo pela sua introdução. A sua introdução realmente deu o roteiro de tudo o que nós podemos reforçar aqui. Eu praticamente poderia ficar calado depois da sua introdução e da apresentação da problemática pela minha colega Mônica Lima, mas eu quero aproveitar estes poucos minutos para reforçar alguns aspectos importantes, porque nós estamos dentro de uma luta política. Não é apenas uma questão cultural ou patrimonial. Nós estamos numa disputa política de narrativas centrais da identidade brasileira.

O Iphan demorou décadas para reconhecer o Patrimônio Cultural de Matriz Africana e ainda teve, assim, a capacidade de tomar... O primeiro tombamento feito pelo Iphan foi das





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peças de religiosidade apreendidas pela polícia. Quer dizer, fruto da violência policial, essas peças foram nomeadas como Museu da Magia Negra, para estigmatizar definitivamente a cultura de matriz africana, e assim ela foi conhecida, essa coleção, até entrar no Museu da República, no ano passado. E agora está ressignificada como a Coleção Nosso Sagrado.

Então, é contra essa narrativa institucional, estruturada com base no racismo em toda a administração pública e na mentalidade de amplíssimos setores da população, que nós nos batemos.

Então, eu queria enfatizar que a candidatura do Cais do Valongo a patrimônio mundial foi apresentada ao Comitê do Patrimônio Mundial por um governo inclusivo, e esse governo já respondeu a toda uma ação cultural, social e política da sociedade civil e dos meios acadêmicos. Não foi uma ideia que surgiu do nada. Foram os habitantes da região do Valongo, foi o Movimento Negro, foram as entidades da sociedade civil que se organizaram e que pressionaram junto com a academia para que o cais ficasse aberto à visitação pública, porque eles queriam passar o asfalto em cima, e para que essa candidatura fosse apresentada.

Essa candidatura vicejou dentro da Unesco e no Patrimônio Mundial sobretudo porque ela é o principal ato simbólico da Década Internacional dos Afrodescendentes, que a ONU instituiu, de 2015 a 2024. Então, ela fez parte, foi uma ação política articulada para, como disse a minha colega Mônica muito bem, colocar o Brasil na centralidade, com protagonismo central, na discussão da diáspora. E isso porque o Rio de Janeiro, como o senhor disse, é o maior porto escravagista da história da humanidade. O Brasil só existe como nação do jeito que ele é porque contou com a enormidade de braços africanos na sua construção, e nós simplesmente, enquanto país, enquanto Estado, funcionamos como avestruz.

Então, a proposta do Cais do Valongo teve esse empuxo transformador, e isso foi absolutamente sabotado; foi sabotado pela administração municipal anterior a esta atual e foi, sobretudo, sabotado pelo governo central, que continua sabotando.

A Professora Mônica chamou atenção para o aspecto central mesmo da candidatura, que é a articulação com a sociedade civil e a participação da sociedade civil organizada, da academia e de todos na construção dessa candidatura. Essa construção, essa participação da sociedade civil se consolida numa coisa chamada comitê de gestão, e eu acredito que outras pessoas, a Dra. Rita e o Dr. Sergio, vão tratar disso com mais propriedade no campo jurídico e tudo. Mas eu quero ressaltar que a Unesco estabelece como regra básica de gestão e proteção do patrimônio mundial a participação da comunidade interessada, da comunidade pertencente a esse bem cultural, na sua gestão, através de um comitê de gestão.

E, neste momento que nós vivemos, o Iphan, apesar de haver uma decisão judicial para obrigá-lo – e os senhores, Defensora e Procurador, provavelmente vão trazer isso melhor –, apesar dessa decisão, o Iphan insiste em retirar a sociedade civil do comitê de gestão para fazer o que ele bem entende com isso, e está fazendo gestões junto à Unesco. É muito importante que isso seja denunciado. Eu até resolvi incluir isso na minha fala quando o senhor chamou atenção para o fato de que isso seria difundido pela televisão e da importância que isso tem.

Então, eu acho que esse processo de esvaziamento do poder transformador do Cais do Valongo é o resultado explícito e natural do racismo estrutural brasileiro. Daí a importância do seu projeto de lei, que foi muitíssimo bem recebido por todos nós, porque o senhor reforça uma coisa que, a rigor, nem precisaria reforçar. Existem os compromissos internacionais, mas, em razão da maneira astuciosa, negativamente, que a administração pública e o poder político





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

utilizam para esvaziar esse poder transformador do Valongo, faz-se necessária uma ação importante e contundente, como foi o seu projeto de lei. Eu o parabeno e lhe agradeço muito.

Para concluir – o senhor citou Durban e a Mônica também –, trata-se de um crime contra a humanidade, e esse crime se prolonga no tempo, ele se perpetua nas suas consequências absolutamente abusivas. Então, o Valongo, a candidatura do Valongo, a patrimonização do Valongo é um passo no sentido de reparar isso de alguma maneira. A minha colega foi bastante enfática: é um direito fundamental o direito à memória, o direito à história, o direito a pertencimento identitário. E é esse direito à memória e à justiça da sua trajetória que o Valongo representa. Então, eu acho que é, sobretudo, uma ação de reparação que o Brasil deve a mais da metade da sua população e que só será completa quando nós conseguirmos instituir o Museu Nacional do Valongo, em que toda essa história vai ser ressignificada, vai ser pensada e vai ser apresentada de forma digna, para que mais da metade da nossa população possa realmente sentir orgulho de ter construído esta Nação.

E eu vou enfatizar o que a Professora Mônica disse: não é uma questão só da população negra; é uma questão de todos os brasileiros. E quem não é negro?! Eu não sou negro, mas o meu pai era, e assim são todos os brasileiros.

Muito obrigado, Senador

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – *(Falha no áudio.)*

... Oral e Imagem (Labhoi), da Universidade Federal Fluminense, que coloca, com muita, muita precisão a importância até deste debate aqui, para que o Brasil saiba a verdade dos fatos. Percebi também, na sua fala, aquilo que a gente não sente no Parlamento. É por isso que eu gosto muito de audiência pública. Aqui as pessoas falam com o coração e estão falando o que elas foram convocadas para falar e de causas que elas dominam como ninguém e que muitos sentiram na história pessoal e na dos antepassados, na carne, no sangue, enfim, tudo o que aconteceu para cerca de 118 milhões de brasileiros.

E quero só terminar com a sua frase, viu? Muitos não entendem que esse debate, essa história, essa construção e esse conhecimento interessam a todos, brancos e negros, a todo o povo brasileiro. Um dia eles vão entender, um dia eles vão entender.

Obrigado, Dr. Milton.

Dra. Rita Oliveira, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública da União (DPU), que tem nos ajudado muito, porque sobre muitas coisas que nós apresentamos ela pode falar, são sugestões que ela traz para nós. O tempo é seu, Dra. Rita.

A SRA. RITA OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigada, Senador Paulo Paim. Eu sempre fico bastante emocionada quando estou na sua presença porque V. Exa. tem uma importância muito grande para este País, e acho que as pessoas precisam conhecer mais, com detalhes, a sua trajetória como Parlamentar, porque é de uma contribuição tão absurda que nos emociona realmente.

Na Comissão de Juristas da Câmara, nesses meses de trabalho ao longo deste ano, eu tenho visitado alguns projetos de lei e as discussões a respeito desses projetos e me deparo, frequentemente, com os registros da sua atuação parlamentar, e realmente é pouco dizer que V. Exa. contribuiu historicamente para assentar os pilares civilizatórios da nossa sociedade. E eu tenho certeza de que a gente ainda vai ter uma obra que registre todo esse histórico de V. Exa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu realmente queria lhe agradecer por isso, da Constituinte ao Estatuto da Igualdade Racial, à Lei de Cotas e a projetos tão importantes como este que a gente está discutindo aqui hoje.

Então, eu quero agradecer muito a V. Exa. pela oportunidade de nós estarmos debatendo hoje esse tema que é tão importante para nós – e aqui, quando eu falo nós, eu não só me refiro aos meus parceiros que estão aqui hoje nessa luta, o Milton, a Mônica, o Sergio, mas também às pessoas que estão nessa luta historicamente, nessa luta de resistência, e que estão ali naquele local, naquela região de memória e que são as pessoas para as quais a gente trabalha, o nosso serviço é prestado para elas também. Então, são todos os representantes das entidades e movimentos que são ali da região e que têm lutado também para a preservação dessa história, dessa memória, dessa cultura. Então, refiro-me ao Quilombo da Pedra do Sal, ao Cemitério dos Pretos Novos, à Casa da Tia Ciata, aos conselhos estaduais e municipais dos direitos dos negros, enfim, não vou conseguir falar todos porque o tempo é um pouco curto, mas eu quero registrar aqui que nós não estamos sozinhos, embora tenhamos aqui um momento um pouco limitado de exposição, estamos com todas as pessoas que lutam com a gente para a preservação do cais.

Eu tenho pouco a dizer sobre questões históricas porque tudo isso já foi colocado muito bem pelo Milton e pela Mônica, mas a gente sabe que esses remanescentes arqueológicos do sítio do Cais Valongo, que foram ali redescobertos em 2011, durante as obras de reurbanização da Zona Portuária do Rio de Janeiro, têm uma importância fundamental. Durante algo em torno de sete décadas, o cais foi a porta de entrada de quase um milhão de africanos escravizados trazidos ao Brasil, e isso, como já foi dito aqui, lhe conferiu o reconhecimento como o maior porto escravagista da história e o segundo maior porto de origem de navios negreiros depois de Liverpool, na Inglaterra.

E o espaço ali, Senador Paim, sofreu inúmeras alterações durante o tempo e, em especial, com o fim do tráfico, desenvolveram-se muitas lutas e resistências e formações culturais que tornaram aquele espaço um importante centro urbano que foi nomeado como Pequena África brasileira.

O valor desse lugar para a memória, para o reconhecimento da formação da identidade nacional, como a Mônica enfatizou muito bem, para efeito de reparação histórica e cultural da população afrodescendente, é inestimável e único para o Brasil e para o mundo. E é por isso que essa discussão é tão importante.

Ali também, é preciso registrar, o primeiro engenheiro negro do Brasil, um dos grandes líderes do movimento abolicionista, André Rebouças, construiu o prédio Armazém Docas Dom Pedro II, para cuja obra ele exigiu que não se empregasse, de forma alguma, mão de obra escravizada. Então, esse prédio, Senador Paim, também guarda uma grande importância simbólica para a memória da resistência do povo negro em sua luta por liberdade.

E, não por outra razão, esses vestígios arqueológicos e todos esses registros materiais e simbólicos que compõem a região fizeram com que a Unesco reconhecesse o sítio como patrimônio mundial da humanidade, e isso se deu, como também já foi registrado aqui, depois de um longo e dialogado processo de construção do dossiê de candidatura, que foi finalmente aprovado pelo Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco em 2017.

E, em razão disso, o Estado brasileiro assumiu diversas obrigações de proteção, de conservação, de revitalização e de gestão com participação social do cais. Em 2018, depois de um processo também dialogado com a sociedade, foi editada uma portaria que constituiu o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comitê Gestor do Cais, como o Milton se referiu. E esse comitê foi constituído conforme diretrizes da Unesco, com ampla representação social, com atribuições consultivas e deliberativas na gestão do patrimônio.

Só que, infelizmente, também como o Milton já enfatizou aqui, em 2019, em razão de um famigerado decreto que extinguiu diversos conselhos e comitês com participação social, o Iphan passou a entender que o comitê estaria extinto. E esse comitê, que mal tinha se reunido, teve então o seu funcionamento abortado, e o Governo brasileiro passou a deixar clara a sua intenção de deixar a sociedade civil de fora da gestão do patrimônio do cais. E, seguindo essa mesma postura, também passou a adotar uma posição de abandono em relação ao patrimônio, tocando projetos de conservação e concepção de revitalização dos espaços, como o prédio Docas, sem o menor apreço aos conceitos de reparação e sem base nas expectativas da comunidade envolvida, sem contar com especialistas em patrimônio afro-brasileiro, em saberes tradicionais e bens de matriz africana, com distorções apontadas por técnicos e, pior, sem observar as diretrizes pactuadas com a Unesco. Então, o Estado brasileiro, através do seu Governo atual, passou a colocar em risco a manutenção do título.

No centro desse imbróglio, dessa confusão, nós temos também um contexto ideológico muito hostil à valorização da cultura e da história afro-brasileira, materializada aí, nós sabemos, na figura do atual Presidente da Fundação Cultural Palmares, que insiste em afrontar e aviltar a cultura afro-brasileira.

Por essa razão, Senador Paulo Paim, a DPU se aliou ao Ministério Público Federal, em especial ao Procurador Sergio, do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, para manejar uma ação civil pública e nos socorrermos do Poder Judiciário para frear essas investidas do Governo Federal, através do Iphan, e conseguimos obter uma decisão liminar que acatou os nossos pedidos e determinou que o Iphan e a União observem as diretrizes pactuadas com a Unesco, estabeleceu que fosse apresentado um plano de gestão, um cronograma de ações e execução do plano, a instalação e o funcionamento do comitê gestor nos moldes pactuados.

Mas, como já foi dito aqui também pelo Milton, o Projeto de Lei de V. Exa. nº 2.000, de 2021, seria um reforço muito importante a essa obrigação do Estado brasileiro porque contempla em lei específica diversas diretrizes para a devida gestão do bem e, mais importante que isso, positiva mecanismos de sustentabilidade através da previsão de fontes de recursos. É um grande passo para que a Pequena África e todas as entidades e movimentos culturais envolvidos na região tenham a devida valorização e proteção do Estado, sobretudo para frear esse processo de necromemória que infelizmente nós temos vivenciado tão fortemente. É muito emblemático disso que, mesmo diante de fartos elementos históricos, nós, como já foi dito aqui, sejamos a maior população negra depois da África e não tenhamos um museu nacional da história afrodescendente de mesma magnitude de outras iniciativas do mundo, como de Washington, de Joanesburgo, de Liverpool. A importância, Senador Paim, desses processos judiciais e legislativos que buscam reduzir essa interdição civilizatória em relação à preservação da nossa história reside justamente nas possibilidades de desenvolvimento de um verdadeiro projeto de país – o Milton também já tangenciou essa questão.

Esta semana eu vi um vídeo da escritora Chimamanda, numa conferência em Berlim, em que ela defendeu a devolução das peças sagradas dos povos africanos, enfatizando que a memória que tem sido negada a esses povos nos ajuda a vencer a cegueira sobre o nosso passado. E é disso que se trata. Um país sem memória, Senador Paulo Paim, é um país que não



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

reconhece as suas raízes, é um país sem alma, é um país que desconhece as suas entranhas, é um País que não aprende com seus erros e suas atrocidades, que não é capaz de estabelecer laços sólidos de solidariedade com e entre o seu público, que é aprisionado por falsas memórias e por processos miméticos, processos de imitação inventada de uma história que não é a sua, e que nos limites da geopolítica capitalista, fica sempre predestinado a fazer do seu povo uma experiência de terror colonial constante.

Esta semana nós tivemos a divulgação do relatório da CPI da covid. E isso demonstra o quanto nós precisamos repensar o nosso projeto de País, porque essa lógica de terror colonial constante tem a ver com isso, com o não conhecimento da nossa verdadeira história.

Queria agradecer demais a oportunidade de fala, pedir desculpa se eu passei um pouquinho do tempo. E tenho certeza de que o Sergio vai complementar muito bem aí a minha fala. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Eu que agradeço, querida Dra. Rita Oliveira, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública da União (DPU).

E, realmente, a história do povo negro é sempre negada. E, olha, não quero levar para mim um pedaço da sua fala, permita-me que eu diga isso, porque, se eu pudesse, eu levaria. Pegaria para mim e botaria na minha biografia, que um dia eu vou escrever, não é?

Mas eu percebo que a história de todas as figuras do movimento negro são... Se puder, eles apagam tudo, seja quem for. Até do Abdias querem apagar. Eu fico a dizer que a nossa história é Zumbi lá atrás e muito do Abdias no presente. Porque eu era um menino quando cheguei à Constituinte. Digo um menino, tinha trinta e poucos anos, fui eleito da fábrica para Deputado Federal constituinte. E eu saía da Câmara para ouvir o Abdias. Eu ficava empolgado com a fala daquele homem, como eu digo, de cabelos brancos e com aquela garra, com aquela força. Cheguei a escrever uma poesia: "Abdias, um homem além do seu tempo".

É por isso que tudo que vocês estão falando aí, e resgatar nossa história... Eu vou para uma pergunta que vou fazer no final, porque eu não entendi até hoje por que é que acontece isso. Não entendi; eu entendi, mas quero que vocês falem, não é? Mas é uma pergunta que eu vou colocar no final.

Enfim, muito obrigado, Dra. Rita, é muito bom saber que nós haveremos um dia de resgatar a história de toda a nossa gente, não é? Nas dimensões adequadas e como deve ser feito.

Então, agora, com satisfação, eu passo a palavra para o Dr. Sergio Gardenghi. O Dr. Sergio Gardenghi Suíama é Procurador da República e Procurador Regional dos Direitos do Cidadão do Rio de Janeiro. O tempo é seu, Dr. Sergio.

O SR. SERGIO GARDENGHI SUÍAMA (Para expor.) – Bom dia a todas e todos. Bom dia, Senador. Gostaria de saudá-lo inicialmente pela iniciativa desta audiência e também do projeto de lei. Queria saudar e dar um abraço virtual grande nas pessoas aqui dessa Mesa, que são colegas, militantes e pessoas muito relevantes nessa causa – não é, Professora Mônica Lima, Professor Milton Guran, minha colega Rita Oliveira? –, também aos Parlamentares aqui presentes, virtualmente também, nesta audiência.

Bom, eu sou responsável, no Ministério Público Federal, por acompanhar, em um inquérito civil, as ações do Estado brasileiro referentes ao Cais do Valongo. Eu já acompanho este assunto, este inquérito há sete anos – é um procedimento de acompanhamento. Então, já





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos, há sete anos, neste inquérito, nesta luta pela conservação e pela valorização do Cais do Valongo como patrimônio mundial.

É importante ressaltar que nessa condição de patrimônio mundial da Unesco... Ele foi incluído na lista de patrimônio mundial, e, portanto, o Estado brasileiro, ao pleitear a candidatura e a Unesco reconhecer o Cais do Valongo como patrimônio mundial, se comprometeu a um conjunto de obrigações internacionais junto ao órgão do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco. Infelizmente – esse reconhecimento foi feito em 2017 –, nesses últimos quatro anos, é necessário reconhecer que não houve por parte do Estado brasileiro o cumprimento devido das obrigações assumidas, então, junto à Unesco.

Eu queria ressaltar, rapidamente, cinco pontos. Eu acho que a minha contribuição para esta audiência e para o projeto de V. Exa. é apresentar cinco pontos que dizem respeito, então, aos problemas que hoje nós vivenciamos aqui no Rio de Janeiro em relação à gestão e à conservação desse importantíssimo sítio de consciência, sítio de memória da herança da diáspora africana.

Bom, esses cinco pontos, então, são: primeiro, problemas de conservação do sítio. O sítio não está devidamente... Não é feita a devida limpeza desse sítio. Não há hoje – quem for até lá hoje vai verificar – nenhum tipo de iluminação especial. A iluminação toda é voltada para a rua e não voltada para o sítio. A última placa foi vandalizada. Colocaram uma placa hoje... A única informação sobre o sítio hoje é uma placa de plástico, muito malfeita ali, com poucas informações e que, realmente, não faz jus a um patrimônio mundial. Se a gente for ao Coliseu, de Roma, ou ao Panteão ou a qualquer outro desses sítios, certamente a gente vai obter muito mais informação e muito mais conhecimento sobre esse sítio do que propriamente o que acontece no Cais do Valongo.

O segundo problema diz respeito ao acervo arqueológico. São 1,3 milhão de peças hoje desse acervo que foram resgatadas em 2011. Então, já são dez anos que se passaram e esse acervo arqueológico, infelizmente, ainda não está disponível para pesquisa. Então, vejam, nós perdemos já dez anos de pesquisa acadêmica por conta da inação da Prefeitura e por conta da inação do Governo Federal em relação a esse patrimônio arqueológico. A Prefeitura deveria ter feito um laboratório aberto de arqueologia urbana e esse laboratório aberto não foi feito. Essas peças estão acondicionadas e agora estão sendo transferidas para o galpão Docas André Rebouças e, certamente, irão aguardar mais alguns anos até que sejam disponibilizadas. Um pequeno acervo dessas peças foi transferido para a UERJ e está disponível para a pesquisa, mas isso só aconteceu este ano. Então, nós perdemos dez anos de pesquisa importantíssima desse acervo arqueológico de 1,3 milhão de peças resgatadas na região, contando, então, a história material e imaterial dessas pessoas escravizadas que aqui chegaram no século XVIII, século XIX.

O terceiro problema diz respeito ao Centro de Interpretação do Cais do Valongo. A minha colega Rita já mencionou que nós entramos, em 2018, com uma ação civil pública para obrigar o Estado brasileiro a instalar o Centro de Interpretação do Cais Valongo naquele local, em conformidade com o que diz a deliberação da Unesco.

Passados três anos, nós verificamos que ainda não houve sequer a posse formal do imóvel por parte da União. A ONG Ação da Cidadania, que ocupa hoje o imóvel, está de saída, e, então, a União vai tomar posse agora desse imóvel, que foi construído pelo engenheiro André Rebouças sem mão de obra escravizada, e, a partir daí, está sendo feito esse processo de reforma.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a minha colega Rita disse, está sendo feito um projeto de... Foi contratada pelo Iphan a elaboração de um projeto executivo de reforma do imóvel, mas esse projeto ainda não foi concluído e foi feito sem nenhum tipo de participação ou de escuta da sociedade civil em relação a esse projeto, que altera a própria configuração desse imóvel, também tombado, projetado pelo André Rebouças.

Então, estamos cobrando que não há recursos hoje assegurados, nem em âmbito federal, para a continuidade sequer dessas obras que estão sendo então projetadas. Então, não se tem garantia de que será feita uma licitação breve para a reforma desse imóvel. Então, serão mais anos que nós vamos aguardar, certamente, para que haja a instalação do Centro de Interpretação do Cais Valongo.

O quarto ponto diz respeito aos benefícios do patrimônio mundial para a comunidade. A Unesco determina que todos os bens integrantes do patrimônio material e imaterial reconhecidos pela organização internacional devem ser geridos, conservados e valorizados de forma a garantir o benefício cultural e o benefício econômico para a comunidade do entorno.

Infelizmente, nós também verificamos que não há nenhum tipo de medida pública hoje, em âmbito federal ou em âmbito local, que busque garantir a partilha adequada do valor econômico e do valor cultural gerado pelo bem integrante do patrimônio mundial. Então, é preciso também que haja algum tipo de medida voltada para essa partilha adequada do patrimônio mundial da Unesco.

E, por último, nós temos esse grave problema de gestão, que está por trás, talvez, de todos esses outros problemas. Nós temos, hoje, esse grave problema de gestão, ou melhor, da falta de gestão. Não há, hoje, um órgão responsável por gerir o patrimônio mundial do Cais do Valongo. Essa gestão deveria ser feita por um comitê de gestão, que, como a Rita disse, foi criado em 2018, reuniu-se duas vezes e, depois, em 2019, foi extinto unilateralmente por um decreto presidencial.

Nós ingressamos com essa ação civil pública. Duas semanas atrás, nós tivemos uma audiência de conciliação. Durante quatro horas houve debates, e a posição do Iphan, infelizmente, é uma posição lamentável em todos os aspectos, na medida em que busca mudar a regra acordada com a Unesco no meio do jogo. Já depois de garantido o título, eles querem então alterar a regra e negar – isso, para nós, é o mais grave – a participação da sociedade civil nesse comitê gestor. Eles querem reformular esse comitê gestor de forma a excluir qualquer tipo de participação da sociedade civil. Isso, além de não ser correto do ponto de vista técnico, é ilegal na medida em que implica justamente uma modificação unilateral de um compromisso assumido com uma organização internacional por ocasião do reconhecimento do Cais do Valongo como patrimônio mundial.

Ontem mesmo, saiu a decisão da Justiça ordenando que o Iphan reconstitua o comitê em 30 dias, o Iphan tem mais 60 dias para apresentar um cronograma de trabalho a respeito das outras obrigações relacionadas à Unesco e 180 dias para apresentar um plano de gestão do bem, que também não existe. Então, não há comitê gestor e não há plano de gestão.

A falta desses instrumentos, que são os instrumentos legais determinados pela legislação patrimonial a respeito desses bens, conduz a esses outros problemas que nós estamos verificando de conservação, de falta de acesso ao acervo arqueológico, de falta de centro de interpretação e da falta dessa partilha econômica do valor cultural por parte da comunidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério Público vai continuar lutando, incansavelmente, aqui no Rio de Janeiro, para o cumprimento das obrigações assumidas junto à Unesco, não só porque nós reconhecemos como uma obrigação legal do Estado brasileiro, mas também porque nós reconhecemos o valor cultural inestimável de um bem como o Cais do Valongo, que é não só um ponto de chegada de quase 1 milhão de pessoas escravizadas, mas também um ponto de partida dessas pessoas escravizadas, que constituíram a nossa sociedade e que constituíram, então, a identidade brasileira como uma identidade formada também pela contribuição intelectual e da mão de obra de toda essa população africana escravizada que produziu a cultura da diáspora.

Muito obrigado pelo convite.

Estou à disposição para debater outros aspectos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – (*Falha no áudio.*) ... Procurador da República e Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Rio de Janeiro. V. Exa., inclusive, traz uma série, eu diria, até de denúncias da gravidade da falta de organização, de investimento, de cuidado com esse patrimônio, que é um Patrimônio da Humanidade.

Eu acho que nós teríamos que, uma hora dessas, ver algo via – eu me disponho a ajudar no encaminhamento – Comissão de Direitos Humanos ou via esta Comissão que eu presido agora, a de refugiados, migrantes e imigrantes, para nós tentamos aprovar, inclusive, alguma emenda parlamentar coletiva para que ela vá para o Orçamento, para tentar contribuir nesse sentido. Percebo que muitos movimentos para outras áreas são feitos, mas, quando é para a cultura negra, para a história do povo negro, para manter viva a chama da liberdade mediante a dor de um passado, tudo é dificultado, mas eu me disponho, com a Dra. Rita, que está mais lá, enfim, com todos os senhores e senhoras que estão aqui, a tentar ver no que a gente pode contribuir.

Agora, com alegria, eu vi o nosso querido Deputado Federal Relator desta Comissão, um cidadão engajado nesta luta. Eu estou muito feliz, Túlio, por tudo que você tem proposto na Comissão, de convocar, inclusive, o Ministro de Relações Exteriores em relação à questão dos refugiados e reuniões como esta – mais duas que você já programou. Eu já disse, inclusive, que, se depender de mim, eu farei a abertura, mas você vai presidir essas reuniões, porque, assim, estamos ampliando com certeza o trabalho do Túlio, o trabalho da Mara Gabrilli, o trabalho da nossa querida Bruna Furlan, que é a nossa Vice-Presidente, e de outros Senadores que estão colaborando.

Túlio, a palavra agora é sua – senão, daqui a pouco, eu estarei falando por você aí.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Como Relator.) – Senador Paim, primeiro, eu agradeço a sua presença aqui, a sua Presidência nesta Comissão tão importante para o Brasil.

A cada dia mais, eu vejo o quanto é importante esta Comissão, o quanto é importante a gente se aprofundar nesses debates, nessa pauta. Não adianta a gente discutir a questão da migração para hoje apenas. A gente precisa olhar para o futuro, mas também mudar, na nossa sociedade, a forma como a gente tem olhado para o passado. Discutir temas como este é justamente isto: a gente mudar essa perspectiva de olhar que nós temos para o nosso passado, para os erros que cometemos, para que nós não possamos cometê-los novamente.

Eu fico decepcionado com o poder público municipal, estadual e federal, quando vejo que não parte do poder público o exemplo que poderíamos dar à sociedade. Eu fiquei estarecido com a fala do Dr. Sergio aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero agradecer também aos demais convidados – a Dra. Mônica Souza, o Dr. Milton, a Dra. Rita Oliveira.

Eu quero dizer, Paim, que a gente, nesta Comissão, vai ter muito trabalho. E a gente precisa depois discutir para prorrogar os trabalhos desta Comissão, se for possível. Nós estamos planejando apresentar outro relatório agora, no final do ano – está dentro do nosso planejamento –, mas, de fato, precisamos ouvir muita gente ainda para construir um trabalho amplo.

Eu queria, antes de concluir esta breve participação aqui, Senador, dizer que, da mesma forma que o Senador corria para assistir à fala do Abdias Nascimento, no final dos anos 80, início dos anos 90, hoje somos nós que corremos para ouvi-lo, com muito orgulho. E queria dizer aqui também que são poucas as Comissões em que eu fico até nervoso na hora de falar, porque aqui eu sei que há a sua presença, que intimida a todos nós jovens Parlamentares, mas intimida no bom sentido, pelo que você representa hoje para o Parlamento brasileiro. Então, Paim, eu queria deixar isso bem claro aqui. Todas as vezes em que eu venho fazer uma fala de improviso, eu me atrapalho aqui quando vejo o Senador Paim, mas é dizer, de coração, que é uma figura que nos inspira e que tem muito a inspirar ainda os jovens brasileiros que sonham em ocupar uma cadeira no Parlamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Meu querido amigo, eu diria, Deputado e Relator desta Comissão, Túlio Gadêlha, é claro que você fala com o coração – disso eu gosto, Túlio! Deixe de lado muita coisa e fale com o coração! Você assim se expressou, mostrou as suas preocupações e a importância desta Comissão.

É uma Comissão que a nossa querida Bruna Furlan presidiu, mas, devido à pandemia e ao fato de que depois ela teve bebê, praticamente eu assumi, com o apoio do Túlio. Há dois meses que nós estamos, não é, Túlio? Eu estou como Presidente, e a Bruna, então, disse: "Olhe, agora, eu vou para Vice".

O que o Túlio está lembrando é nós ampliarmos para o ano que vem, sendo que o nosso mandato, em tese, termina no fim do ano. E nós sabemos que temos muito, muito por fazer. Fizemos o que deu nesse período, mas temos muito, muito por fazer ainda, com a importância desta Comissão.

Eu queria agradecer muito a você, Deputado Túlio Gadêlha. Você é uma das referências da nossa juventude. A gente sempre fala que o futuro do Brasil está nas mãos da juventude e que o futuro é amanhã. Eu digo aos jovens, como você, e a tantos outros que estou vendo que estão chegando que o futuro não é amanhã, que o futuro é hoje, pelo trabalho de transformação que a gente pode fazer.

Túlio, fique tranquilo no momento em que você fala, na presença de todos esses ícones aqui – todos são ícones já – desta luta que nós estamos trazendo ao palco, porque você fala igual a nós ou até melhor do que nós. A sua expressão, nesse improviso, foi qualificadíssima. Então, estamos felizes que você conseguiu entrar e deu uma bela contribuição.

A gente lembra sempre que há um momento de algumas perguntas, devido ao nosso tempo aqui. Então, eu vou passar a algumas perguntas que eu recebi – são seis perguntas –, e vocês decidem se vão responder ou se vão usar os cinco minutos para fazer suas considerações finais. A gente programa para levar a reunião até o meio-dia – está mais ou menos calculado. Então, primeiro, eu vou ler as perguntas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Renan Torres, do Paraná: "Quais são as medidas efetivas que estão sendo tomadas para a preservação de patrimônio [desse patrimônio]?". Então, ele está mostrando preocupação e queria saber isso de nós todos – podemos ver nos encaminhamentos, inclusive, no final.

Geova Chagas da Costa, de Minas Gerais, faz duas considerações, que, na verdade, são muito mais um apoio à luta de todos nós. Ele diz: "Parabéns pela atenção dada a este patrimônio inestimável". Depois, há outra consideração que ele também faz: "A preservação do Cais do Valongo é primordial para a preservação da nossa história".

E há mais duas que me chegaram aqui – vieram pelo WhatsApp – e de que eu tomei nota. Eu vou falar devagar para vocês poderem anotar – falei muito rápido até.

Uma: "Qual é a importância da história para o Brasil e para o mundo [dessa história que nós estamos aqui falando neste momento, que é uma das tantas histórias]?". Eu digo: um dia eu vou querer discutir também – por que não dizer? – a chaga do Almirante Negro João Cândido. Eu vou querer discutir a chaga de todos de que nós já falamos aqui e que são referências para nós, mas que ficam meio escondidos. Há muitos nomes que nós poderíamos discutir, perguntando: por que esses nomes nunca foram lembrados para estar entre os Heróis da Pátria? Porque não. Alguns eu lembrei.

Esta aqui acho muito interessante – e eu falei que ia fazer antes, ela havia chegado... E eu estou sempre com ela, digamos, na ponta da língua, mas não sei como fazer esta coisa acontecer. Ela fala da Lei 10.639, de 2003 – já é lei –, alterada pela Lei 11.645, de 2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira e Indígena", a ser contada na sala de aula, e aqui também ela quer saber como é que essa história deve ser contada, porque tem que estar lá o Cais do Valongo.

Aí vem algo que eu deixo para a reflexão de vocês – quem puder responda. Eu tenho clareza na minha cabeça, sinceramente, com os anos de vida já. Quando eu viajo no tempo e vou lá para o meu tempo de colégio... Tudo bem que eu era presidente de grêmio, presidente da sala de aula, presidente de tudo, de ginásio noturno para trabalhadores, tudo isso eu fui. Agora, por que a verdadeira história cultural afro-brasileira e indígena não é contada na sala de aula? As informações que eu recebo ainda, no momento, são de mais ou menos 20% a 30%, no máximo, de escolas no Brasil que aprofundam este tema, para contar a verdadeira história. O porquê até nós sabemos – e vocês também sabem –, mas eu queria ouvir de vocês, enfim, o que nós podemos fazer, porque isso já é lei. É só aplicar e fazer acontecer.

Eu sempre digo que é a educação que faz a grande transformação – e não sou só eu, todos nós dizemos –, mas começa lá do jardim de infância. É impossível que o cara nunca tenha ouvido a história dos negros, dos indígenas na formação do povo brasileiro, se forma advogado, doutor, e não sabe nada disso. Essa história, para mim, deve ser contada do jardim de infância à universidade, dentro da pontuação adequada. Há que se falar desses temas.

Obrigado, Dr. Milton, que...

Eu falei de coração aquilo que está dentro de mim, porque, em todo o tempo em que eu estudei – e eu cheguei a entrar na universidade –, nunca vi nada da verdadeira história do povo negro e indígena também. O indígena, na história que contaram e que não preciso repetir aqui, era considerado preguiçoso, e o negro, muito rebelde, porque fugia e ia para os quilombos, aquela história toda. Bom, tinha mais é que fugir, não é? Se eu tivesse lá, eu sou rebelde agora, calculo naquele período. Eu quero só que contem a verdadeira história, mais nada. E alguém





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

diz: "Há que se contar, então, a verdadeira história do italiano". Que contem, meu Deus do céu! Alguém é contra aqui que se conte a história do povo italiano? Ninguém é! Do polaco, de sei lá, do japonês, mas não escondam a história do povo negro na formação do povo brasileiro!

Por isso, eu vou terminar com isto aqui, aqui é quase a minha fala. Ontem, me perguntaram por que, no Congresso em Foco, havia tão poucos negros e negras premiados – um ou outro. Eu estava lá, claro, todos os anos, estou lá; fui um dos premiados. Houve uma índia e também, se não me engano, uma mulher negra. Por que tão poucos, num universo tão grande de prêmios? Eu digo: o culpado não é o Congresso em Foco, é que não há negros e negras no Parlamento, com raras exceções! Por que eu falo isso? Pela importância da participação política, de termos mais Vereadores, Prefeitos, Senadores, Deputados Federais. Fica, aqui, a minha homenagem ao Congresso em Foco. Bom, se não há, como é que eles vão premiar quem não está lá? O problema vem da origem do debate cultural que nós estamos fazendo aqui, para mudar este quadro de termos mais negros e negras no Parlamento e no próprio Executivo.

Por fim, a última pergunta: "Existem algumas pesquisas dos impactos econômicos e financeiros que o reconhecimento do Cais [que estamos aqui discutindo] como Patrimônio da Humanidade trará para a economia, para o turismo local?". Enfim, há algum estudo, de que vocês possam falar, nesse sentido?

Essas são as principais perguntas. Há mais, mas eu quero deixar o tempo agora para vocês falarem. Se quiserem cinco, são cinco. Depois, no encerramento, já podem fazer a sua despedida.

Se tiverem que usar dez, vão usar dez. É um assunto que emociona a todos nós e é gratificante, porque isso vai ficar nas redes sociais.

Esta audiência de hoje é daquelas que têm que entrar para a nossa história.

Voltaremos de novo à lista dos nossos convidados. Como eu sempre faço, Dr. Sérgio, os últimos são os primeiros e os primeiros são os últimos.

Então, agora, nós vamos para o Dr. Sergio Gardenghi, para que ele faça os seus comentários, responda a alguma pergunta que ele entender, e aí depois eu faço um pequeno encerramento de um, dois minutos.

Dr. Sergio Gardenghi, com o senhor.

O SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA (Para expor.) – Pois não, Senador. É ruim ser o primeiro, não é!

Eu só fiquei pensando um pouco em relação a este ponto – eu não sou historiador, e temos aqui a Professora Mônica Lima –, da importância histórica desse sítio arqueológico. Eu acho que é muito importante lembrar que é o único sítio arqueológico que representa, nas Américas, em todas as Américas, a chegada das pessoas escravizadas, de africanos escravizados. É o único vestígio material que nós temos de um porto de chegada aqui nas Américas.

Então, só esse fato me parece que já dá a ele uma importância fundamental, como um lugar de memória, especialmente considerando que, no caso do Cais do Valongo, o Cais do Valongo foi o principal porto de chegada, em todas as Américas, de pessoas da África, no século XIX. Isso dá a ele uma importância histórica – e quem sou eu para falar diante das pessoas, diante da professora e tudo?! –; isso dá a ele, segundo a própria Unesco, uma característica única, simbólica e fundamental.

Como eu disse, a gente estava fazendo esse seminário ontem – eu acompanhei também com a professora esse seminário sobre musealização da diáspora e tudo –, e me parece que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

tem um caráter simbólico muito grande, pelo fato de ser um cais, pelo fato de ser um porto, porque, como eu disse, na minha primeira intervenção, esse porto é um ponto de chegada de muitas histórias, de pessoas que sofreram uma violência profunda e um crime contra a humanidade: o fato de terem sido retiradas da sua terra, escravizadas e vendidas como coisas, levadas a um outro país, misturadas suas línguas, e tudo isso com o intuito comercial. Mas, também – esse eu acho que é o grande caráter simbólico do porto, do cais –, ele é um lugar de partida, no sentido de que, a partir dessa chegada, novas histórias foram criadas, histórias da diáspora e histórias que ressignificaram muitas coisas e que serviram, então, para a formação da nossa cultura afro-brasileira e da cultura brasileira.

E, particularmente essa região, a região da Pequena África, é uma região – o senhor sabe melhor do que eu – fundamental do ponto de vista da cultura imaterial, do patrimônio imaterial da cultura afro-brasileira. Não por acaso, lá é onde nasceu o samba, pelo menos o samba carioca. O samba da Bahia... Mas pelo menos o samba carioca nasceu naquela região.

Então, eu acho que em tudo isso, quando a gente passa a trabalhar e a estudar sobre esse assunto, a gente percebe que há um significado simbólico, muito além das pedras pisadas ali do cais que formam esse sítio arqueológico. Eu acho que é isso que motiva muito a atuação do Ministério Público para além da nossa atribuição; para além não, mas como parte da nossa atribuição jurídico-constitucional de defesa do patrimônio material e imaterial brasileiro e afro-brasileiro.

Então, eu só queria fazer essa pequena observação, saudar o Deputado Túlio Gadelha. Já tive oportunidade, também, de participar de outras audiências com ele. A militância e a atuação sempre muito competentes nessas questões e em outras de direitos humanos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Parabéns, Suiama, que é Procurador da República e Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Rio de Janeiro. Sem querer, deu uma pinceladinha no João Cândido, quando lembrou as pedras pisadas do cais, aquela música cantada pela Elis Regina.

O SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – A ele só restaram as pedras, uma homenagem às pedras pisadas no cais.

É um debate que estou travando no Congresso. Eu trato isso em alto nível, é não negar a história. Como algum de vocês já falou, houve em outros países a luta contra a escravidão. Por que não lembrá-la? Alguém quer manter... Ele foi o líder da Revolta da Chibata. Foi a luta dele que acabou com a chibata em cima dos marinheiros. Por que não reconhecer isso e não fazer a justa homenagem? É vida que segue, não é? Não vamos conseguir ressuscitar os nossos heróis do passado, mas pelo menos não vamos negar a história.

Como eu diria aqui no meu Rio Grande – permitam-me essa frase: a história dos lanceiros negros é uma história linda, de sofrimento, dor e massacre, mas é proibido falar. Você não pode falar nos lanceiros negros no Rio Grande do Sul.

Bom, vamos em frente porque esse é um assunto para uma outra audiência pública.

Passamos de imediato, agora – seguindo a orientação de que eu havia falado, de inversão –, à Dra. Rita Oliveira, coordenadora do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública da União (DPU).

A SRA. RITA OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigada, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou tentar ser precisa aqui no tempo e responder a algumas perguntas.

A primeira pergunta que eu anotei aqui é sobre as medidas de preservação do patrimônio. Como o Sérgio colocou na sua fala primeira, a gente tem um problema histórico de não realização de medidas de preservação em várias esferas – municipal, estadual e, sobretudo, na esfera federal.

O que nós estamos fazendo, agora, através dessas ações judiciais é justamente tentar fazer com que essas medidas sejam cumpridas e que, inclusive, sejam objeto de um planejamento, conforme já pactuado pelo Unesco e que esse planejamento seja monitorado judicialmente, com um cronograma de ações, com a apresentação do plano de gestão e, sobretudo, com o funcionamento do comitê gestor. O que temos até hoje são medidas muito precárias e que, efetivamente, como o Sérgio colocou, não dão conta da preservação do patrimônio.

A segunda pergunta é: qual a importância para o Brasil e para o mundo? Bom, isso também já foi tangenciado aqui, tanto pela Mônica quanto pelo Milton; o Sérgio acabou de falar novamente. É uma importância única. A própria Unesco reconhece como um sítio arqueológico único. Por conta disso, o nosso medo, o nosso receio, com relação a essa política hostil, é o de que a gente tenha uma perda inestimável com essa postura de abandono e, inclusive, de destruição mesmo dessa memória material e imaterial.

Então, é muito importante que a gente neste momento agora tenha um olhar vigilante para as questões que estão sendo postas no Judiciário em relação à proteção do Cais do Valongo. Nós sabemos que a União já está junto com o Iphan manejando um recurso em relação a essa decisão liminar que nós obtivemos. Nós tivemos uma audiência muito dura de tentativa de conciliação em que a postura da União e do Iphan foi extremamente hostil à participação social, estão tentando realmente mudar a pactuação no curso das obrigações que deveriam estar cumprindo, e isso revela um problema de fundo que é ideológico no sentido de negar a história afro-brasileira, no sentido de negar o valor dessa história. E nós precisamos resistir a isso, porque são obrigações, como nós sempre dizemos, do Estado brasileiro – não são obrigações de um governo ou de governos locais, são obrigações do Estado brasileiro – e elas precisam ser cumpridas, estão pactuadas internacionalmente, estão protegidas não só pelo pacto com a Unesco em si, mas por outros pactos internacionais a que o Estado brasileiro se obrigou.

Inclusive, eu queria até, no ensejo dessa pergunta, provocar aqui a Comissão para um problema em relação à Convenção Interamericana Contra o Racismo, porque nós não tivemos ainda a devida promulgação pelo Presidente da República; embora tenha anunciado a ratificação, nós não tivemos a prorrogação. E mais do que isso: tanto o Ministério Público Federal quanto a DPU instaram o Ministério das Relações Exteriores para que informasse sobre essas tratativas, inclusive pela indicação de uma entidade, de uma instituição que faria o controle das obrigações da convenção e não obtivemos resposta. Então, fica aí também uma sugestão de requerimento de informações ao Ministério das Relações Exteriores em relação a isso, porque isso é muito grave.

Em relação aos impactos econômicos para o turismo e para a atividade econômica na área, é inegável que a gente teria impactos econômicos muito importantes e que seriam salutares para o Brasil, especialmente neste momento de recuperação que nós esperamos ter pós-pandemia.

Então, o turismo histórico-cultural é um turismo que cada vez mais cresce no mundo inteiro, e integrar essas iniciativas no Brasil, que deveriam estar sendo objeto de extrema prioridade pelo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Federal, seria fundamental para a gente ter uma recuperação econômica, especialmente na atividade para o turismo e em todas as atividades que estão no entorno do turismo. Então, a valorização do Cais, a revitalização e a implementação de projetos de memória naquela área seriam algo fundamental para a recuperação da economia do País.

Por fim, em relação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nós entendemos que um projeto robusto de memória histórica e cultural na região do Valongo seria um instrumento muito importante para a implementação da Lei de Diretrizes e Bases no que toca ao ensino de história e cultura afro-brasileira, porque seria capaz de disponibilizar projetos educativos e culturais presenciais e de multimídia a respeito da temática para estudantes da educação básica e para a sociedade em geral. Além disso, seria possível: propiciar a criação de um espaço singular para auxiliar as escolas de ensino fundamental e médio sobre a cultura e história afro-brasileira e indígena também, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases; fornecer ferramentas conceituais, acadêmicas, pedagógicas, que também entendemos que seriam muito importantes para o ensino e aprendizagem desses temas; promover a formação e capacitação dos professores, dos docentes, dos intelectuais para incorporar o estudo da escravidão e da contribuição histórica e cultural negra nas instituições educacionais e, em especial, no que toca, como já foi dito aqui, à pesquisa científica, porque todos esses achados arqueológicos têm um potencial enorme de trazer aí um centro de referência internacional para estudos sobre o tráfico transatlântico, a escravidão e a diáspora africana e, portanto, contribuir enormemente para a história e cultura africana e afro-brasileira. E, por fim, um projeto de museu nacional, como o Milton colocou, que também é uma luta nossa – o Senador sabe disso –, promoveria aí um intercâmbio com outros países e com entidades internacionais, por meio do Ministério das Relações Exteriores e com o apoio de organismos internacionais, em especial a própria Unesco, para realizações de pesquisas, estudos e eventos relativos à história e à cultura dos povos negros.

Por fim, Senador Paulo Paim, eu acho que a importância, enquanto projeto de país, do reconhecimento da nossa identidade nacional é fundamental, como já foi dito aqui.

Eu coloco até um exemplo pessoal. Foi estudando a história do Valongo que eu comecei a buscar registros da minha história familiar. Eu sou de uma família de pessoas negras, que, enfim, tem uma história de vivência ali na região de Rocha Miranda, no Rio de Janeiro, e foi vendo esses processos migratórios ali em torno e a partir da pequena África que eu comecei a reconhecer muitos registros culturais que eu via na minha família, quando eu estava crescendo, na minha infância, e vendo e sentindo. Então, isso é o poder transformador de espaços de memória, que é no sentido de nos aproximar da nossa história, interditar essa cegueira sobre o nosso passado que nos é imposta a partir de histórias inventadas, histórias fetichizadas, inclusive, da população negra.

Então, é muito importante também para a formação de todos nós, inclusive para enfrentar o racismo na sua poderosa estrutura, o racismo que se dá nas pequenas relações, nas grandes relações, nas relações institucionais. Esse projeto realmente tem uma importância fundamental para nós enquanto sociedade.

Eu agradeço muito e espero que não tenha passado muito do tempo. E quero, mais uma vez, agradecer a V. Exa. pela oportunidade e dizer que é realmente uma oportunidade inestimável poder colaborar com o seu mandato num projeto tão importante como esse. E conto aí com a sua força de sempre para a gente continuar nessa luta. Muito obrigada.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Eu que agradeço, Dra. Rita Oliveira, repito, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública da União (DPU), que, a exemplo, inclusive, do Dr. Sergio Gardenghi, deixou aqui uma série de contribuições de encaminhamento, que nós estamos compilando, tudo, depois da audiência, para fazer os encaminhamentos adequados. E responderam a grande parte das perguntas.

Muito, muito obrigado.

Passo a palavra agora ao Dr. Milton Guran, Antropólogo e Pesquisador vinculado ao Laboratório de História Oral e Imagem (Labhoi) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

O SR. MILTON GURAN (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Bom, com relação à importância da história, da questão do ensino da história da África e da cultura afro-brasileira, eu não vou me atrever a dizer nenhuma palavra, porque nós temos o privilégio de contar com uma das maiores especialistas no assunto aqui. Então, eu me encolho e aguardo a Professora Mônica falar sobre isso.

Vou me atrever apenas, nesse mesmo campo, com relação à história do Brasil, à falar algo sobre a importância do Valongo para a história do Brasil e para a história do mundo. Eu tenho certeza de que a Professora Mônica vai abordar isso, mas – é apenas uma questão técnica –, para chegar a ser patrimônio mundial, o bem tem que ter um valor excepcional. Esse valor excepcional é explicitado, construído, demonstrado num dossiê desse tamanho... (*Risos.*)

...que nós constituímos, e o Comitê do Patrimônio Mundial avalia justamente isso. "Existe um valor excepcional?" "Ah, existe." Então vai. O simples título de patrimônio mundial já responde a essa pergunta. Mas eu tenho certeza de que a Mônica, que já falou nisso, pode se aprofundar um pouco.

Eu queria fazer uma pequena observação sobre as medidas efetivas para a preservação do sítio. O Dr. Sergio já falou nisso muito bem, mas eu quero enfatizar: não foi feito nada, absolutamente nada. Muito pelo contrário, o Cais foi abandonado pela administração municipal anterior, mas abandonado a ponto de ter morador de rua lá dentro.

Eu fui dar entrevista para uma televisão francesa e notei que, no meio da entrevista, o cinegrafista filmava do meu lado, e eu disse assim: "Desculpe, o que é que o senhor está filmando?" Ele disse assim: "Tem um cidadão defecando nas pedras pisadas do Cais". Eu parei a entrevista. Bom, negociamos que isso nunca mais fosse ao ar, mas aconteceu, não é?

Alaga. Não tem guarda. A ação da cidadania no Docas Pedro II fazia festas de *rave*, alugava – alugava o patrimônio histórico! – para fazer festa de *rave*, e as pessoas jogavam latas de cerveja e urinavam no Cais. Isso, agora, depois de ser patrimônio mundial! E a estrutura racista parlamentar fez tudo o que pôde para impedir que o Docas Pedro II passasse a integrar o Complexo do Valongo, numa questão... Eu não vou dar nome porque, também, não é o caso, todo mundo sabe qual é essa estrutura que está aí.

Então, agora, a gente vive uma situação um pouquinho diferente, porque a administração municipal atual é a administração que descobriu, desvelou o Valongo e contribuiu muito para que ele fosse patrimônio mundial. Foi o mesmo Prefeito que nós temos hoje que convidou o Comitê Científico Internacional da Rota do Escravo para se reunir no Rio de Janeiro, na Academia Brasileira de Letras, o que permitiu ao acadêmico, historiador e Embaixador Alberto da Costa e Silva pedir formalmente ao Governo brasileiro que encaminhasse a candidatura do Cais do Valongo, e isso que está aí foi decisivo. Então, com esse novo Governo, que já tem esse histórico, a prefeitura começa a se movimentar. Agora, que fique bem claro: a prefeitura pode





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

varrer, iluminar, mas ela não pode fazer mais nada, porque o Iphan barra. Inclusive todas as possíveis melhorias de conservação que podiam ser feitas no Cais e que foram financiadas pelo Fundo dos Embaixadores dos Estados Unidos da América e pelo governo chinês, através do State Grid, estão paradas no Iphan porque eles não aprovam o projeto. Então, tem dinheiro, US\$1 milhão, tem projeto, tem equipe, e o Iphan não aprova. Existe esse problema que está aí.

Se existem projetos financeiros, estudos para aproveitamento, economia sustentável, economia criativa etc. e tal, o Dr. Sergio, talvez por excesso de modéstia, tenha se esquecido de citar todos os estudos que ele tem feito. Ele é Mestre em Patrimônio, e esse mestrado dele em Patrimônio permitiu que ele transformasse o Valongo num estudo de caso. E eu tive o prazer e o privilégio de participar, por 15 dias mais ou menos, de uma reunião promovida pelo Dr. Sergio e pelo Dr. Jaime na Procuradoria-Geral da República em que essa questão da economia criativa, do turismo sustentável não predatório etc. e tal no Cais do Valongo, ou seja, todas as oportunidades de negócio foram apresentadas magistralmente pelo Dr. Sergio na sua condição de Mestre em Patrimônio. Isso foi discutido com a comunidade, coisa que o Iphan não faz. Estava lá todo mundo da comunidade, inclusive aqueles que foram membros do conselho consultivo da candidatura do Valongo quatro anos atrás estavam lá; eu também estava, então, dou este testemunho.

E, de minha parte, eu também estou trabalhando num projeto de turismo sustentável e desenvolvimento da região e existem outros por aí, então, a coisa não está parada. E foi dito – eu não sei se vai se realizar – que a Prefeitura do Rio vai criar no Valongo um distrito cultural exatamente para desenvolver essas atividades econômicas e, segundo o Secretário de Cultura do Município do Rio de Janeiro, Marcus Faustini, isso deve acontecer entre o primeiro e o segundo semestre do ano que vem.

Eu vou aproveitar os minutinhos que me restam, com a generosidade do Senador Paulo Paim, para tocar num assunto que me é muito caro e que eu acho que é o pano de fundo e a questão central do racismo estrutural e do País que a gente não construiu e que a gente precisa brigar para construir.

Por que a história da presença africana e do trabalho africano aqui não é contada? Não é contada como a história dos indígenas não é contada, como a contribuição do povo não é contada. Mesmo as contribuições das elites intelectuais são esvaziadas e não são contadas.

O Brasil não é um projeto de nação no sentido do humano. O Estado brasileiro se construiu como uma espécie de subsidiário da Companhia das Índias Ocidentais. Inclusive, o Brasil é o único país do mundo praticamente, tirando Camarões, que tem o nome de um produto de exportação, que é o pau-brasil. O Brasil nasceu espoliando as suas riquezas naturais, vendendo a sua madeira principal. Eu quis comprar um pau-brasil para plantar num terreninho que eu tinha e não acho! É complicado isso. É complicado, não é?

Então, veja o caso atual. Eu não posso pegar de 1500 até agora, nem tenho competência para isso, mas pegue o caso atual. Qual é a grande economia do Brasil? Vender, exportar agricultura feita aqui. Voltamos ao ciclo do açúcar... *(Falha no áudio.)*

Não tem problema voltar ao ciclo do açúcar, nem do fumo. O problema é a mentalidade dessa exportação. Os valores obtidos com essa exportação não se revertem para a construção do País, revertem-se para o enriquecimento de uns poucos e a corrupção de uma...

Desculpe falar isso numa reunião do Parlamento, mas a percepção do cidadão que está do outro lado é de que um enorme esquema de corrupção com dinheiro público está sendo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

montado para sustentar um projeto que vende ouro, invade área indígena para vender ouro, que vende madeira, que vende as riquezas minerais.

Nós estamos andando para trás. As conquistas civilizatórias e de construção de nacionalidade que nós fizemos ao longo desse século que passou, os 18 do Forte, os Constituintes de 1946, os Constituintes de 1988, tudo isso está indo para o ralo! Nós temos um País construído para uma minoria de 20% ou 30% e, toda vez que aparece um projeto nacional para incluir a população, esse projeto é derrubado pelas forças racistas e entreguistas deste País. E nós estamos vivendo a radicalização desse processo. Todas as vezes... "Quem é Paulo Freire?" "Não é nada."

Este País foi mantido na ignorância durante 300 anos, para não dizer 400, quase 500, para que o povo não participasse das decisões. Primeiro, só podia votar quem era rico; depois, quem era alfabetizado. Nós nunca conseguimos fazer um projeto de alfabetização descente neste País, porque manter analfabeto é um projeto de Estado para esses 20 que nos governam.

Não vamos esquecer que o Rei de Portugal veio para o Brasil e, quando ele foi embora... Ele trouxe os colonizadores para cá, a elite colonial portuguesa se instalou aqui sob o beneplácito da potência imperialista da época, que eram os Estados Unidos, e, quando ele foi embora, ele deixou aqui a elite. É essa elite que fez um arremedo de independência, um arremedo de república e que nos trouxe até aqui agora.

Então, respondo ao colega que perguntou aí, cujo nome eu não sei, por que essa história não é contada: ela não é contada porque esse é um projeto de poder de um setor mínimo da Nação brasileira e, toda vez em que a gente tem uma proposta de realmente construir uma nação inclusiva, essa proposta é derrubada. E nós vivemos a radicalização desse processo de negação da nacionalidade.

Por isso, os Lanceiros Negros... (*Pausa.*)

Essa é a mais horrível vergonha que um país pode ter! O Estado brasileiro prometeu liberdade aos escravizados que combatessem na Guerra do Paraguai. Os Lanceiros Negros combateram. Terminada a guerra, pediram que entregassem as armas para serem condecorados e aposentados pelo império. Pediram que se deslocassem até uma outra cidade, onde as autoridades iam conferir a comenda, e, no trajeto, eles foram massacrados pelo exército imperial, assassinados, todos! Eu pergunto: como esta Nação pode se construir sem um monumento à memória desses lanceiros de terras gaúchas?

Olha, aqui no Rio de Janeiro, nós conseguimos fazer um monumento ao Almirante Negro. Ele ficou escondido atrás de uma estação do VLT. Como eles não conseguiram impedir que se construísse uma estátua do Almirante Negro, eles esconderam a estátua! Como eles não conseguiram impedir a candidatura do Valongo, porque, quando eles assumiram o poder, o jogo estava jogado, a candidatura já estava pronta, já estava oficiosamente até integrada à Década do Afrodescendente, o patrimônio saiu, mas eles o esvaziaram, o sabotaram.

Então, meu companheiro, a você que perguntou aí por que a história não é contada, eu respondo: é porque é um projeto de poder dessa elite que nos domina e isso só vai mudar quando a gente acordar. Enquanto a gente ficar aí dormindo em berço esplêndido, vai ser desse jeito aí.

Desculpe, Senador, eu me excedi. Eu não...

Me desculpe.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Não há o que desculpar. Só temos que agradecer. E, se eu pudesse, eu lhe confesso que pegaria um lenço e iria aí enxugar suas lágrimas com um abraço. (*Pausa.*)

Isso é alma, é coração! É a vida, não é? Você retratou aí tudo isso.

Sabe que – me permita que eu diga isso, já que você aprofundou – eu entrei com dois pedidos de Heróis da Pátria: para os Lanceiros Negros e para o Almirante Negro João Cândido.

Está uma guerra porque eu entrei com os pedidos – só entrei com os pedidos... Claro que já faz alguns anos, e não vota. Principalmente o Almirante Negro, que foi há mais tempo. Com o João Cândido eu entrei, arquivaram, eu entrei de novo. Os Lanceiros Negros, não é?

Mas é isso que você retratou aí com muita clareza.

Parabéns, Dr. Milton Guran, antropólogo, pesquisador vinculado ao Laboratório de História Oral e Imagem (Labhoi) da Universidade Federal Fluminense (UFF). A sua emoção, pode saber, contaminou todos aqueles que estão assistindo. Eu espero que outros milhões de brasileiros assistam a esta audiência pública, porque ela vai ficar nas redes do Congresso na internet.

Passo a palavra, agora, à Dra. Mônica Lima e Souza, Coordenadora do Laboratório de Estudos Africanos (LeÁfrica) do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A SRA. MÔNICA LIMA E SOUZA (Para expor.) – Bom, eu estou aqui certamente inspirada pelas palavras de todas e todos e pela emoção que a fala do Dr. Milton Guran trouxe a este momento, uma emoção necessária, uma emoção e uma indignação necessárias, porque eu partilho da opinião de que não se constrói conhecimento sem a força da paixão, sem a força das nossas almas, dos nossos espíritos, sem a nossa força vital. É essa nossa força vital que nos move e que nos possibilita aprender verdadeiramente e compartilhar esse conhecimento. Eu acho que essa emoção é fundamental para que a gente possa entender melhor as coisas. Ao contrário do que pensam alguns, a emoção não turva a nossa visão; ao contrário, ela ilumina a nossa visão, ela nos dá a percepção daquilo que, simplesmente vedados por uma pretensa neutralidade, poderíamos deixar de ver.

Obrigada, obrigada, Dr. Milton Guran, por este momento também e obrigada, Senador Paulo Paim, por ter propiciado e por ter acolhido essa nossa fala e essa nossa emoção.

Bom, vou às perguntas, feliz com elas. Quero agradecer a essa audiência que trouxe essas questões para nós. O que se pode sentir pelas perguntas é uma audiência também comprometida, preocupada, interessada.

Qual a importância dessa história para a história do Brasil e para a história do mundo? Eu começo pela história do mundo. Ainda que vários de nós tenham falado – a Dra. Rita Oliveira fez uma excelente ponderação a respeito –, eu gostaria de acrescentar alguns pontos.

Ao olhar uma história como essa, ao conhecer e ao compartilhar uma história como essa, estamos enfrentando estruturas de poder, e uma dessas estruturas é o pensamento eurocêntrico, é o pensamento que nos fez aprender e, muitas vezes, ensinar uma história pautada na história europeia, com os marcos de uma história europeia, com as referências de uma história europeia e que, cada vez mais, se faz uma história distante das histórias do povo brasileiro, das histórias do povo das Américas, da história dos povos de África e de Ásia.

Ou seja: o que estamos pleiteando, ao colocar uma história dessa no seu devido grau de importância, é uma história que entre em todos; é uma história de uma humanidade que se olhe





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completa, inteira; é uma história de uma humanidade que entenda que os povos longamente subalternizados não devem continuar a ser longamente subalternizados.

Então, é uma importância, uma enorme importância política e que vai para além das nossas fronteiras, uma enorme importância política que nos coloca como cidadãos do mundo e como pessoas que entendem que as fronteiras nacionais não conseguem explicar as grandes desigualdades.

Então, estamos enfrentando as grandes desigualdades no seu nascedouro, ou seja, onde nasceu a ideia de que alguns grupos e povos têm mais importância do que outros, que são mais dignos do que outros de serem chamados de humanos.

Então, é isso. Estamos reivindicando, com essa história, um outro olhar sobre a humanidade. E, no caso brasileiro, especialmente estamos iluminando aspectos da nossa história, do nosso passado que vão nos permitir nos entender melhor e, portanto, nos colocar melhor no presente e no futuro.

Já sabemos, já foi dito também pela Dra. Rita de uma forma brilhante, que quem não consegue se ver não sabe quem é e não vai saber para onde vai. Então, o povo brasileiro precisa se conhecer para saber quem é, ter orgulho desse passado. Trata-se de uma herança, não a herança dos escravistas, não a herança dos traficantes de pessoas escravizadas. Mas tudo aquilo que esses nossos ancestrais trouxeram – trazidos à força do continente africano, mas trouxeram –, conseguiram produzir os verdadeiros milagres de fé aqui no extremo Ocidente. O que trouxeram de conhecimento, de saberes, de tecnologias, de ideias, de humanidade, de musicalidade, de força vital, tudo isso são heranças que nos pertencem a nós, povo brasileiro, e, portanto, apropriarmo-nos dessa herança vai permitir que nos enriqueçamos como nação.

Então, isso, vamos dizer, é o que eu gostaria de acrescentar.

Não posso deixar de falar da Lei 10.639 e da Lei 11.645, de 2008, essas leis que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. São leis que não apenas modificaram algum aspecto, mas são leis que promovem, que pretendem promover uma alteração nas grandes estruturas de conhecimento.

Essas leis ainda não estão devidamente implementadas. E para isso é necessário, sim, vontade política na formação de professores e que as redes públicas de ensino exijam que as escolas realmente implementem essa legislação, que é a nossa LDB. Republicanamente falando, não podemos fugir disso.

Essas leis precisam combater o preconceito desde de educação infantil. O senhor tem toda razão, Senador Paulo Paim: da educação infantil ao ensino universitário, passando por diferentes áreas do conhecimento.

Essa verdadeira história brasileira, essa história precisa ser conhecida, precisa ser contada e precisa ser conhecida. Temos que utilizar os espaços, todos os espaços, e garantir novos espaços públicos para produção e disseminação do conhecimento.

Daí a importância do museu, daí a importância desse grande museu nacional, contando a história, a história das nossas relações com o continente africano, que, para além da escravidão, nos trouxe muitas riquezas, mas que é uma história marcada pela dor e sofrimento e pela injustiça, uma injustiça histórica que precisa ser reparada. Essa história precisa ser contada porque temos que reparar: há uma injustiça histórica.

E, bom, finalmente, trata-se de um dever de memória. Eu falei do direito de memória na primeira fala e estou falando agora de um dever de memória. É um dever do Estado brasileiro. É



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

um dever trazer à memória essa história. Trata-se de um pacto com a cidadania. Por isso tanto reivindicamos instituições participativas, processos participativos, pois acreditamos que é só em diálogo com as pessoas que a gente vai construir um caminho que seja digno de contar a história desses nossos ancestrais. E digo nossos ancestrais independentemente de sermos não negros ou negros. São nossos ancestrais tão longamente invisibilizados. Trata-se de um compromisso com a luta antirracista, que é fundamental para a gente construir uma sociedade mais justa, para sermos mais felizes, porque o racismo faz mal a todo mundo, faz mal a todo mundo, envenena a sociedade brasileira. Que bom!

Eu termino com uma louvação. Eu comecei e termino com uma louvação a um encontro como este, a um espaço como este, à existência desse diálogo. Que bom saber que a gente tem, na nossa Casa Legislativa, o Senador Paulo Paim, o Deputado Federal Túlio Gadêlha e tantos outros aqui citados e também aqueles que não foram citados e que também estão nessa história! Que bom saber que o nosso Poder Judiciário conta com a Dra. Rita Oliveira, com o Dr. Sergio Suiama, com o Dr. Jaime Mitropoulos, que trabalha com ele aqui no Rio de Janeiro. Que bom saber que nós temos também isso, apesar de tantas outras ausências no campo mais geral.

E que possamos seguir juntos, lembrando daquele velho, não por isso ultrapassado, provérbio africano: se nós queremos chegar mais rápido, vamos sozinhos; mas se queremos chegar mais longe, vamos juntos.

Que possamos seguir juntos!

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Dra. Mônica Lima e Souza, Coordenadora do Laboratório de Estudos Africanos (LeÁfrica) do Programa Pós-Graduação em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

V. Exa. fez um fechamento. Usou um tempo, digamos, um pouco maior – e foi bom! – e fez o fechamento. Já ao mesmo tempo homenageou todos os nossos convidados. Eu vi que o Túlio, inclusive, voltou ali. Acho que ficou também muito empolgado e emocionado com a fala.

Se o Túlio quiser falar ainda alguma coisa.

Túlio?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Presidente, estou muito satisfeito aqui com a fala dos colegas. Estou muito bem representado. A gente tem mesmo é que ouvir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Valeu, Túlio!

Dra. Mônica, então, muito obrigado. Muito obrigado mesmo! Eu só posso agradecer a todos. Para mim um momento como este é muito rico. Vocês podem crer que é um ensinamento para mim. Eu tenho já uma idade avançada. Já estou perseguindo a terceira dose da vacina. Ainda não chegou a hora, mas parece que, na semana que vem, eu vou fazer a terceira dose. Mas um momento como este para mim aqui é um momento mágico. Permitam-me que eu diga isso. Ouvir esse acúmulo que vocês têm, com a presença do meu relator, o Túlio. E permita-me que eu diga meu, Túlio. É meu porque é da Comissão, é o nosso Relator, o Túlio aqui. Tudo que vocês falaram é uma aula para o Brasil. Eu me sinto um privilegiado, porque eu pude perguntar para vocês e vocês aprofundaram.

Então, eu só posso agora é agradecer.

Obrigado, Túlio, nosso querido Deputado Túlio Gadêlha. Bruna Furlan, que sei que está nos acompanhando, muito obrigada. Agradeço a todos os convidados neste momento: obrigado,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Rita Oliveira; obrigado, Dr. Milton Guran; obrigado, Dra. Mônica Lima; obrigado, Dr. Sergio Suiama.

As palavras que eu mais poderia dizer talvez fossem algumas que eu gosto de dizer e já disse em alguma oportunidade. Vendo vocês aí na tela – Túlio, Mônica, Rita, Sergio e Milton –, eu gosto muito de dizer isto: é muito bom saber que, no mundo – porque direitos humanos não têm fronteira –, existem pessoas iguais a vocês. Eu tenho certeza de que há muita gente no mundo igual a vocês.

E termino na linha do que vocês falaram. Uma frase é do Nelson Mandela – são duas frasezinhas curtas – e tem tudo a ver com aquilo tudo que nós falamos: cultura, saber e educação. Disse Nelson Mandela: "A educação é a arma [a arma] mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo". A arma, olhem bem! Estou me referindo a Nelson Mandela para dizer que o instrumento mais poderoso que nós podemos usar para mudar o mundo é a educação, o saber, o conhecimento de que aqui vocês falaram com muita competência e muita grandeza.

A segunda frase – aí eu termino – é um provérbio africano também, Dra. Mônica, que eu guardei para o encerramento e diz o seguinte: "O sol caminha devagar, mas atravessa o mundo". Que sigamos nossa caminhada pela humanidade, pelas políticas humanitárias.

Axé para todos! Um abraço!

Eu me levanto, porque me perguntaram: "O que está escrito na camisa aí?". Dá para ler? "Diga não ao racismo; diga sim ao amor". É isso que está na minha camisa. Eu tenho umas 50 camisas que eu vou ganhando e vou guardando, e essa eu quis trazer aqui nesse momento. "Diga não ao racismo; diga sim ao amor".

Muito obrigado a todos vocês.

Estamos juntos nessa caminhada.

(Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezesseis horas e quinze minutos do dia vinte e sete de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Parlamentares Paulo Paim e Túlio Gadêlha, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados com a presença dos Parlamentares Mecias de Jesus, Eliziane Gama, Mara Gabrilli, Paulo Rocha, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Maria do Rosário, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Bruna Furlan, Luis Miranda e Orlando Silva. Deixam de comparecer os Parlamentares Telmário Mota, Flávio Arns, Baleia Rossi, Carlos Zarattini, Stefano Aguiar e Jhonatan de Jesus. Justifica ausência o Deputado Eduardo Barbosa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados nº 9, de 2021** que: "Debater o Reconhecimento Fotográfico da Pessoa" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados nº 10, de 2021** que: "Requer o comparecimento do Ministro de Estado de Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França, para prestar esclarecimentos sobre os empecilhos impostos pelo Ministério para concessão de visto humanitário para afegãos, bem como prestar explicações sobre as ações da pasta em relação à deportação de Brasileiros dos Estados Unidos." **Autoria:** Deputado Federal Túlio Gadêlha (PDT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados nº 11, de 2021** que: "Requer a realização de diligência externa desta Comissão, na cidade de Recife e Região Metropolitana, fim de verificar a interiorização de migrantes vindos em razão de crise humanitária na Venezuela e a relação da migração e o trabalho." **Autoria:** Deputado Federal Túlio Gadêlha (PDT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados nº 12, de 2021** que: "Proposta de Plano de Trabalho para 2021 - Comissão Mista Permanente para Migrações Internacionais e Refugiados – CMMIR" **Autoria:** Deputado Federal Túlio Gadêlha (PDT/PE). **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata das 2ª, 3ª e da presente reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dezesseis minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link
abaixo: <http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/10/27>





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS. Fala da Presidência. *Por videoconferência.*) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à apreciação do plano de trabalho e de requerimentos.

Neste momento, eu passo a Presidência ao nosso querido Relator, Deputado Túlio Gadêlha, para que possa, então, ser feita a leitura do plano de trabalho, que, na condição de Relator, apresentei a esta Comissão. Houve uma pequena inversão aqui, eu estou na Presidência e eu passo agora a palavra, então, ao Deputado Túlio Gadêlha, que é o nosso Relator, para que ele possa, então, apresentar o relatório a esta Comissão. Então, agora passarei ao Deputado Túlio para que faça a leitura do relatório sobre o nosso plano de trabalho.

Antes, porém, Túlio, de passar a palavra para você comandar os trabalhos e fazer a devida leitura do plano de trabalho, eu queria muito agradecer aos Senadores presentes até o momento: Senador Mecias de Jesus, Senadora Mara Gabrilli, Senador Paulo Rocha, Senador Nelsinho Trad, Senador Chico Rodrigues, Senadora Eliziane Gama. Agradeço também ao Deputado presente e que vai coordenar os trabalhos Túlio Gadêlha, Orlando Silva e Luiz Philippe de Orleans e Bragança.

O Túlio vai complementar depois, o nosso Relator a quem passarei a Presidência, ele justificará que muitos Deputados tiveram problema no sistema e, por isso, não registraram presença.

É com muita satisfação que passo a palavra a este grande Deputado que, para a alegria desta Comissão, é o Relator da nossa Comissão de Refugiados e Migrantes. Mas quero ainda, Túlio, agradecer à nossa Bruna Furlan, que é a Vice-Presidente, e também à Mara Gabrilli pelas contribuições dadas até o momento para esse trabalho que você agora vai apresentar e coordena, que é o grupo de trabalho.

A palavra é sua, Deputado Gadêlha.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. PDT - PE) – Presidente Paulo Paim, agradeço-lhe pela condução dos trabalhos aqui na CMMIR. Como sempre, com muita maestria, V. Exa. vem conduzindo aqui as pautas e conseguindo agregar Parlamentares de diversos espectros para discutir uma pauta superimportante, que é a questão das migrações internacionais e de refugiados no Brasil.

Presidente, eu aproveito para fazer a leitura da nossa proposta de plano de trabalho para este ano de 2021. Sabemos que é um ano curto – por conta da pandemia, retomamos os trabalhos agora desta Comissão –, por isso tivemos que correr bastante, Presidente Paim, para poder contemplar os mais diversos segmentos, toda a complexidade das realidades dos migrantes e refugiados aqui no Brasil.

Peço licença – aqui a gente tem distanciamento dos colegas que estão na Mesa e dos que estão aqui presentes também – para retirar a máscara para conseguir fazer a leitura desse plano. A apresentação.

O Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1, de 2019, criou a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como atribuição, incumbe à CMMIR acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as questões afetas aos movimentos migratórios nas fronteiras do Brasil e aos direitos dos refugiados.

De acordo com o art. 7º do ato conjunto referido, a competência da CMMIR, de acompanhamento, monitoramento e fiscalização, refere-se a políticas públicas de controle migratório, às causas e aos efeitos do fluxo migratório internacional e à defesa dos direitos de refugiados, dentre outros assuntos correlatos.

Esta relatoria, a fim de apresentar o relatório anual das atividades desenvolvidas, previsto no parágrafo único do Ato Conjunto nº 1, de 2019, está circunscrita à limitação de tempo, pois a instalação da CMMIR, como foi dito, deu-se somente em 14 de setembro, devido a dificuldades derivadas da pandemia. Portanto, o plano de trabalho de 2021 será limitado a poucos meses de atuação.

Conforme descrito, o objeto geral da CMMIR já é bem delimitado, porém, quanto aos objetos específicos, eles necessariamente variam. A fim de melhor identificá-los, a CMMIR irá relevar sobretudo os requerimentos apresentados quando da audiência de inauguração e os apresentados por este Relator e ainda não apreciados.

Os requerimentos aprovados são os seguintes.

Primeiro, requerimentos aprovados:

1. Autor: Senador Paulo Paim; objeto: realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal (CDH) com o objetivo de debater sobre a situação internacional dos migrantes e refugiados sob a ótica da perspectiva dos Direitos Humanos (na audiência, poderemos nos aprofundar sobre: 1) a situação dos desastres ambientais no Haiti e os consequentes fluxos migratórios; 2) a manutenção das políticas de expulsão de migrantes por parte dos Estados Unidos; 3) o cenário da migração venezuelana no Brasil; 4) a real dimensão do conflito no Afeganistão; dentre outros temas da agenda internacional de migração e refúgio).

2. Autor: Senador Paulo Paim; objeto: convite para que sejam prestadas pelo Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Carlos Alberto França, informações sobre a retirada dos brasileiros do Afeganistão, a eventual recepção de refugiados vindos do Afeganistão e o posicionamento do Brasil em relação à crise humanitária no Afeganistão.

3. Autor: Senador Telmário Mota (e Senador Chico Rodrigues, por força do Requerimento nº 4); objeto: realização de audiência pública com autoridades de Boa Vista e Pacaraima sobre a imigração do povo venezuelano.

4. Autor: Senador Chico Rodrigues; objeto: requer adição de assinatura ao Requerimento nº 3.

5. Autor: Senador Paulo Paim; objeto: realização de audiência pública para debater a situação dos brasileiros no exterior.

6. Autor: Senador Paulo Paim; objeto: realização de audiência pública para debater migração e refúgio sob a ótica do preconceito, xenofobia e racismo.

7. Autor: Senador Paulo Paim; objeto: realização de ciclo de audiências públicas para debater mudanças climáticas, desastres ambientais, migração e refúgio.

8. Autor: Senador Paulo Paim; objeto: realização de ciclo de audiências públicas para debater a situação dos migrantes e refugiados no Brasil (nesse ciclo de debates poderemos nos aprofundar acerca das quantidades de migrantes no Brasil, a condição e particularidades dos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grupos aqui presentes, municipalização, condição das fronteiras, revalidação dos diplomas, trabalho, pessoas com deficiência, migrações indígenas, dentre outras questões pertinentes ao tema).

Ainda não foram apreciados os seguintes requerimentos:

9. Autor: Senador Paulo Paim; objeto: realização de audiência pública, a ser realizada em data oportuna, a fim de debater o “reconhecimento fotográfico de pessoa”.

10. Autor: Deputado Túlio Gadêlha; objeto: convocação do Ministro...

Fazendo um aparte aqui, Senador Paulo Paim, tivemos uma conversa com o Governo, tivemos algumas informações que foram dadas aos Parlamentares desta Comissão sobre a acolhida humanitária para afegãos e decidimos alterar de convocação para convite a vinda do Ministro de Estado de Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França, para prestar esclarecimentos sobre os empecilhos impostos pelo Ministério para concessão de visto humanitário para afegãos, bem como prestar explicações sobre as ações da pasta em relação à deportação de Brasileiros dos Estados Unidos da América.

11. Autor: Deputado Túlio Gadêlha; objeto: o Relator propõe visita da Comissão a Recife e região metropolitana, a fim de verificar os resultados da interiorização de venezuelanos, bem como a situação dos imigrantes no mundo do trabalho, com olhar especial para a submissão a condições análogas à escravidão e para o trabalho infantil.

Posto isto, passemos às atividades que propomos realizar nos três meses restantes de trabalho legislativo do ano de 2021.

Atividades propostas.

Para levar a contento a competência desta Comissão sobre migrações e refugiados, sugere-se que sejam realizadas duas audiências públicas temáticas, uma reunião com o Ministro de Relações Exteriores, duas visitas (nomeadamente, a Recife e Roraima) e, por fim, reunião específica para apresentação do relatório.

Inicialmente, pontua-se que o Requerimento nº 8/2021 da CMMIR, que trata de audiências públicas, será abordado em várias atividades. Nas visitas a Recife, Boa Vista e Pacaraima serão debatidas questões sobre a municipalização; na visita a Roraima, a condição das fronteiras e as migrações indígenas; na audiência conjunta com a CDH, a revalidação dos diplomas e as pessoas com deficiência; e, na visita a Recife, o tema do trabalho.

Além disso, o presente plano, por questão temporal e temática não tipicamente migratória, somente não contemplará o Requerimento nº 9, de 2021, da CMMIR (ainda não aprovado).

2.1 Audiências públicas em conjunto com a CDH sobre refugiados, com especial atenção à situação do Afeganistão; e submissão de requerimento para visita a Recife (semana de 4 a 8 de outubro e semana de 12 a 19 de novembro).

Preliminarmente, submete-se à apreciação da Comissão requerimento para convite do Ministro das Relações Exteriores comparecer à Comissão e visita a Recife, a fim de debater a interiorização de venezuelanos e a relação de migração e trabalho. Em seguida, submete-se este plano de trabalho para apreciação do Colegiado.

Posteriormente, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2021, da CMMIR, realiza-se audiência pública conjunta com a CDH sobre refugiados, solicitantes de refúgio e apátridas no Brasil, com atenção especial aos oriundos do Afeganistão, sem esquecer da situação de haitianos, sírios, venezuelanos e outros fluxos derivados de crises humanitárias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o estudo sobre a aplicação da Lei de Refúgio (Lei nº 9.474, de 1997): “No período de 1998-2007, a região de origem majoritária é a África, com 65,78% do percentual de reconhecimento do *status* de refugiado. No período de 2008-2017, o Oriente Médio apresenta números significativamente superiores ao período anterior (de 6,67% para 53,65%), tornando-se a principal região de origem de refugiados para o Brasil”. Desde 2018, sobretudo com o reconhecimento em 2019 da condição de refugiados dos venezuelanos, a maior parte dos refugiados vem das Américas. Conforme Relatório do Ministério da Justiça sobre Refugiados, entre 2011 e 2020, o maior número refugiados reconhecidos é o de venezuelanos (46.412), seguido de sírios (3.594) e congoleses (1.050), embora dentre os solicitantes de refúgio no período o percentual é distinto: venezuelanos (60%), haitianos (23%) e cubanos (5%).

Em razão da pandemia, houve diminuição dos pedidos em 2020, quando o Brasil recebeu 28.899 solicitações de reconhecimento, 65% a menos que 2019, com 82.552 solicitações.

Desse modo, na oportunidade da audiência, também serão contemplados os Requerimentos nºs 5 e 6/2021, da CMMIR, ao abordar, na audiência pública, de um lado, a intersecção entre direito dos refugiados e direitos humanos, duas vertentes da proteção internacional da pessoa humana, com enfoque no preconceito, xenofobia e racismo (Requerimento nº 5/2021, da CMMIR).

De outro lado, em particular, ao considerar a situação dos haitianos, será debatida a relação entre mudanças climáticas, desastres ambientais e refúgio (Requerimento nº 6/2021, da CMMIR).

Por fim, o tema das pessoas com deficiência deve ser aqui ventilado. Um dos pontos com menor atenção na política migratória brasileira é o das pessoas com deficiência, que historicamente vêm sofrendo preconceito explícito na legislação brasileira. Expressamente, eram proibidas de imigrar, mediante linguagem preconceituosa e excludente.

2.2. Audiência Pública com a vinda do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Carlos Alberto França, prevista para novembro de 2021.

O Requerimento nº 2/2021, da CMMIR, convida o Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França, para prestar informações sobre a retirada de brasileiros do Afeganistão, a eventual recepção de refugiados vindos do Afeganistão e o posicionamento do Brasil em relação à crise humanitária no Afeganistão.

O Requerimento nº 10/2021, da CMMIR, convida o referido Ministro a, presencialmente, prestar esclarecimentos sobre os empecilhos impostos pelo ministério para a concessão de visto humanitário aos afegãos, bem como prestar explicações sobre as ações da pasta em relação à deportação de brasileiros dos Estados Unidos da América.

Evidentemente, é impossível restringir a vinda do Ministro de Estado somente a questionamentos sobre o Afeganistão e a deportação de brasileiros dos Estados Unidos, sendo franqueada a palavra ao Ministro e aos Senadores e Deputados para envolver outros tópicos sobre migrações e refúgios que afetam o trabalho do Itamaraty.

Dentre os temas possíveis de abordagem com o Chanceler, para além do Afeganistão, sugerimos, por exemplo, soluções para desafios com que se vêm defrontando migrantes e refugiados no Brasil e emigrantes brasileiros em face do quadro da pandemia do novo coronavírus, bem como esclarecimento sobre posicionamento do País perante organismos internacionais e diálogo bilateral em relação a migrações e refúgio.

2.3. Visita a Recife-PE e região metropolitana (semana de 04 a 08 de novembro)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma vez aprovado o Requerimento nº 11 de 2021, da CMMIR, será realizada uma visita a Recife e região metropolitana, a fim de verificar a interiorização de migrantes vindos em razão da crise humanitária na Venezuela e a relação da migração e o trabalho.

Segundo o Atlas das Migrações Venezuelanas, estudo sob a orientação e coordenação da PUC de Minas e o Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas, atualmente, há, pelo menos, 1.291 Municípios brasileiros com presença de imigrantes da Venezuela. Essa interiorização lança muitos desafios, sobretudo os ligados à educação, à saúde, ao trabalho, além de temas ligados à criminalidade, como o tráfico de pessoas, o trabalho escravo ou a exploração sexual.

Esta Comissão não pode ficar alheia a esse fenômeno, que requer, de certo modo, avançar em descentralização administrativa. Por isso, verifiquemos como os Municípios estão organizados para enfrentar a situação e se há diálogo com essas pessoas.

Políticas municipais para populações imigrantes: se há também institucionalização em forma de secretarias ou algum tipo de órgão, como conselhos Municipais de imigrantes.

No contexto da chegada de imigrantes e refugiados nas cidades brasileiras de forma espontânea e do processo de interiorização de venezuelanos, considera-se importante o papel do Governo Federal, no sentido de se responsabilizar pela perspectiva do pacto federativo com Estados e Municípios na recepção e integração socioeconômica nos locais de acolhida, mediante programas que apoiem a subsistência, acesso aos serviços públicos essenciais e a inserção laboral.

De acordo com relatos de pessoas interiorizadas, há denúncias de que estão submetidas às condições de trabalhos análogos à escravidão. Por isso, entende-se que são importantes a orientação qualificada e o acompanhamento das pessoas imigrantes *in loco*, bem como o fortalecimento de ações de combate ao trabalho escravo.

De qualquer modo, a interiorização organizada ou espontânea tem destinação de cerca de 70% dos Municípios brasileiros, apesar de haver maior concentração em metrópoles. Entretanto, a maioria deles não estão capacitados para gerir essa população, como ofertar curso de português para imigrantes, atendimento multilíngue nos serviços públicos, abrigo de gestão municipal. Esses são alguns exemplos.

Dessa forma, compreendemos que a Comissão deve ir ao Recife, a fim de verificar *in loco* uma amostragem dessa realidade de interiorização e verificar como estão articuladas as políticas públicas específicas para imigrantes e refugiados.

Ademais, a pandemia da covid gerou um grande impacto a todas as pessoas. Porém, entre os imigrantes que já se encontram em situação de vulnerabilidade, esse impacto foi ainda maior.

De acordo com um livro lançado recentemente, cujo título é Impacto da Pandemia da Covid-19 nas Imigrações Internacionais no Brasil, sob a coordenação de PUC Minas e o Núcleo de Estudo de População da Universidade Estadual de Campinas, antes da pandemia, 52% dos entrevistados estavam trabalhando; atualmente, metade deles perdeu o emprego. De acordo com esse estudo, os impactos da covid na população de imigrantes e de refugiados são fortemente sentidos na segurança alimentar e na discriminação. Esse será outro ponto analisado no Recife.

Por fim, o tema do trabalho e as migrações são intrínsecos. Um dos motivos centrais da migração é a busca pelo trabalho. Contudo, há vários níveis dessa realidade: da migração laboral





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de baixo perfil a imigrantes com formação profissional que não conseguem obter autorização de residência para fins de trabalho por não conseguirem se inserir em suas áreas de formação.

Defender o trabalho decente e a possibilidade de se desfrutar de proteção social adequada, garantindo a redução da informalidade a migrantes e refugiados, está diretamente relacionado com a integração dessas pessoas na comunidade local. A preocupação interseccional com o trabalho decente deve ser pauta da Comissão, com o fim de garantir a integração social e econômica a imigrantes e refugiados e possibilitar, assim, resultados positivos desse processo de mobilidade. Sem perspectiva de proteção ao trabalhador imigrante, tampouco de repúdio às precarizações trabalhistas, é impossível se pensar em integração efetiva com garantia de direitos sociais a imigrantes e refugiados.

Do ponto de vista de diagnóstico, há carência de um mecanismo com mapeamento do perfil global atualizado das pessoas imigrantes vindas nos fluxos migratórios atuais, para facilitar a inserção laboral nas empresas.

Além disso, é necessária a sensibilização do setor empresarial para o valor agregado da inserção laboral de imigrantes e da interculturalidade laboral, bem como políticas de valorização das pessoas e suas capacidades e experiências.

Não menos importante é reforçar mecanismos de prevenção e combate ao trabalho análogo à escravidão, em um cenário de desarticulação de políticas nacionais de erradicação ao trabalho escravo.

Portanto, utilizaremos a visita ao Recife para estimular esse debate entre imigração e trabalho.

2.4. Audiência pública para analisar a situação de brasileiros no exterior. Semana de 29 de novembro a 3 de dezembro.

A Lei de Migração foi a primeira lei a tratar dos imigrantes e prever políticas públicas para essas pessoas. Apesar disso, nota-se falta de transparência sobre dados dessa parte da população, a começar pela ausência de informações e dados oficiais entre o universo dos retornados dos Estados Unidos da América e de outros países nos *sites* do Itamaraty e do Ministério da Justiça e Segurança Pública, inclusive da Polícia Federal.

Há monitoramento dessas repartições? Qual o suporte na chegada? Qual apoio terão essas pessoas ou famílias para sua reinserção no Brasil? Qual política pública de reintegração há nos seus locais de origem e de retorno? Que habilidades desenvolveram no exterior? Qual a situação social dessas famílias? Dispõem de retaguarda familiar ou comunitária nos Municípios para onde se dirigem? Quais os principais Municípios de origem dessas pessoas? Os familiares no Brasil foram orientados em tempo para prover uma forma ou condições de acolhê-los? E quem não retorna para seu antigo local de origem, para onde se dirige? Com que assistência podem contar hoje? Que tipo de apoio o Governo Federal está oferecendo a essas pessoas?

Além disso, em relação a significativa população brasileira que vive no exterior, como está o suporte governamental, consular? De acordo com dados do Itamaraty, houve acréscimo de 35% da emigração brasileira entre 2010 e 2020, saindo da cifra de 3.122.813 para 4.215.800 pessoas.

E aqui está o Deputado Luis Miranda, que também vai querer falar sobre essa situação dos brasileiros fora do Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O destino principal desses brasileiros são os Estados Unidos, com 1,7 milhão; depois Portugal, com 276 mil; em terceiro lugar, Paraguai, com 240 mil; em quarto lugar, o Reino Unido, com 220 mil; e, em quinto lugar, o Japão, com 211 mil brasileiros.

Portanto, em atendimento ao Requerimento nº 4, da CMMIR, será realizada audiência pública sobre a situação de brasileiros emigrantes, com enfoque principal aos países com maior recepção.

2.5 Visita a Boa Vista e Pacaraima, no Estado de Roraima (semana de 22 a 26 de novembro).

A última atividade externa será a visita ao Estado de Roraima, que concentra o principal fluxo de refugiado do Brasil, em razão da crise venezuelana, em atendimento do Requerimento nº 1, de 2021, da CMMIR. Diante a importância desse assunto, deixamos para o momento final dos trabalhos, para que possamos construir melhor planejamento.

Na oportunidade de visita a Roraima, serão realizadas visitas a abrigos de venezuelanos e encontros com autoridades civis e militares. Um dos pontos a ser tratado é a situação da migração indígena.

O tema da migração indígena é um dos mais emblemáticos, pois há sobreposição de vulnerabilidades, e dos indígenas e...

Desculpe, eu estou usando um aparelho que é terrível para falar, resseca a boca e fico a todo momento tomando água. Deveria ter tirado, mas vamos lá.

O tema da migração indígena é um dos mais emblemáticos, pois há sobreposição de vulnerabilidades, a do indígena e a do imigrante. Nesse sentido, um dos desafios é justamente adequar as políticas públicas às perspectivas de diferentes comunidades, em especial as que estão vindo da Venezuela, nomeadamente os Warao, os Pemón e os Eñepa.

Nesse sentido, há as demandas de abrigamentos e de alimentação, por exemplo, que desafiam as secretarias municipais e estaduais. Talvez uma proposição concreta seja a capacitação dos atores envolvidos na abordagem e atendimento dos imigrantes indígenas venezuelanos.

Um dos desafios é assegurar a participação indígena em todas as políticas que envolvam, mediante escuta atenta, as suas especificidades. Isso é o que determina a Convenção 169, da OIT, Organização Internacional do Trabalho, e a própria Lei de Migração, Lei 13.445, de 2017, quando prevê em favor de migrantes, em geral, como princípio e diretrizes da política migratória brasileira, "o diálogo social na formulação, na execução e na avaliação de políticas migratórias e promoção da participação cidadã do migrante", conforme art. 3, do inciso XIII, da Lei de Migração.

Um terceiro desafio é engajar a Fundação Nacional do Índio (Funai) com sua *expertise* na coordenação das políticas que se dirigem a essas comunidades indígenas e migrantes.

Observa-se um déficit, e até mesmo negativo, na participação da Funai nessas questões atualmente. Recomenda-se, por exemplo, a elaboração de um plano de ação geral para a atenção do fluxo migratório e de protocolos de ações específicas para a atenção aos imigrantes indígenas com destinação e recursos federais adicionais para essa ação estatal indígena.

Outra possibilidade é a acolhida humanitária para indígenas. Essa é uma solução que leva em conta a dificuldade de acesso a documentos, pois permite a identificação com os documentos que o imigrante dispuser, além disso, a natureza de alguns fluxos migratórios. É evidente que a maioria das pessoas imigrantes venezuelanas não são indígenas e precisamos aprofundar essa questão, principalmente o fluxo migratório atual, que é cerca de 31,9% de venezuelanos que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possuem ensino superior completo e não conseguem atuar em suas áreas de formação por falta de revalidação dos seus diplomas. Alguns dos principais cursos de formação dessas pessoas são engenharia de petróleo e gás, enfermagem e pedagogia, profissões que são necessárias no Brasil.

Nesse sentido, importa-se debater o marco legislativo sobre a revalidação de diplomas de imigrantes e prever a inserção de taxas. Igualmente podem os imigrantes auxiliarem nas carências derivadas do próprio fluxo, por exemplo, na área de saúde. O MSF observa que em outros países a facilitação do trabalho de médicos imigrantes emergenciais traz enormes benefícios à população local.

Além disso, precisamos traçar encontros com o Exército Brasileiro a fim de buscar informações sobre a Operação Acolhida, sob o seu comando operacional, bem como visitar abrigos de refugiados gerenciados por essa operação. Em geral, os mais vulneráveis ficam no Estado de Roraima pois não possuem condições de espontaneamente saírem e não são privilegiados com a interiorização.

Por conta da estratégia de interiorização, o quadro atual é de muitos migrantes idosos, crianças, mulheres, ou que sofreram com doenças crônicas ou até com deficiências e ficaram alijados. Enfim, essa visita a Boa Vista e a Pacaraima será de extrema importância para verificarmos como está sendo gerenciada a principal crise humanitária que envolve migração e refúgio no Brasil.

2.6 Apresentação do relatório final, que acontecerá na semana de 6 a 10 de dezembro.

Por fim, prevê esse plano de trabalho a semana entre 6 e 10 de dezembro para apresentação do relatório final, com relatos, diagnósticos e proposições. Lembro que 10 de dezembro é o Dia dos Direitos Humanos, em razão de ser data de aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que reforça simbolicamente a conclusão dos trabalhos de 2021 da CMMIR.

Portanto, agradeço aos colegas presentes e ao Senador Paim a oportunidade de apresentar esse plano de trabalho, certo de que temos muito a construir nesta Comissão, tendo em vista as agendas programadas, tendo em vista os Parlamentares aqui envolvidos e as experiências que esses Parlamentares trazem aqui para a Comissão.

Dito isso, eu gostaria de passar aqui, por cinco minutos, a palavra ao Deputado Luis Miranda, que é membro titular desta Comissão e conhece muito bem a realidade e a situação do brasileiro no exterior, em especial nos Estados Unidos da América.

O Deputado Luis Miranda, por favor, com a palavra.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Pela ordem.) – Obrigado, nobre Relator, Exmo. Deputado Túlio Gadêlha, um amigo sempre sensível aos temas desta Casa, principalmente ao dos mais vulneráveis e por que não falarmos dos imigrantes e dos migrantes, aqueles que sofrem pelo descaso e, muitas vezes, por falta exatamente de ação do poder público e desta Casa, do Congresso Nacional.

Esta Comissão, a CMMIR, vai ter esse propósito de identificar as falhas – vou até chamar de maldades que são feitas, desumanidades que são cometidas –, mas também iremos pela linha para a qual fui eleito, a da correção, de fazer o aperfeiçoamento na lei para que nós possamos ser aquilo que a população espera de nós: um instrumento para a correção dessas injustiças que, muitas vezes, são cometidas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu o escutava atentamente, de uma forma bastante entusiasmada, eu me surpreendi, porque o plano de trabalho é aquilo que nós esperamos. Acho que o relatório vai sair de uma forma que vai ser unânime nesta Casa. Talvez haja uma polêmica aqui, outra ali, porque, quando você entra numa região onde o Exército está trabalhando e em que infelizmente houve várias denúncias de corrupção que não foram investigadas... E essas pessoas passaram pelo Ministério da Saúde, viraram ministros e passaram a ter problemas muito parecidos nessa área de logística, apesar de não terem experiência em logística. Nós vamos ter um trabalhinho aqui.

Talvez nós vamos identificar que não foi falta de vontade de fazer. Vamos identificar que por corrupção, por desleixo ou por... Eu sempre digo que deixar a casa bagunçada é melhor, porque ninguém enxerga por onde estão saindo os recursos públicos.

E nós vamos ter a chance de corrigir, sim. Acredito no seu trabalho e principalmente na sua postura como um ser humano. Como Parlamentar, não duvido de que o relatório vai sair da forma que nós esperamos. E o debate acalorado vai se acalmar de acordo com o que começarmos a mostrar, uma realidade que muitos brasileiros não sonham que existe, pessoas que, como eu... Jantando na Asa Norte, encosta um venezuelano, aqui na Asa Norte, não sei nem como ele conseguiu chegar na capital... Como bem colocou V. Exa., é difícil até para se locomover, porque eles vêm sem recurso nenhum financeiro, sem documento, sem nada. Nós não temos um plano para recepcioná-los. E ele, tentando falar nas mesas, falando em espanhol, em dado momento, ele: "Mira, sé que soy como una carga para ustedes, no tengo trabajo. No quiero dinero, quiero trabajo, pero ninguém me da trabajo". Eu parei o jantar, olhei para ele e falei assim: "Não fale isso, você não é um cachorro". Ele falou assim: "Eu sei que para você eu sou como um cachorro, mas eu só quero trabalhar!" Era o que ele falava em espanhol, porque *perro* é cachorro em espanhol. Eu olho nos olhos dele e falo assim: "Você não pode fazer isso com você. Você não pode se subjugar porque infelizmente alguns de nós não entendemos o que é ser um imigrante". Muitos brasileiros que estão lá nos Estados Unidos se sentem como um *pero*, porque vão viver o sonho americano e lá são tratados como cachorros; e nós os recebemos como se fossemos os melhores do mundo.

O brasileiro tem que começar a se valorizar. É reciprocidade. Nós somos o País que alimenta o mundo! Eles querem vir aqui investir, querem usufruir das nossas praias, do nosso *habitat*, que eles dizem que precisam defender. Defendam! Venham viver conosco. Mas deem reciprocidade para aqueles que porventura, insatisfeitos com um Governo como o que nós estamos vivendo agora... Quem quer ficar aqui? Quem tem condição quer ir embora. Os vistos americanos... Não tem, até o final de 2022, entrevista. Todo mundo quer ir embora. O Governo Bolsonaro... Eu votei nele... E hoje eu escrevi na página do Moro. Ele dizendo que é um absurdo terem aprovado, o Presidente sancionar o fim da improbidade administrativa; ele se revoltando. Eu falei: É culpa sua! Sua, minha e de muitos que o apoiaram e esqueceram que, se ele nunca teve competência para aprovar um projeto nesta Casa, iria ter competência para governar um país? Essa é a grande verdade. Nós erramos porque nós fomos no populismo, na narrativa do anti, anti... Nós fomos anti tudo naquele momento. E agora estamos sendo anti-povo. O povo está passando fome. A inflação engoliu a gente. O povo brasileiro quer ir embora e quem está lá fora não sabe como faz para voltar, sofrendo, porque nós não temos política pública, nós não temos política de receber nosso próprio povo.

Eu vi você colocando de uma forma clara. Os imigrantes da Venezuela e de vários outros países que estão no nosso País, que precisam ser acolhidos... Mas nós temos brasileiros lá fora



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que não sabem como se faz, porque não têm acesso, não sabem como serem tratados pelo seu próprio país, pelo seu próprio povo.

E, dentro do nosso País, nós temos pobreza extrema, um desemprego desenfreado, um populismo absurdo. Essa própria PEC que querem aprovar agora, dos precatórios, as consequências dela são piores do que o remédio. Você vai ter inflação ainda maior, você vai ter um populismo em cima das eleições, vão acabar com o programa de ajuda dos mais pobres, porque estão colocando o Auxílio Brasil até 2022. É só até as eleições. Acabou, acabou. Se eu perder, dane-se o Brasil; se eu ganhar, dane-se o povo brasileiro. Terrível viver isso!

Só que a reciprocidade nós vamos poder debater aqui e trazer para este Congresso uma responsabilidade da qual por uma eternidade ele vem se omitindo. O brasileiro, porque foi morar em outro país, deixou de ser brasileiro? Quando ele está lá fora e é tratado como um *perro*, como um cachorro, nós vamos aceitar? “Ah, mas a decisão foi dele de ir embora”. Façam uma boa política pública para ver se alguém vai embora. Ninguém vai embora. O Brasil tem tudo de bom neste País, um país maravilhoso. Falta dar emprego, dignidade, condição de a gente viver no nosso País sem querer sonhar com outra nação.

Mas já que nós temos 1,7 milhão – o que eu duvido, deve ser o dobro, porque esses são os que declararam a saída, não foram pelo México escondidos, não foram por vias em que correram risco de perderem suas vidas no desespero de buscar uma vida melhor...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Exatamente, esses são os registrados. Imagino que nos Estados Unidos haja o dobro de brasileiros.

O Brasil se preocupa com eles lá? Nós estamos dando dignidade? Os consulados estão preocupados com a vida deles? Estão cobrando que os Estados Unidos deem condição, como nós damos aqui para um estrangeiro, como neste momento, em que estamos discutindo para tratar bem os venezuelanos, porque eles não têm culpa do desgoverno que por lá ocorreu ou não ocorreu? Eu não quero entrar no mérito de outra nação, mas, se eles estão aqui pedindo socorro, nós vamos estender a mão, mas vamos cobrar reciprocidade de todas as nações, não só dos países ricos, não, da Venezuela e de qualquer nação. Já que estamos fazendo o nosso papel, que eles tratem o brasileiro com dignidade, já que o nosso Governo não trata o nosso povo com dignidade. Vamos cobrar a reciprocidade porque, nos acordos econômicos, é a hora de botar na mesa o acordo de imigração: “Eu abro as portas para você, você compra da gente, eu compro de você”, mas eu quero que o brasileiro que está lá fora empreendendo, o brasileiro que está lá fora lavando o banheiro, como eu já lavei banheiro, como eu já carreguei caixa lá fora, seja tratado com dignidade, com respeito e não seja um perseguido. É inacreditável, você é criminoso porque você é um imigrante ilegal, está cometendo um crime, você não tem direito a nada. Isso é uma vergonha! Nós não podemos aceitar isso e não podemos fazer isso. Nós precisamos abraçar todo imigrante, todo aquele que queira vir para o nosso País porque acha que aqui ele vai encontrar uma melhor vida. Nós vamos dar a melhor vida para ele, assim como nós precisamos dar para todos os brasileiros.

Então, parabênizo pela postura. A condução dos trabalhos, pelo que eu vejo no documento, será a melhor. E conte com o meu apoio, nós estamos juntos. Eu vivi isso, eu sei o que é isso. E eu sei o que aquele senhor estava falando para mim, do meu lado, o que é se sentir como um



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

perro, como um cachorro. Nós não vamos fazer isso com ninguém que venha para o nosso País, mas também não vamos permitir que façam com nenhum brasileiro que está lá fora.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. PDT - PE) – Nós que agradecemos, Deputado Luiz Miranda, a sua presença aqui nesta Casa. É de fundamental importância debatermos esse tema juntos, principalmente pelo lugar de fala que V. Exa. ocupa, o lugar de alguém que já viveu fora do País, que sabe a realidade do brasileiro que não vive no Brasil e que tem muito a contribuir nesta Comissão.

Então, não é só o olhar das pessoas que vêm de fora para viver, para morar aqui, para ter esta Pátria como lar, mas também dos brasileiros que saem em busca de oportunidade, que saem em busca de novas experiências e como essas pessoas são tratadas. V. Exa. tem essa experiência e, por isso, é fundamental sua presença aqui, Deputado Luis Miranda. Fico muito feliz com sua participação e parabéns V. Exa. e seu irmão pela coragem que têm tido nos últimos meses. Parabéns, Deputado!

Dando continuidade, já temos o quórum aqui de 12 pessoas presentes. São 13 pessoas, já ultrapassamos o quórum, então.

Temos dois requerimentos aqui. Deixem-me pedir a instrução da Mesa. Podemos fazer a leitura dos requerimentos? (*Pausa.*)

Está ótimo.

Foram apresentados também os Requerimentos nºs 9 a 11.

Em discussão os requerimentos. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, é encerrada a discussão e passamos à votação.

Em votação o plano de trabalho, bem como os requerimentos, nos termos do plano de trabalho que apresentamos.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Um destaque vai ser feito ainda com relação... Perfeito. Qual o número desse requerimento?

Em relação ao Requerimento nº 10, de convocação, foi feito acordo para que transformemos o requerimento de convocação em requerimento de convite ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, conforme o Requerimento nº 10.

Então, façamos aqui a alteração.

Temos também aqui presente o Deputado Luiz Philippe, que solicitou a palavra.

Então, pelo tempo de cinco minutos, o Deputado Luiz Philippe, presente.

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PSL - SP. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Presidente.

Imagino que o Presidente é o Paulo Paim e o Relator é o nosso querido Deputado.

Eu só queria pontuar aqui alguns itens, mais de princípio, com relação à imigração, porque eu também já fui imigrante. Já vivi mais de dez anos nos Estados Unidos, três anos na Europa, então tenho alguma experiência em diferentes momentos, ida e vinda, etc.

O que eu diria que é importante aqui nesse projeto Acolhida que está sendo promovido pelo Governo, eu acho que tem que ser olhado do ponto de vista de resultado, de ser temporário e de ter objetivos claros. Não podemos criar nisso uma forma permanente de financiamento de Estados falidos da região. O Brasil tem instituições, tem um sistema de modelo muito superior





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao que existe na região. Há países aí que estão sucumbindo ao comunismo, à ditadura do proletariado, como se usava chamar ou seja lá como for, e o que acontece nesses modelos é que vai ter falência mesmo, vai gerar fluxos migratórios agressivos. E quem é que paga essa conta? É o cidadão de bem, aquele que paga tributação, aquele que está fazendo fila no SUS, não está com os seus filhos bem educados. E aqui estamos falando, especulando até sobre criar programas de integração, como se o imigrante fosse uma cota de cidadão brasileiro que precisasse ser incorporado dentro do sistema nacional como se cidadão fosse.

Eu acho que é importante destacar isto: muitos desses imigrantes querem ser cidadãos, estamos muito bem-vindos a essa possibilidade. Acho que é muito importante até a gente ter programas de integração de cidadãos qualificados no Brasil e ter até um sistema muito parecido com o dos Estados Unidos na questão de ter diferentes qualificações de vistos para serem fornecidos. Isso naturalmente atrairia talentos para o Brasil, é importante a gente ter essa predisposição tanto da Argentina quanto da Venezuela – a Venezuela tem sido constante –, acho isso muito positivo.

Também vejo coisas assim, do ponto de vista do assistencialismo local, na fronteira, acho que isso é importante. Eu não sou favorável a essa integração e dispersão completa do problema de imigração dentro do Brasil, acho que isso vai criar outros tipos de problema. Já está custando mais de bilhão de reais isso. Então, estou vendo isso com um certo rigor aqui para tentar preservar a cidadania brasileira, a renda e a tributação incorrida em cima do cidadão brasileiro. Os planos que eu vejo dando certo, que são planos também alternativos, são planos locais. Você faz um atendimento local, na área de fronteira, não tem a dispersão desses imigrantes em todo o Brasil.

Talvez aquele que se qualifiquem, que se coloquem na linha de obter cidadania e requerer cidadania, querer ser um brasileiro, um pagador de impostos, etc., eu acho que esse pode naturalmente, livremente entrar no Brasil, depois desse processo, ou até mesmo como um visitante, e eventualmente ele se torne um cidadão na plenitude de suas funções ou direitos. Não vejo problema nenhum com isso. Vejo um problema em criar um tipo de programa permanente que vai destacar aqui como sendo uma categoria social distinta que tem que ser protegida acima dos cidadãos brasileiros e pelo custo, honrado pelo Erário público. Eu acho que essa premissa tem que ser respeitada. Então, eu faço jus ao bom senso do Relator e dos demais da Comissão para que a gente entenda o modelo distinto... Está querendo se promover aqui ao menos a narrativa de fazer um acolhimento sem limite. Eu acho que impor limites faz bem, faz bem para o Brasil, faz bem para os países que queiram vir, para os imigrantes que queiram vir para o País, e cria regras sólidas e estáveis que não vão destruir aqui com contextos municipais, como ocorreu agora e gerou xenofobia. Esse tipo de premissa em que está tudo aberto, não tem fronteira, pode entrar à vontade está gerando reações xenófobas. Então, quando você tem regras, você estabelece limites, a xenofobia, isso é mitigado, até cria um processo legítimo de incorporação de cidadania.

Então, eu queria pontuar isso do meu viés, da minha experiência. Como já imigrei, já morei em alguns países distintos da Europa e nos Estados Unidos, eu tenho essa percepção. Podemos botar isso para debate. De qualquer maneira, como política eu acho que temos que rever esse plano aí que está nos custando bilhão e eu não estou vendo os resultados disso ainda, infelizmente. Muito pelo contrário, estou vendo um crescimento de impacto na saúde, estou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vendo um crescimento de violência em muitas cidades em que foram incorporadas assimetricamente essas questões migratórias. Temos que rever isso aí.

Muito obrigado, parabéns pela iniciativa e vamos debater isso. Muito obrigado, amigos.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. PDT - PE) – Nós que agradecemos, Deputado Luiz Philippe, pela sua presença aqui, sua participação. De fato, é muito importante discutir as políticas públicas que o Governo tem encabeçado quando diz respeito à questão dos imigrantes e refugiados. É muito bom ouvi-lo porque tem experiência, tem vivência fora do País e pode também nos auxiliar nos debates aqui na Comissão. É muito bom tê-lo, Deputado, inclusive sugiro que, na vinda do Ministro e dos representantes do Governo, possamos aprofundar essa pauta.

Dando continuidade, já nos encaminhamentos finais dos nossos trabalhos, eu quero aqui passar a palavra ao Presidente desta Comissão, retornar a Presidência a ele que é o Presidente, é quem dá o tom, o ritmo, o tempo desta Comissão, nosso querido Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Querido Deputado Túlio Gadêlha e todos aqueles, chegamos a 13, pela informação que você nos deu – eu estou no Rio Grande do Sul –, tivemos 13 presentes; quero agradecer a cada um pela importância da sessão do dia de hoje.

Aprovamos, então, por unanimidade. Eu dei uma fugidinha, fui ao Plenário do Senado, consegui falar lá três minutos e voltei aqui para acompanhar o debate na Comissão. E dizer, Túlio, que hoje foi um dia muito importante para a nossa Comissão. Aprovamos o teu plano de trabalho e, pelo que li e ouvi, é um plano de trabalho amplo, que vai na linha inclusive dos Deputados que nos antecederam; abre o debate da questão dos refugiados, imigrantes e migrantes.

A realidade é internacional, eu sempre digo que direitos humanos não têm fronteira. Nós temos que ter um olhar humanitário para todos, não é? Sejam negros, brancos, índios, seja alguém que veio do Continente Africano, ou não, ou de qualquer país do mundo, o olhar respeitoso, carinhoso e dentro, claro, da legislação de cada país.

Mas eu quero, muito mais, é cumprimentar você, Relator, Deputado Túlio, pela grandeza do relatório. Ele abre uma janela enorme para que a gente possa debater esses temas até o fim do ano, e quem sabe até no complemento para o ano posterior.

Esta era a minha fala, muito rápida. Você falou de tudo: falou dos indígenas, falou do deficiente, falou daqueles que estão no desespero, como é o caso, poderíamos lembrar aqui, do Haiti, da situação daqueles que entram, pelo México, nos Estados Unidos, do Afeganistão. Então você fez um relatório, para mim, muito, muito, eu diria, possante, não é? Muito firme e corajoso para debater um tema que, eu tenho certeza, vai ter a atenção devida de toda esta Comissão.

Mas para mim ainda, se você me permitir, eu queria informar a todos os Parlamentares sobre o Orçamento e emendas da Comissão. Informo, então, aos Parlamentares presentes, que estão nos assistindo, e todos serão comunicados, que a CMMIR está com prazo de emendas orçamentárias aberto. E a data limite para apresentação de emendas, como é nas outras Comissões, vai ser o dia 8 de novembro, que cai numa segunda-feira, até às 18h. A data da reunião para aprovação do relatório e das emendas seria, então, no dia 11 de novembro, uma quinta-feira, às 10h da manhã.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é importante, porque a CMMIR nos abre um espaço para que a gente possa interagir junto ao Orçamento, na nossa visão do que é melhor para o povo brasileiro e também para refugiados, migrantes e imigrantes. Então, seria isso.

E está muito bem, sob a tua coordenação, a Presidência. Você, além de Relator, com muita classe, presidiu os trabalhos e poderá agora, então, encaminhar para o encerramento, se assim entender, porque você agora é o Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. PDT - PE) – Senador Paim, eu havia devolvido a Presidência a V. Exa., mas se for dessa forma, se o Presidente preferir, eu posso conduzir até o final esta reunião.

Então, Presidente, agradeço bastante a oportunidade de trazer este plano de trabalho aqui para a Comissão, certo de que a gente precisa aprofundar esse tema no Brasil, certo de que a gente precisa ter um olhar para o imigrante, para o refugiado, para aquelas pessoas que estão morando no nosso País e para os brasileiros que estão fora e que querem buscar novas oportunidades para interagir, de fato, com o Governo Federal, para interagir com outras Câmaras Legislativas e outros países, para a gente poder dar proteção a essas pessoas que não estão em suas casas, estão em outros territórios.

Mas agradeço principalmente, Presidente Paim, porque a gente vê aqui a oportunidade de poder debater, discutir orçamento, discutir políticas públicas e de acolher essas pessoas. Todos nós brasileiros estamos cansados de ver pessoas nos sinais, não é? A pobreza aumentando, a extrema pobreza, a fome voltando para a pauta, a miséria absoluta, inclusive atacando os mais necessitados, que são os imigrantes e os refugiados aqui no Brasil.

Então, dando o encerramento...

Antes de encerrar aqui os trabalhos, proponho a aprovação das atas segunda e terceira e também da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 16 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 15 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, REUNIÃO REMOTA.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia onze de novembro de dois mil e vinte e um, remotamente, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados com a presença dos Parlamentares Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Flávio Arns, Baleia Rossi, Carlos Zarattini, Maria do Rosário, Jhonatan de Jesus, Bruna Furlan, Luis Miranda, Túlio Gadêlha e Orlando Silva, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Parlamentares Diego Tavares, Eliziane Gama, Telmário Mota, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Luiz Philippe de Orleans e Bragança e Stefano Aguiar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação sobre as emendas ao PLOA 2022.**

Finalidade: Deliberar sobre as emendas da CMMIR ao PLOA 2022 (Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2021). Coordenador das emendas: Dep. Túlio Gadêlha. **Resultado:** Aprovado o relatório, que conclui pela apresentação ao PLOA/2022 (Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2021) das seguintes emendas de apropriação (ação + subtítulo + valor): 219F – Ações de Proteção Social Especial - Nacional, Valor: R\$ 100.000.000; 21AR - Promoção e Defesa de Direitos Humanos para todos – Nacional, Valor: 150.000.000; 219G - Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – Nacional, Valor: 150.000.000; 219C - Acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras – Nacional, Valor: 250.000.000. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e um minutos.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/11/11>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

É com enorme satisfação que estamos abrindo, neste momento, a nossa 5ª Reunião da CMMIR.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados – é um pessoal vulnerável que precisa muito do resultado desta reunião.

A presente reunião tem como objetivo deliberar sobre as emendas da CMMIR a serem apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2021, Projeto de Lei Orçamentária Anual.

A Presidência comunica que foram apresentadas dez sugestões de emenda ao Ploa 2022.

Neste momento, antes de passar a palavra ao Deputado Túlio Gadêlha, que é o nosso Relator desta Comissão, eu queria fazer um apelo àqueles Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas que não registraram ainda a presença: que o façam! Precisamos só da presença virtual colocada no programa para que a gente possa, em seguida, após a leitura do relatório, fazer a votação. Informo a todos que não teremos nenhum projeto hoje votado. Então, não há nenhum tema polêmico. Nós estamos aqui com o Orçamento, que significa verba. Verba para atender a quem? Aos nossos setores que mais precisam de apoio, eu diria, aqui no Congresso. Esta é a Comissão sobre migrações internacionais e refugiados. Então, o resultado de hoje é muito importante. O nosso Relator já está presente. Depois que o Relator apresentar a sua análise sobre as emendas apresentadas, é minha intenção convidar aqueles Senadores que não se registraram ainda para que o façam.

De pronto, eu queria já agradecer a todos aqueles que registraram a presença. Permita-me um minuto, Gadêlha, para nós buscarmos tempo para a votação. Eu vou fazer aqui a leitura dos que já registraram – eu fiz um xisinho em cima do documento o que permite que eu faça essa leitura. Queria fazer um apelo aí...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Presidente Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Pois não.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Pela ordem.) – Permita-me apenas, primeiro, cumprimentá-lo e agradecer por abrir esta Comissão.

Eu estou me deslocando neste momento da residência aqui da Câmara Federal para o Senado. Então, devo chegar por volta de 15 minutos presencialmente ao Senado para fazer a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Excelente, Túlio.

Nesse período, nós vamos ficar aqui interagindo no sentido de convidar os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas para que registrem a presença. Eles não precisam – estou





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

esclarecendo isto – estar presentes na Comissão. Lá da Câmara, lá da sua residência, é só entrar no programa, como você entrou, e registrar a presença. O.k.?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Perfeito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Querido Relator Túlio, estamos aqui aguardando. E, quando você chegar, que você dê um pequeno informe sobre como foi a brilhante reunião que você realizou nesse período agora que nós tínhamos marcado em defesa dos refugiados e dos migrantes.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Com certeza, Presidente. Farei isso.

Até já, então.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Até mais. (*Pausa.*)

Enquanto nós estamos esperando o deslocamento do nosso querido Relator Túlio Gadêlha, eu já quero aproveitar para agradecer a todos aqueles que registraram a presença. Percebo aqui: o nosso querido Senador, sempre Senador e Deputado, Jarbas Vasconcelos, que já registrou a presença; Mecias de Jesus, que já registrou a presença; Mara Gabrilli, que registrou a presença; Paulo Paim, que registrou a presença; Zenaide Maia, que registrou a presença.

Estou destacando aqueles que já registraram e fazendo um apelo aos próximos.

Já registrou também a presença Baleia Rossi.

Tem a relação dos que já registraram? (*Pausa.*)

Baleia Rossi já registrou também a presença. Temos também, que já registrou...

É que não está aparecendo no painel, mas eu estou pegando a lista aqui para ver os que já registraram a presença. E depois chamarei aqueles que não puderam registrar, fazendo um apelo para que eles venham... Não precisam vir, é só registrar a presença via o próprio celular.

Até o momento, nós temos oito Senadores.

Agradeço aqui: Senador Mecias de Jesus já registrou a presença; Senador Jarbas Vasconcelos já registrou a presença; Senadora Mara Gabrilli também registrou a presença; Senadora Zenaide Maia também já registrou a presença; Deputado Baleia Rossi também registrou a presença; Deputado Luis Miranda também registrou a presença; Deputado Túlio Gadêlha também já registrou a presença.

Neste período que nós estamos aguardando o Relator, que está se deslocando para fazer a leitura do seu parecer, eu queria fazer um apelo para aqueles que não registraram a presença, aos que não registraram ainda a presença. Queria fazer um apelo aos nossos queridos colegas de trabalho, pela importância desta reunião de hoje, que eu digo que é tão importante como todas as outras, mas aqui nós vamos discutir e votar as emendas ao Orçamento que vão alavancar – eu diria – estrutura para que nós possamos ajudar os refugiados e os migrantes. Então, peço ao querido Senador Telmário Mota, se puder, para registrar a presença; ao Senador Nelsinho Trad faço um apelo também para que registre a presença; ao Senador Chico Rodrigues na mesma linha; ao Senador Flávio Arns, para que também registre a presença; ao Deputado Carlos Zarattini, que registre a presença; à Deputada Maria do Rosário também fica o apelo para que registre a presença; ao Deputado Luiz Philippe, na mesma linha; à Deputada Bruna Furlan, sempre Presidenta desta Comissão – eu assumi agora, até o fim do ano –; ao Deputado Orlando Silva; ao Senador Angelo Coronel. Para esses é que falta registrar a presença.

Estou aqui fazendo esse apelo pela importância da votação que teremos em seguida. Ainda entendo eu, claro, que os Senadores e Deputados, além das suas atividades, muitos estão nos





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Estados, ainda eles estão trabalhando nas Comissões e nos Plenários, mas, se alguém tiver contato com eles, fica o meu apelo aqui para que eles registrem a presença, para que o nosso querido Túlio Gadêlha, que se encontra já se deslocando para o Plenário, possa fazer a leitura do seu parecer.

Quero insistir que é um momento muito importante. Todas as Comissões do Senado estão votando a peça orçamentária no que compete às Comissões.

E esta Comissão olha para aqueles que mais precisam, aqueles que estão no nosso País inclusive como refugiados, por exemplo, para que eles tenham um curso de formação, para que eles possam ter um instrumento que facilite a sua documentação... Estou dando alguns exemplos. Naturalmente, o Deputado Túlio é que vai fazer o papel da leitura do relatório, já que ele está se deslocando para lá. É um momento muito importante. Vocês veem a situação dos migrantes e refugiados não só aqui no Brasil, mas no mundo todo. Eu sempre digo que direitos humanos não têm fronteira; eles lutam e combatem todo tipo de preconceito, racismo, discriminação; eles trabalham com todos.

E esta Comissão foi uma engenharia construída pela grande Deputada Bruna Furlan, que foi a grande articuladora desta Comissão Mista e me convidou para ser seu Vice. Eu sou Vice, mas, como ela teve bebê há pouco tempo, eu nesse período assumi a Presidência. Estamos fazendo um trabalho coletivo. O Relator tem nos ajudado muito, muito; o Relator tem sido muito parceiro; ele, Túlio Gadêlha, tem feito um trabalho brilhante. E os outros também têm nos ajudado. É por isso que estamos já na quinta reunião no dia de hoje.

Hoje eu informo a todos que, dando quórum para deliberar, nós vamos votar só as emendas ao Orçamento, como estão fazendo praticamente todas as Comissões aqui no Senado.

Eu farei uma leitura rápida aqui ainda convidando para registrar presença: Senador Telmário Mota, Senador Nelsinho Trad, Senador Chico Rodrigues, Senador Flávio Arns, Deputado Carlos Zarattini, Deputada Maria do Rosário, Deputado Luiz Philippe, Deputada Bruna Furlan, Deputado Orlando Silva e Senador Angelo Coronel.

Eu aproveito este momento, enquanto o nosso querido Relator, o Deputado Túlio Gadêlha, está se deslocando para cá, para comentar a importância também das decisões do Congresso Nacional. O Congresso Nacional deve votar hoje uma série de PLNs tanto na Câmara como no Senado. Depois eu queria também fortalecer a ideia de uma sessão do Congresso para deliberar sobre os vetos. É muito importante que os Líderes da Câmara e do Senado cheguem ao entendimento para convocar uma sessão do Congresso, porque temos uma série de projetos...

A Senadora Zenaide entrou aqui agora já. Muito prazer, Senadora Zenaide. Já está aqui na tela, comigo.

Eu comentava – Senadora Zenaide, enquanto chega o Túlio, vou passar a palavra para a senhora – a importância das sessões do Congresso. Nós temos ali para decidir o veto, aquele do PL 12, que é o da vacina para todos. A senhora, que é médica, tem feito aqui um brilhante trabalho. Sempre está em todas as Comissões. Estou lá na de Direitos Humanos, e a senhora está lá; estou aqui, e a senhora se faz presente, foi uma das primeiras que registrou hoje a presença; estamos no Plenário, e está lá, presente, sempre com uma visão humanista. Eu fico muito feliz de ver um mandato como o seu, viu, Senadora Zenaide Maia? A palavra é sua.

Passo a palavra para a Senadora Zenaide Maia.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Pela ordem.) – Costumo dizer que o Paulo Paim é um dos Senadores que se elegeria Senador em qualquer Estado deste País. Ele tem um trabalho que vê esse lado humano, e isso chama mais a atenção agora, no momento em que a falta de respeito à vida humana e a qualquer outra forma de vida é tão visível – ao meio ambiente, os animais –, os humanos são indiferentes.

Eu fico, às vezes, Paulo Paim, angustiada quando a gente está em sessões deliberativas e vê que a maioria daquilo que está aprovando é insignificante perto de saber que, agora, enquanto nós estamos nesta sessão, há 20 milhões de pessoas que não têm o que comer. Eu considero isso. Eu sempre costumava dizer que, para mim, urgência é parada cardíaca, como médica, mas a fome é emergência, não é nem urgência. Então, nada poderia estar sendo aprovado aqui que não fosse relacionado a minimizar a fome.

Outra coisa: a fome, gente... Eu me lembro, quando era Deputada, do curso de primeira infância que se faz nos Estados Unidos. Nada prejudica mais o atraso cognitivo e o físico do que a fome. Você submeter crianças e adultos à fome mata lentamente. É uma morte lenta. Por isso que ontem eu fiz uma pergunta: quando, em 2017, se botou na Constituição que, durante 20 anos, não iria se investir na área social, na saúde, mesmo consciente – o SUS já é subfinanciado há tempos –, mesmo consciente de que já morriam milhares de brasileiros e brasileiras de morte evitável se tivesse recursos o SUS? Consciente disso, mesmo assim, o Congresso aprovou a Emenda 95. Ou seja, por 20 anos... Eu traduzi como isto: quem já morre hoje por falta de recurso continue morrendo por 20 anos. Essa é a visão que eu dei para aquilo.

Ver que nós temos 100 milhões em insegurança alimentar – para quem está nos vendo, insegurança alimentar é você saber que pode ter o café, mas não vai ter o almoço ou então você não tem a proteína animal, só tem o carboidrato – e, desses 100 milhões, no mínimo 20 milhões estão com fome!

Data venia, me desculpe, mas eu peço a Deus todo dia para não ficar insensível a isso e acho que nada é mais importante. Por isso que nós estamos hoje com o PLN, mesmo sabendo que poderíamos também, o Congresso Nacional, estar botando em pauta o veto da pobreza menstrual; o veto da Lei Assis Carvalho, que vai ajudar a agricultura familiar, responsável por 70% dos alimentos que vão para a mesa do brasileiro; o veto da quimioterapia oral, do Senador Reguffe. Como pode vetar? Quer dizer, é uma discriminação com a vida, é uma falta de respeito com a vida, é uma falta de respeito à Constituição, é uma falta de respeito a tudo. Ontem, como eu disse, eu já vi botar a Constituição aqui, inclusive, para mandar morrer por 20 anos, que é a Emenda 95, que tira da educação, que também salva.

Eu não tenho dúvida de que o Estado brasileiro não está oferecendo educação pública de qualidade às suas crianças, jovens e adultos. E esse mesmo Estado é quem cobra redução de maioria penal e constrói cadeias nos Estados. Não educa o seu povo, e ele mesmo faz questão de punir o povo que está naquela situação porque ele não o educou. Eu não concordo com isso.

Acho que, além dos PLNs que a gente nunca se negou a aprovar – se são recursos para saúde, para a educação, seja para o que for, a gente aprova –, agora, não botar pelo menos três ou quatro vetos que a gente tem aí, de que se precisa, porque tratam do lado humano, vão salvar vidas, vão alimentar as pessoas, aí eu discordo, porque se poderia perfeitamente. Mas não





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

existe, infelizmente – e não é uma questão de ser partido A, B ou C –, um governo; é como se fosse letal. Qualquer coisa que possa salvar vidas vai ser sempre vetada.

Obrigada, Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Bom, muito bom!

Querida Senadora Zenaide Maia, eu faço minhas também as suas palavras. Temos de ter compromisso com essas propostas que são humanitárias. E aí todo mundo tem esse compromisso.

Vejo aqui o meu querido Líder Mecias de Jesus, a quem, se ele assim entender, eu passo a palavra e, depois, entraria a leitura do relatório.

O Líder Mecias de Jesus com a palavra.

Ele está sempre presente. Ele não faltou a uma reunião desta Comissão. Meus parabéns!

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente Paim.

Quero cumprimentar V. Exa.

Ouvi as palavras da nossa querida Senadora Zenaide e vejo que o nosso Relator já se encontra praticamente pronto para fazer a leitura do relatório. Quero, Presidente Paim, falar mais uma vez, repetidas vezes, sobre a situação da migração venezuelana no Estado de Roraima. Nós não podemos estar aqui apenas atentos a migrantes do mundo inteiro, quando nós temos na nossa porta cerca de 2 mil pessoas entrando por dia, aqui em Roraima, pela Venezuela, sem nenhuma triagem, sem se exigir carteira de vacinação contra a febre amarela. Eles entram aqui com todos os tipos de doença e principalmente a famigerada fome, de que a Senadora Zenaide acaba de falar. A fome está aqui no Estado de Roraima, está pelo nosso povo e está pelo povo venezuelano que entra aqui todos os dias.

Eu tenho implorado ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, ao Ministro Bruno Bianco, tenho tentado com a Casa Civil, com o Ministro Ciro Nogueira, e o Governo Federal nunca mandou R\$1, nenhum, um realzinho de atenção, de apoio para o Estado de Roraima. Roraima banca sozinha essa responsabilidade, que é do Brasil, Presidente Paim. E a V. Exa., como grande brasileiro, um homem que eu admiro, respeito – e, mesmo ainda quando Vereador, lá na minha cidade de São João da Baliza, eu já era seu fã, Presidente Paim, pelo conhecimento que V. Exa. tem deste País, pela sensibilidade que V. Exa. tem das questões públicas, da coisa pública, sobretudo dos mais necessitados –, eu quero lhe pedir: faça uma força aí, Deputado Túlio Gadêlha, Senadora Zenaide, todos nós da Comissão, vamos juntos ao Ministro Paulo Guedes, vamos receber, de fato, essas informações que nós temos aqui sobre a migração venezuelana. São mais de 120 mil venezuelanos nas ruas de Boa Vista; são 8 mil venezuelanos fazendo necessidades fisiológicas nas ruas de Pacaraima, em praça pública – em praça pública –, não têm onde comer; não têm onde dormir; o Prefeito, desesperado; nós não temos condições. E o Governo Federal se arvora de estar mandando dinheiro para a Operação Acolhida.

A Operação Acolhida se resume, Deputado Túlio Gadêlha, a 12, 13 abrigos – 12, 13 abrigos – que recebem alguns, porque nos abrigos não cabem todos. Esses lá têm café da manhã, almoço, jantar e segurança, porque são guardados, mas, para a educação, eles precisam sair de lá para a escola; eles precisam sair para o posto de saúde, para o hospital geral, para o pronto-socorro do Estado, que é o único que há; eles precisam de infraestrutura; eles precisam de segurança pública nas ruas. Com tudo isso, nós estamos numa situação difícil.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Há uma decisão da Ministra Rosa Weber de que o Governo Federal deve indenizar 50% das despesas que o Estado já teve com a migração venezuelana. Isso está em torno de 600 milhões, o que foi provado há dois anos, só que infelizmente – infelizmente –, apesar da decisão transitada em julgado, nós não conseguimos avançar com um acordo entre a AGU e o Ministério da Economia, para saber onde eles vão arrumar o dinheiro para mandar. Na realidade, há falta de vontade, falta de vontade política e falta de vontade técnica, e por isso o nosso Estado continua aqui a sofrer.

E para mim – me perdoem, porque eu aprendi um dito popular que diz: "Mateus, primeiro os meus" –, eu me preocupo muito com o restante do mundo, com o restante do Brasil, mas estou vivendo aqui na minha pele. E, se essa Comissão não estiver disposta a conhecer, de fato, esses dados, se nós formos ficar operando por reuniões remotas, sem conhecer a realidade que existe já no próprio Brasil e já querendo sair do Brasil para conhecer outros momentos, sem conhecer a realidade brasileira, então, não faz sentido para mim esta Comissão – não faz sentido para mim esta Comissão.

Então, é o apelo que faço a V. Exas.: que conheçam de perto, que encontrem o momento para que a gente possa conversar pessoalmente em Brasília. Será um prazer para mim levar todos os dados para os senhores. Marquem na Liderança do PT, marquem na Liderança do seu gabinete, na Liderança do PROS, no gabinete do Deputado Túlio, no meu gabinete, onde os senhores encontrarem a melhor solução. Temos dados a apresentar e precisamos de vocês para que nos ajudem nisso, porque o Governo não tem vontade política de ajudar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Líder Mecias de Jesus, que está sempre aqui na Comissão, trabalhando e insistindo com o tema.

Esse tema já foi levantado, já conversamos com o Túlio também, que é o nosso Relator, e pode contar com o nosso total apoio. Quem sabe uma primeira reunião nos aproximando e conversando em Brasília? Se eu não estiver aí, eu entro virtualmente no gabinete do Túlio ou no seu gabinete.

Depois, percebi que há de parte do Relator... Eu estou com mais dificuldade, meu querido Líder Mecias, pela idade, os cabelos brancos estão aqui, e eu tenho diabetes e tenho também pressão alta, e eu não estou viajando, tanto é que eu estou no Sul e só vou a Brasília quando for extremamente necessário. Essa situação é uma situação extremamente necessária, de forma tal que a gente possa dialogar sobre essa situação.

Mas já está aprovada nesta Comissão uma viagem. Como você falou muito bem, aqui a gente pode falar, todos nós podemos falar, mas é outra coisa o presencial lá na realidade do seu Estado. Por isso esta intenção: pode crer que esta Comissão vai ao seu Estado. Vamos ver quais os Senadores podem se deslocar e vamos lá atender o seu chamado.

E V. Exa. sabe como eu saco o Governo, V. Exa. me conhece, e eu não tenho problema nenhum. Comigo, quando o meu interesse é a causa, seja qual for o governo, não importa quem é da oposição ou da situação, não é? É dialogar na busca de soluções para a população. Conte com a gente! Feito, meu amigo!

Então, neste momento, enquanto os outros Senadores... A Deputada Bruna Furlan já entrou.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Ao Senador Chico Rodrigues, fica aqui o meu abraço a ele também. Ele fez questão de ligar para dizer que está em licença médica; por isso é que ele não está dando a presença – e nem poderia.

E outros Senadores estão perguntando se eles podem, ligando pra mim, porque estão com dificuldade no programinha para dar a presença... Como a gente vota em uma série de Comissões, quando não há condição de votar pelo sistema, por telefone, a gente aceita o voto – e aqui não é nem voto, é só a presença –, então, eu pergunto à Secretaria da Comissão se a alguns que liguem para mim, e naturalmente eu fico aqui com a gravação, pode-se assegurar a presença, para a gente poder votar com rapidez a matéria.

Então, neste momento, enquanto esperamos os próximos – precisamos de mais seis ainda –, o nosso querido Deputado Túlio Gadêlha vai fazer a leitura do relatório e, depois, se ele tiver tempo, eu pediria que ele comentasse a missão que teve há poucos dias junto à universidade para debater esse tema do refugiado. Mas a palavra é sua, Deputado Túlio Gadêlha, Relator desta Comissão.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Como Relator.) – Presidente Paulo Paim e demais colegas Senadores e Deputados aqui presentes, primeiro, agradeço a oportunidade por estar mais uma vez aqui reunido debatendo esse tema de tanta importância para o Brasil, de tanta importância para a pauta dos direitos humanos no mundo. Esse tema de migrações e refugiados é um tema que só deve se aprofundar nas próximas décadas nos mais diversos países e nas mais diversas democracias. Então, nós estamos aqui como *(Falha no áudio.)* ... de lança no Congresso para... *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Deu um probleminha na internet do nosso Relator. *(Pausa.)*

Voltou agora, voltou.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Pois é. Agora, sim, Presidente.

Eu agradeço. A internet na qual eu estava conectado estava apresentando instabilidade, e, por isso, tive que vir ao Congresso, mas, como estamos sem espaço físico para esta Comissão, eu estou aqui no gabinete para fazer a leitura do nosso parecer.

Presidente, eu começo, antes de fazer *(Falha no áudio.)* ... uma breve fala sobre... Acho melhor falar um pouco sobre o evento que fizemos discutindo a situação dos imigrantes e refugiados em Pernambuco.

Primeiro, Presidente, quero dizer que estiveram presentes venezuelanos, angolanos e haitianos na reunião, tantos os que estão há pouco tempo no Estado de Pernambuco, no Recife, que têm mais dificuldades com a língua, como aqueles que já estão há mais de cinco anos, dez anos *(Falha no áudio.)* ... dificuldades que os imigrantes refugiados encontram ao se deparar com a realidade da nossa cidade, do nosso Estado.

Entendemos também, Presidente Paim, que existe uma grande omissão do poder público no sentido de ofertar políticas públicas para aquelas pessoas, de buscar abrir espaço no mercado de trabalho, de buscar trabalhar as linguagens, de tentar inseri-las na sociedade, inclusive suas crianças nas escolas, e de tentar buscar auxílios para aquelas pessoas para que possam se manter. E muitos viviam ainda em condições de invasão de propriedades que estavam abandonadas. Então, o chamado da Prefeitura de Recife e do Governo do Estado foi fundamental naquela audiência pública para ouvir deles o que já vinha sendo feito e o que poderia ser feito.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Não tenho dúvidas em dizer que foi *(Falha no áudio.)* ... da Universidade Federal de Pernambuco, o Reitor Alfredo Gomes; também o Reitor da Universidade Católica de Pernambuco, o Reitor Padre Pedro Rubens Ferreira; o Defensor Público da União, o Defensor Federal André Carneiro Leão; a Dra. Emília Queiroz, que é Presidente da Comissão de Direitos dos Refugiados da OAB; a Mona Mirella, que lá representou a entidade Cáritas Brasileira; o Joelson Rodrigues, que é o Secretário-Executivo da Secretaria Executiva de Assistência Social do Governo do Estado de Pernambuco; o Jean Baptiste, que é representante do Haiti, que também participou conosco da audiência pública; a Gerente Geral do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), que representou lá a Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife, a Sra. Angela Oliveira, que participou; e também tivemos participantes da etnia indígena warao, como Maria Moreno, Eudes Moreno e Daisclys Zapata, que são indígenas venezuelanos que estavam residindo na cidade de Recife.

E Recife tem um trabalho muito exitoso, Senador, também, que as universidades junto com as instituições – e a Cáritas é uma delas – realizaram há três anos, antes da pandemia. Iniciaram esse processo com o início da imigração do povo venezuelano para o Brasil – muitos deles foram para a cidade do Recife. E eles fizeram um trabalho de acompanhamento daquelas famílias, um trabalho socioeconômico, de assistência, de línguas e conseguiram também interiorizar aquelas famílias em outras cidades no Estado de Pernambuco. Então, esse trabalho precisou ser interrompido pela pandemia. Essa foi a realidade desde o início da pandemia, em que a gente marca aqui no Brasil mais a data de março de 2020. Desde o início da pandemia, essas famílias também perderam assistência, o que mostra uma fragilidade no sistema de proteção e de cuidado com os imigrantes e refugiados.

Senador Paim, eu gostaria muito de, ao final, na entrega do nosso relatório final, escrever mais *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Deu um probleminha novamente... Voltou.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – ... detalhar melhor o processo de escuta aqui da situação no que diz respeito à questão de escola e dizer também que as...

Oi, oi, pronto. Desculpem. Voltei.

E dizer também que as universidades *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – A internet não está ajudando, travou novamente, mas nós temos tempo aqui. Nós vamos esperar até a noite, se for necessário, para poder aprovar o relatório. *(Pausa.)*

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Oi, oi. Voltei?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Voltou.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – O.k.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Pronto.

Peço desculpas, Senador. A questão da internet mesmo aqui do Congresso apresenta inconsistências. Peço desculpas.

Eu me antecipo, Senador, e peço permissão para fazer a leitura do nosso parecer das emendas.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – O.k.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Como Relator.) – Vou dar continuidade aqui. Vamos dar continuidade aqui, Presidente, então.

É o parecer das emendas da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados (CMMIR) sobre sugestões de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2022 (*Falha no áudio.*)

... especialmente nos arts. 43 e 45, esta Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados se reúne para deliberar sobre as propostas orçamentárias de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2022 (PLOA 2022), Projeto de Lei nº 19, de 2021, do Congresso Nacional.

Foram apresentadas a esta Comissão dez propostas de emendas de apropriação e nenhuma de remanejamento, relacionadas em quadro anexo a este parecer. As propostas foram analisadas à luz dos comandos legais que presidem as competências da Comissão, quais sejam: "I - políticas públicas de controle migratório; II - as causas e os efeitos do fluxo migratório internacional; (*Falha no áudio.*)

... a determinação, constante da Resolução nº 1, de 2006-CN (*Falha no áudio.*)

... sugerimos o acatamento das sugestões mais aderentes ao tema da pauta de trabalho desta Comissão, quais sejam:

- Proposta 10 (Senador Chico Rodrigues), relativa à ação de “acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras” (219C), Nacional, do Ministério da Defesa, no valor de R\$250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais);

- Proposta 05 (Senador Paulo Paim), relativa à ação “Promoção e Defesa de Direitos Humanos para todos”, no subtítulo Nacional, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no valor de R\$150.000.000 (cento e cinquenta milhões de reais), contemplando parcialmente a Proposta 06 (Senadora Mara Gabrilli);

- Proposta 07 (Senadora Mara Gabrilli), relativa à ação “Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)” (219G), contudo adotando-se o título Nacional, do Fundo Nacional de Assistência Social, no valor de R\$150.000.000 (cento e cinquenta milhões de reais); e

- Proposta 01 (Senador Paulo Paim), relativa à ação de “Ações de Proteção Social Especial” (219F), Nacional, do Fundo Nacional de Assistência Social, no valor de R\$100.000.000 (cem milhões de reais).

Voto.

Diante do exposto, opinamos que a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados apresente quatro emendas de apropriação ao PLOA 2022, nos moldes das Propostas 01, 05, 07 e 10.

A elaboração das emendas a partir das propostas aprovadas deve observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao PLOA 2022. Ademais, as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Finalmente, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esse é o parecer deste Relator, Presidente Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Deputado Túlio Gadêlha, que assim fez o seu relatório!

Eu não vou encerrar, naturalmente, a discussão, mas já deixo em discussão a matéria para ver se algum dos Senadores que nos estão acompanhando quer já debater a questão.

Percebo que não há ninguém questionando ou querendo discutir para alterar o seu relatório. Como vejo, o seu relatório deverá ser aprovado por unanimidade, mas eu não encerro ainda a discussão para colocá-lo em votação porque não há ainda o número necessário. Estão faltando alguns Parlamentares. Eles estão dizendo que estão com dificuldade para entrar no sistema e estão propondo, inclusive, se não podem anunciar a sua presença.

Em diversas Comissões, tenho votado inclusive virtualmente, sem ter que aplicar o sistema; eu declaro o voto. Na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Assuntos Sociais, votamos, durante todo esse período, inúmeras vezes, só pelo telefone. Até no Plenário, nós temos votado pelo telefone.

Por isso, eu insisto com a assessoria da Comissão, que está em Brasília, se não há a possibilidade de os Senadores e Deputados ligarem para pedir que registrem a sua presença. Caso contrário, nós teremos, lido o relatório, de esperar – é o meu papel, como Presidente – até que dê o quórum no painel. Quando der o quórum no painel, eu boto a matéria em discussão e em votação.

Pergunto se algum Senador ou mesmo o Relator quer fazer algum comentário, senão eu ficarei no exercício da Presidência. Não é preciso que eu fique durante todo o tempo falando, mas ficarei aqui esperando até que tenhamos número suficiente para deliberar sobre o tema.

Pode ser por aqui, Deputado Túlio, ou tem alguma consideração?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Como Relator.) – Senador Paim, eu também aqui tenho conversado com Parlamentares, Deputados da Comissão, que têm tido dificuldade em se conectar a esta reunião. A presença desses Deputados se dá através do *login* na plataforma do Zoom, e, assim como na reunião anterior, tivemos alguns problemas com Parlamentares que não conseguiam acessar. Desta vez, eu consegui com facilidade, mas não sei tecnicamente quais são os defeitos, a problemática técnica que a gente tem aí que impede nossos colegas de se conectarem à reunião.

Eu sugeriria, Paim, que a Comissão pudesse avaliar outra possibilidade de marcar presença, seja através da ligação que nós podemos fazer daqui para esses Parlamentares, para colocá-los ao vivo aqui nesse sistema do Zoom, para que eles apenas falem e registrem presença, seja por alguma outra forma, como um áudio que eles possam enviar pelo WhatsApp, dizendo que marcam, afirmando que estão marcando presença nesta Comissão, nesta reunião ordinária na data de hoje. Então, deixo algumas sugestões aqui para que a Mesa desta Comissão avalie como propostas, para a gente poder conseguir atingir o quórum.

Temos a presença do Senador Mecias de Jesus; a presença da Senadora Mara Gabrilli; a de V. Exa., Senador Presidente Paulo Paim; a do Deputado Baleia Rossi; a da Deputada Bruna Furlan; a do Deputado Luis Miranda; a nossa presença aqui também. Mas tenho facilidade de





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

me comunicar com a Deputada Maria do Rosário, com o Deputado Jhonatan de Jesus, com o Deputado Orlando Silva. Se for decidido dessa forma, Presidente Paim, eu posso entrar em contato com eles. Assim que eu conseguisse me comunicar com eles, eu os colocaria aqui, ao vivo, nessa plataforma do Zoom, para que eles pudessem marcar presença.

O que o senhor acha, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – É excelente a sua sugestão, Deputado Túlio Gadêlha. Se você nos ajudar nessa sua proposta... A informação que eu recebi também aqui é a de que teria que ser via sua plataforma, no caso do Zoom, para que eles pudessem declarar o voto e ficar registrado na Comissão. Vão declarar a presença, nem é o voto. É a presença, no caso.

Então, vamos tentar, Deputado Túlio. Se você puder, faça contato com os Parlamentares que estão mais próximos a você, com os Deputados – eu vou tentar com os Senadores –, no sentido que eles declarem o voto oficialmente, para ficar gravado no sistema, no Zoom, como você propôs, e a gente poder, então, deliberar.

Repetimos: é a única votação. Não há nenhum ponto polêmico. É algo que é votado sempre simbolicamente. Eu participei de quatro, cinco, seis Comissões que deliberaram aqui no Senado, e todas as votações foram simbólicas; não houve nenhuma votação nominal. E aqui, na nossa Comissão também, pelo que percebi, não será diferente.

Então, o sistema fica aberto. Eu continuarei aqui até que a gente alcance o quórum. E se você puder nos ajudar e a sua equipe... Vou pedir também que a minha, do gabinete, e a equipe da Comissão façam também esse trabalho de contato com os Senadores.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Perfeito, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Se algum dos Senadores – e eu falo aqui com muito carinho – estiver nos ouvindo neste momento, a gente entende, mas, com essa alternativa levantada pelo Deputado Túlio, eu faço um apelo para que façam contato com o Deputado ou comigo mesmo, com a Comissão.

O Senador Telmário Mota, todos os grandes Parlamentares pelos quais nós temos muito apreço, todos fazem parte desta Comissão e o fazem com a maior boa intenção de ajudar a Comissão. Mas eu sei que o dia de hoje está tumultuado. Fica aqui meu apelo, então, para que entre em contato conosco o Senador Telmário Mota.

O Senador Nelsinho Trad já fez contato, já ligou para mim, já pediu que registrassem a presença dele, mas, assim mesmo, foi pedido então... A equipe dele está fazendo contato. Ele está, inclusive, no exterior, mas votará, registrará a sua presença via sistema. Então, muito obrigado ao Senador Nelsinho Trad.

Muito obrigado também ao Senador Chico Rodrigues, que já justificou que ele só não entra porque está afastado. Como está afastado, ele não pode votar. Ele está afastado por licença médica.

Ao Senador Flávio Arns fica aqui também o nosso pedido, como também ao Deputado Carlos Zarattini; à Deputada Maria do Rosário; ao Deputado Luiz Philippe – a Bruna já entrou –; ao Deputado Orlando Silva e ao Senador Angelo Coronel. Esses são os Parlamentares que poderiam entrar ainda, nem que fosse por sistema de telefone ou pelo Zoom.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – É verdade, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu sugeriria, Presidente, se possível, a gente estabelecer, pactuar entre nós uma pausa, uma breve pausa de dez minutos, para que possamos fazer essas ligações...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – O.k.!

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – ... enquanto tentamos contactar os colegas para marcarem presença.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Eu proponho, aceitando a sua proposta, até 20 minutos, porque eu sei que a correria é grande. Serão 20 minutos, mas o sistema aqui fica aberto. Não é que vamos suspender a sessão.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Alguém que conseguir entrar poderá entrar nesse período de 20 minutos.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – O.k.! Então, eu vou cair nessa missão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – O sistema fica aberto. A nossa fala... Nós não vamos torturar ninguém com a nossa fala nesses 20 minutos. (*Risos.*)

É só para descontrair um pouco.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Com certeza, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Perfeito.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Então, eu vou fazer as ligações e, logo mais, em 20 minutos, estarei de volta. Até já!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Um abraço! Até mais!

Vamos continuar aqui. Eu vou continuar inclusive com o sistema aberto, como é feito em todas as Comissões do Senado.

Por exemplo, está aqui agora o Orlando!

Alô, Orlando! Botou no viva-voz? Orlando, eu estou aqui para nós conseguirmos dar o quórum. Seria fundamental que V. Exa. nos ajudasse – sei que há uma correria de inúmeros Parlamentares –, para que a sua presença constasse no painel, para a gente deliberar só sobre as emendas do Orçamento. Por isso eu estou...

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Eu estou aqui em São Paulo. Há o remoto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Sim, é o sistema virtual, remoto. Todos estão entrando a distância. Eu estou falando do Rio Grande do Sul e estou no ar pela TV Senado.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Então, a gente entra pela Câmara?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Isso! O Túlio vai te passar, inclusive, o *link*. O Deputado Túlio, que é o Relator, que é grande amigo teu também, que é o Relator da peça orçamentária nossa na Comissão que trata de refugiados e migrantes, vai te passar.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Ele tem que mandar o *link*. Eu estou sem o *link*, porque o da Câmara não chega.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Isso, mas, se você puder, assim mesmo, aqui e agora, como eu estou ao vivo na TV Senado, só por segurança para nós – e o Túlio vai te passar o *link* –, dizer que você concorda com a presença. Eu estou ao vivo e eu te boto na tela aqui.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Está ótimo.

Eu vou aguardar então...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Tá, primeiro diga aí se você se considera presente. Eu estou aqui te botando na tela. É preciso ouvir a sua voz nesse sentido.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Está ótimo. Obrigado, Senador.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – É o Deputado Orlando Silva, que é lá de São Paulo.

Agora falhou, e ele estava já autorizando que ele está presente, mas assim mesmo ele tentará entrar no *link*.

O Senador Nelsinho Trad com a mesma posição, com dificuldade, mas pediu para registrar a sua presença. Está aqui também e eu tenho gravado a fala dos dois para efeito de colocar se assim for necessário, se houver alguma dúvida.

Muito obrigado, Orlando.

Muito obrigado, Nelsinho. (*Pausa.*)

Alô, Deputado Carlos Zarattini. Muito bom vê-lo aqui dando presença na nossa Comissão dos refugiados e imigrantes!

A palavra é sua, Deputado Carlos Zarattini, nosso Líder sempre.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem.) – Senador Paim, eu queria aqui registrar a minha presença, minha colaboração aqui com vocês.

Eu estou hoje tratando de um problema grave aqui em Campinas, onde nós tivemos uma Vereadora que sofreu uma agressão na Câmara dos Vereadores da cidade de Campinas. Estamos nos preparando para nos reunir com ela aqui, agora.

Então, eu queria registrar a minha presença aí e o meu apoio ao encaminhamento que vocês adotarem, tá?

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Obrigado, querido Líder e Deputado, brilhante Deputado, que é um orgulho para todo o povo brasileiro, Carlos Zarattini, que está resolvendo uma missão grave lá de discriminação, de ofensa, de agressão, mas fez questão de ligar para a Comissão para aprovar, então, o orçamento da nossa Comissão, que é o orçamento que vai atender imigrantes e refugiados. Não poderíamos deixar de votar no dia de hoje.

Muito obrigado, Zarattini. Estamos juntos, viu, Deputado? Parabéns pela sua história, pelo seu trabalho! Com certeza, estaremos sempre juntos defendendo as causas do povo brasileiro. Obrigado. (*Pausa.*)

Já esclareço que o Senador Angelo Coronel, embora a Secretaria tenha dito que ele não está entre aqueles titulares da Comissão, fez questão de registrar presença apoiando esta votação.

Muito obrigado, querido Senador Angelo Coronel, que teve a preocupação de registrar presença, assim como a Senadora Zenaide Maia e tantos outros. Ele disse: "Bom, se eu ajudo, eu estou aí". E fez questão de registrar presença. Fica aqui o meu abraço a esse grande Senador, o Senador Angelo Coronel. (*Pausa.*)

Eu queria fazer um apelo, já que estou no Rio Grande do Sul, para a assessoria da Comissão, deste Senador e também do Senador Túlio, porque o Deputado Orlando Silva não recebeu o *link*. Se ele não receber o *link*, ele disse que não consegue votar. Ele quer votar! Ele já declarou aqui, inclusive, a presença. (*Pausa.*)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Muito obrigado. Soube que você está pedindo o *link*. É mais falha de encaminhamento, me desculpem todos, porque Parlamentares não receberam o *link*.

Estou esperando o *link*. O Deputado Orlando Silva está esperando o *link*. O Senador Flávio Arns, que estava nas Comissões hoje, pela manhã, também não deve ter recebido o *link*. E tem que se fazer contato com os Parlamentares para que eles possam, então, se posicionar. O Nelsinho Trad me ligou, dizendo que tem todo interesse em registrar sua presença. (*Pausa.*)

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – O Senador Paulo Paim me escuta bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Estou te escutando bem agora, meu querido Relator, Deputado Túlio.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Pela ordem.) – De fato, eu lhe encaminhei um áudio. Existem dificuldades de os nossos colegas ingressarem na reunião. Antecipadamente, eu já peço, para a nossa Mesa Diretora, a assessoria técnica, depois, encontrar outras soluções, mas, por enquanto, esta aqui é a solução que encontramos. E eu vou dar *play* no vídeo de um membro da Comissão que apoia o nosso parecer e também pede, solicita o registro de sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Muito bom!

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Lá vai! Um minuto só.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Olá, Presidente Senador Paim; Relator Deputado Túlio. Estou conectado com vocês e quero manifestar o meu apoio ao parecer com as emendas ao Orçamento da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados.

Então, quero não apenas registrar a minha presença, mas manifestar antecipadamente o meu apoio ao parecer elaborado pelo Deputado Túlio.

Bom trabalho para nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Obrigado! Muito obrigado, grande Orlando Silva! É uma satisfação enorme receber o teu voto de apoio ao relatório do nosso querido Deputado Túlio Gadêlha.

O Nelsinho Trad, se for o caso de me permitirem, poderá fazer a mesma coisa, porque ele está tendo dificuldade de onde ele se encontra. Ele já, para mim, falou no telefone, mas teria que ser uma gravação. Então, eu peço à assessoria para que façam uma ligação para ele, que ele fará o mesmo procedimento que fez o Orlando Silva.

Só faltam dois agora – só faltam dois. E eu tenho certeza de que a gente vai conseguir, durante os próximos minutos.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Sem dúvida, Senador.

Presidente, peço permissão para sair novamente e correr atrás dos outros colegas.

Com licença.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito obrigado.

Esse é um grande Deputado.

É uma alegria trabalhar com o Deputado Túlio Gadêlha que, além de ter nos representado num grande evento que realizou e já fez um resumo aqui, na universidade, foi do... Qual o Estado que foi mesmo? Deu um branco aqui.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Lá em Pernambuco, na cidade de Recife.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Pernambuco.

E que repercutiu muito, repercutiu inclusive aqui no Rio Grande do Sul, TV Senado e Rádio Senado também repercutiram.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E hoje está aqui, está aqui garimpando votos para aprovar o relatório que interessa aos imigrantes e refugiados do Brasil.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Com certeza, Presidente.

Eu peço permissão para sair e retorno em alguns minutos com outros colegas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Obrigado. Muito obrigado.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Um minuto só, até já.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Estou esperando a próxima. *(Pausa.)*
(Pausa.)

O SR. JHONATAN DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) – Senador, Deputado Jhonatan só *(Falha no áudio.)* ... presença.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Deputado Jhonatan de Jesus, muito obrigado. Muito importante a sua presença para a gente votar o orçamento dos refugiados. Obrigado.

O SR. JHONATAN DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) – Obrigado, Senador. Desculpe a demora. É que a gente estava em voo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – A gente sabe que muitos Parlamentares estão viajando e outros estão em Comissão. E é tudo virtual hoje, não é? Mas é uma satisfação ouvir sua voz. Com a sua presença, nós estamos conseguindo quórum. Os refugiados do Brasil e migrantes, não só aqui, mas do mundo, agradecem.

Grande Deputado Jhonatan de Jesus, obrigado! *(Pausa.)*

O Deputado Jonathan de Jesus também já está conosco, já registrou presença. Agora só falta um para dar os três necessários para o quórum, para a gente submeter à votação o nosso relatório aqui da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados. É muito importante essa votação.

Solicito aos Deputados e Senadores que não conseguiram ainda registrar presença que, como o Túlio orientou, e muito bem – um jovem experiente –, aqueles que não conseguirem pelo sistema que façam um vídeo. Nós colocamos o vídeo aqui na tela, aquele em que se pede que registre a presença.

Eu estou insistindo muito com a Deputada Maria do Rosário, porque ela é aqui do Rio Grande do Sul. Botei a equipe daqui também para falar, para ver se consegue localizá-la.

Como disse muito bem o Deputado Jhonatan de Jesus, que já registrou, colaborou muito com a gente, muitos estão viajando e outros não estão naturalmente em Brasília, como eu mesmo não estou, estou presidindo aqui do Rio Grande do Sul.

São dez emendas apresentadas; claro que o Relator teve que reduzir para quatro, cinco. Ele já fez o relatório – muito bem-feito o relatório –, procurando atender a todos, emendas de redação e emendas outras, claro, que são de mérito. Ele fez um trabalho muito sério, muito responsável, e está nos ajudando muito. O Deputado Túlio está, neste momento, ligando para os Parlamentares. *(Pausa.)*

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Pela ordem.) – Estou desembarcando em Porto Alegre.

Peço desculpas por não estar presente, mas, de toda forma, vou votar com o relatório e sob a orientação do querido Senador Paim.

Grande abraço.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Valeu.

Estou esperando o teu áudio agora para ficar registrado nos *Anais*.

Um abraço. Obrigado, grande líder Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Um grande abraço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Abração, amiga.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Grande Deputada. (*Pausa.*)

Havendo número regimental, o relatório já foi lido pelo nosso querido e grande Deputado Túlio Gadêlha, eu boto, mais uma vez, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As emendas serão apresentadas perante a CMO.

Antes de encerrarmos o trabalho, eu queria passar a palavra ainda para o Relator.

Por favor, passo a palavra para o Deputado Túlio Gadêlha, que trabalhou muito conosco esta manhã para conseguirmos dar quórum.

Quero, mais uma vez, agradecer ao grande Senador Flávio Arns, que estava de aniversário ontem. Eu fiz uma manifestação no grupo dos 81, mostrando todo o meu carinho pela sua história, sua luta. Hoje ele foi fundamental para completar o quórum aqui.

Abraço, querido Senador Flávio Arns!

Eu estava aqui toda a manhã esperando esse momento.

Meu querido Relator, eu não iria encerrar sem passar a palavra para você. Já aprovamos, por unanimidade, o seu relatório.

O Senador Flávio Arns foi quem entrou agora, grande Senador, ninguém tem dúvida quanto a isso. É o Senador que é meio unanimidade aqui no Parlamento. Eu disse: aqui no Senado, vou tentar todos, mas o Flávio Arns eu tinha certeza de que votaria. E, claro, a quem não votou também não vai nenhuma crítica, porque eu estou entendendo que foi um fim de semana longo e muitos estão no exterior.

Mas a palavra é sua agora, para encerrar os trabalhos, meu querido Deputado Túlio Gadêlha, que eu sei que não almoçou até agora, trabalhando, e conseguiu que inúmeros Parlamentares viessem votar. A palavra é sua, Deputado Relator Túlio Gadêlha. Parabéns pelo relatório.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Como Relator.) – Presidente Paulo Paim, eu que agradeço. Agradeço a articulação também. De fato, nessa nossa Comissão, a gente tem poucas suplências. Talvez pudéssemos também conversar com os partidos para que pudessem fazer a indicação dos membros das suplências, porque contamos muito – não é, Senador? – com a presença sempre dos titulares.

Mas agradeço, Senador Paim, pela sua articulação também, por trazer outros Senadores para fazer parte desse debate.

É uma vitória aprovar esse parecer. A gente, com certeza, agora, com o orçamento definido, conseguirá ter as políticas públicas, de fato, efetivadas aqui no nosso País.

Parabéns, Senador Paulo Paim. Parabéns pela condução desta Comissão.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Parabéns a você, Deputado Túlio Gadêlha, que é um jovem Parlamentar que tem ajudado muito esta Comissão. Se não fosse você, Túlio, esta Comissão estaria ainda atravessando momentos muito difíceis, mas você está ajudando muito, como outros também estão ajudando – quero dar este depoimento. Você sempre tem viajado, como foi o caso de Pernambuco. Só tenho elogios pela audiência pública que você fez lá. Agora temos a bancada de Rondônia, que está pedindo muito que haja também uma audiência pública, e estamos vendo a possibilidade desse deslocamento, porque eu não estou viajando – você sabe, expliquei a você e explico mais uma vez aqui para quem nos está assistindo – devido à idade, diabetes e pressão alta.

Mas, missão cumprida, eu diria. Missão cumprida, meu querido Deputado e todos que colaboraram para este momento. A equipe toda da Comissão, a equipe do seu gabinete, a equipe do meu gabinete, todo mundo trabalhou para que este momento acontecesse. E me avisaram de pronto aqui, pediram para eu avisá-lo, de que havíamos conseguido o quórum.

Então, eu só faço agora a questão regimental.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião. (*Pausa.*)

Aprovada.

Como eu disse que sou diabético, eu não posso ficar muito tempo sem comer nada, e eu estou aqui desde o café até agora; e recomendam que eu coma, no mínimo, de duas em duas horas, três em três horas, alguma coisa...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – É verdade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Mas é por uma causa justa. E não me arrependo de nós termos ficado aqui.

Então, muito obrigado. Obrigado, meu querido Deputado.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Muito obrigado, Senador.

Parabéns também a todos: a todos os membros da Comissão, à nossa assessoria. Eu acho que todos vencemos com essa aprovação, principalmente os migrantes, os refugiados e aqueles que estão migrando no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – São setores vulneráveis, Túlio. Por isso, a gente tem de se dedicar. Embora a gente tenha ficado sem almoçar neste período, a gente sabe que eles estão há tempo com dificuldade de ter as três refeições que nós temos todos os dias. Então, essa decisão tomada e o Orçamento, que esperamos que também seja aprovado na peça principal, vão nos ajudar a trabalhar com esse tema. Essa causa, como eu sempre digo, é uma causa planetária, o que faz com que a gente se dedique.

Túlio, ficam aqui mais uma vez o meu carinho e o meu respeito também pela sua atuação. Não me deixou sozinho! Não me deixou, e digo isso com carinho.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Nunca!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – "Não, Paim, vamos lá. Vamos lá que vai dar!"

Muito obrigado, Túlio! Um abraço, um bom final de semana.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Obrigado, Senador.

Até a próxima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Um abraço a família toda.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Aprovado – e a ata também.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 22 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, REUNIÃO REMOTA.

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e vinte e um, remotamente, sob as Presidências dos Parlamentares Paulo Paim, Mara Gabrilli e Túlio Gadêlha, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados com a presença dos Parlamentares Mecias de Jesus, Nelsinho Trad, Eduardo Barbosa e Luis Miranda. Deixam de comparecer os Parlamentares Eliziane Gama, Telmário Mota, Chico Rodrigues, Flávio Arns, Baleia Rossi, Carlos Zarattini, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Stefano Aguiar, Jhonatan de Jesus, Bruna Furlan e Orlando Silva. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 8/2021 - CMMIR, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater a situação dos migrantes e refugiados no Brasil. **Participantes:** José Prado, Membro da liderança global Refugee Highway Partnership (RHP) e coordenador da Coalizão Brasil-Afganistão; Luciana Paula Conforti, Juíza do Trabalho e Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); Camila Asano, Coordenadora de Programas da Conectas Direitos Humanos; Flávia Mantovani, Repórter de Mundo do jornal Folha de São Paulo; Amad Jaber, Refugiado do Afeganistão; Abdulbaset Jarour, Ativista e Coordenador da Comissão de Direitos Humanos, Migrantes e Combate à Xenofobia do Conselho Estadual SP – CONDEPE; e Fazel Ahmad, Refugiado do Afeganistão. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/11/19>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a situação dos imigrantes refugiados no Brasil.

Permitam-me aqui agora fazer a leitura dos nossos convidados. Não deem muita atenção para a minha pronúncia e me perdoem. Eu vou ler aqui, e a pronúncia, claro, de todos aqui não vai ser exatamente como se faz, mas peço humildemente que me entendam. Eu vou ler a pronúncia exatamente como está aqui na minha mão. Então, primeiro, convidamos – depois na hora ele pode dizer o nome dele: Fazel Ahmad, refugiado do Afeganistão, vive no Brasil desde 2012; Amad Jaber, refugiado do Afeganistão, vive no Brasil desde 2014; Abdulbaset Jarour, ativista e coordenador da Comissão de Direitos Humanos, Migrantes e Combate à Xenofobia do Conselho Estadual de São Paulo, da Condepe; Camila Asano, coordenadora de Programas da Conectas Direitos Humanos; Flávia Mantovani, repórter de Mundo do jornal *Folha de S. Paulo*; Luciana Paula Conforti, Juíza do Trabalho e Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, a nossa querida Anamatra; José Prado, membro da liderança global RHP e Coordenador da Coalizão Brasil-Afeganistão.

Esta audiência pública será interativa, transmitida ao vivo. A participação dos interessados será por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800-0612211.

Estamos aqui com diversos... O Amad está ali, a Camila está, a Luciana está, o José Prado está, e o nosso querido Nelsinho Trad, que é um Líder inegável não só do seu partido, mas também aqui no Congresso, foi Relator da lei da quebra de patentes de vacina, de minha autoria. Tivemos um apoio muito grande do Presidente da Casa, Presidente Pacheco, mas ele foi o grande Relator que costurou esse projeto, e felizmente é lei; houve alguns vetos, vamos trabalhar para quebrar os vetos. É bom vê-lo aqui, Nelsinho Trad, grande Líder.

Bom, vamos agora rapidamente explicar. De acordo com as normas regimentais, cada convidado fará a sua exposição por dez minutos – está aqui também a Flávia Montavani já; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Parlamentares que estejam inscritos; ao final, aqueles que desejarem fazer uso da palavra devem solicitar a sua inscrição por meio da função "levantar a mão", no aplicativo ou registrando seu pedido no bate-papo da ferramenta.

Então, nesse momento, como sempre faço em todas as audiências públicas que presido...

Já estamos aqui com a nossa querida Mara Gabrilli também, sempre relatora e líder no combate a todo tipo de preconceito.

Mas, como faço na abertura, eu farei aqui agora uma fala bem resumida desse momento, ligando naturalmente ao 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, de combate a todo tipo de preconceito e racismo, que eu sei que também atingem os refugiados.

Bom, vamos lá, rapidamente: falar da migração dos migrantes refugiados no Brasil é falar do nosso próprio passado; é falar do presente; é reconhecer uma das maiores violências cometidas pelos seres humanos, que foi o sequestro dos povos africanos e principalmente para o Brasil, sendo esse o último país das Américas a abolir a escravidão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, o Plenário do Senado Federal fez história e aprovou matérias ímpares para a promoção da igualdade racial em nosso País. Uma delas foi o reconhecimento do Cais do Valongo como Patrimônio da Humanidade e também foi aprovado ontem o projeto pelo qual a injúria passa a ser crime de racismo inafiançável, o que vai proteger também os refugiados. Foi muito importante, o Supremo decidiu ontem. O projeto foi de nossa autoria, teve apoio da Mara, do Nelsinho, de todos, e o Relator foi o Senador Romário.

Mas voltando ao meu texto aqui de abertura: o Cais é o único vestígio material do sequestro dos povos escravizados para as Américas. No ano de 2017, ele recebeu o título, inclusive, de Patrimônio da Humanidade pela Unesco.

Os reflexos da escravidão são sentidos diariamente em nossa sociedade. O racismo afeta a todos e, com mais pressão, os migrantes e refugiados do passado e do presente.

Junto com os movimentos negros do Brasil, resgatamos, elaboramos e aprovamos diversas matérias contra o racismo e o preconceito. O Estatuto da Igualdade Racial, já aprovado há 15 anos, apresentei depois que fomos numa viagem à África do Sul conhecer o *apartheid*, que lá existia. O feriado nacional do dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, aprovamos no Senado; falta a votação final na Câmara. Enfim, e aqui eu teria diversos projetos para falar de um trabalho coletivo, que vai na linha também da importância que é esta Comissão, a CMMIR, que vai na linha de proteger a todos. Eu sempre digo que as políticas humanitárias não têm fronteiras.

Queria dizer que, se vocês olharem hoje à noite para o Congresso, vão vê-lo todo iluminado da cor laranja, cor da prosperidade, da força, da coragem, da solidariedade, da determinação e da ousadia. Sintam-se homenageados todos, refugiados, imigrantes e migrantes, negros, índios, que essa homenagem que o Congresso fará esta noite, pela primeira vez na história, é para abraçar a todos.

E me dirijo agora a vocês, refugiados que estão assistindo a este programa. Quero aqui terminar a minha fala – claro que o meu pronunciamento aqui é longo e, para falar de racismo e de preconceito – não é, Mara? –, eu teria que falar duas horas, e não é a minha intenção. Até porque, Mara, eu explicava aqui na abertura, e aqui eu estou concluindo já a minha fala, eu vou ter que ir para um outro evento ainda hoje, que tinha sido marcado há muito tempo. E foi a Mara e o Túlio que construíram este momento de agora, e eu fiz questão de estar aqui, de ter a oportunidade de estar pelo menos uns dez minutos aqui, com vocês. Por isso que eles concordaram, gentilmente, em antecipar a reunião, para que eu fizesse a abertura e passasse a Presidência para o Túlio e para a Mara.

Mara, o Túlio parece que não entrou e, neste momento, eu queria, além de garantir já a tua fala, pedir que tu já assumisses a tua fala e também a presidência dos trabalhos.

Parabéns, Mara, você é uma líder internacional, pelo trabalho que você faz. Você sabe do carinho que eu tenho você. Gostei muito, viu? Eu fiz uma homenagem para ela, no aniversário, falando da guerreira do povo brasileiro que ela é, e ela me mandou um buquê de flores de volta. Isso é sensibilidade. Grande Mara!

Mara, neste momento eu queria passar para ti a Presidência. Você preside, eu assisto ainda até as dez. Ficarei para ouvir e, depois das dez, eu saio e tu e o Túlio é que vão condenar os trabalhos.

Grande Senadora Mara Gabrilli, com a palavra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Mara, por tudo que você é. Enfim, a querida Mara Gabrilli, líder de todos nós e uma referência internacional.

Abram o microfone da Mara, por favor. O microfone dela está fechado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP) – Pronto, Paim. Que honra, meu Senador. Eu queria dar um bom-dia a todas e a todos e sempre quero agradecer ao nosso Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim, sempre parceiro. Senador, se eu fechar o olho e pensar quem é um dos meus maiores parceiros no Congresso – não é nem no Senado, porque isso já vem desde que eu era Deputada –, sempre é você. Então, eu fico muito feliz de ter você como parceiro. Por esse teu trabalho incrível que você faz em defesa dos direitos humanos, Paim, parabéns! É uma honra ser Senadora ao seu lado.

Bom, quero cumprimentar a Vice-Presidente, a minha querida Deputada Bruna Furlan. Quero cumprimentar o Relator, o Deputado Túlio Gadêlha, pela realização desta importante audiência pública. Eu queria também saudar nossos convidados, Paim, em especial o Abdulbaset Jarour, o Amad Jaber, o Sayed Hashimi e o Fazel Ahmad, que, fugindo de conflitos em seus países, escolheram vir para o Brasil em busca de uma vida melhor. Isto nos honra: saber que eles acreditam que o nosso País possa ser acolhedor, possa ser um lugar onde vocês podem vir a residir, trabalhar, prosperar e contribuir para o desenvolvimento do nosso País também e para o nosso desenvolvimento comum, porque a gente sabe o quanto essa diversidade acaba ampliando o nosso desenvolvimento, o nosso conhecimento, a nossa forma de viver e a nossa facilidade de resgatar a felicidade. A diversidade traz tudo isso.

Por fim, Paim, eu queria cumprimentar – não menos importante, pelo contrário, está sempre conosco – a Juíza Luciana Paula Conforti, Vice-Presidente da Anamatra, a quem eu saúdo; a repórter da *Folha de S. Paulo*, Flávia Mantovani, que vem fazendo um trabalho muito importante, mundial, com relação a refugiado, à migração; e a Coordenadora da Conectas, a Camila Asano. Muito obrigada por aceitarem o nosso convite.

Senador Paim, nas últimas semanas, eu tenho acompanhado a dificuldade da vinda dos afegãos ao nosso País e dialogando, inclusive, com a comunidade afegã aqui em São Paulo, que aqui está representada nesta audiência. Eu não tive a oportunidade anteriormente de acompanhar de perto, por exemplo, a chegada dos refugiados sírios, como eu estou fazendo agora com os afegãos, mas eu sinto muito orgulho do Estado de São Paulo pela iniciativa de termos o Condepe, que é o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, um colegiado ligado à Secretaria da Justiça do Governo de São Paulo que conta com uma comissão temática dedicada à questão migratória e ao combate à xenofobia em âmbito estadual. O que me deixa mais feliz é que o Abdulbaset Jarour é seu coordenador, e isso faz com que a gente leve aquele nosso lema: "Nada sobre nós sem nós". Então, é muito importante a participação dele. Eu desejo que o trabalho de vocês seja profícuo, e saiba, Jarour, que sempre poderá contar conosco!

E, voltando ao trabalho que eu estou realizando com a comunidade afegã, eu dei o meu total apoio aos requerimentos que a CMMIR, a DPU e muitas organizações da sociedade civil enviaram para o Ministério das Relações Exteriores denunciando as restrições burocráticas nos postos consulares brasileiros nos arredores do Afeganistão. Isso é algo em que a gente tem que colocar muita atenção, porque a gente está falando desses postos brasileiros nos arredores do Afeganistão. E, além disso, a gente tem notícia de que diversos solicitantes afegãos e suas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

famílias, em razão de sua elevada especialização e experiência em postos de alto nível, incluindo consultorias com ONGs internacionais e empresas multinacionais, vivenciam uma situação de segurança extremamente frágil. Como a maioria recebe ameaças de forma regular, eles necessitam mudar de casa com frequência e cortaram totalmente seus laços sociais com amigos e parentes. Isso é muito grave! O Brasil precisa trabalhar para emitir os vistos humanitários da forma mais rápida possível, tornar isso célere – porque essas pessoas estão sofrendo –, para que quaisquer outras pessoas em situação de alta vulnerabilidade possam chegar ao Brasil, em segurança, para prosperar. É isso que a gente quer.

Nas últimas semanas, também enviei uma indicação à Presidência da República para permitir que refugiados imigrantes independentemente de sua nacionalidade possam assumir cargos públicos federais, uma coisa que hoje não pode. Então, a gente está aqui numa Comissão tratando de refugiados, e o Senado não pode contratar um refugiado; isso é incoerente. Então, a gente quer que essas pessoas possam assumir cargos públicos federais, um direito ainda não assegurado a essas pessoas, por causa das restrições impostas pela Lei nº 8.112, que trata do regime jurídico dos servidores públicos federais. Essa lei é de 1990 e eu estou certa de que esse aprimoramento beneficiará sírios, afegãos, venezuelanos, bolivianos, haitianos, senegaleses, chineses e por consequência os brasileiros que vão conviver com todos esses.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Mara! Mara!

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP) – Oi, oi.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Pela ordem.) – Um minuto, Mara. Só que eu dei tchau a todos, porque eu tenho que correr lá.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP) – Vai lá, Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Eu estou nessa peleia desde que eu me conheço por gente, ou seja, desde os 70 anos de idade. Então, um abraço a todos e boa audiência pública! Estão todos em boas mãos.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP) – Obrigada, Paim. Para você também.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Beijo no coração de cada um de vocês! Tchau, tchau!

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP) – Tchau!

Bom, gente, voltando. Afinal a maioria dessas pessoas são pessoas em idade ativa, com nível de escolaridade médio e superior. A gente tem que oferecer mais oportunidades a eles.

Já na CRE, eu passo a integrar uma Subcomissão que, já aprovada e prestes a ser instalada, acompanhará e sugerirá ações para o acolhimento dos afegãos e de seus familiares.

Eu espero que esta audiência seja mais um meio de a gente avançar na nossa política de acolhimento ao povo afegão e a todos os povos no Brasil.

Muito obrigada! *(Pausa.)*

O Deputado Túlio já se encontra? Então vamos fazer assim... A senadora Soraya está aí? *(Pausa.)*

Então, agora nós vamos ao contrário. Quem gostaria de falar?

O SR. RICARDO MOREIRA MAIA – Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP) – Oi!

O SR. RICARDO MOREIRA MAIA – É o Ricardo, Secretário da Comissão. Tudo bem?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP) – Tudo bom, Ricardo!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO MOREIRA MAIA – Só para ajudar a orientar. Se a senhora já quiser passar a palavra por dez minutos para cada convidado...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP) – Eu gostaria.

O SR. RICARDO MOREIRA MAIA – ... e aí quando algum Parlamentar sinalizar, a gente abre para os Parlamentares.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP) – Está ótimo. Obrigada, Ricardo.

O SR. RICARDO MOREIRA MAIA – Por nada!

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP) – José Roberto Martins Prado, você gostaria de falar?

O SR. JOSÉ PRADO (Para expor.) – Sim, Senadora. Muito obrigado pela oportunidade.

Eu saúdo a todas e todos neste dia tão importante de integração, quando a sociedade brasileira é chamada a lembrar-se de tantos imigrantes que vieram forçados, deram a vida e estão até hoje construindo a nossa Nação. Então, é um dia para a gente celebrar a memória deles, a vida deles e o sacrifício que eles fizeram para construir a sociedade brasileira.

Eu saúdo também as minhas colegas, a juíza Luciana, a Camila, enfim os nossos convidados aqui também especiais, o Amad, o Abdul, o Fazel, e dizer que para mim é uma oportunidade muito grata de participar desta audiência, porque este é um tema muito relevante para nossa sociedade e para os nossos dias.

Desde o dia 15 de agosto, quando o Talibã assumiu o controle de Cabul, nós começamos a receber, através de organizações internacionais e de familiares de afegãos que estão aqui, no Brasil, pedidos de ajuda, de socorro. E, por conta de nossa história como defensores de direitos humanos, de acolhimento de refugiados no Brasil, nós, então, integramos redes internacionais que estão presentes em diversos países e começamos a articular, tanto externamente quanto aqui, internamente, uma coalizão chamada Coalizão Brasil-Afeganistão, que é nada mais do que uma força-tarefa, um coletivo que reúne organizações da sociedade civil brasileira, movimentos, coletivos, dentre eles a Anamatra, cuja Presidente está aqui, a Associação Internacional de Juízas, enfim, muitos coletivos que estão somando forças, desde agosto, para abrir caminhos para, de alguma maneira, facilitar e mover, num primeiro momento, o Governo brasileiro no sentido da resolução que foi tomada, a resolução do dia 3 de setembro, que permite a concessão de visto para fins humanitários aos cidadãos afegãos e a todos aqueles afetados pelo atual conflito. Então, essa foi uma grande batalha.

É muito importante ressaltar isto: o Brasil é um dos pouquíssimos países, senão o único, que hoje está abrindo essa porta, essa possibilidade de visto humanitário para cidadãos afegãos. E, apesar de termos tido, no início, uma grande demora, uma lentidão nos processos – a resolução é datada do dia 3 de setembro –, os primeiros vistos, os primeiros processos começaram a ser efetivados a partir do dia 24 de setembro. Então, nós tivemos aí uma demora, que foi muito triste para muitas pessoas, para muitas famílias. Agora a gente vê que as embaixadas já estão cooperando, já estão trabalhando, e nós temos tido apoio do Ministério das Relações Exteriores, temos tido o diálogo com as embaixadas.

Mas aqui fica, então, o meu primeiro apelo, que eu creio que é uma coisa com que todos nós vamos concordar aqui. É que, devido ao tamanho dessas embaixadas, o número de pessoal que está disponível para fazer essas entrevistas... Como vocês sabem, em parte do processo de obtenção de visto é necessário um primeiro momento *online*, um preenchimento de formulário





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

online e, depois, a chamada para a entrevista, que tem que ser presencial. E, por conta disso e do número muito grande de solicitações de vistos... Por exemplo, dentro da coalizão nós temos mais de 2 mil pessoas em processo conosco, com quem nós temos tido contato diariamente. Alguns estão nos países vizinhos, no Irã, no Paquistão, ali no Golfo, em Abu Dhabi, em Doha, Dubai, mas muitos outros ainda estão dentro do Afeganistão sem conseguir sair por conta de "n" dificuldades que enfrentam.

E é muito importante que o Governo brasileiro e esta Comissão Permanente possam fazer gestões junto ao Ministério das Relações Exteriores nessas embaixadas, para que aumentem a capacidade de processamento desses vistos, porque o que acontece hoje é que essas famílias têm que deixar o Afeganistão de uma maneira muito precária, muito vulnerável – são perseguidas. Nós estamos falando aqui de minorias étnicas, como os hazaras, os tzadiks, nós estamos falando aqui de minorias que são perseguidas, como todos aqueles que trabalharam no governo anterior para organizações internacionais.

Então, nós temos juízes, juízas, nós temos advogados, nós temos pessoas que trabalhavam no sistema de educação, muitas educadoras, muitas mulheres que foram pioneiras no ensino das meninas. Todas essas pessoas hoje são alvo desse novo regime, e elas não podem ficar à mercê de uma burocracia, de um processo que demore muito. Porque o que está acontecendo? Devido a essa demora, as redes de tráfico humano começam a agir. E as pessoas que têm desespero, nós sabemos, vão em busca de soluções, mas, muitas vezes, as soluções que aparecem para elas, na verdade, não são soluções. Elas vão entrar em um outro estado de vulnerabilidade, mais vulnerável ainda, com as redes de tráfico humano.

Então, é fundamental – eu deixo aqui o meu apelo – que se possam fazer gestões com o Ministério das Relações Exteriores, as embaixadas, para que se abra esse fluxo, e a gente possa de fato receber essas pessoas aqui, no Brasil, com toda a dignidade.

Uma sugestão prática que eu deixo aqui para isso seria as entrevistas serem feitas através de aplicativos, como o Zoom. Isso facilitaria muito. Então, é uma maneira prática de acelerar todo o processo.

Enfim, finalizando aqui, deixo também a importância de estabelecer aqui, dentro do Brasil, um canal oficial que seja definido, se é no Ministério dos Direitos Humanos, se é no Ministério da Justiça, no Conare, na Secretaria Nacional de Justiça, enfim, que seja definido com o Governo Federal quem vai ser o interlocutor, quem vai administrar as chegadas dessas famílias, que nós sabemos que vão chegar em extrema vulnerabilidade e vão precisar do apoio da sociedade brasileira.

Então, nós, da coalizão, estamos prontos a acolher, a receber essas famílias, mas é uma questão de Estado, é uma questão de política pública, é uma questão de integração. Essas pessoas vão precisar aprender português, vão precisar ser assistidas. Nós precisamos de intérpretes... Enfim, há muito a ser feito quando se fala de integração. E é preciso que toda a máquina, toda a estrutura administrativa brasileira, que já tem uma experiência, seja positiva, seja negativa, no acolhimento – nós já aprendemos muitas lições –, que isso, então, seja colocado em funcionamento, para que os afegãos, as famílias que cheguem sejam cuidadas com toda a dignidade que eles merecem.

O movimento migratório tem muito a acrescentar. Não são pessoas que vêm retirar algo da sociedade brasileira; pelo contrário, eles vêm acrescentar. São pessoas de extrema riqueza





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cultural, são pessoas que têm uma bagagem muito bonita. E o Brasil ganha muito ao receber essas famílias.

Então, fica aqui o meu agradecimento por essa oportunidade. Que esta Comissão Permanente possa continuar a trabalhar. Obrigado pelo seu apoio. E fico aqui, então, à disposição para qualquer outra informação, esclarecimento, muito grato por todo esse movimento.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP) – José Prado, muito obrigada pela sua colocação, muito esclarecedora, muito animadora e nos dá mais energia até para trabalhar. Eu quero dizer que quero cumprimentar o Deputado Túlio Gadêlha, que está aqui, saudá-lo e pedir, Deputado Túlio, antes de passar a palavra para você, se a gente poderia ouvir o Amad Jaber. Estou deixando o seu nome francês, Amad. *(Risos.)*

Para a gente poder ouvir o Amad e aí depois eu já passo a palavra para você.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Claro, Senadora. Claro que sim. Com o maior prazer.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP) – Ah! Está ali atrás! O Sayed Hashimi está junto com o Amad. Flagrei você aí!

O SR. AMAD JABER (Para expor.) – Bom dia a todos, senhores e senhoras. Muito obrigado por essa reunião.

Estão comigo o Sayed, o Abdul e o Ahmad também.

Eu quero falar sobre as dificuldades do afegão que está lá no Afeganistão. Ele vai caminhar até a embaixada, para tirar o visto. A gente agradece na verdade o povo brasileiro, o Governo brasileiro, por levar o visto humanitário para as pessoas que estão na área de risco no Afeganistão. Mas ainda tem muitas pessoas lá, no Afeganistão, que não conseguiram sair. Por essa causa, muitos deles estão escondidos em casas. Há os militares que já perderam a vida, infelizmente. As mulheres, as artistas ainda estão escondidas dentro de casa, abandonadas.

A gente quer que o Governo brasileiro, a Embaixada em Islamabad, ou em Ancara e nos outros países, facilitem o processo do visto humanitário para Senegal, porque, para o visto eles pedem que preencham os formulários, e isso é um prejuízo muito grande, não é esse o momento, agora, de uma pessoa querer preencher os formulários de visto humanitário. Ele vai a Islamabad com muito risco, ele tem que ficar dois, três meses lá para conseguir tirar visto. Essas pessoas têm problema de comissão, de dinheiro; de morar também, porque no Paquistão é muito difícil para morar lá nos hotéis, porque lá é cheio. Quando o Talibã entrou e tomou o país, a maioria das pessoas já correu para o Paquistão. Agora, nesse momento, lá está lotado. Há muitas pessoas afegãs lá. Os que querem deixar o país já foram todos para o Paquistão.

Infelizmente, as pessoas que vão até a embaixada, em Islamabad... Em Islamabad, o processo demora um mês ou 40 dias e é muito difícil.

Agora, eu vou falar sobre isso... O Sayed e o Abdul também falam e completam as minhas palavras com vocês.

Obrigado a todos.

O SR. SAYED HASHIMI (Para expor.) – Bom dia a todos. Meu nome é Sayed, sou representante da comunidade afegã e eu agradeço a todo mundo que participou desta reunião:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Paulo Paim; Senadora Mara Gabrilli; Sr. Ricardo; o Sr. José, que já falou, que já falou bem sobre a situação do Afeganistão, sobre essa situação aqui; Sr. Abdulbaset; Sras. Patrícia, Flávia, Luciana, Camila e os outros amigos, meus companheiros Jaber e Ahmad Fazel, e todo mundo.

Na verdade, a primeira coisa é a questão de tirar visto de saída do Afeganistão, como o Jaber falou, e algumas dificuldades na embaixada, sobre o que o Sr. Fazel vai falar.

A minha preocupação é sobre a chegada das pessoas quando vierem para cá. Temos uns casos, alguns afegãos, um ou dois afegãos que vieram para cá. Quando eles vêm para cá, eles vão direto para o hotel, e a primeira dificuldade é que eles não sabem falar português. A maioria fala inglês um pouquinho, e a comunicação para eles fica um pouco difícil. Depois, eles tentam achar alguns afegãos aqui na região: alguns conseguem; alguns não conseguem. Uma quatro ou cinco pessoas que vieram nós vimos pelo jornal, mas há uns dois que conseguiram e nos acharam aqui, mas, quando eles vêm, nós temos que hospedá-los em nossas casas. Por enquanto, o Governo brasileiro não tem nenhum esquema para eles, para a hospedagem deles, pelo menos pelo tempo de um mês, de 30 a 40 dias para irem se acostumando. E as pessoas que vieram, há uns amigos nossos que vieram, o Amad Jaber os hospedou na casa dele, mas, mesmo assim, eles vão precisar de fazer documentação; alguns vão precisar revalidar os diplomas; alguns vão precisar aprender português. Economicamente, será preciso dar uma ajuda a eles, e a minha preocupação é com isso.

Na semana atrasada nós já tivemos uma reunião, nós já conversamos com o Senador – esqueci o nome dele – sobre o recebimento dos afegãos aqui no Estado de São Paulo e já estamos tentando conversar com a Prefeitura de São Paulo também, pelo Abdulbaset, do Condep, que está nos ajudando com esses temas, mas, mesmo assim, estamos com muita dificuldade.

Só chegaram uns dois ou três afegãos, mas, se chegarem muitas pessoas, como vamos fazer? Eles vão precisar de ajuda. Nós podemos ajudá-los, mas não podemos ajudar todo mundo, porque nós também temos família, todo mundo já trabalha. Podemos ajudar certas pessoas, mas não conseguimos ajudar todo mundo. E eu gostaria de saber se o Governo de São Paulo, o Governo Federal têm alguma possibilidade de hospedagem para essas pessoas, se há alguma possibilidade de acolhimento, qual seria o programa de acolhimento do Estado. Queria saber isso também. Essa é a minha preocupação.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP) – Só quero dizer que a gente tem acolhimento. Eu quero deixar meu gabinete à disposição para a gente trocar informação desse tipo, o que acho muito importante, tanto para a gente poder ouvir de vocês as maiores necessidades, quanto para vocês ouvirem da gente coisas que já estão acontecendo e que talvez sejam muito positivas para vocês.

Muito obrigada aos dois. Vieram em dose dupla. Obrigada mesmo, do fundo do coração.

Eu queria agora passar a palavra para o Deputado Túlio Gadêlha, que vai presidir a reunião a partir de agora.

Eu vou ficar aqui mais um pouco também, Deputado Túlio, mas, logo, logo, vou ter que sair porque tenho outro compromisso. Mas estou aqui, minha assessoria está aqui. Estamos acompanhando vocês.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. PDT - PE) – Obrigado, Senadora Mara.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado a todos e todas presentes aqui.

Esta é uma reunião muito importante, uma audiência necessária, neste momento que a gente vive no Brasil. Como a gente sabe, pelos últimos acontecimentos no mundo e no Afeganistão, essa é uma pauta que vem ganhando força nesse debate.

Agradeço à Senadora por estar sempre presente, conduzindo a reunião, e por ser entusiasta desta Comissão.

Esse tema, Senadora, a gente tem sempre debatido aqui, nesta Comissão. Tenho dito que é um tema mais do que necessário, porque a tendência é que a discussão, o debate sobre a situação dos migrantes no mundo se agrave, como a gente tem percebido em diversos países. A situação do Afeganistão, em especial, afeta principalmente mulheres e crianças. Pessoas de todos os gêneros vêm sendo perseguidas pelo governo por suas posições políticas.

Eu gostaria muito de saudar todos os presentes, que vêm trazer um pouco das suas vivências, das suas experiências, do seu conhecimento sobre a situação dessas pessoas refugiadas, desses irmãos que estão no Brasil. Nós temos que acolhê-los, precisamos acolhê-los. Como foi dito e muito bem colocado pelo nosso colega José Prado, fundador da Abuna e coordenador da Coalizão Brasil-Afeganistão, temos muito o que aprender e trocar em termos de experiência, para construir esse intercâmbio cultural.

Então, eu faço essa saudação a todas e todos.

E, agora, Senadora, eu gostaria de sua intervenção para a gente chamar o próximo convidado. Houve duas falas importantes, a do José Prado e a do Amad Jaber. Temos outros cinco convidados. Eu queria saber se foi pactuada alguma ordem ou se posso seguir conforme o que está escrito aqui na nossa planilha.

A SRA. MARA GABRILLI (PSDB - SP) – Deputado Túlio, pode seguir a planilha.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. PDT - PE) – Posso seguir?

A SRA. MARA GABRILLI (PSDB - SP) – Pode seguir sim.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. PDT - PE) – Então, eu gostaria de convidar aqui a Juíza Luciana Paula, para que ela possa dar a sua contribuição, pelo tempo de sete minutos.

Obrigado, Dra. Luciana. Seja bem-vinda!

A SRA. LUCIANA PAULA CONFORTI (Para expor.) – Muito obrigada, Deputado Túlio Gadêlha.

Bom dia a todas as pessoas que nos estão acompanhando!

Eu queria, inicialmente, agradecer o convite em nome da Anamatra, que representa mais de 3,6 mil juízes e juízas do trabalho de todo o Brasil.

Quero dizer que é uma grande honra poder estar aqui. Tenho grande orgulho em participar da Coalizão Brasil-Afeganistão, coordenada pelo Sr. José Prado, que já explicou muito bem o que significa o movimento. O movimento, na verdade, é acolhedor, não procura protagonismos e, sim, resolver os problemas relacionados ao acolhimento das afegãs e dos afegãos.

Quero agradecer também à Juíza Amini Haddad, do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, que representa a Associação Internacional de Juízas, que foi com quem falamos inicialmente para integrar a Coalizão Brasil-Afeganistão.

A Anamatra já é parceira de vários projetos no Congresso Nacional. Eu gostaria muito de agradecer à Senadora Mara Gabrilli, que nos recebeu recentemente no seu gabinete, à sua assessoria, com quem já estivemos conversando sobre esse delicado problema que afeta os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

migrantes. Quero dizer que me sinto muito em casa – viu, Senadora? –, sou paulistana de nascimento, mas porque também atuo em Pernambuco, que é o Estado base do Deputado Túlio Gadêlha, a quem conheço desde a época da Fundacentro. Então, estou me sentindo completamente em casa com a Abuna, com o movimento Coalizão, com a Senadora Mara Gabrilli e o Deputado Túlio, além do Senador Paulo Paim, que é também nosso parceiro em tantos projetos.

Bem, a Anamatra tem no seu estatuto, como dever, agir em defesa da sociedade valorizando o trabalho humano, o respeito à cidadania e implementação da justiça social e da dignidade da pessoa humana. Em razão disso, nós atuamos, desde 2004, com um programa que se chama Programa Trabalho, Justiça e Cidadania, que é aplicado nas escolas públicas e em outras instituições de ensino, com cartilhas próprias para o esclarecimento de direitos. E é nessa parte, Senadora Mara, Deputado Túlio e demais convidados – a quem eu também gostaria de cumprimentar, inclusive pela iniciativa de ouvir a comunidade dos afegãos, que é quem mais pode dizer quais são as dores de estar nessa situação –, nesse sentido, então, que nós atuamos com esse esclarecimento de direitos. É um projeto que nós, como eu disse, integramos, desde 2004, nas escolas públicas com material próprio.

No que diz respeito à questão dos refugiados, nós temos uma parceria, um termo de cooperação com o Cami (Centro de Apoio Pastoral do Migrante) justamente para difundir noções básicas de direito do trabalho e de direitos fundamentais – e informando os meios de os exercerem –, através de uma cartilha própria, que é uma cartilha feita especialmente para essa parceria e com o tema dos refugiados. Explica basicamente: principais documentos que devem ser retirados no Brasil, carteira de trabalho, direitos mínimos de quem trabalha com a carteira de trabalho, deveres básicos de quem tem uma carteira assinada, a estabilidade da gestante, o assédio moral, o trabalho infantil, os tipos de contrato, trabalho doméstico, como saber mais sobre os direitos do trabalhador, falando de acidente de trabalho também, trabalho escravo, revalidação de diplomas, aposentadoria, assistência social. Enfim, esses são os pontos da cartilha e que são sobretudo muito importantes quando falamos de refugiados.

Como sabemos, os refugiados imigrantes são altamente vulneráveis; no caso, então, dos afegãos e afegãs, ainda mais considerando a grande violência em torno de todo o problema que estão sofrendo no seu país, inclusive as juízas, pelas decisões que tomaram contra o poder agora exercente. Isso é essencial, é uma bandeira mesmo que nós temos que adotar, toda a sociedade, devido a Constituição prever, em diversos artigos, a dignidade da pessoa humana, o exercício da cidadania, o compromisso de toda a sociedade com isso, a prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais do Brasil. Então, todos esses princípios são consagrados na nossa Constituição, além de o Brasil ter ratificado diversos instrumentos internacionais, inclusive relacionados com refugiados, e tendo lei própria também com relação a isso.

Como nós sabemos, o problema que envolve migrantes e refugiados no tocante ao trabalho, que é a *expertise* da Anamatra e é sobre esse tema que nos colocamos já à disposição, é o esclarecimento de direitos, em razão do subemprego, da informalidade e da escravidão desses trabalhadores, o que os retira dos direitos trabalhistas e previdenciários. Então, é essencial que haja esse esclarecimento de direitos.

Como sabemos, o Brasil sofre com um índice altíssimo de desemprego, e isso, fatalmente, também afetará os migrantes e refugiados. O Brasil recebeu, por exemplo, em 2018, mais de 80





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil pedidos de refúgio, mais do que o dobro de 2017, muito em razão dos venezuelanos e haitianos. Então, é essencial que essas pessoas que vêm para outros países, em razão de perseguições, de discriminações raciais, religiosas, opiniões políticas, guerras, acidentes ambientais, entre outros, tenham um acolhimento que preserve a sua dignidade em termos também de trabalho, de direitos e de proteção previdenciária.

Eu queria só ressaltar também, para finalizar minha fala – não sei quanto tempo temos, mas já estou encerrando –, que, nessa questão do trabalho, eles ficam, digamos assim, numa situação de "subcidadania": aumenta-se o contingente de desempregados, mas também de subempregados e, como eu disse, de possíveis trabalhadores levados à escravidão contemporânea, além de serem vítimas também de xenofobia. Então, nesse aspecto, Deputado, Senadora, a Anamatra se coloca integralmente à disposição para a formação de líderes comunitários, para a formação, nesse sentido, de esclarecimento de direitos, o que é, sem dúvida, uma das portas para o exercício da cidadania e para o afastamento de todo tipo de violação nesse sentido, inclusive da dignidade humana.

Agradeço imensamente a palavra e continuo à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. PDT - PE) – Muito obrigado. Agradeço muito aqui a participação da Dra. Juíza Luciana Paula.

Dando continuidade aqui, eu gostaria de convidar agora, para fazer uso da palavra, o nosso convidado Abdulbaset Jarour.

Se se encontra presente, Abdul, por favor, seja bem-vindo. (*Pausa.*)

Talvez esteja com dificuldade de ligar o microfone...

O SR. ABDULBASET JAROUR – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. PDT - PE) – Agora sim, Abdul. Conseguimos te ouvir.

O SR. ABDULBASET JAROUR (Para expor.) – O.k. Muito obrigado.

Primeiramente grato, Sras. Senadoras, Srs. Senadores... Primeiramente, gostaria de saudar o Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados, o Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, e o Sr. Relator, o Sr. Deputado Túlio Gadêlha. Entre os nomes, quero estender os meus cumprimentos também aos demais representantes desta Casa e da Câmara dos Deputados presentes.

Saudar também a Sra. Senadora Mara Gabrilli pela sensibilidade de sempre e a Sra. Deputada Federal, Vice-Presidente Bruna Furlan. Saúdo também os gestores públicos, os técnicos e colegas da sociedade civil aqui presentes, a Camila Asano e a Flávia Mantovani, o Sr. José Prado e também meus irmãos Ahmad e Sayed e Fazel. Meu bom-dia a todos e todas.

Com muita honra, eu venho representar a população refugiada migrante, estando em situação de refúgio e na condição de Coordenador da Comissão de Direitos Humanos, Migrantes e Combate à Xenofobia do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Estado de São Paulo e também como membro e fundador e Vice-Presidente da ONG Pacto pelo Direito de Migrar e como consultor especial da Comissão de Relação Internacionais da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado de São Paulo. Agradeço à Comissão Mista sobre Migrações Internacionais e Refugiados pela oportunidade de colaborar e somar forças nesta audiência pública. Parabenizo pela iniciativa por tão relevante, urgente e necessário debate.

Permito-me iniciar falando um pouquinho sobre o Pacto pelo Direito de Migrar, a primeira organização não governamental criada e gerenciada por refugiados migrantes no Brasil,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integrada por pessoas de mais de 35 nacionalidades, que defende e promove o protagonismo como legitimidade das pessoas em situação de refúgio e migração, trabalha pela integração social, com destaque em advocacia. Está presente em oito Estados da Federação. Também temos representante na Argentina, Colômbia, Espanha, França e também na África.

Quanto à atuação junto à Comissão de Direitos Humanos, Migrantes e Combate à Xenofobia do Condepe, destaco a nossa Comissão, que é a única no País composta por pessoas de todos os continentes, totalizando 12 nacionalidades em representação. Criada em julho deste ano, com protagonismo real, trabalhamos em defesa do nosso direito humano. Entre outras demandas, estamos acompanhando a dramática situação enfrentada pelos irmãos afegãos, como a atual crise migratória gerada pelo avanço do grupo fundamentalista, o Talibã, no Afeganistão, e incidindo junto aos órgãos competentes no intuito de colaborar para as resoluções adequadas, imediatas, em benefício destes cidadãos e seus familiares com interesse em migrar para o Brasil.

Desde o mês de agosto, a nossa Comissão vem promovendo uma escuta minuciosa dos casos, por meio de reuniões presenciais e virtuais com a comunidade afegã que reside aqui no Brasil, com uma atenção aos residentes em São Paulo, onde está concentrado o maior número de pessoas da comunidade. Pensando no acolhimento humanizado dos familiares destes cidadãos, em caráter de urgência, um dos encaminhamentos assumidos pela nossa Comissão foi a elaboração de uma lista sigilosa contendo nomes e dados pessoais de todos os familiares que necessitam ser resgatados.

Esta foi encaminhada à Divisão de Imigração do Ministério das Relações Exteriores do Brasil juntamente com a solicitação de liberação de visto humanitário imediata. Ainda estamos aguardando o retorno do ministério, e não houve retorno.

Nossa Comissão também buscou o apoio do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) e da Defensoria Pública da União. Na última quarta-feira, o Defensor Público Federal Sr. João Chaves nos informou que a DPU encaminhou ofício à Divisão de Imigração solicitando uma reunião e nos incluindo.

Ainda, no que tange às articulações, a nossa Comissão se reuniu com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o Sr. Deputado Emidio de Souza, tendo sido acordada a realização desta audiência pública, em âmbito federal, com apoio da presença de representantes do Conselho Nacional de Direitos Humanos; também se reuniu como as Deputadas Estaduais de São Paulo: a Sra. Erica Malunguinho e a Sra. Marina Helou.

Realizou também uma audiência fechada para a escuta da comunidade afegã, com a presença de 19 membros, tendo dois deles como porta-vozes também. Participaram o Presidente do Condepe, o Sr. Dimitri Sales; o Vice-Presidente; o Sr. William Laureano, da Agência da ONU para os Refugiados; o Sr. João Chaves e a Sra. Camila Asano, da Conectas. Entre outros representantes de organizações da sociedade civil com forte atuação na pauta da migração, as autoridades presentes foram o Deputado Federal Paulo Teixeira e o Vereador Eduardo Suplicy, Vice-Presidente da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo. Participaram também representantes e assessores do mandato do Deputado Estadual Emidio de Souza e da Senadora Mara Gabrilli.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda participamos de uma reunião realizada pelo mandato do Vereador Eduardo Suplicy, em que dialogamos com representantes de algumas secretarias municipais de São Paulo.

Em suma, estamos dialogando para construir uma condição humanizada e que assegure a dignidade das pessoas que precisam ser imediatamente resgatadas do Afeganistão. Defendemos que a concessão do visto humanitário a que o Governo brasileiro se propõe deve atender a todos sem seletividade, sem distinções. A nossa Comissão pede que as autoridades ouçam os afegãos no Brasil e garantam a desburocratização a favor dos direitos humanos, neste momento, para que possam ser acolhidos.

Quero frisar que nós refugiados somos vítimas da ganância humana. Somos obrigados a fugir dos nossos países e chegamos a um outro. Nós nos deparamos com grandes dificuldades, bem maiores do que a barreira da língua e da cultura. Muitos políticos ainda colocam a migração como um delito. Muitas lideranças políticas estão contribuindo para um discurso de ódio no País e no mundo, que levam a atitudes desrespeitosas, extremistas, racistas e xenófobas, e que violam os direitos humanos.

Precisamos de políticas de migração planejadas e bem geridas aqui no Brasil. Infelizmente, documentos relacionados e celebrados no tocante a garantir direitos a refugiados e imigrantes têm sido excluídos da vigência de discussões amplas. A própria lei de migração de 2017 não vem sendo cumprida de fato em suas diretrizes e garantias de direitos. Temos uma lei para migração avançada em termos de direitos, mas, se esses direitos ainda não são garantidos na prática, o que adianta? Queremos a implementação integral da Lei de Migração nº 13.445. Essa é uma lei fundamentada nos princípios de direitos humanos, e que traz a perspectiva dos migrantes como detentores de direitos. Portanto, o que queremos é simplesmente que o Estado garanta a implementação de direitos que já estão previstos nessa lei, que, conforme seu art. 120, consta da construção efetiva de uma política migratória para a postura mais sólida e humanizada à frente da questão.

O Brasil precisa garantir a regularização migratória, reunir as famílias, reunião social e acolhida internacional, ancorada na garantia de proteção dos direitos humanos. A migração forçada sempre vai existir, infelizmente. Por isso, precisamos construir políticas públicas para acolher e integrar essas pessoas, garantindo uma vida digna, com a promoção dos direitos básicos à saúde, educação, assistência social e lazer.

Nós, refugiados e imigrantes, somos potencial humano para a construção de uma nova sociedade, mais fraterna e igualitária. Carregamos nossas raízes e aportamos em terras distantes, mas que podem ser férteis para o desenvolvimento coletivo, integrando culturas e saberes, e o Brasil abrir as portas para nós. Realmente, a gente conhecendo a história de miscigenação deste exuberante e abençoado País, posso afirmar que somos os novos brasileiros também.

Dentro disso, ressalto que nós refugiados imigrantes queremos ter a participação e representatividade nas esferas políticas da decisão. É necessário que sejamos regularizados, para que possamos ser os novos brasileiros, no sentido de nos sentirmos cidadãos de fato no País, a fim de que possamos exercer os nossos direitos políticos.

Assim como as mulheres, as pessoas negras, os indígenas e as pessoas do grupo social estão sub-representados na esfera política; também com os refugiados imigrantes acontece isso, também com a nossa comunidade. A sociedade precisa se conscientizar sobre a necessidade





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de cada grupo falar por si da sua dor, da sua vivência, das expectativas e das resistências. Como pode ser possível, entre mais de 500 Deputados Federais, termos apenas uma Deputada indígena? Como admitir que uma população com 56% de negros no Brasil não tenha visibilidade na política nacional? E o mesmo vale para as mulheres, que representam apenas 15% do Parlamento; e também para a população LGBTQI.

As autoridades públicas, as organizações internacionais e todas as instituições que atuam na matéria precisam escutar os ativistas que representam toda a comunidade de refugiados imigrantes. Essas lideranças devem ser convidadas a sentar-se à mesa para dialogar e participar da construção de caminhos, como estamos fazendo neste momento exato desta audiência pública em nome da democracia. O protagonismo e a legitimidade que cada refugiado imigrante traz consigo devem ser reconhecidos e respeitados. Com a legitimidade, defendo a causa humanitária que hoje passou a registrar 82 milhões de pessoas em situação de deslocamento forçado pelo mundo. São pessoas obrigadas a fugirem de seus países, deixando seus lares, seus familiares, parentes e todos os sonhos pelo caminho, para salvar suas vidas, por causa de perseguição política, religiosa, guerras, violação de direitos humanos; são pessoas que merecem ser acolhidas de forma humanizada e integrada na sociedade.

Minha trajetória no movimento migratório é marcada por uma atuação focada na sensibilização da sociedade brasileira. A causa, seja na grande mídia, universidade, escolas, organizações e sociedade civil, é minha luta para que mais irmãos ocupem esses espaços e expressem a divulgação da nossa voz. Em cada qual um porta-voz da sua causa em busca de políticas públicas específicas, efetivas, em cada caso, que tragam benefícios para todos e procurem incentivar meus irmãos à disposição para falarmos em nome do nosso próprio nome. Meu trabalho tem o propósito de impactar positivamente a sociedade e contribuir na construção de um mundo melhor para todos, lugar onde cabemos todos.

Durante este período da pandemia, as desigualdades sociais se aprofundaram, está evidente a necessidade do esforço da união entre todas as organizações e esferas da sociedade, individual e coletivamente, para minimizarmos os impactos sociais e econômicos causados pela covid-19. Hoje, em muitos sentidos, vários países estão aproveitando a migração. Muitas pesquisas demonstram mudanças importantes que imigrantes e refugiados fizeram no país que os receberam. E temos que continuar na caminhada, mostrando o nosso valor.

Acredito que, com a campanha da sensibilização por meio da educação, intervenção e iniciativa da cultura da paz e do respeito, construindo uma mudança de paradigma e posturas, consequentemente, um dia, alcançaremos a condição de conviver com a diversidade de maneira saudável, compondo uma sociedade com princípios e valores da igualdade, sem opressão, não racista e nem xenofóbica.

Para concluir, quero dizer que sou sobrevivente de uma guerra que matou mais de 1 milhão de pessoas, espalhou pelo mundo mais de 10 milhões de pessoas. Realmente, nesse percurso, venho me encontrando com um lugar que é o meu mundo. E, por isso, a minha voz está vencendo as fronteiras. E desejo para todas as pessoas que estão em situação de refúgio, imigração que possam ocupar lugares, que não se calem e não desistam de si mesmos. A luta é árdua, mas nela estamos juntos. Somos filhos da mesma terra, somos diferentes, mas não desiguais, lembrando que imigrar é um direito humano e nada sobre nós e nós sempre.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Salamalê! Que a paz esteja convosco!

Muito obrigado. Eu sei que em dez minutos é difícil relatar o que eu gostaria de contar. Organizei a minha fala a madrugada inteira para esta audiência de extrema importância, porque eu penso em árabe e falo em português, fazendo um grande esforço para aqui poder ser um porta-voz. Peço desculpa e agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. PDT - PE) – Nós que agradecemos, Abdulbaset Jarour, a sua presença, a sua contribuição conosco aqui. Foi muito bem compreendido por todos nós. O seu português é muito bom. Está de parabéns!

E queria dizer que o nosso País tem um histórico de acolhimento, um histórico de uma relação fraterna com as pessoas que vêm de outros países para entender a nossa casa, o nosso País como um lar também.

Eu queria dizer que, infelizmente, vivemos um momento político em que temos sido conduzidos, na Presidência da República, por uma pessoa que tem um histórico de atitudes racistas e xenofóbicas, mas não é esse Presidente que vai dar destino à cultura do nosso povo. E vocês são muito bem acolhidos. O povo sírio e o povo afegão são muito bem acolhidos por nós, todos nós brasileiros. Esta também é a casa de vocês.

Muito obrigado, Abdulbaset Jarour, pela sua contribuição aqui conosco. Independente do tempo, sua fala foi muito positiva e muito esclarecedora.

Lembrando a todos os convidados que as falas desta audiência pública, ficam gravadas, na Comissão do Senado, e nos servem para construir o nosso relatório. Nós temos sempre salvado todo esse conteúdo e estudado cada fala para construir o relatório que devo apresentar agora no final do ano. Inclusive, na próxima semana, estarei indo para o Norte do País, para Pacaraima, para conhecer melhor a realidade do imigrante venezuelano no Brasil.

Agradeço, mais uma vez, a Abdulbaset Jarour por sua fala aqui.

Agora, eu gostaria de convidar, para a sua fala de sete minutos, o nosso convidado, que também é empresário, proprietário de um açougue em São Paulo, e já está aqui, no Brasil, já é nosso irmão, desde 2012, aqui no território nacional, Fazel Ahmad. Então, com o tempo de sete minutos, por favor.

O SR. FAZEL AHMAD – Um bom dia para todos, meus irmãos e amigos.

Está me escutando?

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. PDT - PE) – Bom dia. Estamos escutando sim, muito bem.

O SR. FAZEL AHMAD (Para expor.) – Bom dia para todo mundo. Obrigado por me dar a oportunidade para falar nesta reunião. Agradeço muito a vocês e ao Governo do Brasil também, que me deu a oportunidade, abriu portas para acolher a nós, afegãos, aqui no Brasil.

Desculpa, para falar, porque não apresentei meu nome. Meu nome Fazel Ahmad e estou, há nove anos, aqui no Brasil. Tenho um açougue, aqui no Brás, estou trabalhando.

Da mesma forma que falei, agradeço ao Governo do Brasil, e, aqui também, a todas as pessoas dentro dessa reunião, eu não consegui ler o nome de todos, mas, a todo mundo, agradeço a vocês por nos darem a oportunidade para falar com vocês nesta reunião.

A gente... Mesmo aqui o nosso irmão Jaber falou sobre a dificuldade das pessoas, nós, afegãos, lá no Afeganistão. Ele está com dificuldade para tirar o visto das pessoas, e, pelo que fala sobre isso, também há pessoas que têm dificuldade dentro do Afeganistão. É o mesmo que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jaber falou: as pessoas não conseguem entrar no Paquistão e não conseguem tirar o visto do Paquistão; para entrar no Paquistão... Do Afeganistão, pegam visto humanitário para entrar, vir aqui para o Brasil. Existem pessoas que têm risco de vida no Afeganistão. O mesmo que o meu irmão falou, o Jaber, sobre mulheres que não conseguem trabalhar; sobre essas mulheres que não conseguem ir para a escola para estudar; as pessoas que estavam no militar têm risco de vida muito mais que tudo. O Talibã não quer ... Ou levam eles escondidos, levam eles para algum lugar, somem ou matam eles. Mas tem muita dificuldade em frente de nós, o povo do Afeganistão, em frente deles, está acontecendo com eles todo dia.

Agora, vamos falar sobre visto humanitário na Embaixada do Brasil em Islamabad. Porque estou falando de Islamabad? Porque as pessoas do Afeganistão não conseguem entrar no Irã. Está muito difícil entrar no Irã, porque essa porta está aberta para o Irã, para Ancara, na Turquia, para o Paquistão e para Catar, para Doha. Mas o que está acontecendo lá no Afeganistão é que as pessoas não conseguem entrar no Irã com a mesma facilidade com que conseguem entrar no Paquistão, porque, como tem fronteira com o Paquistão, eles conseguem entrar fácil no Paquistão para tirar o visto. As pessoas que estão no Afeganistão não conseguem entrar facilmente no Irã para tirar o visto humanitário da Embaixada do Brasil para pegar o visto dele.

Mas, mesmo assim, a Turquia está muito longe; não conseguem fazer também. Doha também está muito longe; não conseguem entrar. A única coisa que as pessoas conseguem fazer bem facilmente é entrar no Paquistão para tirar visto, porque a fronteira fica bem perto de Cabul, capital do nosso país, do Afeganistão, e está perto de nós o Paquistão; pela fronteira, elas conseguem entrar para tirar visto. Mas o que está acontecendo agora é que, antes mesmo de a Embaixada do Brasil em Islamabad – porque a situação é que minha família se foi, eles já têm informação sobre isso, por isso que estou querendo compartilhar com vocês –, quando o Embaixador abriu essa porta humanitária, acho que há quatro meses, a Embaixada do Brasil falou: "É só entrar no Paquistão de qualquer jeito para chegar à Embaixada do Brasil, aí a gente vai dar para vocês o *laissez passer*, e depois levará para ele o visto".

Mas, agora, tudo bem, há pessoas que entraram, alguém que entrou ilegal, com família, tem pessoas que não têm passaporte, tem pessoas cujos pai e mãe têm passaporte, mas filhos não têm, tem famílias que ninguém tem passaporte, e eles precisam sair. Todo mundo está querendo ir embora do Afeganistão, porque a situação do Afeganistão, dia a dia, está muito difícil para ficar lá. O Talibã está fazendo as coisas, as regras deles, está muito errado, e por isso que todo mundo não quer ficar no Afeganistão. Então, há pessoas que antes entraram no Paquistão para tirar o visto humanitário brasileiro, mas agora a Embaixada do Brasil passou para todas as pessoas que as pessoas têm que entrar legalmente no Paquistão para tirar visto. Agora, essas pessoas que estão dentro do Paquistão estão com dificuldade, porque, se ele voltar ao Afeganistão, ninguém vai deixar ele entrar, porque o Talibã tem o outro lado. A Embaixada do Brasil está perguntando a ele sobre entrar ilegal no País. Então, como ele faz? Ele precisa de carimbo para entrar legalmente.

Fora isso, quando as pessoas entram no Paquistão e vão chegar à Embaixada... Uma grande dificuldade dos afegãos é que ele vai lá, ele fala que preencher o formulário, tudo bem, o.k.. A documentação de que ele precisa é o quê? É RG do Afeganistão. Está bom, mas o grande problema dos afegãos que estão lá é que a Embaixada fala para eles que têm que esperar de 15 a 20 dias para a entrevista de cada pessoa. Depois de 20 dias, ela tem que esperar, depois





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da entrevista, mais 20 ou 30 dias, mais ou menos dois meses para tirar esse visto. Essa é uma dificuldade muito séria que já aconteceu com nossas famílias lá, agora.

Eu falei com a minha família, falaram para ir no dia 21 de janeiro para fazer entrevista: "Depois a gente vai mandar por documento ou mandar informar para o Brasil, depois a gente vai decidir se vai dar visto ou não". A minha família que está no Afeganistão, não só a minha família, mas todo o nosso povo afegão que está lá, como vão passar para o Paquistão sem dinheiro ou com pouco dinheiro, onde vão ficar, onde vão dormir, onde vão comer? Essas são as dificuldades todas para as pessoas que vão passar lá dois meses. Onde elas vão ficar?

Fora isso, as pessoas que estão entrando agora legalmente, mesmo na Embaixada do Brasil eu perguntei, tem que estar legal o visto e carimbado. Então, legalmente, para conseguir entrar, ela tem visto de um mês ou 45 dias. Então, se ela vai entrar legalmente e outras pessoas que vão entrar, ela vai passar no Paquistão 45 dias e vai acabar a validade do visto. Depois ela tem que sair de novo do país para o Afeganistão, para pegar outro visto, porque dentro do Paquistão, se ele não conseguir o visto... A lei do visto paquistanês, quando acaba seu visto, você tem que entrar de novo no seu país, pegar outro visto e depois voltar. Então, como as pessoas vão entrar, voltar, voltar de novo. Vão ter problemas, são muitas dificuldades que estão acontecendo para o nosso povo agora.

Fora isso, há várias famílias em Ancara... Na verdade, eu falo da minha família, dos meus primos. Eles estão em Ancara, Turquia. Eles já foram na Embaixada em Ancara, já preencheram os formulários, já fizeram toda a documentação. Tudo que precisaram a Embaixada do Brasil em Ancara já deu toda a documentação certa, tudo que precisavam, mas passou um mês, acho que 22 dias, ainda não tem resposta. Eu mandei aqui mensagem por *e-mail* para a embaixada: "Olha, por favor, uma resposta, alguma coisa sobre essas famílias". Passou um mês, 22, 23 dias e ainda não tem resposta em Ancara sobre essas famílias.

Fora isso, outra coisa que quero compartilhar com vocês também sobre famílias que estão na Índia, porque existe uma comunidade de afegãos *sikh*, outra religião. Quero compartilhar com vocês, é uma comunidade *sikh*, que tem outra religião, não são muçulmanos, mas são afegãos também. Quando o Talibã entrou, essas pessoas de outras religiões saíram, foram para a Índia, porque a maioria da comunidade da religião deles está na Índia mesmo. Essas famílias, nossos amigos falaram comigo uns três dias atrás: "Olha, não tem como o Brasil abrir requerimento na Índia também, porque há várias famílias na Índia", mais ou menos 150 famílias da comunidade *sikh*, outra religião.

Aí ele falou que a gente está precisando do visto militar de acolhimento também, porque a gente é afegão, está aqui, na Índia, e precisa de uma aqui... Se a gente consegue ir para o Brasil, com visto militar, porque a Índia não é o próprio país dele; o próprio país dele é o Afeganistão. As mesmas pessoas que estão no Paquistão, afegãos, não é o próprio país delas. Mesmo assim, as pessoas foram para a Índia – para a Índia também.

Aí, sobre o Irã, quero falar sobre o Irã. Há uma família de um amigo nosso; ele foi ao Irã também, para a embaixada. A embaixada também falou para ele que tem que esperar, tem que aguardar. Aí há a mesma dificuldade que há no Paquistão, porque as pessoas conseguem entrar no Paquistão, mas a dificuldade deles é que a embaixada está demorando muito. A embaixada em Ancara está demorando muito para tirar visto. Na embaixada que há no Irã, também há muita dificuldade, demora a tirar visto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A Índia, porque não há aberta uma portaria para a Índia, a Índia, as pessoas estão querendo emprestado para recolhimento de vistos humanitários do Brasil. E ele está querendo vir aqui, porque há essa religião, e ele não consegue entrar no Paquistão porque a religião, há um pouco de dificuldade desse negócio de religião, porque a religião não é a mesma coisa da religião do Paquistão ou do Afeganistão.

Aí é sobre essa dificuldade que está acontecendo aqui, com todos nós. Muito obrigado a vocês todos. Desculpa muito, mais uma vez, por falar mal o português, porque meu português está muito ruim. Agradeço a vocês todos.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. PDT - PE) – Nós que agradecemos, Fazel Ahmad, sua contribuição aqui, conosco. Primeiro, digo que o seu português está muito bom. Entendemos tudo. Inclusive está falando muito rápido.

Mas quero dizer também que nós, além de compreendermos sua fala, suas aflições, vamos mobilizar nossa equipe para fazermos alguns requerimentos de informação ao Governo brasileiro e também ver, por parte do nosso consulado, das nossas relações exteriores, internacionais, o que podemos fazer para melhorar essa situação do tempo de espera, que hoje parece que é uma realidade para quem deseja migrar, para quem deseja sair do seu país.

Então, eu agradeço a contribuição e inclusive reforço que nós já temos aprovado um requerimento de audiência pública para vinda do Ministro de Estado das Relações Exteriores aqui, ao Senado, para que ele possa, o Sr. Ministro Carlos Alberto França, dar explicações sobre a demora na resposta do visto humanitário ao povo afegão que solicita esse visto para poder migrar, para poder vir para o Brasil. Então, agradeço sua contribuição, e, sem dúvida, ela será alvo, sim, de alguns requerimentos de informação por parte desta Comissão, por parte do nosso mandato.

Dando continuidade aqui, agradecendo a Fazel Ahmad sua fala, sua contribuição, gostaria de convidar a jornalista da *Folha de S.Paulo*, que tem o foco nas questões de migração no Brasil e no mundo, a Sra. Flávia Mantovani, que está aqui conosco. Obrigado, Flávia, pela sua presença. Por favor, com a palavra, pelo tempo de sete minutos. Obrigado.

A SRA. FLÁVIA MANTOVANI (Para expor.) – Obrigada, Deputado Túlio Gadelha. Vocês estão me ouvindo bem? Tudo certo?

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. PDT - PE) – Estamos, sim, ouvindo muito bem.

A SRA. FLÁVIA MANTOVANI – Queria agradecer o convite, enfim, Senador Paulo Paim, Senadora Mara Gabrilli. Eu saúdo aí meus amigos afegãos, o Amad, o Fazel, o Sayed, o Abdul, que já foi fonte para diversas reportagens minhas. É uma pessoa que eu admiro muito, com uma capacidade de mobilização muito grande. Saúdo também a Camila Asano, o José Prado.

Eu trabalho no caderno internacional da *Folha de S.Paulo*. Há mais de sete anos o meu foco é em reportagens sobre imigrantes e refugiados aqui, no Brasil. Então, acompanhei a chegada dos sírios, dos venezuelanos, dos haitianos, de pessoas de vários países da África. Esse é o meu tema do coração, é um tema que eu considero importantíssimo. Estou muito feliz e honrada de poder falar disso aqui.

Atualmente, a grande questão que a gente vem acompanhando nesse sentido é a dos afegãos. Nos últimos meses, a gente foi acompanhando no jornal como o Talibã veio ganhando espaço de forma muito veloz no Afeganistão. Então, antes eles estavam mais restritos à área rural, às cidades menores. Depois que os Estados Unidos anunciaram, no início deste ano, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retirariam suas tropas de lá, em pouquíssimo tempo foram tomando as capitais das províncias, uma capital, depois outra, foram entrando em cidades importantes. Até que a pergunta passou a ser não se eles entrariam em Cabul, na capital, mas quando fariam isso. Isso aconteceu em 15 de agosto: tomaram o poder central do país.

Por que é importante a gente falar dessa velocidade do avanço dos talibãs? É importante a gente lembrar que isso dificultou que as pessoas se preparassem para sair do país. Então, tem muita gente que não tem passaporte ou que está com o passaporte vencido e agora não pode mais tirar esse documento. O escritório está fechado. A pessoas estão em risco por uma série de motivos, por causa da profissão que exerciam, por serem minorias étnicas. Se elas forem lá pedir esse documento – se o escritório do passaporte abrir –, podem ser capturadas, enfim. Então, para muita gente não deu tempo de colocar em prática um plano de fuga, de se preparar. A gente viu que, muito rapidamente, o aeroporto fechou. As fronteiras terrestres também se fecharam. Eu acompanhei refugiados que vivem aqui desesperados porque os familiares tentavam, todos os dias, chegar ao aeroporto, enquanto ainda estava aberto, e não conseguiam. A gente viu que aconteceram atentados a bomba nesse meio tempo. Eu acompanhei a aflição dessas pessoas. Elas ficavam – e ainda ficam – sem dormir por causa dessa situação dos familiares. Então, dia e noite, ficam tentando achar maneiras de acelerar a saída do país e o pedido de visto. Lembrando também que cada dia a mais que essas pessoas passam no Paquistão, no Irã ou na Índia, enfim, significa para essas famílias mais gastos, mais riscos e mais estresse.

O que eu percebo é que o visto humanitário do Brasil foi considerado uma saída, uma esperança para essas pessoas, mas, como a gente viu, pela fala dos colegas, ainda tem sido bastante difícil transformar em realidade esse decreto de acolhida humanitária devido a uma série de obstáculos. Alguns entraves foram sendo resolvidos no caminho, mas outros ainda continuam.

Nessas apurações de reportagem, também, comecei a acompanhar alguns grupos que foram formados no Brasil, grupos de religiosos, missionários, entidades profissionais, juízes, juízas, professores da Unicamp, ONGs, empresas... A gente tem a colisão, que é um dos principais, enfim; pessoas que estão tentando auxiliar uma parte desses afegãos a virem para cá, especialmente os que correm mais risco: mulheres, ativistas, minorias perseguidas.

Então, a sociedade civil brasileira está organizada para tentar ajudar essas pessoas que estão numa situação muito delicada, e eu vejo que esses grupos de ajuda estão por dentro de dificuldades bem específicas mesmo que esses afegãos estão enfrentando para conseguir, de fato, obter o visto e chegar aqui. Então, acho importante mesmo que eles possam ser ouvidos, que as pessoas possam ser ouvidas para que se entenda o que falta para que esse decreto do visto humanitário seja realmente cumprido em sua totalidade.

Eu acho que algumas questões, como a gente vê, são muito complexas, envolvem soberanias de países vizinhos ao Afeganistão, questões de corrupção, cobranças de propina na fronteira, violência, mas tem outras questões que poderiam ser solucionadas de uma maneira um pouco mais simples, não sei, talvez com um reforço das equipes das embaixadas, que é algo que vem sendo sugerido, conversas de alto nível com embaixadores dos países vizinhos ao Afeganistão para facilitar a entrada na fronteira desses solicitantes, que já estão sendo ouvidos pelas embaixadas brasileiras, que já enviaram documentos, que têm parentes aqui, que têm





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grupos que vão recebê-los, que se comprometeram a financiar essa vinda durante um tempo, a acolhida deles aqui, enfim.

Poder-se-ia, talvez, pensar em fornecer informações mais claras para as pessoas que estão tentando esse visto. Eu percebo que as pessoas têm muitas dúvidas sobre o procedimento. Existe um procedimento padrão, mas as exceções são quase a regra. Então, existe muita gente que tem situações específicas, que são típicas de um caso de crise humanitária, que é o que está acontecendo lá, e que precisam de informações sobre seus casos. Então, seria importante também que elas pudessem obter essas informações para poderem seguir com os planos de migração.

Enfim, eu queria dar dois exemplos de pessoas, de afegãos – um afegão e uma afegã – que eu estou acompanhando nessa cobertura. Eu acho que a gente tem o cenário político, o cenário internacional, o cenário macro, digamos assim, mas, quando a gente toma contato com as histórias individuais de pessoas que estão sendo afetadas diretamente pelo que está acontecendo, a coisa ganha uma outra dimensão.

Então, uma é uma entrevistada minha, jovem, prima de um refugiado afegão que está aqui, no Brasil. Ela é graduada em administração, trabalhava numa empresa multinacional em Cabul, fala inglês fluentemente; é uma menina brilhante, superinteligente, que tinha uma vida dinâmica, com trabalho, academia, amigos, enfim. O pai dela era major do exército afegão, então, também, uma pessoa muito visada neste momento. E, desde agosto, essa moça está escondida num cômodo, com cinco pessoas da família, sem cozinha, é só um quarto e um banheiro. Eles passam o dia todo tentando uma forma de sair, porque eles não conseguiram tirar o passaporte a tempo, eles não têm passaporte, e agora eles não podem mais obter esse documento. Eles estão fazendo apenas uma refeição por dia, porque não ganham mais salário, têm dificuldade também de acessar as contas bancárias.

Então, é uma família que tinha uma vida confortável, uma casa grande e que agora está, dia e noite, vendo... Ela definiu assim: "Eu fico vendo da janela os dias passarem". E aí eu perguntei o que que ela via da janela, e ela falou: "Eu vejo a rua". É uma rua sem mulheres, porque estão todas nessa mesma situação que ela, escondidas dentro de casa.

Outro exemplo que eu vou dar é de um de um rapaz, um afegão, que é um dos poucos que eu acompanhei e que conseguiram chegar, de fato, ao Brasil. Ele foi resgatado por um grupo americano, um grupo americano que tem uma brasileira que é integrante, que mora nos Estados Unidos e que estava tentando que algumas dessas pessoas que estão em risco obtivessem o visto brasileiro, e ela conseguiu para esse rapaz.

Ele tentou embarcar duas vezes no avião para o Paquistão. Estava com tudo certo, todos os documentos, pessoas para recebê-lo no aeroporto, aqui, no Brasil, lugar para ficar etc., mas funcionários do aeroporto paquistanês colocaram dificuldades inexistentes ali para o embarque dele: não conheciam o visto humanitário, pediram uma passagem de volta, como se ele estivesse vindo a turismo, depois, cobraram uma propina altíssima.

Enfim, da terceira vez, ele conseguiu embarcar. Ele chegou aqui assustadíssimo, sem conhecer quase ninguém. Foi acolhido pela comunidade afegã aqui, ele ficou num abrigo para imigrantes, mas, no segundo dia, já tinha sido acolhido dentro da casa de um conterrâneo, da mesma cidade dele no Afeganistão, e que hoje mora aqui, no Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria finalizar deixando aqui uma mensagem que ele mandou para o grupo que o estava acolhendo aqui. No início, as mensagens dele eram muito desesperadas, assim, era um outro tom e aí, depois, de alguns dias, ele escreveu em inglês, porque ainda não sabe português: "Minha mente está calma agora. Estou em paz e confortável; não tenho mais medo do Talibã, estou feliz no Brasil. Aqui tem pessoas boas que me acolheram. Quero aprender português bem rápido para montar meu negócio aqui. Sou brasileiro agora".

Então, assim, o que eu vejo é que se esse decreto desse visto for realmente colocado em prática, talvez mais – ele se chama Mohamed –, mais Mohameds possam chegar, com vontade de reconstruir a vida aqui, de criar, de empreender, inclusive, de criar empregos para os próprios brasileiros. Enfim, é uma situação em que a gente poderia ter mais Mohameds se esses entraves que estão acontecendo no momento fossem superados.

Então, é isso. Eu queria deixar a minha experiência de conversar com essas pessoas e parabenizar pela iniciativa da audiência pública, especialmente, por terem chamado as pessoas que são diretamente afetadas por isso que são os próprios imigrantes, está bom?

Obrigada, gente.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. PDT - PE) – Nós que agradecemos, Flávia Mantovani, pela sua presença aqui conosco, pela sua contribuição, pela troca de experiência, pela sua vivência, de fato, e pelo conhecimento que você tem dessa realidade, que poucos de nós temos, de fato, dessas pessoas que passam por essas mais diversas situações.

E que a história de Mohamed sirva para nos inspirar, para que a gente possa ter, de fato, outros Mohameds aqui no Brasil. Que o nosso País mantenha firme e forte essa cultura de acolhimento e de respeito para com o próximo.

Agradeço-lhe, mais uma vez, Flávia, pela contribuição.

Dando continuidade, gostaria de convidar a Camila Asano, Coordenadora de Programas da Conectas Direitos Humanos, que é uma organização que atua pela promoção dos direitos humanos, tendo como foco o Brasil e os países do sul global.

Então, Camila Asano, com a palavra.

A SRA. CAMILA ASANO (Para expor.) – Obrigada, Deputado Túlio.

Quero cumprimentar o senhor e também todo mundo que está aqui nesta audiência e que está assistindo a gente também *online*. É importantíssimo esta Comissão existir, em primeiro lugar, e estar sempre muito atenta e atuante nos temas que são tão relevantes e atuais nessa pauta de migração e refúgio. O Legislativo federal, ou seja, tanto a Câmara dos Deputados como o Senado são fundamentais, porque foi daí – eu sinto isso porque estou aí dentro –, tanto da Câmara como do Senado, que saíram duas leis que colocam o Brasil na vanguarda no tema de migração e refúgio, que é a Lei de Refúgio, de 1997, e a Lei de Migração, de 2017. Então, se não fosse a Casa do Povo junto com o Senado a aprovarem essas duas leis, a gente estaria numa situação muito pior, porque a gente não teria base jurídica e legal para garantir esse acolhimento, que é previsto em lei e já foi definido em política pública pelo Governo Federal, mas está enfrentando uma série de entraves por questões de execução e, muitas vezes, de obstáculos que são também colocados pelo próprio Governo Federal e pela estrutura estatal. Então, acho que o Congresso Nacional, além de ter esse papel importante de criar essas duas legislações, também tem sido *locus* onde são discutidas as situações em que as leis são descumpridas, justamente com esse intuito de trazer aqui um espaço para a voz e também de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecer aqui a importância de termos colegas que estão nessa situação de refúgio hoje e que podem falar por si próprios da situação por que passam.

Eu organizei minha fala, Deputado Túlio, em quatro pontos.

O primeiro deles é um que eu acho que as minhas colegas e meus colegas aqui de painel já reforçaram bastante, que é justamente a dificuldade de sair do Afeganistão, de sair do país fronteiriço onde as pessoas se encontram, e conseguir vir ao Brasil, que é justamente a necessidade do visto humanitário. Isso foi criado, mas aqui já foi falado – tanto o Fazel como o Amad já falaram sobre isto – que são necessários de dois a três meses de espera para conseguir obter o visto. Então, eu acho que a questão da previsibilidade dos prazos é necessária, mas isso só vai ser garantido se houver uma capacidade, como o José Prado mencionou, reforçada das nossas embaixadas, inclusive para dizer quantos atendimentos por dia estão sendo feitos, se esses atendimentos estão seguindo alguma ordem prioritária por algum grupo vulnerável ou se está havendo algum benefício a algum grupo específico. Enfim, toda essa questão é, no fim, o que vai levar a essa demora para que o visto humanitário seja concedido.

Também há a questão das exigências descabidas. Isso ganhou bastante impacto pela cobertura da imprensa – quero aqui cumprimentar a Flávia e toda a imprensa, que, de forma tão responsável, tem coberto o tema da migração e refúgio no Brasil – quando o Itamaraty, por meio de algumas das embaixadas, começou a cobrar, a exigir algumas coisas que são totalmente descabidas e que não estão na Portaria 24, que é a portaria que dá base para o visto humanitário e acolhimento humanitário para afegãos. Em relação a isso, o Itamaraty diz que houve um mal-entendido, mas a gente ainda continua recebendo informações, inclusive de uma parceira nossa, a Caritas Arquidiocesana de São Paulo, dizendo que ainda está se cobrando passagem de volta, cobrando que uma entidade brasileira emita uma carta dizendo que vai receber essa pessoa, sendo que isso não é exigido em casos individuais.

Então, essas cobranças descabidas, como requisitos para tirar um visto, ainda parece que estão acontecendo.

Outro ponto é, como Flávia superbem colocou, que muitas pessoas tiveram que sair na maior pressa, para salvar a sua própria vida. Então, muitos não têm passaporte.

Basta olhar a nossa realidade no Brasil: quantos brasileiros e brasileiras têm passaporte e estão com passaporte em dia? Se houver uma crise humanitária dessa magnitude aqui, essas pessoas não vão poder conseguir um visto humanitário porque elas não têm esse documento de viagem?

Aqui, para isso, o Brasil já adota uma boa prática, que é a concessão do *laissez-passer*, que é um documento de viagem de caráter emergencial, para permitir que uma pessoa em situação de refúgio possa viajar e, aí, chegando aqui no Território brasileiro, solicite a regularização migratória, porque tanto a residência por razões humanitárias quanto o pedido de refúgio só podem ser feitos em Território nacional brasileiro. Então, para chegar aqui, você precisa ter o visto humanitário, mas, para você ter o visto, você precisa ter o passaporte e muitas pessoas não têm o passaporte. Então, a concessão do *laissez-passer* é algo que o Brasil já faz, já fez no passado. Deveria estar reforçando aqui.

Então, acho que sobre esse ponto um, Deputado Túlio, sobre o visto humanitário, eu gostaria, de forma muito respeitosa, de fazer algumas sugestões à Comissão e ao senhor, como Relator da Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira sugestão é no sentido de avaliar a possibilidade de fazer uma recomendação ao Itamaraty para que envie por escrito, e que faça pública essa comunicação escrita, aos postos diplomáticos que estão habilitados a emitir visto humanitário, com a orientação precisa de quais são os documentos exigidos, para que não haja mais esses relatos de cobrança de passagem de volta, carta de uma entidade brasileira, seguro-saúde, enfim, que aparentemente ainda estão acontecendo.

A segunda recomendação que eu faria, Deputado, é de a Comissão avaliar um requerimento de informação (RIC) para que o Itamaraty informe qual tem sido o prazo de análise médio para os pedidos de visto humanitário feitos e também quantos atendimentos cada embaixada tem capacidade de realizar: se nós estamos falando de atendimento de 20 pessoas ou de duas famílias ou de quantos dias por semana atendem essas pessoas, porque a gente está lidando com uma emergência. Então, esse tipo de requerimento nos ajudaria muito a entender onde estão esses gargalos, porque os relatos todos dos familiares que já estão no Brasil e das entidades que estão trabalhando nessa tentativa de apoio ao acolhimento nos mostram que há um gargalo ainda muito severo para isso.

O meu terceiro ponto é: uma vez que essas pessoas consigam, o que aparentemente é um enorme desafio, o visto humanitário, elas vão chegar ao Brasil e, uma vez que você chega em Território nacional, o primeiro passo deveria ser, além de poder respirar com um pouco mais de tranquilidade – há até o relato que o Flávio coloca sobre como é bom pensar que o nosso País ainda pode ser visto como um espaço seguro para pessoas de outros países, incluindo aqui o caso do Afeganistão –, uma coisa fundamental, assim que as pessoas chegam, é entrar com o pedido de sua regularização migratória.

E o importante aqui é sempre reforçar que cabe ao indivíduo, à pessoa decidir qual das vias ela vai procurar. No caso dos afegãos e das afegãs, nós temos aqui duas vias que o Estado disponibiliza, que são: a que já está na Portaria 24, a chamada Residência por Razões Humanitárias, que tem base jurídica na Lei de Migração; e também nós temos a via da solicitação de refúgio, que está prevista na nossa Lei de Refúgio, cujos pedidos o Conare, que é o Comitê Nacional para os Refugiados, não só tem como função analisar, como também já os deu, em dezembro de 2020. Então, antes mesmo da tomada de Cabul, em dezembro de 2020, o Conare já reconheceu a situação do Afeganistão como uma grave e generalizada violação de direitos humanos. Esse não é um termo genérico, é um termo técnico, que está na nossa Lei de Refúgio, que diz que uma pessoa que venha de uma situação de grave ou generalizada violação de direitos humanos, está apta a ser reconhecida como refugiada ou refugiado no Brasil.

O fato de o Conare ter escolhido – escolhido, não; mas deliberado – reconhecer o Afeganistão como uma GGVDH, que até é a sigla que ficou conhecida para esse termo, já faz com que pedidos de solicitantes de refúgio afegãos tenham um reconhecimento, inclusive *prima facie*, e que seja um processo mais célere.

Agora nos causou muita preocupação, Deputado, o fato de a Portaria 24 mencionar a residência por razões humanitárias, mas não mencionar a via do refúgio.

A via do refúgio está colocada, a portaria não impede, mas o fato de não indicar a via do refúgio nos preocupa. E acho que seria importante um diálogo da Comissão com a Presidência do Conare, para entender como estão sendo tratados os pedidos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu queria fazer também um apelo em nome de parceiras da Conectas, que é a Caritas de São Paulo, com quem nós temos conversado muito, com o seu Diretor, o Padre Marcelo. O Padre Marcelo, desde agosto, quando houve a tomada pelo Talibã, enviou uma carta à Presidência do Conare pedindo uma reunião extraordinária do Conare para analisar o caso do Afeganistão. Essa carta até, em diálogo com a assessoria da Senadora Mara Gabrilli, foi enviada aos membros, aos integrantes da Comissão, porque, desde agosto de 2021, essas entidades pedem que o Conare se reúna, de forma extraordinária, para decidir e discutir a situação do Afeganistão, e isso ainda não aconteceu. O Padre Marcelo, inclusive, me contou que fez, reforçou o pedido na Plenária do Conare, em setembro, e houve uma indicação de que haveria essa reunião, mas até agora não aconteceu. Confirmei essa informação com o Padre Marcelo, que ocupa o assento da sociedade civil no Conare, e ele disse que até agora essa reunião não acontece.

Então, acho que, nesse ponto, as vias de regularização – e a gente sabe que estar regular é uma forma de proteção; como a juíza Luciana menciona, as pessoas já têm os direitos de proteção, mas você estar regular faz com que você tenha essa capa de proteção a mais, que você consiga exercer os direitos – têm que estar desobstruídas.

Também aqui, um pouco numa linha de contribuir com os trabalhos da Comissão Mista, eu faria uma sugestão de que os senhores considerem um requerimento ao Ministério da Justiça sobre os números: quantos pedidos de residência por razões humanitárias e quantos pedidos de refúgio já foram feitos? Quantas residências já foram concedidas e quantos reconhecimentos de refugiados já foram feitos? Porque acho que aí a gente vai entender melhor se está havendo ou não uma obstrução de alguma das vias de regularização migratória e, pior, se está havendo uma demora, porque isso não deveria acontecer, já que existe, inclusive, essa decisão de visto humanitário, de um apoio por parte do Estado brasileiro.

O meu terceiro ponto é com relação a essas várias entidades que estão se disponibilizando, de forma muito solidária, a trazer e a apoiar a vinda de pessoas nacionais do Afeganistão ao Brasil. Então, elas estão dispostas a apoiar e a acolher e a gente tem entrado em contato com algumas delas.

Por exemplo, um caso que a Conectas tem dialogado é com a Urece Esporte e Cultura para Cegos, que tem apoiado atletas paradesportivos e suas famílias, que são do Afeganistão – e algumas ainda estão no Afeganistão; outras já estão em países fronteiriços – e que estão buscando um país para acolhimento, inclusive, considerando o Brasil como um local de acolhimento. E o que nós temos observado nessa nossa interação com a Urece Esporte e Cultura para Cegos é que há muitas dúvidas com relação ao apoio completo. E não é só sobre o momento de retirar o visto humanitário, mas é o apoio, de fato, no acolhimento. Eu acredito que talvez o José Prado e a Juíza Luciana devam também estar em contato com outras entidades – o Abdul, com certeza, porque eu falo bastante com o Abdul, então eu sei que ele também tem recebido muitas demandas de entidades – que não têm nenhum histórico de atuação na pauta de imigração e refúgio, de acolhimento, mas que estão se dispondo e que gostariam de ter mais informações e orientações de como fazer isso. Porque, uma vez que a pessoa, que a família chegue no Brasil, tem que se orientar sobre regularização imigratória, informar sobre quais os direitos que as pessoas têm, ouvir os direitos trabalhistas, como bem disse a Juíza Luciana, orientar sobre matrícula nas escolas, o direito que essas pessoas têm de assistência social





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também, revalidação de diploma, possibilidade de oferta de cursos, incluindo cursos de português, inserção no mercado de trabalho, um apoio financeiro e psicológico, inclusive, de moradia, como foi dito também pelo Sayed, nesse período de chegada e adaptação. Essas famílias todas vão criar formas autônomas de viver no Brasil, mas, nesse momento de chegada, é importante que haja toda uma rede de apoio e de informação.

Então, para isso, seria importante a Comissão também verificar junto ao Governo Federal que tipo de orientação tem sido feita a esses grupos. Porque nós temos uma lei de imigração que define uma política, que deveria haver uma política nacional de imigração – essa política ainda não foi feita. Mas isso não exige o Governo Federal de dar essas orientações a esses grupos.

E aqui eu queria ressaltar um compromisso que o Estado brasileiro fez, em 2019, no Fórum Global sobre Refugiados, das Nações Unidas, em que o Brasil se comprometeu a se debruçar sobre a modalidade de reassentamento privado e comunitário de refugiados, visando a lançar uma iniciativa piloto em 2021. Ela ainda não foi lançada – a gente entende, porque houve o contexto todo de pandemia –, mas o fato de o Governo ter feito esse compromisso, que no jargão da ONU é o *pled*, nos faz entender que talvez já haja todo um desenho desse projeto-piloto, inclusive, com orientação a esses grupos de patrocínio privado ou comunitário para reassentamento de refugiados.

Aqui é importante só mencionar que, tecnicamente, para essas pessoas do Afeganistão, não seria um reassentamento, porque reassentamento é quando a pessoa já foi reconhecida refugiada em um outro país e ela viria, por exemplo, para o Brasil. Essas pessoas, por exemplo, que estão no Paquistão não foram ainda reconhecidas como refugiadas no Paquistão. Então, seria algo, assim, um pouco paralelo à lógica do reassentamento, mas que tem um limite dos pontos de contato. Então, é preciso ter uma orientação por parte do Governo Federal, que tenha esse principal mandato no tema de imigração, mas também dos governos estaduais e locais para que esses grupos possam ter acolhimento.

E aí, já concluindo – e até sei que já estou passando aqui do meu tempo –, Deputado, é o último ponto que diz respeito à política atual sobre fronteiras, ainda no contexto de pandemia.

As fronteiras terrestres continuam fechadas. Elas, por conta da pandemia, as portarias de fechamento de fronteiras, mantêm as fronteiras terrestres fechadas. E mais: há punições totalmente descabidas e desumanas para quem entrar por uma fronteira terrestre. Só que, desde meados do ano passado, turistas já podem entrar por aeroportos, e houve, em alguns meses, uma flexibilização para turistas que vinham por cruzeiros também entrarem.

Então, por que a gente mantém essa discriminação? Você chega e tem dinheiro – é uma situação econômica para chegar por avião ou por um cruzeiro –, você pode entrar em Território nacional, mas, por fronteira terrestre, não. O resultado disso, Deputado Túlio, é que uma família afegã que chegar a um ponto de entrada via terrestre para tentar entrar no Brasil e aqui pedir proteção vai ser impedida de entrar. Se ela conseguir entrar por alguma forma, ela vai ser proibida de pedir refúgio, porque a portaria tem, em um dos seus artigos, a punição, a sanção de inabilitação do pedido de refúgio. E mais: a segunda sanção é a deportação imediata dessas pessoas.

Então, essa portaria é tão descabida e já era de descabida antes da situação do Afeganistão. Agora, ainda, com todo esse discurso de acolhimento do Brasil, ela vai ficar ainda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais descabida, porque seguir à risca o que diz a portaria significa deportar essas pessoas para o Afeganistão ou para o país onde elas estiveram antes de virem ao Brasil.

Para concluir, Deputado, fico muito feliz de saber que o senhor vai a Pacaraima. Eu sou da Conectas Direitos Humanos, mas também estou como consultora do CNDH (Conselho Nacional de Direitos Humanos) para temas de migração e refúgio. E o CNDH acaba de realizar uma missão a Roraima. Nós estivemos em Boa Vista e em Pacaraima faz menos de duas semanas.

Então, aqui eu queria até colocar à disposição o CNDH para poder fazer com o senhor uma reunião prévia à sua viagem, se possível, para compartilhar um pouco das preocupações que nós já pudemos observar durante essa nossa missão *in loco* a Pacaraima e a Boa Vista, e uma delas inclui a reestruturação dos abrigos, que, infelizmente, caminham para uma via em que agora nós vamos ter uma lógica de campos de refugiados dentro de centros urbanos, incluindo na capital Boa Vista. Então, essa lógica de, entre aspas, "campos de refugiados" que evitamos tanto, buscando um acolhimento integrado à assistência social e à integração local, parece que estar se distanciando com uma proposta, que já está em curso por parte do Governo Federal, de criar superabrigos, mega-abrigos, com 3 mil pessoas, incluindo indígenas, Deputado.

Eu sei que vou fugir aqui muito rapidamente do tema, mas nós temos uma população grande de indígenas venezuelanos que migraram para o Brasil, e essas pessoas estão também dentro desse pacote cruel do Governo de reestruturação para um formato de campos de refugiados, mas essas pessoas não foram nem consultadas. Então, há, inclusive, uma mobilização desses indígenas pedindo que a Convenção 169, da OIT, de consulta livre, prévia e informada, seja respeitada, porque a proposta do Governo Federal é colocar essas pessoas num grande abrigo de 2 mil pessoas.

Então, são dois pontos sobre os quais seria ótimo se a gente pudesse dialogar – o CNDH e o senhor, como Relator da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados –, previamente à sua ida ao Estado de Roraima.

E agradeço, novamente, a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. PDT - PE) – Nós que agradecemos a sua fala, Camila. Muito obrigado pelas experiências e pelas sugestões que esta Comissão recebeu, e iremos agir nesse sentido, sem dúvida. Já aceito o seu convite também. Sugiro até que talvez a gente pudesse fazer uma videoconferência no domingo. Eu acho que é o único e mais tranquilo espaço que a gente tem para a fazer esse debate. Depois, vou pedir à nossa assessoria para entrar em contato com vocês. Mas, primeiramente, quero agradecer e dizer que nós estamos, sim, muito preocupados com essa situação dos venezuelanos. Fizemos uma audiência na cidade do Recife sobre as condições de vida e de trabalho daquelas pessoas. E nós precisamos agir e agir rápido, o quanto antes.

Recebemos algumas perguntas aqui – eu queria informar aqui aos convidados –, mas todas as perguntas foram no sentido de cobrar respostas. E, como os convidados que estão aqui não respondem pelas ações do Governo nem os Parlamentares, que têm a função de fiscalizar o Governo, nós faremos essas perguntas através de um requerimento de informação.

Eu queria dizer a todos que estão assistindo a esta audiência pública de casa ou do seu computador, pelo YouTube, que essas perguntas que foram feitas no Portal e-Cidadania nós poderíamos fazê-las e depois publicá-las, pela Comissão, para que todos tenham conhecimento das respostas do Governo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria convidar a todos antes para a gente seguir para as considerações finais. Temos aqui sete convidados e temos um tempo rápido, breve, de um minuto apenas. Daí eu gostaria de trazer aqui a ordem dessa última fala de considerações finais. Chamarei o José Prado, fundador da Abuna; depois, a Juíza Luciana Paula Conforti; depois, Fazel Ahmad, nosso convidado; posteriormente, Amad Jaber – desculpem –; depois, Abdulbaset Jarour; depois, Flávia Mantovani; e, depois, a Camila Asano, para a gente seguir para as considerações finais.

Então, eu gostaria de convidar agora, pelo tempo de um minuto, o José Prado para fazer a sua fala, as suas considerações finais.

José, por favor, com a palavra.

O SR. JOSÉ PRADO (Para expor.) – Obrigado, Deputado Túlio. Foi uma excelente oportunidade poder ouvir os nossos colegas e também as pessoas que já estão aqui no Brasil, esses novos brasileiros, e a importância de a gente fazer esse diálogo como sociedade, como Congresso Nacional, buscando alternativas e respostas concretas para essa que é uma das maiores crises humanitárias que nós temos no momento hoje no mundo.

Deixo aqui também minha palavra de agradecimento. Eu quero registrar isto: nós temos tido o apoio do Ministro de Relações Exteriores e também lá do Itamaraty. Então, nós como Coalizão temos que registrar aqui o apoio do Ministro André Veras e do Chanceler Carlos França, que têm nos apoiado. Nós sabemos os problemas que o Governo tem enfrentado. Nós podemos e queremos contar com a boa vontade deles, com a qual já contamos até agora, daqui para frente. É importante, sim, que novas soluções sejam encontradas, sejam buscadas. E é nesse fórum de sociedade civil, de Congresso, de Governo que as soluções podem ser encontradas.

Então, muito obrigado, mais uma vez, a todos. Fico à disposição, querendo somar e querendo contribuir para que mais afegãos consigam chegar e ter sua vida digna, e esses novos brasileiros possam contribuir para a nossa sociedade. Mais uma vez, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. PDT - PE) – Nós que agradecemos, José Prado, a sua contribuição e a sua presença aqui conosco. Espero, em outros momentos, poder desfrutar mais ainda de sua fala nesse tema tão importante para o Brasil e para o mundo.

Agora eu queria convidar a nossa colega e Vice-Presidente da Anamatra, Juíza Luciana Paula Conforti, para que faça suas considerações finais.

Lembro que conheço a Juíza Luciana desde os tempos da Fundacentro, nos debates sobre a saúde e segurança do trabalhador, sobre as normas regulamentadoras de saúde e segurança no trabalho e sobre política de conscientização.

Luíza, agradeço a sua presença aqui conosco.

Por favor, com a palavra.

A SRA. LUCIANA PAULA CONFORTI (Para expor.) – Muito obrigada, Deputado Túlio. É sempre um prazer poder estarmos juntos para esclarecer direitos e pensar em soluções para problemas tão graves que temos no nosso País, inclusive essa questão acidentária, não é?

Eu gostaria de ressaltar a grande violência que as mulheres estão sofrendo. Por isso, a Anamatra também tem acompanhado esse caso pela Comissão Anamatra Mulheres. Nosso interesse, além das juízas que estão sofrendo restrições por conta do desempenho do cargo, é com as mulheres afegãs também têm sofrido sobremaneira com essas violências todas. Então, é uma grande preocupação nossa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação aos materiais de esclarecimento de direitos que comentei aqui, nós temos no *site* da Anamatra, na aba TJC, disponíveis eletronicamente. Isso pode ajudar toda a população. Então, é muito importante que esses materiais estejam acessíveis para tanto.

Da Coalizão, como eu disse, é um grande prazer participar, porque há uma preocupação com vários segmentos da sociedade afegã, não só as magistradas, mas também membros do sistema de justiça e cidadãos em geral. E a gente teve essa felicidade de conquistar esse documento recentemente emitido pelo Governo brasileiro que admite 200 afegãos e afegãs, inclusive agentes comunitárias da ONU, com a emissão das passagens pela ONU. Então, nós acreditamos que essa ação pela Coalizão foi já de grande vitória, mas sabemos que o trabalho só está começando. Quando eles chegarem e elas também, é que nós vamos saber das reais necessidades. É por isso que esse trabalho não se esgota em apenas uma entidade ou um segmento de entidades para o acolhimento.

Mais uma vez, quero renovar o agradecimento e parabenizar pela audiência pública, que foi bastante esclarecedora, para que a população possa ter ciência de todos os problemas que envolvem a temática e renovar a nossa disponibilidade na contribuição.

Muito obrigada a todos e a todas e uma boa-tarde.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. PDT - PE) – Muito obrigado, Dra. Luciana, pela sua presença aqui conosco. Mais uma vez, a gente está construindo esses debates necessários para o Brasil. É muito bom tê-la aqui com essas contribuições, com suas falas, com sua experiência nessa pauta tão importante.

Dando continuidade, convidamos agora o nosso querido Fazel Ahmad, que vem dar a sua contribuição no sentido de trazer as suas considerações finais pelo tempo de um minuto.

Então, Fazel com a palavra.

O SR. FAZEL AHMAD (Para expor.) – Obrigado mais uma vez pela oportunidade. Mesmo com o que a Sra. Luciana Paula falou sobre essa situação, eu acordo com ela mesmo assim. A outra senhora, a Camila Asano, também falou sobre a situação, e eu acordo com ela também. O mesmo que falei palavras antigas sobre... Estão querendo que o prazo de visto, com dificuldades para nós, afegãos, com quem está acontecendo isso.

A gente vê as pessoas que não estão conseguindo tirar visto facilmente, com facilidade, não conseguem pegar ou tirar o visto dele com o prazo e também aquela outra situação que eu falei sobre a Índia. Na Índia, você tem um povo afegão de outras religiões. Eles me pediram, um amigo que também é afegão, para abrir portas para eles também na Índia.

Eu agradeço a todos que aqui estão na reunião. E é só isso que a gente está querendo dizer para vocês sobre a dificuldade das pessoas.

A Flávia falou sobre aquela outra situação de embarcar e desembarcar. A Flávia falou sobre uma pessoa que já tirou visto, mas está com dificuldade de embarcar no aeroporto de Islamabad. Essa foi uma situação também bem séria. No Islamabad, também não estão deixando as pessoas. Quando tiram visto, eles estão querendo uma caixinha, um dinheiro para embarcar, e, se não der para eles o dinheiro, assim, na mão deles, por baixo da mesa, eles não deixam que as pessoas passem para entrar no avião. Toda a documentação dele está certa, mas, fora disso, ele precisa também de uma coisa para embarcá-lo.

Essa é uma situação também difícil para nós, povo mesmo assim. O Sayed também falou de quando as pessoas vão chegar aqui para recolhimento. Como a gente vai fazer para eles,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arrumar para eles hospedagem? Tudo bem, a gente consegue pegar uma pessoa, duas pessoas, três pessoas e ajudá-los, mas não consegue com o povo inteiro aqui, entendeu? Por isso que há um pouco de dificuldade também sobre isso.

Fora o que a gente faz com o visto para ajudar esses irmãos e para as demais famílias. Há mais familiares que estão aqui, dentro do Brasil, refugiados, afegãos que estão aqui. A gente passou o risco, nós, familiares, para ajudar esses irmãos que eu acho que passaram para outro de vocês mesmos e para trazer mais familiares.

Tudo bem que a gente consegue ajudar mais famílias, mas não consegue pôr o grande povo aqui, porque a gente não é milionário aqui, entendeu? É por isso que a gente está querendo ajuda com o acolhimento das pessoas quando chegam aqui. É isso o que a gente está querendo, e eu agradeço a vocês muito por dar para nós a oportunidade e agradeço por toda a organização desta reunião que já se realizou.

Muito obrigado a vocês mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. PDT - PE) – Nós que agradecemos, Fazel Ahmad, sua contribuição aqui, conosco.

Como vocês podem ter visto, ele, infelizmente, não conseguiu abrir a câmera, por indisponibilidade, mas conseguimos ouvi-lo muito bem e agradecemos aqui a sua presença e participação nesta Comissão, conosco.

Agora, dando continuidade às considerações finais, eu convido Amad Jaber, que também está aí, ao lado do Sayed. Também está aberta a palavra, caso ele queira também fazer a sua consideração final.

Amad com a palavra.

O SR. AMAD JABER (Para expor.) – Obrigado, muito obrigado, Senador... Deputado, desculpa. Muito obrigado, Senador, Sr. Paulo Paim. Obrigado a todos os que fizeram esta reunião muito importante para a nossa comunidade afegã. Essas palavras vão ser escutadas por 100% das embaixadas.

A gente queria também que essa reunião, ou outra igual a ela, continuasse depois para facilitar mais aos afegãos que chegam ao Brasil, para facilitar todas as coisas: as residências deles, as dificuldades deles.

A gente queria, de novo, pedir para a embaixadas em Islamabad, em Ancara e no Iraque facilitarem o visto comunitário para os povos que estão sofrendo no Afeganistão. Infelizmente são mais mulheres na área de risco: as artistas todas estão escondidas em casa; as militares, 100%, na área de risco; as juízas, 100%, na área de risco. A gente queria que o Brasil, a embaixada facilitasse rapidamente o processo de visto para esses grupos de pessoas.

Eu agradeço a todos. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. PDT - PE) – Nós que lhe agradecemos, Amad Jaber, pela sua presença aqui, conosco, pela sua contribuição. Parabenizo-o também pelo português, de perfeita compreensão.

Gostaríamos, agora, para suas considerações finais, de convidar Abdulbaset Jarour, que também está aqui conosco, nesta Comissão, e que fez sua fala – uma excelente fala também –, para suas considerações finais, pelo tempo de um minuto.

Abdul com a palavra.

O SR. ABDULBASET JAROUR (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Deputado Túlio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas queria agradecer à Comissão Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados pelo espaço e oportunidade e também a todos que contribuíram para esse diálogo da realização.

Só quero dizer uma coisa aqui: se um brasileiro procurar saber de onde vem sua origem, ele realmente, com certeza, vai fazer questão de apoiar os refugiados e imigrantes que buscam somar e multiplicar na sua cidade brasileira. Por isso, sempre falo que nós somos os novos brasileiros. A esta terra em que nós estamos e que nos está acolhendo nós somos muito gratos!

Também queria falar, em nome da nossa Comissão de Direitos Humanos, Migrantes e Combate à Xenofobia do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo, que segue à disposição, incansável e firme na luta para defender e assegurar a garantia dos direitos dos irmãos afegãos e de toda a comunidade dos refugiados imigrantes que vivem aqui no Brasil.

Gratidão!

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. PDT - PE) – Muito obrigado, Abdulbaset Jarour, pela sua contribuição, aqui, conosco. Sem dúvida, o povo afegão, o povo sírio é também parte do nosso povo, o povo brasileiro, e nós temos que procurar escutar, cada vez mais, os anseios e as dificuldades. Os políticos brasileiros precisam estar atentos a essa pauta, que é uma pauta necessária, e principalmente ouvir essas pessoas que estão em nosso País, como seu novo lar, como uma nova moradia, e que são, sim, nossos irmãos.

Queria aqui, em nome de todos os convidados, primeiro, agradecer-lhe a sua presença e participação conosco. Muito obrigado.

Agora convido a nossa querida jornalista Flávia Mantovani, para que ela possa fazer suas considerações finais, pelo tempo de um minuto.

Flávia, por favor, com a palavra.

A SRA. FLÁVIA MANTOVANI (Para expor.) – Obrigada.

Bom, eu queria agradecer novamente, então, a oportunidade de falar neste espaço. Esse tema precisa ser constantemente acompanhado, debatido e, neste momento, mais ainda. Às vezes, a gente vê um foco muito grande num determinado país quando a grande notícia acontece, mas, depois, esse tema acaba saindo do foco, esfria um pouco. Enfim, no caso do Afeganistão, eu acho que a gente tem que manter essa pauta na agenda. Aquelas pessoas continuam lá. Para muita gente que está lá, as questões relacionadas ao visto humanitário emitido pelo Brasil são literalmente uma questão de vida ou morte, o risco é real. Então, de fato, essa é uma pauta urgente.

E eu queria dizer que eu estou atenta. Nós jornalistas contamos com as nossas fontes, com as pessoas que estão em contato direto com as diferentes realidades, para poderemos dar visibilidade a temas que precisam de visibilidade. Então, é isso. Eu estou atenta! Enfim, quando vocês precisarem, me enviem sugestões para a gente avaliar, pesquisar e tornar visíveis temáticas que sejam importantes em relação a essa questão do acolhimento aos afegãos, está bem?

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. PDT - PE) – Obrigado, Flávia, jornalista da *Folha de S.Paulo*.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Flávia, você conhece muito bem a realidade dessas pessoas e, pela sua experiência, pela convivência, pela sua escuta dessas histórias, tem muito a contribuir com esta Comissão. Agradeço, mais uma vez, sua participação aqui, conosco. Muito obrigado.

Agora, por fim, para as suas considerações finais, eu queria convidar a Coordenadora Camila Asano, pelo tempo de um minuto.

Camila, com a palavra.

A SRA. CAMILA ASANO (Para expor.) – Obrigada, Deputado.

Eu só queria agradecer – já está avançado o horário; desculpem-me, uma sirene – e também dizer que, para a Conectas, foi uma honra poder estar aqui, participar e ter ouvido as colegas e os colegas que estiveram aqui.

Acho que a Comissão tem um papel importante, como mencionei na minha fala, mas ela também é um espaço de encontros. Aqui nós temos entidades e pessoas que estão atuando nas suas diversas capacidades, seja a partir do trabalho da imprensa, seja na atuação direta junto às pessoas migrantes e refugiadas, como é o caso do Demig; de instituições como o Condepe, que o meu amigo Abdul representa aqui e que também mostra essa rede de instituições estatais – não são governamentais, mas são estatais – que atua também em vários temas de direitos humanos; e de iniciativas como a Coalizão Brasil-Afganistão. Quero colocar aqui também à disposição a Conectas para mais diálogos e uma aproximação. A Anamatra tão importante nas várias agendas e também muito atuante nessa pauta. Queria aproveitar este momento para fazer esse reconhecimento à composição aqui do grupo e também ao Jaber e ao Fazel, que se colocaram à disposição e utilizaram o tempo deles para contar, fazer esse testemunho e contribuir também com o nosso Legislativo federal brasileiro. Então, isso também é mais uma prova do quanto a migração e o refúgio contribuem para uma democracia mais vibrante, mais informada e mais humana.

Eu queria só agradecer mesmo à Comissão por ter me dado a oportunidade de estar com esse grupo de pessoas aqui neste debate de hoje. Quero agradecer também ao Senador Nelsinho Trad, e eu vejo também aqui na nossa sala do Zoom o Senador Mecias de Jesus, que nos acompanharam, e também ao Senador Paim e à Senadora Mara Gabrilli, que estiveram no início. Também essa atuação dos e das Parlamentares é fundamental para que esses temas avancem.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. PDT - PE) – Muito obrigado, Camila, pela sua fala, pela sua presença aqui conosco, por compartilhar experiências. A nossa assessoria vai entrar em contato para que a gente faça essa reunião sobre a situação dos venezuelanos, já que estaremos lá, presencialmente, nessa visita técnica, ouvindo e conhecendo *in loco* a situação.

Eu gostaria de agradecer aos Senadores presentes – Senadora Soraya, Senador Nelsinho Trad, Senador Mecias de Jesus, nosso Presidente, o Senador Paulo Paim, Senadora Mara Gabrilli – e ao Deputado Luis Miranda, que também esteve acompanhando esta audiência aqui conosco.

Eu gostaria de dizer a todos que esta reunião está gravada, e por isso nós conseguiremos acessar as informações, o conteúdo através do Portal do Senado. Quero dizer que essas informações irão nos ajudar muito na construção desse relatório, que será apresentado no final do ano, e dizer também que vai nos ajudar na interpelação do Ministro de Estado de Relações





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exteriores, Sr. Carlos Alberto França – já temos uma audiência prevista com ele também pela Comissão.

E também, por fim, quero reforçar que a Senadora Mara Gabrilli apresentou um projeto de resolução que altera o Regimento Comum do Congresso Nacional, com o objetivo de consolidar as atividades legislativas da Comissão Mista Permanente sobre Migrações e Refugiados. A gente vai lutar para a aprovação dessa Comissão. E desde já solicitamos o apoio dos Senadores para a subscrição desse projeto de resolução.

Agradecemos, mais uma vez, a todas e todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, REUNIÃO REMOTA.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e um, remotamente, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados com a presença dos Parlamentares Mecias de Jesus, Mara Gabrielli e Luis Miranda. Deixam de comparecer os Parlamentares Eliziane Gama, Telmário Mota, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Flávio Arns, Baleia Rossi, Carlos Zarattini, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Stefano Aguiar, Jhonatan de Jesus, Bruna Furlan, Túlio Gadêlha e Orlando Silva. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 5/2021 - CMMIR, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** A situação dos brasileiros no exterior. **Participantes:** Guilherme Otero, Coordenador de projetos na Organização Internacional para as Migrações (OIM).; Graziella do Ó Rocha, Coordenadora de projetos na Associação Brasileira de Defesa da Mulher, Infância e Juventude (Asbrad).; Clarita Costa Maia, Presidente da Comissão de Migrações e Comércio Exterior da OAB/DF.; Andrea Clemente, Voluntária do Grupo Mulheres do Brasil.; e Alvaro Lima, Diretor de Pesquisas da Prefeitura de Boston e Coordenador da Vota Brasil 2022. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/12/03>





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Mista Parlamentar sobre Migrações Internacionais e Refugiados da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a situação dos brasileiros no exterior.

Participarão da audiência, de forma remota, como está participando este Presidente, os seguintes convidados: Andrea Clemente, voluntária do grupo Mulheres do Brasil; Guilherme Otero, Coordenador de Projetos na Organização Internacional para as Migrações; Graziella do Ó Rocha, Coordenadora de Projetos para o enfrentamento ao tráfico de pessoas e promoção de direito de imigrantes e refugiados na Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (Asbrad), representante da sociedade civil no Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap); Clarita Costa Maia, Presidente da Comissão de Migrações e Comércio Exterior da OAB/DF; e Alvaro Lima, Diretor de Pesquisas da Prefeitura de Boston e Coordenador da Vota Brasil 2022.

Esta audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta a participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania, na internet, e em www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800-0612211.

De acordo com as normas regimentais, cada convidado fará sua exposição por dez minutos. Em seguida, abriremos a fase das interpelações. Por aqui, elas podem ser entre vocês ou por Parlamentares que estejam nos acompanhando. Ao final, aqueles que desejarem fazer uso da palavra, devem solicitar a sua inscrição por meio da função levantar a mão no aplicativo ou registrando o seu pedido na ferramenta bate-papo.

Como está aqui programado, nós faremos uma abertura para situar a todos. Em seguida, a fala vai para vocês, dez minutos para cada um. Eu devo também fazer uma abertura no mesmo tempo de vocês, em torno de dez minutos, que inicio agora. Meus amigos e minhas amigas, aproveito aqui para fazer um pequeno balanço, já que esta é a nossa última audiência pública do ano.

Este foi um ano muito difícil para todos os brasileiros, na economia, na saúde, nas políticas sociais, no trabalho. No Congresso não foi diferente, e ficamos com os trabalhos nas Comissões interrompidos por cerca de um ano.

Mesmo com as Comissões inoperantes, realizamos *lives* em que tratamos de alguns temas, como: migrações no contexto de crises ambientais; revalidação de diploma de refugiados nas universidades; o direito de migrar; fechamento das fronteiras; impacto da pandemia nos Municípios; a situação de migrantes e refugiados na pandemia.

Conseguimos instalar a Comissão Mista Permanente de Migrações Internacionais e Refugiados em meados de setembro. De lá para cá, realizamos sete atividades no período de aproximadamente dois meses. Hoje estamos realizando a oitava reunião. Instalamos e elegemos a Mesa da Comissão, tratamos da crise migratória internacional. Debates sobre o Cais do Valongo, patrimônio histórico do símbolo da migração forçada e cruel dos povos africanos para o Brasil. Desse debate, saiu fortalecido o projeto de lei e o projeto de lei foi aprovado pelo Senado da República e se encontra na Câmara dos Deputados.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprovamos o plano de trabalho. O nosso Relator cumpriu duas missões: uma, em Recife, Pernambuco, com foco na questão do trabalho para migrantes e refugiados, e outra, em Roraima, que é o nosso mais recente foco de migrações em massa no País.

Aprovamos as emendas de orçamento relativas à temática dessa Comissão, debatemos sobre a situação geral dos migrantes e refugiados que estão no Brasil. Hoje estamos com dois meses de trabalho, realizando a nossa oitava reunião, como eu já dizia, para tratar da situação dos brasileiros que migram para o exterior, e, pelo que temos acompanhado dessa realidade, ainda há muito que o Estado brasileiro tem de fazer para dar suporte aos seus cidadãos que saem do País.

As causas e motivações que levam brasileiros a sair são inúmeras. Os maiores motivadores são a prosperidade e a esperança de uma vida melhor e mais adequada com as perspectivas. Sabemos também que, na maioria dos casos, não são encontradas apenas facilidades e melhorias na qualidade de vida. Temos muitos problemas. Muitos acabam se colocando em situações extremamente complicadas e de vulnerabilidade. Vemos brasileiros e brasileiras sendo vítimas do tráfico de corpos humanos e se sujeitando a condições de trabalho degradantes, tendo empecilhos e barreiras das mais diversas para o retorno ao Brasil, ficando detidos nas fronteiras sem documentação nem direitos.

Segundo dados do Itamaraty, de 2020, temos hoje cerca de 4,2 milhões de brasileiros fora do Brasil, espalhados pelo mundo. Os cinco países que mais receberam esses brasileiros e brasileiras são: Estados Unidos, 1,7 milhão; Portugal, 276 mil; Paraguai, 240 mil; Reino Unido, 220 mil; Japão, 211 mil.

Esses são dados oficiais, mas ainda existe o número não mensurável dos que estão em situação ilegal e na clandestinidade. É algo para o qual o Estado brasileiro tem de criar mecanismos para mapear. Os problemas sociais e econômicos têm motivado a nossa gente a sair do País desde o final da ditadura ou mesmo durante a ditadura, quando possível.

Com o desaparecimento do progresso econômico e fuga das multinacionais desde a segunda metade da década de 2010, temos acompanhado um crescimento de 81% da fuga de trabalhadores qualificados para países ricos, que pertencem à OCDE.

Há um cenário claro de fuga do capital externo combinado com uma ausência de projeto de nação que esteja integrado e atento às suas consequências na vida da população. Isso reflete para todos. Pessoas das mais variadas classes sociais saíram do País, mas nem todos, como dizíamos, conseguem atingir o que buscam. Normalmente, são as camadas pobres, as mulheres e os jovens que mais sofrem com as migrações mal estruturadas.

Dessa forma, cabe ao Legislativo estar atento, propor e aprimorar leis nacionais e acordos internacionais para dar o suporte mínimo e necessário para a nossa gente.

A combinação tem que ser a preservação dos direitos humanos somada à geração de oportunidades através das boas relações comerciais e diplomáticas com os outros países.

Aqui eu encerro a minha fala inicial, introduzindo o tema. Mas aqui há mais algumas questões, que eu não vou colocar, como a questão racial, que também está ligada à questão dos refugiados imigrantes, como também as discriminações. E aqui lembro que nós, no Senado, nesse tempo de pandemia – e vou resumir nisso só, porque não vou citar todos, pois aqui encerro a minha introdução –, apresentamos cerca de 20 projetos de combate ao racismo e ao preconceito. Quero cumprimentar o Senado, que, mesmo em tempo de pandemia, desses 20 que apresentamos, 10 nós aprovamos. Estão todos na Câmara dos Deputados. Infelizmente, a





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Câmara não cumpriu ainda a sua parte em relação a esses projetos. Esperamos que a Câmara aprove, nesse ano que vem, mais de uma dúzia... Porque não são só esses 10; mais de 20 projetos que estão lá também para serem deliberados.

Neste momento, eu passo aos senhores e senhoras...

Temos ali já a Mara Gabrilli, que foi nossa Relatora, quando a Bruna Furlan foi a Presidente. Ela ganhou a bebê, depois ela teve que sair e passou para mim. Eu, na verdade, sou um Presidente de dois, três meses. Eu era vice da Bruna e estou agora cumprindo um papel que vai terminar em janeiro.

Obrigado, Mara, por estar já presente aqui conosco.

Então, vamos à fala dos convidados.

A Mara, na hora que quiser, como outros Senadores e Senadoras que estiverem presentes, inclusive o Relator, farão uso da palavra.

Começamos pelo Sr. Guilherme Otero, da Organização Internacional para Migrações, por dez minutos.

Fique bem à vontade. Discorra como entender melhor, nesse tempo de dez minutos, sobre o tema provocado por esta Comissão no dia de hoje.

O SR. GUILHERME OTERO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Conseguem me ouvir bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Perfeito. O som está perfeito, a imagem também.

O SR. GUILHERME OTERO – Maravilha.

Bom, boa tarde, então, a todas e todos. Eu gostaria de saudar as autoridades presentes, a todos os Parlamentares desta Comissão Mista Permanente de Migrações Internacionais e Refugiados e a todos que estão nos acompanhando nesta importante audiência pública hoje.

Eu gostaria de agradecer novamente ao Presidente da Comissão o convite estendido a nós, da Organização Internacional para as Migrações, a agência das Nações Unidas para as migrações.

Bom, também quero parabenizar a Comissão por trazer à tona o tema da emigração e das comunidades de brasileiros no exterior. Por muito tempo, por muitos anos esse tema ficou invisibilizado dentro do debate de migrações no Brasil, muito por conta daqueles intensos fluxos de entrada de imigrantes e refugiados de outros países, e a gente pode colocar como exemplo a questão dos haitianos, dos venezuelanos, dos sírios e de vários outros, durante aí, principalmente, a última década, as duas últimas décadas.

Agora, felizmente, a gente vê um interesse renovado na situação da diáspora brasileira, que tem se tornado uma situação mais difícil e mais delicada com as crises sanitária e econômica pelas quais o mundo e o Brasil têm passado ultimamente.

Então, eu queria só iniciar a minha fala fazendo, dando alguns dados do contexto das migrações internacionais atualmente, aproveitando que lançamos, a OIM lançou esta semana um relatório global de imigrações 2022, que é um relatório bianual que nós publicamos e que traz dados atualizados das migrações até o fim de 2020, então, já pegando um pouco o contexto da pandemia.

Então, com a pandemia de covid-19, todo mundo sabe, houve uma quebra inédita nos fluxos migratórios globais. Então, só para se ter uma ideia, em 2019 haviam sido registrados 4,5 bilhões de passageiros aéreos no mundo todo, e, em 2020, até o final de 2020, o número caiu





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para 1,8 bilhão. Ou seja, é uma queda bastante forte de 60% para mais, com diversas restrições de viagens que foram impostas por praticamente todos os governos do mundo, de uma forma ou de outra, com intensidades diferentes também.

E, mesmo assim, com essa diminuição, por exemplo, dos voos internacionais, identificamos um leve aumento do número de migrantes internacionais no mundo todo, pessoas vivendo fora do país onde elas nasceram, o que alcançou 281 milhões de pessoas ao fim de 2020, frente às 272 que haviam sido registradas em 2019.

Há também, além disso, houve um aumento do número de deslocados forçados, por conta de desastres naturais, de violência e conflitos, e também vimos um aumento do número, ainda que pequeno, dos trabalhadores migrantes internacionais, que é uma força de trabalho ainda majoritariamente masculina, mas cada vez mais vemos uma participação maior de mulheres migrantes, inclusive como arrimo das famílias, ao contrário daquela concepção antiga que se tinha de que era sempre o homem que migrava primeiro e, depois, levava a família. Isso já tem, sim, se invertido cada vez mais nas migrações internacionais.

E agora, ainda estamos na pandemia, mas há já indicativos de uma lenta recuperação econômica pós-pandemia em vários países. E vemos cada vez mais brasileiros e brasileiras buscando novas oportunidades fora do País, como o Senador já bem colocou na sua fala inicial.

Eu também tinha trazido os dados recentes do MRE, mas não vou repeti-los, porque é exatamente isso que o Senador Paim colocou. Já são aí mais de 4 milhões de brasileiros vivendo no exterior, o que é um aumento mais ou menos de 14%, 15% em relação ao número de 2018. Então, a gente realmente vê que esse número oscilou bastante ao longo da última década, mas a gente vê, pelos dados do Itamaraty, um movimento de aumento desse número de brasileiros lá fora.

E, como o Senador bem colocou, a imensa maioria, mais de 40% de brasileiros estão nos Estados Unidos e depois nestes países: Portugal, Paraguai, Reino Unido, Japão. Mas há brasileiros, como se sabe, em todos os continentes, mas, sim, com forte presença na América do Norte, na Europa e no Japão, que é essa característica bem peculiar aqui do Brasil.

E aí é importante, em face a esses números, a gente notar que há muito mais brasileiros vivendo fora do País do que imigrantes vivendo aqui dentro, o que também diz bastante sobre o perfil migratório do Brasil. Estima-se aí que seja mais ou menos quatro vezes mais brasileiros lá fora do que imigrantes aqui dentro do Brasil. E, como o Senador bem colocou, esses números, é claro, podem variar bastante, a depender de que base de dados que se utiliza, porque há vários migrantes que você não consegue captar, por estarem irregulares ou por terem se movimentado, mas ainda não terem atualizado as bases de dados migratórias de cada um dos países. Isso acontece no Brasil, isso acontece em todos os países do mundo, mas pelo menos dá para a gente ter uma ideia da magnitude desses movimentos, desses fluxos.

E, com relação um pouco ao perfil – é claro que nós temos também convidados que vão poder falar muito melhor disso do que eu –, a gente vê que é uma comunidade bastante diversa. É uma comunidade que, pelo menos atualmente, a gente vê que são muitas com uma representação bastante grande de brasileiros e de brasileiras de classe média, tanto de origem tanto do interior dos Estados, mas também das capitais e grandes cidades, com um nível de escolaridade relativamente elevado, que migram com planos ou, pelo menos, que tentam permanecer por longo prazo e levando suas famílias junto ou com a expectativa de poderem





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

levar suas famílias, no futuro, com eles. Estão, acima de tudo, buscando melhores condições de trabalho e de vida, de segurança e também pensando aí na sua aposentadoria no futuro.

Eu também gostaria de ressaltar que essa comunidade tem um papel econômico e político que não pode ser ignorado. No primeiro trimestre de 2021, por exemplo, o Brasil recebeu aproximadamente US\$1,9 bilhão em remessas internacionais. São aquelas transferências monetárias feitas diretamente aos familiares, enfim, que estão aqui no Brasil. E já houve um aumento disso de 24% em relação a esse mesmo período de 2020, ou seja, mesmo com a pandemia, os migrantes fizeram um esforço muito grande de continuar enviando recursos para suas famílias aqui no Brasil.

Além desse aspecto econômico, também tem uma importância política bastante grande já que, nas últimas eleições presidenciais, foram mais de 500 mil brasileiros que se cadastraram para poder votar nas eleições.

Então, de fato, é uma comunidade que é importante nós observarmos por diferentes motivos.

Também existe – queria trazer também um outro ponto – o outro lado dessa imigração brasileira, ainda menos falado, que é o ponto do retorno dessas pessoas. Então, por diferentes motivos, esses emigrantes podem querer ou precisar retornar ao seu país de origem, ao Brasil, mas não possuem recursos para poderem fazer isso. Os motivos podem incluir, por exemplo, pessoas que ficaram desempregadas, questões de saúde, de irregularidade migratória ou pessoas que passaram graves abusos ou violência, seja violência doméstica, seja sobreviventes de tráfico de pessoas, que, depois do resgate, optam por voltar.

Nem sempre esse projeto migratório dá 100% certo como foi planejado, e o retorno pode se tornar um novo processo de nova migração dessas pessoas.

Esse processo de reintegração, a depender das expectativas que a família tinha ou que a comunidade tinha, dos traumas que foram passados ou do tempo que a pessoa passou lá fora, o retorno pode ser carregado de estigmas e de dificuldades para esses retornados.

A OIM é uma das organizações que opera programas de retorno voluntário, desde a década de 70. No caso do Brasil, começamos a operar aqui desde 2016. De lá para cá, nestes cinco anos, até 2020, apoiamos mais de 4.070 brasileiros a voltarem e a se reintegrarem no Brasil. A imensa maioria deles retorna para os Estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo. São os três principais Estados de origem desses emigrados brasileiros.

Contamos com uma rede de apoio no Brasil todo, para oferecer apoio psicossocial, financeiro e de reintegração no mercado de trabalho para essas pessoas.

Queria, então, já ir concluindo por aqui.

Esses dados e outros estão disponíveis tanto no nosso relatório global de migrações como no relatório que devemos publicar no ano que vem sobre a diáspora brasileira e a participação deles no desenvolvimento local no Brasil.

Então, concluo minha fala, reiterando o nosso compromisso da OIM com a promoção de uma migração segura, ordenada e regular em benefício de todos os migrantes, da sociedade de origem, de trânsito e de destino.

Agradeço, mais uma vez.

E permaneço aqui à disposição para os nossos debates.

Obrigado.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito obrigado, Dr. Guilherme Otero, da Organização Internacional para as Migrações (OIM), que fez já uma bela introdução. Ele falou do tráfico, falou da violência, falou do retorno difícil muitas vezes, falou dos quatro mil e poucos que retornaram e de todo um programa de apoio à reintegração. Falou de forma bem objetiva e ficou nos dez minutos.

Destaco, mais uma vez, que sou o Presidente, a partir de setembro, mas a Bruna Furlan foi a grande Presidente desta Comissão. Hoje, ela está na Vice-Presidência. Bruna Furlan é de São Paulo.

O Relator, que está fazendo um belíssimo trabalho também, como fez a Mara Gabrilli, é o nosso querido amigo e Deputado Túlio Gadêlha, que, devido à pandemia que está aí e à minha idade avançada, tem, inclusive, me representado em viagens por diversas partes do País.

Passamos a palavra agora à Dra. Graziella Rocha, da Associação Brasileira de Defesa da Mulher, Infância e Juventude (Asbrad).

Também pelo tempo de dez minutos.

A SRA. GRAZIELLA DO Ó ROCHA (Para expor.) – Muito boa tarde!

Primeiramente, eu quero agradecer aos Senadores e às Senadoras por esta oportunidade de contribuir com esta Comissão Mista. Agradeço na figura do Senador Paulo Paim. Muito obrigada, não só pelo convite, mas também pela visibilidade desse tema, tão caro para a nossa sociedade e tão pouco debatido.

Parabenizo os outros colegas, que estarão aqui abrilhantando este debate, o Guilherme Otero, da Organização Internacional para as Migrações e os demais parceiros com quem iremos debater.

Meu nome é Graziella Rocha. Eu sou Coordenadora de Projetos para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da Asbrad (Associação Brasileira de Defesa da Mulher, Infância e Juventude). Somos uma organização não governamental, com sede na cidade de Guarulhos, São Paulo, mas atuamos no Brasil todo, tanto no desenvolvimento de pesquisa quanto em ações da *advocacy* e em atendimento às vítimas diretas e indiretas do tráfico de pessoas.

Na cidade de Guarulhos temos um centro de atendimento ao migrante. Com o apoio do Ministério Público do Trabalho, a gente presta apoio a pessoas em situação de imigração, para mais de 800 famílias, na cidade de Guarulhos, e também temos uma casa abrigo, uma parceria com a Prefeitura de Guarulhos, em que nós atendemos mulheres ameaçadas de morte, tanto brasileiras quanto migrantes.

E nossa maior *expertise*, eu acho que a maior contribuição que temos, para trazer para este debate, nesta tarde, é problematizar as conexões entre essa migração, especialmente a migração de brasileiros no exterior, com o tema do tráfico de pessoas e do contrabando de migrantes.

Fomos a primeira organização da sociedade civil a trabalhar com esse tema aqui no Brasil, ainda no início dos anos 90. Devido a nossa proximidade com o Aeroporto Internacional de Guarulhos, a gente começou a atender brasileiros que retornavam, naquela época, antes até dos protocolos internacionais da ONU que tratam desse tema do tráfico de pessoas, que traziam em suas histórias relatos de exploração, relatos de inadmissão, muitos deportados e sem garantias de direitos no exterior. A Asbrad ficou, por 11 anos, atendendo esses migrantes dentro do Aeroporto Internacional de Guarulhos e deu origem aos Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante, que hoje estão em 17 Estados pelo País.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é a nossa bagagem. E o que a gente tem visto, que são pontos críticos e que merecem a atenção da nossa sociedade?

A ONU, em parceria com a Microsoft, no mês passado, lançou um aplicativo, um *site* em que dá para a gente ter uma noção do tráfico internacional. Ela traz alguns dados interessantes, para a gente, com relação a esse fluxo de tráfico de pessoas, de brasileiros no exterior.

O que se tem mapeado é que México, Equador, Peru e Bolívia são rotas de origem. O Brasil tem recebido pessoas desses países para exploração aqui dentro do País. E, do Brasil para o exterior, o que se tem mapeado é que Estados Unidos, Suíça e Itália são os países em que brasileiros e brasileiras mais são explorados lá fora.

Desse total que foi analisado pela ONU, 80% são mulheres, 18% são homens e 2% são pessoas trans. A maioria dessa exploração é para fins de exploração sexual e 44% de trabalho; 85% não estão documentados; e a maioria sofreu, de fato, a exploração quando foi identificada.

Um ponto importante que nós identificamos, especialmente agora, com a pandemia, é que o tráfico de pessoas vem mudando o seu *modus operandi* conforme o tempo. Então, se antes a gente tinha uma exploração de pessoas próximas que faziam esse aliciamento, hoje o que a gente vê é uma grande interação com as redes sociais. A gente atende, a gente é buscado o tempo todo por familiares, pelas próprias vítimas, que são pessoas que recebem propostas tanto de trabalho quanto de amor romântico para migrarem e largam tudo em busca desse sonho. E o que a gente também tem visto é pouco apoio do aparato de relações internacionais do Brasil de orientação e apoio a essas vítimas. A gente recebe também muita reclamação no sentido de buscarem os consulados e as embaixadas no Brasil e não terem a devida atenção, o devido apoio.

Essas pessoas vão em busca desse sonho, e muitos desses perpetradores têm um *modus operandi* pelo qual reconhece a vulnerabilidade da vítima – e essa vulnerabilidade pode ser econômica, mas não é só econômica. Então, o recorte econômico aqui é importante, óbvio – uma pessoa que está passando fome vai; qualquer proposta que venha tirá-la dessa situação é um fator de vulnerabilidade –, mas, internacionalmente, o que a gente vê é que são pessoas até que não estão em situação de insegurança alimentar, mas que têm o seu sonho explorado.

A gente vê em sua maioria mulheres, e isso está muito relacionado a essa cultura patriarcal que a gente tem: esse sonho que é vendido e passado muito pela mídia de que vai encontrar esse marido rico e que isso vai modificar a vida... Então, isso realmente é um fator – e a gente tem que ter os cuidados para não fazer uma estigmatização de gênero relacionada a esse tema –, mas a gente também tem outros casos revelados, como: jogadores de futebol; brasileiros que vão para fora, meninos, com promessas de se tornarem grandes jogadores internacionais e que, de fato, só são explorados e voltam endividados, voltam com lesões muito severas e muitos traumas, porque, quando esse menino saiu de casa, ele saiu para ser o novo Neymar e deu tudo errado. Então, ele vem com uma série de problemas psicológicos e precisa de apoio para esse retorno. E a gente tem outras funções: a gente tem muitos brasileiros que são explorados em navios de cruzeiro, porque é também um setor atrativo que diz que a pessoa vai aprender idiomas, que vai ser simples e, quando chegam em alto-mar, são extremamente explorados. E a gente vê que brasileiro também sofre um estigma muito grande, tanto as mulheres...

E aí eu quero abordar, para não passar do meu tempo, um outro cuidado que a gente tem que ter para que esse tema do tráfico de pessoas não seja utilizado como uma forma de estigmatização. Em relação a isso também a gente percebe que, em você sendo mulher, negra,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

brasileira que está querendo migrar, que está querendo ir para outro país, a própria migração tem um olhar extremamente estigmatizado. A gente sofre esse estigma de uma forma muito, muito severa. Então, a gente tem que tomar, também, muito cuidado com esse tópico, para que o tema do tráfico de pessoas não seja utilizado como uma forma de estigmatização dos brasileiros.

E só para terminar, nós somos uma das organizações que apoia a Organização Internacional das Migrações no retorno desses brasileiros. Como o Sr. Guilherme explicou, quando esse projeto de migração não dá certo e eles retornam, eles precisam de uma rede de amparo aqui, e as nossas políticas públicas não estão preparadas para receber esse brasileiro que ficou muito tempo no exterior e que retorna. Essa pessoa também sofre uma série de estigmatizações e dificuldades de acesso às políticas públicas, o que merece atenção da nossa sociedade. A gente tem apoiado, também, e visto o quanto é difícil esse reingresso desse brasileiro que passou pelo exterior.

Então, por fim, só para finalizar, eu acho que a gente tem que cobrar mais posicionamento do Ministério das Relações Exteriores com relação a esse apoio, especialmente para os brasileiros que são vítimas de violência e tráfico de pessoas no exterior. A gente tem que cobrar campanhas especialmente relacionadas ao contrabando de imigrante porque existe, sim, um inconsciente coletivo dessa migração, desse sonho, especialmente de ir para os Estados Unidos, vendendo uma facilidade, como se a Nação brasileira e a Nação americana fossem amigas e essa migração fosse simples, e o que a gente vê não é dessa forma. A gente vê brasileiros, também, em situação de exploração relacionado a esse contrabando de imigrante e sofrendo bastante discriminação lá fora.

Então, a gente tem que exigir campanhas de esclarecimento sobre essa migração segura; exigir redes de apoio aqui, para que se olhe para esse tópico dos brasileiros retornados que precisam de políticas públicas específicas; e estimular os Estados, os Municípios, o Ministério da Justiça para que apoiem as políticas dos Postos Avançados de Atendimento ao Migrante, que, em alguns Estados, já não estão nem mais funcionando, não têm RH, não têm estrutura, como se fosse uma subpolítica pública. E ela é uma política pública invisibilizada, mas de superimportância.

Então, acho que esta Comissão tem alguns tópicos muito importantes para a agenda de políticas públicas. Contem conosco para elaborar e para que a gente pense em estratégias. Eu não tenho tempo aqui para falar, mas, de repente, num outro momento em que a gente fale mais aprofundadamente do tráfico de pessoas, existem algumas mudanças legislativas que a gente vai ter que fazer. A gente vai ter que fazer uma ação, então, existe uma agenda forte de trabalho.

Parabéns para todo mundo. Espero ter contribuído e contribuir mais no que for possível.

Muito obrigada. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Graziella Rocha, da Associação Brasileira de Defesa da Mulher, Infância e Juventude (Asbrad), o conjunto da sua fala – eu já tinha visto a senhora falar algumas vezes – vem muito bem. Achei bem interessante esse fechamento que faz da importância de surgirem, dessas audiências públicas e desse diálogo que nós temos aqui, formas de fomento que façam a prática acontecer. E tomei nota aqui para ter os pontos básicos da exploração: na área do futebol, da exploração sexual, do trabalho escravo, na questão também da ida e da volta... Não precisamos repetir tudo isso, mas já achei que fechou muito bem quando diz da importância de que tudo que os senhores e as senhoras colocam aqui sirva





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

também para instrumentalizar novas leis e que a gente avance nesse sentido e cobre mais do Ministério das Relações Exteriores.

Então, meus cumprimentos.

Vamos, de imediato, agora, para a Dra. Clarita Costa Maia, Presidente da Comissão de Migrações e Comércio Exterior da OAB-DF e consultora do nosso Senado Federal.

A SRA. CLARITA COSTA MAIA (Para expor.) – Boa tarde!

Vocês me ouvem bem? (*Pausa.*)

Acredito que sim.

Boa tarde!

Quero agradecer ao Senador Paulo Paim pelo convite para compor a Mesa.

Saúdo todos os convidados e a audiência que nos assiste remotamente.

Bom, para melhor enquadrar a reflexão que desejo trazer para o estado do debate sobre o tema, eu preciso montar com os senhores e senhoras um mosaico histórico.

Volto ao ano de 2002, quando, em maio, ocorreu, nas dependências da Universidade Católica de Portugal, em Lisboa, o 1º Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior.

Foi promovido pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Distrito Federal e MPF, com diversos apoios institucionais brasileiros e portugueses, e foi um evento de caráter propositivo. Contou com a presença de representantes dos Governos de ambos os países, Parlamentares, religiosos e acadêmicos.

Como produtos do encontro, diversas sugestões, entre elas, a criação de mecanismos de representação dos imigrantes brasileiros; a criação de Subcomissões permanentes no Congresso Nacional sobre o tema; assessoria jurídica a imigrantes, um tema especialmente caro à OAB, do qual eu tratarei mais adiante, mas que, na época, estava sob a forma de implementação de um serviço jurídico local de apoio aos imigrantes prestado preferencialmente por profissionais que trabalhem com associações ligadas à comunidade – o serviço deveria ser financiado pelo Estado brasileiro mediante a apresentação e a aprovação de projetos específicos de entidades e associações –, retorno a esse tema mais adiante com uma proposta de aperfeiçoamento; repressão a atividades criminosas relacionadas à imigração e, claro, a crimes relacionados à imigração.

Então, algumas medidas que citei aqui e outras que não citei, mas constantes no produto final desse encontro, foram plenamente implementadas, outras o foram parcialmente e outras precisam ser iniciadas.

Em outubro daquele mesmo ano, 2002, o então candidato a Presidente do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, enviou aos brasileiros residentes no exterior uma carta aos brasileiros que vivem longe de casa. A carta propunha políticas novas a serem implementadas pela administração num Governo Lula. Até onde me é dado saber, foi a primeira iniciativa do gênero da parte de um candidato a Presidente na história do País.

Bom, diversas conjunturas trouxeram para o topo da agenda política o tema da imigração ilegal no País, explosão de notícias sobre imigrações ilegais, crimes patrimoniais, sexuais e à incolumidade física e psicológica sofridos por brasileiros nas mãos de atravessadores e empregadores, tráfico internacional de seres humanos crianças, lenocínio, tráfico de órgãos, enfim.

Mas foi no ano de 2005 que o argumento de uma novela de grande sucesso nacional acentuou a necessidade de se abordar o tema, e em maio daquele ano foi instalada a Comissão





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentar Mista de Inquérito sobre as imigrações ilegais, cujo relatório final, de mais de 500 páginas, foi aprovado em 12 de julho de 2006, ano seguinte, portanto.

Entrementes, a morte do brasileiro Jean Charles, em Londres, no que, à primeira vista, parecia ter ocorrido por uso excessivo da força pela polícia metropolitana da cidade e por ato de xenofobia – posteriormente, tudo esclarecido –, acrescentou temperatura ao debate.

Bom, a movimentação parlamentar, embora não tenha sido pioneira na identificação do problema da imigração como um problema de política pública ser tratado com o devido método, teve um mérito inegável, entre outros vários méritos: trazer ao debate público o tema da imigração como um problema nacional. E catalisou outros movimentos de suma importância na academia e no Poder Executivo.

No ano seguinte à aprovação do relatório, em 2007, o Ministério das Relações Exteriores realizou a I Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior, que evoluiu até a sexta edição, salvo melhor juízo, em 2018. Eu tributo ao contexto pandêmico a suspensão da realização dessas conferências – os senhores, por gentileza, me corrijam se eu estiver errada –, mas esta audiência enseja, de toda maneira, a exortação para que o MRE volte a promovê-las, para que elas voltem a ocorrer, que seja na modalidade eletrônica, *online*, dando continuidade a essa importante iniciativa de diálogo permanente com as comunidades brasileiras no exterior, para além do conselho de representantes de brasileiros no exterior, outra importantíssima medida tomada.

A CPMI da imigração ilegal, cuja duração, conforme vimos, acabou sendo de mais de um ano, com sucessivas prorrogações, teceu diálogos institucionais importantíssimos e inevitáveis com o próprio Ministério das Relações Exteriores, Polícia Federal, Banco Central do Brasil, Department of Homeland Security, nos Estados Unidos, e outros congêneres nos vários países que foram visitados, com os quais as autoridades brasileiras mantiveram interlocução, por serem destinos mais frequentes de imigração brasileira.

Mas se faz notar, e aqui eu chego ao ponto da OAB, uma triste omissão: não se chamou ao debate a Ordem dos Advogados do Brasil. Mas há um motivo não de responsabilidade do Parlamento: o lento amadurecer da comunidade jurídica nacional para as questões de relações internacionais e Direito Internacional, e eu explico. Somente em 2007, por meio do Provimento 115 do Conselho Federal da Ordem, foi criada e definida, entre outras comissões do Conselho Federal da Ordem, a Comissão Nacional de Relações Internacionais, que trata do tema de relações internacionais. O Direito Internacional nunca foi visto na comunidade jurídica nacional, infelizmente, com a dignidade que sempre mereceu, tendo essa realidade se modificado durante os últimos anos. A Resolução 006, de 2000, por exemplo, que estabelece o regimento interno das comissões do Conselho Federal da Ordem, não mencionava a Comissão Nacional de Relações Internacionais. Portanto, 2007 é um marco para o sistema da OAB.

Atualmente quase todas as seccionais e até subseccionais da Ordem dos Advogados do Brasil contam com uma Comissão de Relações Internacionais ou Direito Internacional, quando não com diversas comissões temáticas que tratam de assuntos específicos dentro da grande área temática internacional, como a OAB-DF, que possui a Comissão de Migrações e Comércio Exterior, e outros Estados, como os do norte do País, que, por força da forte migração venezuelana e haitiana, acharam por bem a abordagem específica e temática. Então, hoje, para além da Comissão Nacional de Relações Internacionais, o Conselho Federal da Ordem possui uma Comissão Especial de Direito Internacional e uma Comissão de Direito Migratório, que, no





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

entanto, de acordo com informações que eu obtive junto à Secretaria de Comissões do Conselho Federal, ainda não realizou nenhuma reunião ou evento, talvez por ser muito recente, muito nova. O fato é que agora o sistema OAB amadureceu cognitivamente, institucionalmente e poderá se apresentar como interlocutor útil no pensamento de ações e políticas públicas de interesse para a sociedade no tema da imigração.

Diante da resiliente crise econômica nacional, a tendência é que esses fluxos de imigração tornem a aumentar.

Um dos temas da Carta de Lisboa, que citei no início da minha apresentação, a assessoria jurídica a imigrantes, pode ser melhorada a partir da interlocução entre a OAB e suas congêneres internacionais, defensorias públicas ou advocacias *pro bono*, em parceria com o MRE e a partir da formação de uma rede de cooperação interinstitucional, internacional e de assistência ao cidadão.

Essa ideia eu tive ainda na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Internacionais da OAB/DF, em razão de uma demanda específica que me chegou, de um brasileiro em uma situação vulnerável em um país da Ásia. Encontrava-se preso, em seguida foi solto, graças à gestão do MRE e também da OAB naquele momento. Essa demanda ocorreu ainda na gestão anterior.

Mas não prosperou a ideia de criação dessa rede, por falta de impulsionamento político. Quem sabe esta audiência não nos ajude a fazê-la prosperar na agenda do Conselho Federal da Ordem.

Essa é a minha proposta, o que eu tenho por ora a dizer. Grata a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Dra. Clarita Costa Maia, Presidente da Comissão de Migrações e Comércio Exterior da OAB/DF e consultora do Senado Federal. Ela deixa para o final já uma proposta concreta. Peço para a assessoria, que está acompanhando o trabalho desta Comissão, que a gente trate de encaminhar essa proposta para que ela avance, porque entendo que tem tudo a ver com este momento. Fala de diversos temas, mas principalmente de imigrações ilegais, numa questão de política pública. Falou da CPMI das imigrações ilegais e do papel fundamental da OAB, com uma série de propostas como essa que você colocou no encerramento. E eu peço que a destaquem, para a gente poder fazer um trabalho conjunto, Dra. Clarita. Desde já agradeço.

Eu passo a palavra, neste momento, para a Dra. Andrea Clemente, do Grupo Mulheres do Brasil.

A SRA. ANDREA CLEMENTE (Para expor.) – Boa tarde, Senador Paulo Paim, todas as autoridades que nos acompanham, colegas convidados e a todos e a todas que nos assistem.

Eu gostaria de agradecer o convite e dizer que é um grande prazer e uma honra participar desta audiência pública, representando o Grupo Mulheres do Brasil e a nossa Presidente Luiza Helena Trajano, e pela oportunidade de contar sobre o nosso trabalho e experiência e também para aprender e ouvir sobre os desafios que os brasileiros no exterior vêm enfrentando.

Eu gostaria especialmente de agradecer ao Senador Paulo Paim pelo constante empenho em ter mulheres nas audiências e nos espaços públicos do País. E notar que especialmente hoje, Senador, somos maioria aqui entre os convidados.

O meu nome é Andrea Clemente, eu faço parte do Grupo Mulheres do Brasil há quatro anos: nos últimos anos, à frente do Núcleo Paris; e atualmente coordenando núcleos na Europa.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Grupo Mulheres do Brasil é um coletivo que foi fundado há oito anos e hoje conta com 100 mil voluntárias em todos os Estados brasileiros e nos cinco continentes. É um grupo heterogêneo, de diferentes classes sociais, cores e credos, mas com o mesmo objetivo em comum: estimular a participação feminina na construção de um Brasil que seja melhor para todos os cidadãos.

Nós atuamos em parceria com diferentes esferas de Poder para fomentar a adoção de políticas afirmativas e eliminar as desigualdades de gênero, raça e condição social. Em São Paulo, nós temos um comitê de inserção de refugiados que é muito atuante, mas hoje eu quero falar especialmente sobre o nosso trabalho com a comunidade brasileira que vive no exterior.

Temos hoje 39 núcleos em diversos países e fazemos um trabalho voltado para brasileiro migrante. Inclusive, esse será hoje meu foco aqui.

Há quatro anos, quando o nosso trabalho ultrapassou a fronteira do Brasil e se iniciou na Europa, o grupo foi se aprofundando sobre as necessidades das brasileiras que vivem no exterior. Os nossos entendimentos sobre essa comunidade nos levou a traçar caminhos para auxiliar essa mulher migrante em diversos aspectos: na educação, na saúde, na cultura, no combate à violência contra a mulher, entre outros.

O nosso trabalho é na ponta, corpo a corpo, é uma mobilização da sociedade civil. O acolhimento a essa mulher migrante é o nosso foco principal, entender as suas dores, as suas dificuldades e proporcionar uma transformação na sua vida para que ela possa exercer toda a sua capacidade e os seus direitos.

Então, nós trabalhamos com ações de apoio e profissionalização, por exemplo, a pequenas empreendedoras, àquela mulher que está tentando ter o seu negócio próprio no exterior. E a gente permite, então, capacitando essa mulher, uma independência financeira para que ela possa, realmente, ter uma vida integrada à sociedade, para que ela possa ter liberdade e autonomia.

Uma outra fonte forte da nossa atuação é no combate à violência contra a mulher. Como disse o Senador Paulo Paim, a migração é, em grande parte, em busca de prosperidade e esperança de uma vida melhor, o que muitas vezes não acontece, não. Se a gente pegar e analisar, aqui, o exemplo dessa mulher: na França, ela pode entrar porque não precisa de visto; a partir de três meses ela se torna uma pessoa ilegal, sem documentos, e ela, então, entra numa situação irregular que a deixa muito vulnerável. Ela fica à margem das políticas públicas do país. Se ela sofrer violência doméstica, por exemplo, ela não pode contar com o apoio legal do Governo, como uma medida protetiva, por exemplo, pois, para você ter acesso a tudo isso que o governo francês oferece, você tem que estar em situação regular.

Então, nosso trabalho lá é de informação, de prevenção e de encaminhamento dessa mulher para os órgãos competentes. A gente tem uma rede de apoio em vários países, com advogadas, com pessoas que vão traduzir uma possível intervenção que essa mulher precise na polícia e, realmente, o entendimento do que o país oferece para essa mulher brasileira migrante que sofre uma violência.

A gente também trabalha muito com a informação do que é a violência. Nem sempre ela é física, mas pode ser financeira, psicológica. Essa mulher, às vezes, está também sob uma dependência administrativa, que é como a gente chama, pois ela não fala a língua, ela não entende as leis, ela fica à mercê desse companheiro que, às vezes, é estrangeiro. Ela se torna, então, uma vítima perfeita para a violência. Essa mulher está, realmente, muito vulnerável. Isso





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

independe de ela ser documentada ou não, da classe social e da razão que levou essa mulher a migrar.

Para entender essa população, nós trabalhamos também com as organizações locais e junto aos consulados, aos conselhos de cidadãos. Os consulados agradecem muito o nosso trabalho, apoiam o trabalho do Grupo Mulheres do Brasil pelo mundo, porque a diáspora tem aumentado e eles não têm condição de dar esse atendimento.

Então, o que eu gostaria de adicionar, hoje, à discussão aqui é a importância dessa rede de apoio, a importância da participação ativa da sociedade civil na comunidade migrante aliado às políticas públicas. Porque eu acho que essa junção também vai fazer com que a gente possa atender essa população migrante que a gente tem por aí.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Eis aqui um resumo de um belo trabalho, com 39 núcleos, fora do País, de apoio às mulheres. Esse trabalho de vocês, do Grupo Mulheres do Brasil, mostra muito conhecimento, conversa, inclusive, com as embaixadas, mostra que sonhos podem se tornar pesadelos – como já foi falado aqui também por outra convidada– e ajuda na formação das mulheres, inclusive, para terem o seu negócio lá no exterior. Aí é curso de formação mesmo.

Então, nossos parabéns!

E vamos, então, para o nosso último convidado da primeira rodada, que é, agora, o Sr. Alvaro Lima, Diretor de Pesquisas da Prefeitura de Boston e Coordenador da Vota Brasil 2022. Dez minutos também.

Permita-me, Dr. Alvaro, só, que eu registre a presença conosco do Líder Mecias de Jesus, que está acompanhando nosso debate.

Dr. Alvaro com a palavra.

O SR. ALVARO LIMA (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos.

Eu queria começar a minha fala agradecendo o convite do Senador Paim para participar desta audiência pública que penso ser de grande interesse para nós imigrantes.

Eu me chamo Alvaro Lima, eu sou Diretor de Pesquisas Econômicas Sociais da Prefeitura de Boston e faço parte do Comitê Executivo da USNDB, que é a U.S. Network for Democracy in Brazil, uma organização que envolve professores e estudantes brasileiros nos Estados Unidos a brazilianistas e imigrantes brasileiros, tentando juntar a academia daquele País com a nossa a população imigrante.

Recentemente, nós criamos um escritório em Washington que tem como objetivo fazer gestão junto ao Senado, ao Congresso americano, assim como à Presidência, no interesse do nosso povo no Brasil, dos brasileiros e dos imigrantes brasileiros nos Estados Unidos.

Recentemente, também criamos a frente Vota Brasil 2022 em defesa da democracia no Brasil, o respeito ao resultado das eleições no ano que vem sem nenhuma interferência externa, principalmente interferência dos Estados Unidos.

Essas organizações são voltadas essencialmente para a organização da política dos imigrantes brasileiros nos Estados Unidos na defesa dos seus interesses lá e aqui no Brasil e fazemos gestão junto ao Governo brasileiro, junto aos Congressos brasileiro e americano de forma a defender os nossos interesses, os interesses do nosso País.

Nós atuamos junto ao Governo americano, por exemplo, no envio de vacinas para a América Latina, na suspensão temporária das patentes das vacinas, continuamos batendo nessa





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tecla para eliminar o *apartheid* da vacina, o que tem sido bastante complicado e tem criado vários problemas, inclusive o aparecimento das novas cepas pelo mundo por causa desse *apartheid* da vacina.

Nós fazemos gestões junto ao Governo americano na defesa da Amazônia e fazemos alguns questionamentos junto ao Governo americano e ao Congresso, como, por exemplo, a carta que nós enviamos aos Senadores americanos para esclarecer o papel dos Estados Unidos na Lava Jato.

A situação dos imigrantes brasileiros nos Estados Unidos, nesses meus 35 anos morando naquele país, é a pior que eu já presenciei. Os imigrantes em geral e os nossos imigrantes entram na pandemia em uma situação bastante frágil, tanto do ponto de vista da saúde, com várias comorbidades, como a obesidade, a asma, que os deixam frágeis em frente à crise de saúde pública, assim como também entram na pandemia bastante fragilizados na sua situação econômica.

Em geral, os imigrantes e os nossos imigrantes brasileiros trabalham em empregos de alto risco, de baixos salários, e esses empregos, durante a pandemia, foram os primeiros a serem fechados. Trabalham no comércio, trabalham na indústria do turismo, trabalham em restaurantes, em serviços, e grande parte dos imigrantes, incluindo os imigrantes brasileiros, que são indocumentados, não tiveram acesso a recursos do governo federal de apoio às populações.

A Prefeitura de Boston tentou cumprir o máximo o que pôde, junto com as organizações de imigrantes e as organizações brasileiras, que são bastante ativas no país e bastante ativas também em Boston, como o Grupo da Mulher Brasileira, o Centro do Trabalhador Brasileiro, mas, hoje, a situação dos brasileiros é bastante precária, não só na área de saúde como também na área econômica.

Durante todo esse processo que nós passamos no ano passado, os imigrantes viveram um momento terrível, em que você teve que optar ou pelo trabalho mais fragilizado, por exemplo, da entrega de comida pelos vários aplicativos e arriscar a vida, ou você enfrentar o desemprego e arriscar os seus meios de sobrevivência.

Nós tentamos várias gestões junto ao Governo brasileiro no apoio político aos imigrantes para gestões, por exemplo, junto ao Governo americano para que os imigrantes todos, sem nenhuma barreira, tivessem acesso, no meio de uma pandemia, aos tratamentos de saúde e aos recursos financeiros. Nós fizemos o máximo que foi possível, mas tivemos muito pouco sucesso, porque enfrentamos, no ano passado, uma administração americana, do Governo americano, a administração Trump, que era uma administração negacionista do ponto de vista da pandemia e também de cunho essencialmente racista com os imigrantes e de traços fascistas, tanto que, durante os quatro anos da administração do Trump, os imigrantes foram desumanizados, foram perseguidos. E isso criou um clima em que, durante a pandemia, no primeiro ano do Governo Trump, nós tivemos uma situação bastante problemática com os imigrantes.

A Prefeitura de Boston tem um escritório, um *office*, que chama *Office for Immigrant Advancement*, que trabalha junto das comunidades imigrantes com três básicos *goals*: um de ligar a comunidade imigrante aos benefícios e aos serviços da prefeitura, nas línguas dos imigrantes; o segundo é o de levar ao papel político e econômico a importância política e econômica dos imigrantes para a sociedade de Boston e do Estado de Massachusetts. Os imigrantes brasileiros e os imigrantes em geral têm um papel crucial, não só na economia da região da Nova Inglaterra, mas também na demografia da região da Nova Inglaterra. Hoje, se





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

you eliminate the immigrants from the population in the last 20 years, the population of this region would be smaller than it was in 1980, which means that the hand of work would be smaller than it was in 1980, and it is not a good moment in the city of Boston, it is a moment of crisis. And today in this region depends demographically on immigrants, it depends economically on immigrants and I would say that it depends culturally on immigrants, because, today, in the vibrant culture, that attracts professors, students, scientists to the city of Boston, one of the great attractions is the cultural diversity of the city.

The city of Boston is open to working with the Brazilian Government, with the institutions Brazilian. During the first and the second Government of President Lula, I participated in the first meeting of Brazilians in the world. We had a vast collaboration with the Brazilian Government, created, imagined and supported by Minister Celso Amorim, in which we took the Sebrae, the Caixa Econômica, the Banco do Brasil to the United States.

Minister Gilberto Gil, of Culture, created points of culture, points of memory abroad, inclusive, some in the United States, and this work was a very important work alongside governments... In the city, we created a partnership with the Sebrae, we took the Sebrae, we made a project financed by the Inter-American Development Bank, a project that became a model for other countries, in which the Sebrae supported immigrants in the investment to return to Brazil, in the region of Governor Valadares, so that when they arrived here they did not lose the resources that economized the hard penalties.

This was a very important work. We are open, but our recent experience is that we do not have a partner in Brazil, in the Brazilian Government, with whom we can join to help the Brazilian community.

These works done, like the Andrea, gave us a brief history of the creation of CRPE, of all these systems, they were lost.

They are quite important. And to finish my speech, I want to raise a problem that is quite important for the Brazilian community, which is the representation of Brazilians in Brazil, by vote, in elections. Today, the vote of Brazilians is very small, because it is almost impossible for a Brazilian abroad to vote, some of them have to travel for two or three hours; some have to take a plane to go to the embassy or the consulate.

Today, in the election of the year that comes, our concern is that the number of places for voting will be reduced, which will decrease the capacity of Brazilians to vote. And we already made various gestures so that the vote of the Brazilian abroad was made via mail or via electronic. This has been a very important question for Brazilians together with the collaboration of the Brazilian Government with the American institutions. And here is the invitation to the Brazilian Government, to the Brazilian Congress and to this Commission to seek ways of collaboration with the City of Boston.

I speak in the name of the Mayor. Yesterday, I called her saying that I was here, representing the City, and she was at the disposal of all the possible collaboration with the Brazilian Government, together with this Commission and the Brazilian Congress.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito obrigado, Dr. Alvaro Lima, Diretor de Pesquisa da Prefeitura de Boston e coordenador do Vota Brasil, que procurou enfatizar a importância do avanço democrático e a defesa do meio ambiente. A sua fala é *en passant*, é claro, mas também é a de uma política de parceria, que não está havendo hoje no Brasil.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ele fez questão de destacar – eu apenas vou repetir, porque eu tenho muito carinho por ele – o brilhante trabalho do Celso Amorim. O Celso Amorim fez um trabalho belíssimo. Ele também se lembrou do Gilberto Gil, o imortal agora, o Imortal Gilberto Gil, para alegria de todos nós.

Tanto você como aqui rapidamente a Clarita se lembraram daquela carta da época do Presidente Lula. E você teve, ao mesmo tempo, a fala que nós temos que fortalecer muito o nosso voto. O voto é o... Como é que chama? É o eixo fundamental da democracia, porque é por ali que passa o fortalecimento ou não da democracia. Então, para os brasileiros no exterior votarem, também entendo que isso é fundamental. Eu sempre digo que uma audiência pública eu nunca faço com o objetivo de apontar para esse ou para aquele candidato. Mas, quando os candidatos livremente falam de situações como essa, não tem como eu também não dar o devido destaque.

Olha, eu agora vou ter que entrar, pessoal, porque vocês não imaginam o número de perguntas que eu recebi aqui. Eu não preciso dos convidados, viu? Foi o dia em que mais recebemos perguntas. Eu vou tentar, porque são muitas, ler devagar e vocês peguem uma ou outra que entenderem adequada.

E depois, num segundo momento – em cinco minutos –, vocês respondem uma pergunta e fazem as suas considerações finais. O.k.?

Então, vamos ver:

De Kenya Bonfim, de Roraima: "Qual a medida do governo para brasileiros residentes no exterior em áreas pandêmicas afetadas?" Também dela: "Qual o amparo será dado aos brasileiros residentes no exterior que pretendem retornar ao Brasil?"

De Fabio Coura, DF: "O que acham da criação do *ombudsman* para brasileiros no exterior? Poderia ser vinculado ao Congresso Nacional?" Ainda do Fabio: "Há a necessidade urgente de ser criado um órgão de defesa dos brasileiros no exterior. Deveria ser um órgão independente, tal como o *ombudsman*."

Jairo Ferreira da Cruz Neto, do Paraná: "Só elogios, excelentes para a Nação, para que todos tenham conhecimento dessa realidade".

Ana Lúcia Amorim: "Liberdade para voltar à Pátria sem exigências vacinais experimentais" – ela fala aqui. Ainda Ana Lúcia Amorim: "Neste momento mundial onde privam liberdade e segregam é primordial garantir a volta à Pátria sem exigência vacinais experimentais", repete.

Raissa Santos Siqueira, Rio de Janeiro: "O País está preparado para a volta desses brasileiros em meio à pandemia?". Raissa Santos Siqueira, ainda: "Qual é o amparo que pretendem aos brasileiros que estão no exterior e pretendem voltar ao País pós-pandemia?".

João Victor Alcântara, DF: "Qual o papel da diplomacia no apoio aos brasileiros no exterior?".

Leonardo Gueiros, Paraná: "Bom dia. Quais são as políticas de incentivo ao estudo e à residência no exterior que o Governo ainda pretende adotar?".

Fernanda Ataíde Pongeluppi, Minas Gerais: "Como vem funcionando a extradição em tempo de pandemia?".

Gisele Ratier do Nascimento, São Paulo: "Tema muito importante de ser discutido. Frente ao momento da pandemia vivido, como fica essa situação?".





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Larissa Barbosa Dantas: "Com o advento da pandemia da covid-19, houve um aumento considerável de xenofobia. Os brasileiros no exterior sofrem muitos preconceitos". Isso já foi falado aqui muito.

Nicolle Rocha de Carvalho, Rio de Janeiro: "Como garantir a segurança dos brasileiros em relação ao covid vindo de fora do País?"

Valldileny Silva: "Quem pode ser considerado um refugiado? E quais são os seus direitos?"

Raquel Ribeiro Rodrigues Nobre, Tocantins: "Como proteger o direito dos brasileiros no exterior de voltar para casa sem afetar o direito de terceiros?"

Elinadja Targino do Nascimento, Alagoas: "Como garantir o direito dos brasileiros no exterior de retorno sem que isso afete o direito dos outros?"

Josué de Candio Rodrigues, Rio Grande do Sul: "Como impedir que os brasileiros no exterior retornem como vetores de transmissão da nova variante desta quarta onda da covid-19?". Josué, novamente: "Seria constitucional, a ponto de não ferir direito fundamental, exigir comprovante vacinal dos brasileiros no exterior que queiram retornar?". E ainda o Josué: "Como fazer, em pleno período pandêmico no mundo, para garantir aos brasileiros fora do País seu devido retorno aos seus lares?"

Mais uma, agora da Raissa, Rio de Janeiro: "Quais os cuidados com os brasileiros no exterior diante da pandemia?"

Jefferson Barbosa Venancio, Bahia: "Espero que a covid -19 tenha fim e, no exterior, estejam em paz, sem conflitos. E que investimentos externos cheguem ao Brasil - Nordeste".

Há mais aqui: "1) Como podemos correlacionar o aumento da imigração de brasileiros com as mais recentes crises nacionais? 2) A pandemia intensificou o fluxo migratório da saída legal de brasileiro do País e, levando em conta as mais diversas formas de restrição em fronteiras, há indícios de aumento da migração ilegal e clandestina durante a pandemia?" Faz em forma de pergunta também.

Graziella Rocha: "Quais são os mecanismos disponíveis, mais eficientes, de proteção, contra os crimes cibernéticos, na proteção contra a exploração sexual de mulheres e meninas?" Da mesma: "Quais países do mundo subdesenvolvido têm avançado nesses mesmos mecanismos de proteção no que tange a mulheres e crianças? É a exploração sexual de mulheres e meninas algo que atinge também mulheres e crianças". Ainda: "Quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelos brasileiros retornando do exterior ao chegarem no Brasil?". Foi falado aí, mas vamos em frente.

Clarita Costa Maia sugeriu a formação de uma rede interinstitucional e internacional entre OAB, Defensoria e instituições jurídicas de outros países para esse tema.

Para a Andrea Clemente fazem as duas últimas: "Se dividirmos as mulheres que imigram do Brasil em classes econômicas, em classes alta, média e baixa, quais são as maiores demandas e objetivos na migração de cada um desses grupos? E também as dificuldades encontradas são muito diferentes. Quais são os limites de ação da sociedade civil na atuação de ajuda e auxílio a essas mulheres? Onde você sente a maior falta de atuação do Estado nesse suporte?"

Olha, eu vou parar. Temos mais perguntas ainda, mas vamos voltar e, como é de praxe de minha parte, os últimos são os primeiros e os primeiros são os últimos, agora nós vamos começar pelo Dr. Alvaro, que foi o último desta primeira rodada. São cinco minutos. Pode comentar algumas perguntas, uma ou outra, ou fazer as suas considerações finais.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O tempo é seu, por cinco minutos, Dr. Alvaro Lima, Diretor de Pesquisa da Prefeitura de Boston e Coordenador do Vota Brasil.

O seu microfone está fechado.

O SR. ALVARO LIMA (Para expor.) – Eu queria começar agradecendo, outra vez, ao senhor, Senador Paim, e parabenizar por este importante evento. Essa é uma necessidade grande que nós temos, como imigrantes, que é ter interlocutores no Brasil que nos facilitem o contato com o nosso Governo e com os Poderes da República.

Uma das perguntas que foram feitas, que eu achei até uma pergunta um pouco estranha, e eu queria dirimir qualquer dúvida, é quanto ao risco de os imigrantes transmitirem novas cepas no Brasil. Eu acho que não existe nenhum caso em que isso aconteceu. Eu penso que é uma pergunta bastante estranha, e eu queria já dizer que não existe risco de os imigrantes... Os imigrantes correm tanto risco de transmitir essa cepa quanto os turistas brasileiros ou quaisquer outras pessoas que viajam. Há casos de transmissão de turistas brasileiros. Aliás, o primeiro caso no Brasil foi o de um turista brasileiro. Não existe nenhuma razão em particular para que se tenha esse temor.

Eu queria já deixar, de novo, a questão de se procurar possibilidades concretas de parcerias com a Prefeitura de Boston. Eu fiquei fascinado pela fala, penso que da Andrea, sobre OAB e a possibilidade de se fazer parcerias com a Prefeitura de Boston e com outras organizações de advogados, em Massachusetts, que trabalham junto com a comunidade brasileira. Junto à comunidade de imigrantes, a Prefeitura de Boston faz de graça, com advogados *pro bono*, ações com os imigrantes para explicar a situação deles, como é que pode ser resolvido. Seria muito bom se a gente fizesse essa parceria.

Queria também entrar em contato com a Graziella e pô-la em contato com os grupos de mulheres brasileiras em Massachusetts, inclusive, com a seção da prefeitura que trabalha junto com as mulheres imigrantes e deixar aqui o convite para que nós possamos fazer mais parcerias. Isso para mim já é um grande resultado desta reunião. E deixar também um convite ao Senador para nos visitar em Boston assim que for possível. Agora que tenho a seu *e-mail* e consigo entrar em contato com seus assessores, vou perturbá-lo bastante, daqui para frente, para nos apoiar e para que tenhamos mais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Será um prazer, não será perturbação. Pode ter certeza de que será um prazer. E, se permitir, antes de concluir... Eu tenho uma filha que mora nos Estados Unidos há muitos e muitos anos. Ela já tem Green Card, é cidadã americana, é casada, tem dois filhos lá, os filhos estão estudando. Ela está me cobrando muito que eu vá na formatura da menina, que está fazendo Medicina. Naturalmente, aí, irei visitá-lo também, vou a Boston.

O SR. ALVARO LIMA – Ótimo! Será um grande prazer.

E queria agradecer a todos que participaram e às pessoas que fizeram perguntas. É muito confortável para mim, como imigrante, saber que nós não estamos sós, que existe uma preocupação grande da sociedade civil, da população brasileira com a condição nossa de imigrante brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito obrigado.

Já peço à equipe desta Comissão que – o Dr. Alvaro deixou aqui pontes de aproximação, de parcerias – possa fazer o meio de campo, inclusive com as nossas convidadas e com todos





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

os que quiserem participar nessa linha de entendimento, em defesa da nossa gente, do nosso povo e de migrantes, imigrantes e refugiados.

Muito obrigado, Dr. Alvaro Lima, pelas propostas que deixou, de diálogo e de parcerias. Claro, você citou algumas, a Andrea citou outras, a Clarita, em relação à OAB. Que a nossa assessoria colabore com essas parcerias também.

Então, vamos, de imediato, agora, para Andrea Clemente, do Grupo Mulheres do Brasil.

A SRA. ANDREA CLEMENTE (Para expor.) – Senador, acho que há uma pergunta direcionada para mim, que o senhor leu. Se o senhor pudesse lê-la novamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Um segundo só, porque o que tem de papel que me passaram aqui! (Pausa.)

Chegou uma direta aqui para Graziella do Ó Rocha, chegou uma para Clarita Costa Maia e as outras não sei se foram diretamente para... São tantas! Lembra-se da pergunta?

A SRA. ANDREA CLEMENTE – Eu acho que era alguma coisa relacionada às diferenças, às dificuldades com relação às classes sociais. Era isso, eu acho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Era essa mesmo, está aqui no bojo. Você pode falar sobre isso.

A SRA. ANDREA CLEMENTE – Sim, acho que há uma grande diferença sim. A gente percebe que faz muita diferença a forma com que essa mulher é migrante, como essa pessoa é com relação à classe social dela, por conta de todas as condições a que ela tem direito e com relação aos direitos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – A assessoria lembra, só para ajudar, você tem toda a razão, que é a pergunta nº 5. Quer que eu leia a pergunta de novo? Eu posso ler.

A SRA. ANDREA CLEMENTE – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Foi dirigida a você: "Se dividirmos as mulheres que migram do Brasil em classes econômicas, em classe alta, média e baixa, quais são as maiores demandas e objetivos na migração de cada um desses grupos? E também as dificuldades encontradas são muito diferentes?". Essa é a pergunta dirigida a você.

A SRA. ANDREA CLEMENTE – Eu acredito que as dificuldades encontradas são muito diferentes, mas, por outro lado, a gente tem uma coisa que une essa mulher, que é a solidão. Então, o fato é que a gente tem ações específicas para isso, em que a classe social acaba igualando, porque a solidão que essa pessoa sente quando é imigrante – e a gente tem o Alvaro, que pode contar, há tantos anos morando no exterior –, realmente há um isolamento, uma falta de empatia das pessoas que estão no Brasil, que romantizam essa migração. Quando você, eventualmente, está em depressão ou sofrendo alguma coisa, não tem esse acolhimento de quem ficou no Brasil, porque o fato de você ser migrante significa que você está ali o tempo todo debaixo da Torre Eiffel, comendo uma baguete? A gente sabe que a vida não é assim, não. A questão da solidão, dessa falta de legitimidade, do que você passa é uma coisa que une muito.

Então, a gente tem, por exemplo, ações que são voltadas para essa condição, que é igual, independente da classe econômica, mas a gente não pode ser ingênuo e dizer que o sofrimento é igual, porque realmente existe muita diferença, infelizmente, e eu acho que são questões que têm que ser tratadas individualmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Dra. Andrea Clemente, do Grupo Mulheres do Brasil, mostrando a sua experiência. Respondeu diretamente à pergunta de forma muito explícita e direta.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agora vamos para as considerações finais. Dra. Andrea, se quiser fazer algum tipo de comentário em matéria de considerações finais.

A SRA. ANDREA CLEMENTE – Eu gostaria de convidar quem estiver espalhado pelo mundo a fazer parte do Grupo Mulheres do Brasil. Nós precisamos dessa união da sociedade civil. Contamos com você: grupomulheresdobrasil.org.br.

Muito obrigada, mais uma vez, Senador, pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Agradeço a sua participação brilhante como a de todos os convidados.

Agora nós vamos para Dra. Clarita Costa Maia, Presidente da Comissão de Imigrações e Comércio Exterior da OAB-DF e Consultora do Senado Federal.

A SRA. CLARITA COSTA MAIA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Eu anotei aqui rapidamente algumas perguntas que podem ser respondidas com extrema rapidez. São ao todo cinco e fico no meu tempo.

Fernanda Ataíde pergunta a respeito das extradições no contexto pandêmico. Não têm afetado, até onde eu tenho acompanhado, a jurisprudência do Supremo. Sobre a prisão cautelar, que sempre antecede ao processo e à deliberação do acatamento do pedido ou não de extradição, o covid não tem sido suficiente para evitar a prisão cautelar do extraditando.

O que ocorre é que algumas pessoas, em razão de pertencerem a grupos de risco específicos, essas sim têm, mas, em regra não tem sido relaxada essa prisão, em razão apenas do covid. É algo a ser discutido sim, mas a pergunta é sobre a prática.

Valldileny Silva, da Paraíba, perguntou a respeito da condição de refugiado. A nossa lei de refugiados, que é a Lei nº 9.474, de 1997, traz um conceito muito abrangente, até mais abrangente que os outros diplomas internacionais sobre refugiados. São reconhecidos como refugiados – eu leio aqui literalmente – aqueles que, devido a fundados temores de perseguição por motivo de raça, religião, grupo social e opiniões políticas, encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção desse país.

Há outros: não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele; enfim, devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país.

Recentemente, essa aplicação foi estendida para grupos LGBTQI+, vindos de países muito tradicionais, de religiões muito tradicionais e intolerantes à sua condição, para reconhecê-los também como refugiados LGBTQI+, por uma incapacidade de viver em um ambiente em paz, sem assédio, em razão da sua condição.

Com relação à xenofobia, infelizmente, eu não me recordo de quem fez a pergunta, acredito que os asiáticos, sim, têm sofrido ataques xenofóbicos no mundo inteiro, inclusive infelizmente, no nosso País, que gosta tanto de se ver como tolerante ao elemento estrangeiro. Nós temos, na OAB, infelizmente, percebido o aumento da xenofobia contra o elemento asiático. Nos Estados Unidos já houve, inclusive, mortes, ataques, violências físicas.

Aqui no Brasil, houve um ataque contra o Consulado da China, no Rio de Janeiro. Obviamente, isso foi em razão de todo o contexto e de toda a fala – poderia dizer – quase fala de ódio que foi criada, em alguns momentos, contra o elemento asiático.

Crimes cibernéticos. Uma nova modalidade de aliciamento de crianças e adolescentes para fingir tráfico humano têm sido as realidades virtuais: metaversos, salas de *games*. Não se sabe exatamente como regular isso. Acredito, Senador, que seja uma oportunidade, seja um





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tema interessante de exploração trazer toda essa turma do ambiente de *games* para entender como regular esses ambientes que, muitas vezes, passam ao largo, ficam fora do alcance dos agentes de Governo de todos os Estados.

E os limites da ação. Primeiro, a consciência. É preciso que o migrante saiba que ele vai estar submetido ao direito de um outro país. O Brasil vai ter limitações tanto jurídicas quanto institucionais para proteger, dentro do que pode proteger, obviamente, e melhorar esse escopo de ação, mas existem algumas limitações que, muitas vezes, o estrangeiro não compreende. Os honorários advocatícios, em geral, e as custas judiciais em outros países são elevadíssimos. Então, o Estado não pode arcar com isso. Essa situação é complicada, difícil e causa, muitas vezes, incompreensão por parte do nacional brasileiro que está no exterior, mas o Estado, muitas vezes, não pode entrar em auxílio a isso.

Outra coisa: infelizmente, quando ocorre um óbito, se requer, se pede do Estado brasileiro o pagamento das custas do traslado do corpo. O preço é muito elevado. Então, é preciso que, antes de as pessoas se disporem a uma migração, elas tenham mais consciência dos riscos dessa migração. Esse tipo de evento e outros podem acentuar essa consciência.

Seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem!

Meus cumprimentos, Dra. Clarita Costa Maia, que, de forma muito rápida e direta, respondeu a cerca de cinco perguntas na sua fala e atendeu a todos. Muito, muito obrigado.

Muito obrigado, Dra. Clarita, Dra. Andrea e Dr. Alvaro Lima.

Agora, passo à Dra. Graziella Rocha, da Associação Brasileira de Defesa da Mulher, Infância e Juventude (Asbrad).

A SRA. GRAZIELLA DO Ó ROCHA (Para expor.) – Muito, muito obrigada.

Agradeço a todo mundo que fez as perguntas – foram perguntas muito plurais. Uma foi especificamente direcionada a mim, com relação aos crimes cibernéticos, sobre essa correlação do tráfico de pessoas com o crime cibernético. Muito obrigada ao ouvinte que fez a pergunta. Realmente, esse é um tópico de muita preocupação.

A gente tem visto um *modus operandi* de aliciamento utilizando-se das redes sociais, utilizando-se de aplicativos de idiomas para aliciar essas pessoas, e as brasileiras são um público-alvo muito vulnerável, por conta de todo o imaginário que se tem construído com relação à exploração sexual de brasileiras e também pela nossa cultura patriarcal, machista, etc., que está toda engendrada nessa forma de crime. A gente precisa olhar para esse tópico com mais calma e realmente cobrar das empresas o que as redes sociais têm feito para coibir o tráfico de pessoas e que suas ferramentas de comunicação sejam ferramentas do mal para o aliciamento ao tráfico de pessoas.

A gente tem visto zero participação de empresas nesse debate, mas o problema não é só aqui, no Brasil; a gente vê que, no mundo todo, nos Estados Unidos, etc., esse tópico tem sido levantado como parte da responsabilidade social das empresas.

E, da nossa parte, como a gente protege? O que a gente faz de legislação para proibir e para buscar essa responsabilidade social das empresas? O que a gente faz de campanha para alertar a população? A gente tem trabalhado em parceria hoje. Se você for a qualquer aeroporto do Brasil, você vai ver uma campanha da Asbrad em parceria com o Ministério Público do Trabalho no âmbito do projeto Liberdade no Ar. A gente faz alertas nos aeroportos para





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

promessas de trabalho que têm uma expectativa, mas a realidade é outra quando se chega lá fora. Então, a gente tem que reforçar esse tópico dos alertas para a sociedade.

A gente também tem que exigir um Governo atuante nas políticas públicas de proteção aos brasileiros quando retornam, como a gente bem disse aqui.

Então, assim, há uma agenda muito ampla em que a gente tem muito trabalho a fazer com relação a este tópico de alerta da sociedade para estes temas.

Por fim, foi tocado no tópico da vacina. Eu acho que a gente tem sempre que utilizar todos os espaços que a gente tem para reforçar que as vacinas são seguras, que se vacinem. Acho que a vacina é a única saída que a gente tem para sair desta pandemia.

Lembro também que a pandemia trouxe um efeito muito perverso no aumento da violência doméstica e também no aumento de outras formas de exploração. A gente tem visto mulheres em cárcere privado, obrigadas a fazer vídeos pornográficos para venda em *deep web* e em *sites* de pornografia. Então, tem uma correlação dessa exploração nesse ambiente virtual com o isolamento social. As brasileiras são muito assediadas para realizar esse tipo de trabalho, e elas acabam forçadas, lembrando que há uma diferença quando é autônomo e quando é forçado, quando é uma exploração, e a gente tem visto esse campo de exploração.

Enfim, a gente tem uma gama muito grande de tópicos que precisam de leis e de políticas públicas.

A Asbrad é uma organização da sociedade civil. Nossa sede está em Guarulhos. A gente atua em diversas frentes de direitos humanos e também no trabalho nacional muito forte para a construção dessa agenda de política pública, que é muito importante para todos nós.

Muito obrigada.

Muito obrigada, Senador Paulo. Parabéns pelo trabalho. Espero que a gente se encontre. Prazer em conhecê-lo. Acho que a gente tem uma agenda muito grande para construir juntos.

Clarita, também foi um prazer conhecê-la. Parabéns pelo seu trabalho.

Andrea, eu também não conhecia o trabalho. Vamos conversar. Vamos colocar a Asbrad a serviço também do trabalho das mulheres.

Guilherme, parabéns pelo trabalho. É um grande parceiro da Organização Internacional para as Migrações.

Acho que a gente tem uma rede forte e a gente tem de se juntar para somar esforços para proteção de todos e todas.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Sou eu quem agradeço, Dra. Graziella Rocha, da Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (Asbrad), que lembrou das campanhas importantíssimas, das parcerias, para que a gente possa melhorar a qualidade de vida de todo esse povo tão sofrido.

Sejam todos bem-vindos!

Agora, vou para o nosso último convidado, Dr. Guilherme Otero, Organização Internacional para as Migrações, OIM.

O SR. GUILHERME OTERO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Pincelando, não dá para responder tudo, mas chamaram-me a atenção algumas perguntas. Então, vou fazer esta pincelada antes das considerações finais.

Primeiro, é importante a gente lembrar uma coisa fundamental: é direito de qualquer cidadão brasileiro retornar ao seu país. Certo? Isso não está em questão nem nunca esteve, no





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Brasil e nem em outros lugares. Qualquer brasileiro, obviamente, tem o direito de retornar e, se não tem meios para isso, de buscar esse apoio.

Então, também digo para quem está nos acompanhando: se estão fora do País, desejam retornar, não têm esses recursos ou seus familiares ou amigos não têm recursos para apoiar, procurem o escritório da OIM no país. Nós estamos presentes, enfim, temos mais de 170 Estados-membro, escritórios, em praticamente todos eles. Então, procurem, se não, fisicamente, por *e-mail*, por telefone; que nós vamos poder orientar. Nem sempre um país tem uma política de retorno, mas, mesmo quando isso não existe, a OIM vai buscar caminhos de tentar fazer esse apoio na medida do possível.

Também outras duas questões me chamaram bastante a atenção: se a gente está preparado para receber essas pessoas? Eu até mudaria um pouco a lógica, na verdade, eu fico pensando primeiro pela questão dos direitos. Não é uma questão se o Brasil está preparado ou não; é uma questão que essas pessoas têm esse direito de retornar. Claro que a gente tem que limitar e ter atenção com relação às questões sanitárias, mas eu acho – como a nossa parceira Graziella já colocou muito bem – que, com vacinação, quarentena, distanciamento, testes antes da viagem, o retorno pode ser feito de forma bastante segura e responsável tanto para quem está viajando quanto para quem está recebendo.

O ponto é o que a gente tem a perder quando a gente não dá assistência a esses brasileiros. Interessa a nós, enquanto sociedade, enquanto Estado, que a gente tenha brasileiros em situação de rua lá fora ou passando por violências ou sendo aliciados ou explorados nos mais diversos tipos de trabalho degradante? Com certeza, não. E também não interessa o impacto que isso tem para suas famílias que estão aqui, preocupadas com eles lá fora, querendo também que seus familiares, seus filhos, suas mães, seus pais, seus irmãos, possam retornar e estar junto da sua família. Então isso é absolutamente fundamental. Então, isso é absolutamente fundamental. E é absolutamente fundamental, como foi colocado várias vezes, que a gente faça essa articulação entre vários órgãos que, por exemplo, estão aqui representados hoje, ou outros de várias, de dezenas de associações da diáspora brasileira no exterior. É importante que nós façamos essa articulação para prestar esse apoio aos nossos concidadãos, junto, evidentemente, com o Ministério de Relações Exteriores e seu corpo consular.

Felizmente, também saúdo, mais uma vez, esta iniciativa do Congresso Brasileiro, de se debruçar sobre esse tema. É importantíssimo que o Poder Legislativo esteja conosco também.

É importantíssima essa articulação porque –abordando a outra pergunta – quais são as dificuldades que essas pessoas passam? Em linhas gerais, é importante a gente ter em mente que muita gente vende tudo o que tinha para poder tentar uma vida lá fora. Larga tudo aqui para recomeçar sua vida lá fora e, quando as coisas dão errado, quando ela volta, já não tem nada. Dependendo de quanto tempo ela passou fora, talvez sequer os seus familiares e seus amigos estejam mais aqui. Ela volta para um lugar... Tem uma fala, uma frase que eu gosto muito e que vários especialistas utilizam: é que as pessoas voltam no espaço, mas elas não podem voltar no tempo. Nem sempre, quando elas voltam para sua cidade, é a mesma cidade que era quando elas saíram. E aí, ao tentar uma reinserção laboral, voltar a estudar ou, quando a pessoa está com um problema de saúde e precisa de apoio para o seu tratamento, essas todas são dificuldades que a gente tem que se preparar para apoiar.

A OIM faz esse trabalho cotidianamente com parceiros como a Asbrad, já de muito tempo aqui e vários outros ao redor do Brasil como o Projeto Resgate, o Sefras, o Instituto Migrações e





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Direitos Humanos, a Cáritas Brasileira, e além de, enfim, governos locais: o Governo de Minas Gerais, por exemplo, tem sido um grande parceiro nosso, a PUC Minas, o Sebrae Minas, enfim, vários parceiros no Brasil todo, justamente para dar conta desses desafios.

Encerro por aqui. Agradeço mais uma vez. Parablenizo essa iniciativa, uma vez mais. É um prazer conhecer aqui todos os convidados, espero que a gente continue trocando e dialogando. Acompanhem os trabalhos aqui da OIM com relação ao retorno e à diáspora, que a gente está sempre publicando novos relatórios, estudos e ações, e é importante que todo mundo esteja envolvido nisso.

Mais uma vez obrigado e uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Agradeço ao Dr. Guilherme Otero, que respondeu também algumas perguntas que foram feitas, no âmbito da Organização Internacional para Migrações, e mostrou a importância da parceria para melhorar a qualidade de vida de todos.

Olha, como eu disse na abertura, não sei se todos haviam chegado, esta é a última audiência pública deste ano que a nossa Comissão realiza, e eu vou fazer um pequeno fechamento, usando também 5 minutos. Normalmente eu encerro dizendo um agradecimento a todos, mas eu vou – digamos – judiar de vocês, por mais 5 minutinhos, para fazer minha fala de encerramento da nossa Comissão este ano. Claro que voltaremos a trabalhar com ela com muito amor e carinho, durante o ano que vem.

Amigos e amigas, o poeta Moisés Antônio escreveu Carta do Refugiado às Nações. Diz assim:

Sou um ser e não uma coisa
Ainda que eu fosse uma coisa,
não seria a de sem valor!

Sou movido a deixar a minha terra
Aquela terra de origem pátria amada,
que um dia me viu nascer,
me viu crescer,
me viu sorrir,
Sorrir para a vida,
– Vida, o grandioso presente de Deus para as nações!

Hoje tivemos aqui exposições do mais alto nível, como tivemos ao longo desse período, repletas de riquezas, de dados concretos e conhecimento de causa. Meus cumprimentos a todos.

Nossas falas vão ajudar muito na atuação do Poder Legislativo desta Comissão, da Comissão de Direitos Humanos, para as questões migratórias e também de refugiados.

Esta Comissão é nova. O tema da migração e refúgio era pouco abordado no Parlamento e percebo que estamos em um crescente aprimoramento das políticas para esse setor, com as contribuições dos senhores e das senhoras.

O fenômeno da migração e refúgio, a relação entre os países, os acordos internacionais evidenciam a necessidade de tratamentos iguais, com políticas humanitárias. Brasileiros saem, estrangeiros chegam, e temos que estar preparados para receber humanamente, sem distinções de raça, de cor, de gênero, de procedência, sem nenhuma diferença, LGBTQIA+ ou não, questão da região, da religião também, pessoas de outras nacionalidades. Se falta emprego e renda para





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

os próprios brasileiros, e muitos desejam sair, imaginem – Dr. Alvaro acho que citou isso – a dificuldade para um estrangeiro vulnerável se estabelecer por aqui.

Temos que recebê-lo de braços abertos, como queremos que os brasileiros sejam recebidos lá fora. Temos que estabelecer boas relações com os outros países, para que os brasileiros e as brasileiras que emigram sejam bem recebidos e tenham oportunidades lá fora. Nós queremos que lá eles tratem bem os brasileiros e brasileiras. Vamos tratar bem os que aqui chegam, com carinho, com amor, com solidariedade.

Um fator tem se mostrado fundamental: a necessidade iminente de um projeto de Nação. Precisamos muito que haja essas questões dentro de espectros mais amplos, integrados e amorosos. O Brasil de hoje é um país que tem motivado seus cidadãos a querer sair. Dados demonstram que isso tem crescido e muito. Aventuras políticas quebram a possibilidade de um projeto nacional democrático, retiram investimentos e a confiança do País e criam inimizades internacionais, dificultando as ações conjuntas com outros países. Como consequência, o que era próspero no País do futuro deixa de ser, e a luta do cidadão comum passa a ser não morrer, junto com a esperança no País, com a esperança em sua casa.

Esta Comissão é uma gota d'água nesse oceano, pois há muito por fazer. Podemos ter feito muito todos nós, mas temos que fazer muito mais. Queremos ser luz, nos integramos às outras, ajudar na melhoria da vida das pessoas. Somos aprendizes: queremos aprender na constância do cotidiano. A luz está associada à força espiritual, ao voo do falcão, ao conhecimento, à consciência, à identidade, à cumplicidade, aos direitos humanos, à esperança, à nobre ação do verbo esperar.

Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A [mágica] presença distante das estrelas!

Assim escreveu Mario Quintana.

Terminando, sejamos o ano inteiro primavera – sim, primavera. Tenhamos o florir das rosas, das margaridas, das tulipas, das dalias; a primavera é o cântico dos refugiados e migrantes.

Veja que a natureza não discrimina ninguém e, por isso, o jardim é repleto de flores de todas as cores e de todas as qualidades. Não nos acomodemos, vamos esperar, como nos legou o grande, grande Paulo Freire. Precisamos seguir em frente, participar do nascimento da vida, repartir o pão, dar de beber a quem tem sede, esperar sempre, juntar-se aos que nos ladeiam, ao coletivo, à unidade. Vamos alcançar o alto da montanha, navegar pelos rios inavegáveis, correr de pés descalços pelas areias, resistir aos nossos mais profundos sentimentos de amor e de amorosidade.

É esse o meu pronunciamento de encerramento praticamente do ano, desta Comissão. Então, eu só termino dizendo, muito obrigado, Guilherme Otero; muito obrigado, Dra. Graziella do Ó Rocha; muito obrigado, Dra. Clarita Costa Maia; muito obrigado, Dra. Andrea Clemente; muito obrigado, Dr. Alvaro Lima.

Há uma frase que eu gosto muito: é muito bom saber que no mundo existem pessoas iguais a vocês.

Muito obrigado, muito obrigado a todos. Encerramos aqui.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Por uma questão de praxe, a turma lembra que eu termine dizendo: está encerrada esta reunião.

Obrigado, até a próxima, estamos juntos! Que o ano que vem seja outro ano!

(Iniciada às 14 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 19 minutos.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quarenta e três minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Parlamentares Paulo Paim e Túlio Gadêlha, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados com a presença dos Parlamentares Mecias de Jesus, Mara Gabrilli, Telmário Mota, Paulo Rocha, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Bruna Furlan, Luis Miranda, Luis Carlos Heinze, Dário Berger, Esperidião Amin, Marcos do Val e Diego Andrade. Deixam de comparecer os Parlamentares Eliziane Gama, Chico Rodrigues, Flávio Arns, Baleia Rossi, Carlos Zarattini, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Stefano Aguiar, Jhonatan de Jesus e Orlando Silva. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho. Finalidade:** Apresentação do Relatório Anual das Atividades Desenvolvidas pela Comissão (com base no parágrafo único do art. 6ª do Ato Conjunto nº 1 de 2019 do Presidente do Senado Federal e do Presidente da Câmara dos Deputados). **Resultado:** Apresentado Relatório Anual de Atividades da CMMIR - 2021. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<https://www.youtube.com/watch?v=zCGPpngkxuQ>





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. PDT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem como objetivo a apresentação do relatório anual das atividades desenvolvidas pela Comissão, com base no parágrafo único do art. 6º do Ato Conjunto nº 1, de 2019, do Presidente do Senado Federal e do Presidente da Câmara dos Deputados.

Com isso, passo a palavra ao nosso Presidente, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS. *Por videoconferência.*) – Cumprimento o Relator, Deputado Túlio Gadêlha, que está presente na Comissão, e ao mesmo tempo cumprimento a nossa Vice-Presidente, a querida Bruna Furlan, que sempre é uma referência para esta Comissão e todos nós.

Meu querido Relator, farei uma fala bem rápida para que você possa apresentar o seu trabalho, o seu relatório.

Tivemos, com certeza, um ano em que as atividades das Comissões ficaram reduzidas devido à situação gerada pela pandemia do coronavírus. Para nós, da CMMIR e das Comissões Mistas do Congresso Nacional, o tempo ficou muito, muito comprimido. Na verdade, fomos empossados e tivemos apenas três meses de atividade, o que tornou o trabalho ainda mais intenso. Fizemos um esforço de abarcar os assuntos abrangentes e, ao mesmo tempo, os temas mais urgentes que tocam a questão da migração em nível nacional e internacional.

Tratamos sobre crises migratórias internacionais, a situação dos refugiados aqui no Brasil, situação dos brasileiros no exterior, as políticas nas fronteiras e muito mais, que o próprio Relator, no seu relatório, vai apresentar. Repito: o nosso Relator, Deputado Túlio Gadêlha, foi um gigante nesse período. Conseguiu realizar inclusive audiências que eu chamo de públicas ou chamo de oitivas, presencialmente, fora de Brasília – fora de Brasília. Ele vai aí poder resgatar.

Nesse sentido, gostaria de parabenizar todos os Senadores membros da Comissão pelo apoio e comprometimento na aprovação do plano de trabalho, bem como pela aprovação conjunta que fizemos em relação às emendas de orçamento desta Comissão.

Estamos introduzindo o que para muita gente é uma temática nova de debate, mas de modo permanente, no Congresso Nacional. É a primeira vez, por iniciativa da nossa Vice Bruna Furlan, que foi a Presidenta, que nós temos uma Comissão Mista para tratar desse tema. Mas percebam que esses primeiros passos estão sendo dados com muita qualidade, com base em dados seguros e que nos apontarão para onde podemos caminhar.

Com essa rápida introdução, passo de imediato a palavra ao Relator da Comissão, o grande Deputado Túlio Gadêlha, para que ele apresente o seu relatório.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Como Relator.) – Presidente Paulo Paim, primeiramente agradeço a V. Exa. e agradeço aos demais colegas membros desta Comissão a oportunidade de relatar, pela primeira vez aqui na Comissão Mista de Imigrantes e Refugiados, esse trabalho.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito, Senador, e reitero a importância de tê-lo como Presidente desta Comissão nesse período difícil que o Brasil atravessou, da pandemia, das vidas que perdemos em nosso País, da dificuldade que percebemos que as pessoas mais vulneráveis enfrentaram nesse período, entre essas pessoas, os imigrantes, os refugiados. Por isso reitero a importância desse debate, com profundidade, aqui nesta Casa, no Congresso Nacional, no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, certo de que a gente deve caminhar no sentido de acolher, no sentido de trazer esse olhar humano, de gerar oportunidades e também no sentido de valorizar a cultura dos que chegam aqui e que consideram nosso País, nossa Pátria, seu novo lar.

Então, Senador, parabéns V. Exa. pela presidência. Teremos outras oportunidades, mas cabe-nos sempre reiterar o compromisso de V. Exa. com esta Comissão, com essa pauta e, principalmente, com essas pessoas.

Dito isso, esse é o primeiro relatório já realizado pela CMMIR, o que traz uma responsabilidade pioneira, de alta complexidade. Para tanto, em curto espaço de tempo, ouvimos autoridades governamentais, imigrantes, refugiados, acadêmicos, religiosos, sociedade civil, militares, membros do sistema de justiça, como juizes, promotores, defensores públicos, isso aqui em Brasília e *in loco*, no caso, no Recife, em Boa Vista e em Pacaraima, no extremo Norte do País.

Desse modo, a seguir são apresentadas sistematizações de algumas propostas levantadas nas audiências públicas e nas visitas, seguindo com a reapresentação de propostas de emenda à Constituição sobre direitos políticos dos imigrantes.

Primeiro: participar do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular; ratificar a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias; formular políticas públicas migratórias e de refugiados com a ampla abordagem dos direitos humanos.

Dois: suspender rapidamente as restrições sobre o sistema de proteção de refugiados relacionados a saúde pública; restaurar o acesso total à proteção de refugiados para as pessoas cujas vidas dependem dele, em conformidade com o direito internacional e as obrigações de direitos humanos, ao mesmo tempo em que se garanta a aplicação de medidas de saúde pública; terceiro, que o Congresso supervisione as dotações de orçamento nacional para garantir um funcionamento adequado dos sistemas nacionais de proteção de refugiados – em especial o Conare (Comitê Nacional para os Refugiados) e a Operação Acolhida; que os Parlamentares, como líderes de opinião pública, influenciem positivamente o discurso público, transmitindo a mensagem ao público de que a resposta aos fluxos de refugiados deve ser baseada em princípios fundamentais de humanidade e de direitos humanos, incluindo o direito de solicitar e receber asilo; por fim, dar atenção a grupos de crianças desacompanhadas, pessoas com deficiências e a um grupo muito particular no fluxo venezuelano, que é a população refugiada e migrante indígena.

É preciso:

- Incrementar materialmente o Conare, a Polícia Federal e a Operação Acolhida para a questão de refúgio e migração; conciliar questões sanitárias com o acolhimento de pessoas em deslocamento; criar uma agência nacional de migração, unindo a política de refúgio e de migração.

- Assegurar a participação indígena em todas as políticas que os envolvam, mediante escuta atenta a suas especificidades. Isso é o que determina a Convenção nº 169, da OIT





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(Organização Internacional do Trabalho), e a própria Lei de Migração (Lei nº 13.445, de 2017), quando prevê, em favor de migrantes em geral, como princípio e diretriz da política migratória brasileira, o diálogo social na formulação, na execução e na avaliação de políticas migratórias e a promoção da participação cidadã do migrante (art. 3º, XIII, da Lei de Migração).

– Engajar a Fundação Nacional do Índio (Funai) com sua *expertise* na coordenação das políticas que se dirijam a essas comunidades indígenas imigrantes.

– Garantir às populações indígenas, quilombolas, camponesas e tradicionais seus territórios; renovar e honrar os compromissos de preservação do meio ambiente; impedir que desastres como os provocados pelas mineradoras que arrastaram populações e mataram seus rios aconteçam de novo; repensar os rumos da economia nacional; reestruturar o sistema da política migratória; empreender ações de informação para que todos os funcionários encarregados dessas políticas saibam que os migrantes têm direitos e também as comunidades migrantes para que saibam sobre esses direitos; e implementar ações para se combater a xenofobia, o racismo e a aporofobia.

– Planejar o seguimento da Operação Acolhida, com políticas públicas que transcendem sua existência e pretendam ser permanentes, a contemplar a população brasileira e imigrante presente no Brasil, principalmente no Estado de Roraima.

– Implementar as Leis nº 10.639, de 2003, e nº 11.645, de 2008, que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para dispor sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira. Nesse sentido, cabe lugar especial a valoração do que significou o Cais do Valongo.

– Aprovar o Projeto de Lei nº 2.000, de 2021, do Senador Paulo Paim, que reconhece o sítio arqueológico Cais do Valongo da região portuária no Município do Rio de Janeiro como Patrimônio da História e Cultura Afro-Brasileira essencial à formação da identidade nacional e estabelece diretrizes para a sua especial proteção em decorrência do título de Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco.

– Promulgar a Convenção Interamericana Contra o Racismo.

– Em relação à LDB, deve haver um projeto de memória histórica e cultural na região do Cais do Valongo, devendo: a) criar um espaço singular para auxiliar as escolas de ensino fundamental e médio sobre a cultura e história afro-brasileira e indígena; b) fornecer ferramentas conceituais, acadêmicas e pedagógicas para o ensino e aprendizagem desses temas; c) promover a formação e capacitação de professores e intelectuais para incorporar o estudo da escravidão e da contribuição histórica e cultural negra nas instituições educacionais.

– Cumprir com obrigações internacionais assumidas junto ao Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, desde o reconhecimento, em 2017, como a conservação do sítio, proteção e acesso ao acervo arqueológico, instalação do Centro de Interpretação do Cais do Valongo, no edifício Docas André Rebouças, beneficiar a comunidade do entorno do Cais, melhorar a gestão do patrimônio.

– Criar políticas públicas que sejam eficazes na proteção dos imigrantes e o estabelecimento de uma dotação orçamentaria que permita realizar as ações sobre moradia e alimentação e combater a xenofobia.

– Sobre a emigração brasileira, dar mais atenção ao retorno dessas pessoas, que pode ser motivado por desemprego, questões de saúde ou irregularidade migratória, além de violência e graves abusos, como violência doméstica e tráfico de pessoas.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

– Promover campanhas de esclarecimento sobre emigração segura e o tráfico de pessoas não pode ser considerado uma forma de estigmatização.

– Aumentar a capacidade no processamento dos vistos humanitários para afegãos e preparar a estrutura de acolhimento, com intérpretes, a fim de melhor integrar essas pessoas e aprender o idioma português.

– Elaborar requerimento de informação (RIC) para que o Itamaraty informe qual tem sido o prazo de análise médio para os pedidos de visto humanitário feitos e também quantos atendimentos cada embaixada tem capacidade de realizar; e um requerimento para o Ministério da Justiça sobre os números: quantos pedidos de residência por razões humanitárias e quantos pedidos de refúgio já foram feitos? Quantas residências já foram concedidas e quantos reconhecimentos de refugiados já foram feitos?

Enfim, essas foram algumas sugestões que endossamos, sem prejuízo de outras que os senhores e senhoras Parlamentares membros da CMMI possam aditar.

Agradeço.

Presidente Paulo Paim, essas são algumas das conclusões que fizemos a partir do relatório que apresentamos e que foi construído junto com membros e servidores desta Casa. Em especial, faço referência ao Consultor Tarciso e aos assessores Kaue Pinto, Thiago Rocha e Juliana de Sá, que nos ajudaram nessa missão de apresentar este relatório, que é o primeiro relatório da Comissão Mista para Migrantes e Refugiados do Brasil feito pelo Congresso Nacional.

Muito obrigado, Presidente, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS. *Por videoconferência.*) – Eu é que agradeço, Deputado Túlio, pelo brilhante relatório. Esse é o resumo do trabalho da Comissão, o trabalho que você liderou. Foi você que viajou, se deslocou pelo Brasil construindo propostas que a gente pode transformar em realidade no futuro.

Esperamos que, no ano que vem – oxalá essa quarta onda da pandemia que falam que está na Europa não chegue aqui –, a Comissão possa se dedicar ao tema por um tempo maior, não só viajando, visitando, mas também se reunindo e debatendo em audiências públicas aqui no Senado, como aponta exatamente o seu relatório.

Eu não poderia encerrar sem deixar de cumprimentar, na mesma linha, Relator, do que você fez, pelo relatório que fez, o Consultor Tarciso Dal Maso, pela forma carinhosa, respeitosa e atenciosa, uma indicação inclusive da Bruna. A Bruna tinha trabalhado com ele já na Consultoria do Senado e fez força para que ele viesse trabalhar conosco aqui também; e o Senado o botou na linha de frente, à nossa disposição. Então, Tarciso, receba esse abraço, e, junto com ele, todos os funcionários do Senado e da Câmara dos Deputados que têm compromisso com as políticas humanitárias, políticas humanas.

E você lembrou muito bem, Túlio, o Secretário Ricardo Barros e, claro, as equipes do seu gabinete, do meu, do próprio Nelsinho Trad, pela colaboração que, dentro do tempo, eles podem dar para a nossa Comissão.

Agora, antes de finalizar, eu só queria dizer algumas palavras aqui. Antes de finalizarmos, eu diria que é necessário que deixemos reforçada a grande oportunidade... E aqui, mais uma vez, homenagem Mara Gabrilli e Bruna Furlan, porque foram elas, Deputado Túlio, que tiveram a iniciativa de me convidar e, depois, o convidaram. Então, nós estamos aqui, digamos, pelo belo trabalho que elas fizeram. Neste momento, elas conseguiram dar oportunidade para que o





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Congresso, Câmara e Senado, possam, então, elaborar políticas de modo estrutural para a migração e o refúgio.

Nesse sentido, estamos dando possibilidade de retirar o Brasil, no aspecto das políticas paliativas e temporárias – na linha do seu relatório é que a gente vai combater isso –, e de estruturar ações que sejam preventivas e preparadas para as mais diversas situações de migrações, na linha do respeito aos direitos humanos e aos tratados internacionais.

Desde a Lei de Migração, em 2017, podemos ver um avanço na temática da migração, eu diria, principalmente com esta Comissão, mas através também de outras ações governamentais. Algumas normas e direitos presentes na lei vêm sendo colocados, mas não têm sido aplicados como deveriam ser, infelizmente. Por isso, eu faço um apelo ao Governo para que se dedique mais, nessa linha, aos refugiados e migrantes.

Por fim, gostaria de cumprimentar, em especial, todas e todos os Senadores que ajudaram, participaram conosco deste momento tão importante, os Senadores presentes e que deram presença aqui na Comissão. Temos estes Senadores que deram presença hoje – e na figura deles eu cumprimento a todos –: Senador Mecias de Jesus, Senadora Mara Gabrilli, o Senador que vos fala – eu agradeço a mim mesmo, tudo faço para desconstrair só –, Telmário Mota, Paulo Rocha, Lucas Barreto e outros, que sempre colaboraram em outros momentos para dar quórum. E os Deputados presentes: Bruna Furlan, Luis Miranda, Túlio Gadêlha e outros também que não estiveram hoje, mas, em outras oportunidades, estiveram conosco sempre. Não posso me esquecer de falar da Mara Gabrilli, não é? Quero destacar a nobre Senadora Mara, que foi nossa Relatora no ano que passou, no ano anterior, e passou para o Túlio nesse momento.

Em tudo isso, não houve um trabalho mais intenso, nem no ano passado nem neste, como gostaríamos, devido à pandemia – trabalhamos praticamente três meses –, mas sabemos que a equipe toda e os Deputados nunca esmoreceram, sempre estiveram do lado do Relator para ajudar nos trabalhos.

Quero finalizar com um trecho dito pelo Papa Francisco durante uma celebração da santa missa feita para migrantes em 2018. Disse o Papa Francisco: "Trata-se de uma tentação, bem presente também em nossos dias, que se traduz em um fechamento em relação aos que têm direito, como nós, de segurança e de vida digna; uma tentação que leva a construir muros, concretos ou imaginários, em vez de pontes". É essa tentação que nós temos que evitar. Ele quer dizer, naturalmente, que ser ponte é aproximar políticas humanitárias, fraternais, solidárias. Diante dos desafios migratórios de hoje, a única resposta sensata é a da solidariedade e a da misericórdia.

Meu querido amigo e Relator, Deputado Túlio, eu acho que nós poderemos – claro, isto vai além da nossa Comissão –, para o ano que vem, trabalhar em conjunto, já que não há uma Comissão que trata da implantação efetiva da convenção interamericana de combate ao racismo e a outros tipos de preconceito. A frente parlamentar mista está pronta. Eu acho que poderíamos, junto com essa Comissão, ter um trabalho conjunto, porque é uma frente parlamentar mista – eu ajudei a construir a frente. Mas seria nós trazemos para junto da Comissão, para defendermos a todos que são discriminados – claro, como eixo, sempre, a linha da defesa dos refugiados e dos imigrantes.

Nós também aprovamos – já é lei no Senado, e eu estou dando aqui como uma contribuição –, o Selo Zumbi dos Palmares. De repente, que esta nossa Comissão possa destinar o Selo Zumbi dos Palmares para aquelas cidades que combatem o racismo, o preconceito e que





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

apoiam os refugiados e imigrantes. Eu lhe adianto isso porque isso foi uma proposta... Se você me permitir neste momento, eu nunca faço isso, mas a minha filha é secretária aqui em Canoas exatamente da comissão de refugiados e imigrantes. E ela, falando com o Prefeito – quero dizer que não é do meu partido: o importante é a causa, não é o partido –, ele disse: "Veja lá com o Paim, para ele dar o Selo Zumbi dos Palmares para nós". Eu tive que explicar para ele que não sou que dou. Mas eu vou levar o pleito, porque ele tem, de fato, aqui – é o Prefeito Jairo Jorge – um belíssimo trabalho na área de imigrantes e refugiados, e ele, inclusive, quer um dia te receber aqui, viu? Vamos ver se conseguimos um dia fazer uma reunião aqui.

Nós podemos avançar nas políticas de cotas, no campo de que as políticas de cotas sejam aos mais vulneráveis. E, quanto aos mais vulneráveis, com certeza, podemos dizer que a maioria dos refugiados e imigrantes são de vulneráveis, não é?

Bom, combater a violência contra os refugiados é um papel nosso também. E você disse muito bem... Na verdade, alguma coisa que está aqui você foi falando e eu fui pescando aí do seu relatório. Você falou muito da educação, da importância da educação como instrumento de combate a todo tipo de violência e também para abrir portas para os refugiados e imigrantes. Comigo, por exemplo, foi graças a um curso técnico que eu deixei de vender – e vendia com orgulho – flores, bananas, laranjas, maçãs na feira livre, em Porto Alegre, com o meu tio chamado Neri – nunca me esqueci dele, que já faleceu há muitos anos. Se eu já estou com uma idade avançada, calcule a idade que ele teria hoje, não é, Túlio?

Enfim, a educação liberta, como todos nós falamos sempre, mas eu gostei quando, no eixo ali, você falou daquela política de fazer com que a política de reconhecimento da participação do povo negro, índio, na formação do povo brasileiro. A lei já existe e só tem que ser aplicada.

A palavra... Eu queria que você fale agora, Túlio, ainda, ou algum outro Senador que quiser usar a palavra, e daí o meu papel aqui.... Já me disseram: "O Paim sempre esquece. Diga para ele que no final ele tem de dizer: "Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião". (Risos.)

Não estou declarando! Alto aí! Alerto a assessoria de que eu falarei essa fala no final.

Mas, se algum Parlamentar quiser falar, ou você, Túlio, a palavra está aberta nesse encerramento de ano, praticamente.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, quero dizer que essa não é uma missão fácil de ser realizada, principalmente em um período tão curto de tempo, dada a complexidade do tema e as condições que temos hoje no Brasil, de acolhimento a essas pessoas.

Foram milhares de quilômetros percorridos nas viagens que fizemos, em muita estrada de barro, com muita escuta, com muita tristeza também, Senador, mas essa tristeza nos move para nos provocar, primeiro, no sentido de nos levar aonde devemos ir.

Então, foram pessoas que, em busca de esperança e de um lugar digno para viver, saíram de seus territórios e vieram para o Brasil. Essas pessoas encontraram, em parte, um Estado que lhes deu acolhimento, dentro das suas possibilidades. Mas o Estado não fez o devido estudo sobre a vinda dessas pessoas, sobre o impacto que essas pessoas poderiam causar no sistema público de saúde e de educação. Temos, sim, hoje, algumas cidades colapsadas no Brasil, temos alguns Estados que beiram ao colapso, por conta da falta de planejamento e de políticas públicas por parte do Governo Federal. A população pacaraimense, por exemplo, é afetada diretamente por essa omissão do Governo Federal.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Presidente, a apresentação desse relatório vai neste sentido de tomar providências, de procurar escutar essas pessoas que chegam ao Brasil em busca de esperança e de conseguir entregar essa esperança, algo que possa ser transformador na vida dessas pessoas. Muitas buscam um Estado presente, um sistema de educação que consiga gerar oportunidade para seus filhos, um sistema de saúde que consiga responder às demandas e às difíceis situações que essas famílias vivem por estarem sem habitação. E também a habitação se torna uma pauta, porque são 800 pessoas entrando no Brasil quase diariamente. Já são mais de 660 mil venezuelanos que entraram no Brasil, só para falar da Venezuela. E, Presidente, desses 660 mil, aproximadamente 300 mil não conseguiram ficar no Brasil, tiveram que sair do Brasil em busca de oportunidades em outros países.

Então, a gente precisa promover uma educação que integre, uma educação que escute, que consiga trazer essa cultura, para que o brasileiro possa crescer com a absorção dessa nova cultura que entra, para que também os que vêm para este território possam conhecer os nossos costumes, a nossa história, a nossa cultura, para, a partir daí, passarem a ter este País como uma pátria e a amar este País como nós amamos.

Senador Paulo Paim, essas viagens que fizemos nos propiciaram um grande crescimento inclusive como seres humanos, tanto a mim, quanto aos consultores da Casa, ao consultor Tarcisio, tenho certeza, à assessoria que nos acompanhou, mas nos mostraram também a grave situação em que nosso País está inserido quando se diz respeito à questão migratória. São milhares de pessoas dormindo nas ruas. Nas calçadas de Pacaraima, em cada esquina, você vê dezenas de famílias, de mulheres grávidas, de crianças. Em todas as marquises, em todos os espaços que têm um abrigo de chuva, existem pessoas dormindo nas ruas. O Estado brasileiro precisa e pode fazer alguma coisa. A Operação Acolhida é uma operação muito importante no processo de acolhimento e de inclusão dessas pessoas a curto prazo no nosso País. Mas esses abrigos, esses alojamentos, esses acampamentos não podem ser permanentes. Essas pessoas não podem viver em uma área de 6m² e não podem viver por anos nessa área de 6m².

Então, o nosso País precisa tomar providências. Temos muito a crescer, tanto no que diz respeito às questões da economia, quanto no que diz respeito às questões da cultura mesmo. Temos muito a crescer com a vinda dessas pessoas para o Brasil. O Brasil é um país plural, é um país de pessoas diferentes, é um país que sempre teve o respeito como um pilar fundamental no convívio e na formação enquanto sociedade. A gente pode, sim, fazer algo nesse sentido.

Por isso, Senador, nosso relatório vai neste sentido de aproximar essas pessoas, de acolher, de respeitar, de tirar essas pessoas dos semáforos das grandes cidades, das ruas, das calçadas, de gerar oportunidade, de gerar troca. Então, a gente conta com o apoio de todos os Parlamentares aqui, Senadores e Deputados, para que a gente possa acrescentar elementos a esse relatório. É um relatório com mais de 80 laudas. É um relatório que, dentro do limite que tivemos, em termos de tempo, por conta da pandemia – e retornamos a esta Comissão quase que no meio do ano –, é muito importante, porque trata das questões mais relevantes para o Brasil no que diz respeito à pauta de imigrantes e refugiados.

Então, Senador, agradeço imensamente, como V. Exa. bem falou, à Senadora Mara Gabrilli, à Deputada Bruna Furlan, por serem sensíveis e nos mobilizarem a tratar desse tema. Esse é um tema, antes de tudo, humanitário; não é um tema eleitoral, porque essas pessoas nem sequer têm título eleitoral. Então, nós estamos aqui tentando construir um país melhor, para





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que essas pessoas possam ter direitos, possam ter habitação, moradia, possam ter saúde e educação, possam ter acesso à cultura. Esse é um dever do Congresso Nacional.

Por isso, Senador, agradeço imensamente sua presidência, sua sensibilidade nessa pauta, que é uma pauta necessária para o Brasil.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS. *Por videoconferência.*) – Grande Relator Túlio Gadêlha, que fez aqui uma fala linda. Túlio, permita que eu diga isso. Foi uma fala que retratou a tua emoção pelas viagens que você fez e que eu senti muitas vezes, Túlio, porque eu viajei todo o Brasil duas vezes, visitando cada Estado – mas visitei como uma missão da Comissão de Direitos Humanos –, vi muitas cenas, como você relatou muito bem aí, e procurei, dentro do possível, transformar em legislação, como você também, no teu relatório, está apontando e falou aqui com muita clareza.

Parabéns, querido Relator Túlio Gadêlha!

Parabéns à nossa Vice-Presidente Bruna Furlan!

Parabéns à nossa sempre Relatora também, que foi no passado, Mara Gabrilli!

E vamos nos preparar para o ano que vem.

Eu gostei muito do que você disse, Túlio: esta é uma Comissão que não dá voto. Eu acho que não dá mesmo, mas ela enriquece a nossa alma, o nosso coração, a nossa vida. Ela enriquece a humanidade pela forma como nós aqui – espelho-me na sua fala – tratamos esse tema de acolher o próximo. Como a gente diz, é fazer o bem sem olhar a quem.

Agradeço a todos.

Como eu tenho que cumprir a minha partezinha do Regimento, antes quero só dizer: que tenhamos um Natal bom, dentro do possível. E, para esperar – eu sou fã da palavra "esperançar" –, que, no ano que vem, a gente possa avançar e ter, na verdade, um mundo melhor para todos. Natal e primeiro dia do ano passam, mas a vida segue. E, por isso, nós vamos ter que trabalhar muito mais para atender as demandas, na linha do que você falou, das políticas humanitárias.

Se quiser mais uma fala, saiba que aqui você fala quando quiser.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Que assim seja, Senador! Era só essa a minha fala. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS. *Por videoconferência.*) – Está bem. Um abraço, viu?

Um abraço a todos.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Um abraço a todos e que Deus nos ilumine!

(Iniciada às 11 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Controle de Atividade de Inteligência

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ANEXO II, PLENÁRIO Nº 3.

Às quinze horas e zero minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e um, na Câmara dos Deputados, Anexo II, Plenário nº 3, sob a Presidência do Deputado Aécio Neves, reúne-se a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência com a presença dos Parlamentares Kátia Abreu, Jean Paul Prates, Jaques Wagner, Marcelo Freixo, Claudio Cajado, Orlando Silva e Augusto Coutinho. Deixam de comparecer os Parlamentares Renan Calheiros, Daniella Ribeiro, Marcos do Val e Diego Andrade. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência informa que a presente reunião tem como objetivo cumprir o disposto no § 1º do artigo 7º da Resolução nº 2, de 2013, do Congresso Nacional, o qual estabelece que a Presidência da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência será exercida alternadamente pelos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. A Presidência informa que no ano de 2020 a Comissão ficou sob a responsabilidade do Senado Federal e que competirá ao Deputado Aécio Neves, na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, a Presidência da CCAI na presente sessão legislativa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Aécio Neves

Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/06/29>





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Controle de Atividade de Inteligência

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves, PSDB - MG. Fala da Presidência. *Por videoconferência.*) – Nós estamos abrindo, neste instante, a 1ª Reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência da 3ª Sessão Legislativa desta que é a 56ª Legislatura.

Eu informo aos Srs. Parlamentares que aqueles que quiserem fazer uso da palavra poderão fazê-lo apenas solicitando, nesta nossa primeira reunião, informalmente manifestando a vontade de usar da palavra.

A verdade é que essas reuniões, como sabem os senhores, são reuniões presenciais e secretas. Esta, portanto, é apenas uma reunião preparatória inicial que define que a CCAI está instalada e se reunindo, Deputado Cajado, excepcionalmente, nestas próximas semanas, quem sabe meses, nas dependências da Câmara dos Deputados em virtude das normas de controle sanitário ainda vigentes no Senado Federal. Portanto, excepcionalmente, a CCAI funcionará nas dependências da Câmara dos Deputados.

Esta reunião tem o objetivo, primeiro, de cumprir o disposto no §1º do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013, do Congresso Nacional, que estabelece que a Presidência da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) será exercida alternadamente pelos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. No ano de 2020, a Presidência da CCAI ficou sob a responsabilidade do meu grande amigo e extraordinário Senador Nelson Trad, que inclusive estará conosco ainda em uma outra reunião mais tarde. Ele, à época, era o Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Desse modo, competirá ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados exercer a Presidência da CCAI na presente Sessão Legislativa.

Portanto, nessa condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, assumo, neste instante, a Presidência da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Da mesma forma, declaro investida no cargo de Vice-Presidente da CCAI S. Exa. a Senadora Kátia Abreu, na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Controle de Atividade de Inteligência

Aproveito para registrar que, no último dia 30 de abril de 2021, o Deputado Augusto Coutinho foi indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados para integrar esta Comissão.

Registro também que o Deputado Orlando Silva passou a integrar a CCAI, a partir do dia 9 de maio, na vaga indicada pela Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Pergunto se tenho o meu áudio ainda. *(Pausa.)*

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) – Estamos ouvindo V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – Dr. Rodrigo, eu perdi a visualização com a Comissão.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) – Nós o estamos ouvindo corretamente e vendo também, Presidente Aécio – Deputado Cajado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – Deputado Cajado, aproveito pra dizer a V. Exa. e aos demais Parlamentares que nos acompanham aquilo que V. Exa. já conhece: a CCAI é um órgão de importância extraordinária no Congresso Nacional, por tratar exatamente do controle e da fiscalização externa das atividades de inteligência no País. Cabe à CCAI, portanto, ouvir o debate sobre temas sensíveis à segurança nacional, como, por exemplo, terrorismo, crimes contra o Estado democrático de direito e ameaças cibernéticas, talvez o grande desafio que a nossa geração haverá de enfrentar.

Com o objetivo de aprofundar esse debate e o conhecimento sobre as atividades de inteligência desenvolvidas no País, quero informar a esta Comissão que estou enviando hoje um ofício convite ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, seguindo, na verdade, uma praxe desta Comissão, na instalação dos seus trabalhos, para que S. Exa. o Ministro Augusto Heleno possa comparecer a esta Comissão, em data a ser definida por nós nos próximos dias, para apresentar aqui as ações desenvolvidas por aquela pasta e informar ao Congresso Nacional, que tem a responsabilidade de fiscalizar as ações do Executivo, quais são as ações hoje empreendidas em relação à questão da inteligência.

Portanto, fica aqui aprovado já – até porque é uma ação do Presidente da Comissão – esse convite. E os demais requerimentos serão apresentados na próxima reunião.

Eu pergunto se algum dos membros, algum dos participantes dessa reunião gostaria de, ao final, usar da palavra.

Consulto S. Exa. o Deputado Cajado, a quem agradeço por me substituir na instalação desta Comissão, sobre se gostaria de fazer aqui a sua manifestação.





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Controle de Atividade de Inteligência

Reitero que eu tenho que manter esta reunião, já que é uma reunião virtual, estritamente para a sua instalação. Os temas mais sensíveis, aqueles que teremos a responsabilidade de debater e discutir, serão tratados nas reuniões presenciais e secretas desta Comissão.

Com muita alegria, eu ouço o meu amigo Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, quero parabenizá-lo pela Presidência desta importante Comissão, além da que V. Exa. já acumula na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. V. Exa. tem todo o perfil de maturidade, experiência e, acima de tudo, competência para poder exercer um brilhante papel, como tem sido, aliás, resultado da sua atuação política na vida pública do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – Obrigado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) – Eu fico extremamente feliz de poder fazer parte desta Comissão já há alguns anos e fico mais feliz ainda em vê-la finalmente instalada, para que nós possamos colaborar com o nosso País, colaborar com os brasileiros diante de assuntos importantes. V. Exa. citou alguns, dentre os quais eu ressalto essa questão da internet, a questão cibernética, que envolve uma estratégia, uma atuação de defesa importante para o nosso País, haja vista o que aconteceu principalmente nos Estados Unidos, em duas eleições presidenciais. Portanto, é importante que nós possamos colocar numa agenda positiva da Comissão assuntos como esse, para vislumbrarmos os caminhos pelos quais nós teremos que seguir, sempre levando em consideração a soberania nacional e a defesa dos brasileiros da nossa Nação.

Parabenizo também o Deputado Orlando Silva, que está aqui conosco, um novo integrante da Comissão, e o Deputado Augusto Coutinho, que também foi eleito pela Creden (Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), da Câmara, para integrar este colegiado. E eu espero que nós possamos desenvolver as nossas atividades dentro de um conceito harmônico e, principalmente, proativo para podermos mostrar ao País as nossas opiniões, sugestões.

V. Exa., Deputado Aécio, já deixou aqui informada a Comissão do convite ao Ministro da Defesa, para ele estar presente em audiência próxima, que V. Exa. definirá. Isso não é objeto de votação dos membros da Comissão, e sim é uma competência exclusiva do Presidente assim fazê-lo, o que é uma tradição. Todas as vezes em que esta Comissão se instala, nós convidamos o Ministro da Defesa para expor as suas ideias, os seus pressupostos, as suas opiniões e as suas tratativas a respeito da Comissão, de estratégias da Defesa e também em relação a esta Comissão, especificamente, e será importante inclusive mantermos o sigilo necessário... *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Controle de Atividade de Inteligência

Então...

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – Prossegue.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) – O Presidente é atuante, não tem jeito.

Então, ficamos, Deputado Aécio, felizes. Espero que V. Exa. esteja apenas, de fato, com uma gripezinha agora; que não seja acometido pela Covid. Eu espero que V. Exa., com o resultado, possa estar apto a viajar aqui para Brasília para nos encontrarmos, no dia de amanhã, na reunião que haveremos de ter, pela manhã, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

No mais, quero parabenizar os integrantes; poder fazer com que o Presidente Aécio e também a Senadora Kátia Abreu, que assume a Vice-Presidência desta Comissão, possam desenvolver a sua atividade, com o apoio dos membros da Comissão; e que nós possamos fazer, da forma como fazemos aqui, na Comissão de Relações Exteriores, um trabalho proativo, repito. Que, independentemente de ideologia partidária, possamos vislumbrar caminhos consensuais que o nosso País possa seguir, já que esta Comissão eu considero uma das mais importantes Comissões Mistas do Congresso Nacional. É uma pena ela não estar sendo atuante, porque não tinha sido instalada. Finalmente, Deputado Aécio, V. Exa., articulado aí com o Presidente Rodrigo Pacheco do Senado, conseguiu efetivar essa instalação, e eu espero que V. Exa. a desenvolva como tem sido, repito, a sua carreira política, de forma brilhante. No que eu puder colaborar, da minha parte, pode contar.

O Deputado Orlando Silva pede a palavra, e V. Exa. pode continuar conduzindo a Presidência.

Um abraço, Presidente Aécio.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – Agradeço, Deputado Cláudio Cajado, agradecendo mais uma vez a ação sempre construtiva de V. Exa. não só na Creden, mas também aqui na CCAI.

É com muita alegria que eu vejo a presença aqui entre nós do Deputado Orlando Silva. Esta é uma Comissão – e o sabe o Deputado, que é meu amigo de muitos anos – que não se restringe a posições políticas, partidárias, ideológicas. Eu a chamaria de Comissão da responsabilidade com a cidadania; é a Comissão que permite ao Brasil ter as salvaguardas, os instrumentos necessários a enfrentar eventuais dificuldades que tenham. E até mesmo é esta Comissão que pode evitar excessos por parte dessas instituições.

Por isso, Deputado Orlando Silva – V. Exa. talvez não estivesse ainda presente –, eu lamento, pela primeira vez nos últimos quatro meses, não estar esta semana em Brasília, mas





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Controle de Atividade de Inteligência

espero que possa embarcar ainda à noite, se conseguir um resultado positivo do meu exame, já que acordei com, enfim, alguma indisposição. Eu espero que tudo corra bem.

A presença de V. Exa., Deputado Orlando, será extremamente importante para que nós possamos avançar nas responsabilidades, nas atribuições que esta Comissão tem. Agradeço a presença de V. Exa. e quero ouvi-lo, por favor.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, eu quero cumprimentá-lo pela assunção à responsabilidade de comandar esta Comissão importante do Congresso Nacional brasileiro, V. Exa. sabe do carinho, da amizade que eu tenho por ti – permita-me assim tratá-lo –, e dizer que eu estou muito feliz também de saber que a Senadora Kátia Abreu fará parte desse comando, uma Senadora combativa, extremamente comprometida com o interesse nacional.

Devo, Presidente, de saída, agradecer a confiança em mim depositada pelo Líder da Minoria, o Deputado Marcelo Freixo.

Esteja certo, Deputado Freixo, de que nós honraremos a confiança sua e de nossos parceiros de combate no Congresso Nacional, representando a Minoria.

E a nossa participação, Presidente Aécio, de certo será no sentido de colaborar para que a Comissão, para que a CCAI consiga cumprir o seu papel institucional. Eu considero que existem temas que são temas de Estado, não são temas de governo, não são temas de partidos, muito menos de Parlamentares. E as atividades de inteligência e de contrainteligência são temas de interesse nacional.

Aliás, Presidente Aécio, eu sou daqueles que crê que nós deveríamos dar mais luz a determinados temas da agenda legislativa. Eu, inclusive, apresentei um projeto de resolução do Congresso Nacional, conjuntamente com o Senador Fernando Collor de Mello e com a Deputada Perpétua Almeida, propondo um rito específico para a tramitação do *Livro Branco da Defesa Nacional* e da Estratégia Nacional de Defesa, de modo que nós possamos dar mais visibilidade, por exemplo, às matérias de defesa, de política de defesa, porque o Parlamento também tem responsabilidades na construção, conjuntamente com o Poder Executivo, desta matéria.

Eu falo isso para ilustrar o interesse que tenho com relação a temas de Estado.

E quero concluir, Presidente, dizendo que o protagonismo em matéria de inteligência e de contrainteligência é do Poder Executivo – o protagonismo é do Poder Executivo. Cabem ao Parlamento o acompanhamento, o monitoramento, diálogo, colaboração e, inclusive – e o Deputado Cajado é um dos quadros mais especializados nesta Casa –, o suporte no campo





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Controle de Atividade de Inteligência

orçamentário. Inclusive, esta própria Comissão é chamada a dialogar na construção dessas disposições orçamentárias que sustentem as políticas de inteligência e de contrainteligência. Mas eu queria, Presidente Aécio, salientar um aspecto, que é o inciso III do §3º da Resolução nº 2, de 2013. Esse inciso talvez seja o inciso em que haja o devido protagonismo do Parlamento nas matérias que são objeto da CCAI. É o inciso que indica que cabe à CCAI examinar, dando-lhes parecer, projetos de lei que tratem sobre temas de inteligência e de contrainteligência. Eu saliento esse aspecto da resolução que nos orienta, porque considero, Presidente Aécio, que deveríamos valorizá-lo, pois é uma competência estrita desta Comissão vinculada exatamente à atividade parlamentar. Eu espero que a CCAI cumpra o papel também, colaborando com as iniciativas que tramitam nas duas Casas relativas à matéria, que é tão relevante para a vida nacional.

Cumprimentando o meu amigo Deputado Cajado aqui presencialmente e o meu amigo Marcelo Freixo – sei, Deputado, que está acompanhando e agradeço uma vez mais –, desejo, Senador Aécio, o máximo sucesso no trabalho que V. Exa. comandará no próximo biênio.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG. *Por videoconferência.*) – Caríssimo Deputado e amigo Orlando Silva, permita-me também tratá-lo dessa forma. Mesmo em campos opostos da vida pública, conseguimos compreender que, em determinados momentos, as questões de Estado se sobrepõem às questões políticas e mesmo de Governo. V. Exa. até, neste instante, cita uma ação conjunta ao lado do ex-Presidente Fernando Collor, o que mostra sua pluralidade e a capacidade de V. Exa. de conviver no Parlamento construindo pontes, num momento em que nós estamos vendo muitos a dinamitá-las. Portanto, V. Exa. tem o meu respeito desde sempre. E eu estou extremamente feliz de poder reencontrá-lo agora na CCAI para darmos a esta Comissão, uma Comissão singular, de atribuições extremamente específicas, a importância que ela deve ter.

Eu aproveito, Deputado Orlando, para informar a V. Exa. e aos demais participantes desta reunião que foi despachada a esta Comissão, à CCAI, a Mensagem nº 9, de 2020, do Congresso Nacional. E esse é o primeiro tema sobre o qual deveremos nos debruçar. É uma mensagem do Poder Executivo que encaminha ao Congresso, através desta Comissão, para sua análise e, obviamente, para deliberação e eventuais sugestões, a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o *Livro Branco de Defesa Nacional*, temas que não tiveram nos últimos anos a atenção que deveriam ter. Essa matéria, para tramitar no Plenário das duas Casas do Congresso Nacional, depende de parecer desta Comissão. Que na próxima reunião, presencial – espero –, com a maioria dos membros da CCAI, nós possamos deliberar a forma dessas três matérias extremamente relevantes.





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Controle de Atividade de Inteligência

E há, caríssimo Deputado Orlando, caríssimo Deputado Cajado, uma cobrança natural dos representantes da Defesa Nacional, para que essa matéria possa ter, a partir de agora, um encaminhamento, uma discussão e, na verdade, uma compreensão melhor do que o Congresso Nacional vem tendo até agora sobre esses temas. Ou nós – esta é a visão pessoal deste Presidente – assumimos essas nossas responsabilidades, ocupamos esse espaço, definimos essas diretrizes, ou outros, certamente, o farão.

Eu vejo aqui agora, solicitando a palavra... Pergunto se foi o Deputado Freixo que solicitou a palavra – ou peço vênha a todos os senhores, porque estou remotamente participando dessa reunião. Vejo aqui a solicitação.

O Senador Jaques Wagner está conosco?

O SR. JAKES WAGNER (PT - BA) – Estou, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – Que alegria, meu amigo Senador, Governador Jaques Wagner! Esta Comissão realmente está adquirindo uma dimensão enorme, do tamanho que ela deve ter. É com uma honra muito grande que recebo V. Exa. e lhe passo a palavra, amigo, Governador Jaques Wagner.

O SR. JAKES WAGNER (PT - BA. Por videoconferência.) – Presidente, primeiro quero lhe parabenizar pela assunção desta Comissão, desejar que seu exame dê, na verdade, negativo. Negativo quer dizer que não tem a doença, porque positivo é quando se tem a doença. Então, eu espero que o exame, realmente, aponte que seja apenas uma gripe. Eu não falarei no diminutivo, porque os últimos que falaram no diminutivo não tiveram muita sorte na premonição.

É apenas para dizer que, até como ex-Ministro da Defesa, como ex-Governador, acho que realmente é muito relevante esta Comissão. Nós temos que ter sempre a cautela – V. Exa., como democrata, como eu também, democrata –, temos que cuidar para que a atividade de inteligência não eventualmente resvale, por arroubo de quem quer que seja, numa missão polícial. São muito próximas as duas coisas. Nós vimos isso nas revelações do ex-funcionário da CIA. Portanto, o poder tem essas atrações – permita-me dizer – malévolas, em que, quando o cidadão pode ter acesso a controlar a vida das pessoas, o faz com objetivos distantes da Constituição da República e da democracia.

Então, quero apenas desejar que esta Comissão possa exercer esse papel e que, principalmente, esteja sempre muito vigilante, para que todo o sistema de inteligência de proteção da Nação, não venha a, eventualmente, se transformar, por exageros de alguns, numa instituição de inteligência voltada para a perseguição política, o combate político. Como nós somos a Casa da democracia, a Câmara e o Senado, eu tenho certeza de que a nossa





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Controle de Atividade de Inteligência

fiscalização passa muito por aí, por valorizar as funções de inteligência como proteção ao País, cuidar e evitar que ela resvale para qualquer outro destino.

Então, muito obrigado e parabéns! Espero que V. Exa. possa embarcar para Brasília já no dia de hoje. Pelo que vejo, pelo menos visualmente, eu acho que talvez seja só um mal-estar; e que nada lhe atormente mais do que esse mal-estar.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – Muito obrigado, caríssimo amigo, Senador, Governador Jaques Wagner. Meu voo está marcado para hoje, às 10 horas da noite. Estou aguardando o exame, mas já estou me sentindo muito melhor. Acho que embarcarei.

A política tem algumas nuances que outras atividades que nós exercemos na sociedade não têm, como é a possibilidade do reencontro. A vida é feita de muitos desencontros, mas ao vê-lo aqui, caríssimo Governador Jaques Wagner, eu não posso deixar de me lembrar da forma tão afetuosa com que você recebeu o então Governador de Minas Gerais no Palácio de Ondina, de tantas tradições, quando, mesmo de partidos diferentes, até mesmo opostos naquele momento da quadra nacional, discutíamos o Brasil, discutíamos o Nordeste, discutíamos como consolidar a democracia entre nós. Revê-lo aqui é uma alegria muito grande. Não o encontrei no Senado, tivemos aqui um desencontro, mas que eu compreendo agora como um reencontro que me alegria a alma e o coração.

Sem dúvida nenhuma, meu amigo Jaques Wagner, V. Exa. haverá de contribuir para que esta Comissão seja um instrumento, acima de tudo, para garantir que as instituições funcionem nos limites que a Constituição define. Muitíssimo obrigado pela sua participação, querido amigo Jaques Wagner.

Eu peço perdão se eu estou aqui, de alguma forma, não seguindo exatamente o que está na lista, mas eu sigo aquela que está seguindo aqui às minhas mãos.

O Senador Jean Paul está entre nós?

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Presente, Presidente! É um prazer estar com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – Muitíssimo bem-vindo, Senador Jean Paul! Chegue mais perto da câmera.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Pela ordem.) – Quero apenas saudá-lo, rapidamente, como novinho aqui entre o pessoal todo. São todos veteranos experientes. Eu também veterano, não tão experiente, mas, enfim, estava e estive em várias reuniões com vocês na qualidade de assessor da saudosa Governadora Wilma, nesses encontros no Palácio de Ondina, lá no Recife...





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Controle de Atividade de Inteligência

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – Isso. Eu me lembro muito dela.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – ... nas primeiras reuniões dos encontros dos Governadores do Nordeste, onde V. Exa., como Governador de Minas, sempre convidado com muito prazer e com uma contribuição sempre muito rica...

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – Senador Jean Paul, fazendo aqui uma interrupção bastante breve, estou me lembrando muito desse seu sorriso afetuoso. Eu lembro que uma das poucas – aliás, não digo poucas –, uma das lições mais contundentes do velho Tancredo Neves era a seguinte: "Se um dia você for Governador de Minas, vá sempre às reuniões dos Governadores do Nordeste. Eles não podem esquecer que Minas é um pedaço do Nordeste".

Alegria enorme, Senador Jean Paul, em rever o senhor.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Exatamente, exatamente.

As suas contribuições eram muito ricas, e a gente teve muitos momentos agradáveis muito construtivos, àquela época, nessas reuniões. Eu sentava ali atrás da Governadora, direitinho, com vocês à frente, mas sempre ajudando e muito feliz, sempre, de vê-los trabalharem. E agora tenho a honra e a felicidade de estar aqui entre vocês também, no Senado Federal, na qualidade de Líder da Minoria.

Saúdo aqui o meu colega Deputado Freixo, colega de Liderança da Minoria também. É um dos que têm o encargo difícil de explicar o que é uma minoria à maior parte das pessoas.

Também saúdo a Senadora Kátia, querida amiga; o Senador Jaques, meu querido mestre aqui, minha referência para muita coisa; o Deputado Cajado; o Deputado Orlando.

Enfim, quero dizer que nós estamos aqui à disposição da Comissão. Acho que a Comissão, como já foi dito aqui, sem repetir demais, é importantíssima no papel da avaliação, fiscalização desse serviço de inteligência, que vem evoluindo, Presidente, muito rapidamente, não só do ponto de vista tecnológico, desafiando quem persegue e tenta, de alguma forma, acompanhar as evoluções tecnológicas, operacionais, logísticas, mas também do ponto de vista, como o Deputado Orlando colocou bem, do ponto de vista orçamentário, do ponto de vista legal, regulatório, que tem que sempre acompanhar todas essas evoluções mais práticas, não é?

Então, desejo sucesso aí. Evidentemente, como o Presidente já deixou claro, aqui não há lados opostos, não há campos opostos, aqui estamos todos ao lado do Estado brasileiro, na defesa das instituições, na defesa dos membros dessas instituições, que as ocupam ocasionalmente ou perenemente, do Estado brasileiro.





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Controle de Atividade de Inteligência

Enfim, estamos aqui inteiramente à disposição, como muita gana de trabalhar e ajudá-lo nessa missão aí muito honrosa da presidência desta Comissão. Conte com a gente.

Obrigado, Presidente. (*Pausa.*)

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. *Por videoconferência.*) – Você está com o microfone fechado, Aécio.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – Eu quero dizer aqui... Obrigado, Freixo. Apenas para fazer uma referência aqui...

Está me ouvindo agora, Freixo? Entrou?

Quero dizer, Jean Paul, que me lembro daquela época, e é uma alegria enorme poder, pela primeira vez, ter um contato mais direto com V. Exa., mas eu tenho vontade de chamá-lo de você, porque esta Comissão trata não de questões de Governo, de oposição, mas de questões de Estado, e o nível, a representatividade, a qualidade daqueles que pertencem a essa Comissão me dão uma expectativa grande que nós podemos, aí já me refiro aqui ao caro Deputado Freixo, que estou vendo aqui na minha tela, podemos fazer desta Comissão, Freixo, quem sabe algo que não foi feito até agora. Vamos, no limite das nossas responsabilidades institucionais, cobrar do Governo respostas e tendo aqui também a responsabilidade de estabelecer, quando for o momento, limites para a ação de determinados órgãos do Governo.

Quero dizer que nós temos um mandato, Freixo, pela metade. Nós estamos com esta Comissão sendo instalada na metade do ano. Então, vamos dobrar o nosso trabalho. A regra é que esta Comissão se reúna, eu olhei aqui um pouco os históricos dessas reuniões, uma vez por mês. Vamos tentar fazer isso com mais assiduidade. E acho que nós podemos aqui, em relação a esses livros de defesa, esses documentos de defesa e outras questões que venham a ser tratadas, criar, a partir desta Comissão, alguns limites de ação para o Poder Público.

Já disse aqui inicialmente, não sei se V. Exa. estava presente, que estou convidando, para os próximos dias, o Ministro do GSI, Gabinete de Segurança Institucional, para que esteja entre nós, e a partir daí, numa reunião interna... E aí aqui, finalizando, eu estou tendo muito cuidado de não adentrar alguns temas muito específicos que estão na pauta dessa reunião, porque esta é uma reunião virtual e uma das nossas responsabilidades é fazer reuniões secretas, reuniões reservadas, porque alguns temas são extremamente sensíveis, até para manter a qualidade, a importância desta Comissão. Eu quero, na próxima reunião presencial, vou marcar com alguma antecedência, esperando ter a presença daqueles que puderem estar lá, tratar de alguns temas muito pontuais. Freixo, nós temos três ou quatro temas extremamente urgentes e pontuais sobre os quais esta Comissão tem o dever de apresentar a sua manifestação para o Plenário da Câmara e do Senado Federal.





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Controle de Atividade de Inteligência

Um grande abraço.

E recebo aqui, nesta Comissão, neste instante, a presença do Deputado Freixo.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Deputado Aécio.

Eu estou muito animado com esta Comissão. Eu acho que a expectativa – eu quero concordar integralmente com V. Exa. – sobre esta Comissão é muito grande pela relevância do tema e pela relevância do momento que a gente está vivendo no mundo.

Eu quero saudar aqui o Jean Paul, que é meu companheiro de Liderança de Minoria – não é muito fácil explicar isso, mas é a nossa função –, a Kátia Abreu, o Senador Jaques Wagner, o Orlando, meu grande companheiro.

É uma honra que possa estar aqui representando a Minoria.

Eu quero dizer, Deputado Aécio Neves, que o tema da democracia em crise está no mundo inteiro. O mundo inteiro está debatendo os limites da democracia. Em tudo quanto é lugar no mundo, se fala sobre a possibilidade de uma democracia em crise.

Eu pensei muito nisso quando vi a formação desta Comissão, o que me alegrou bastante. Eu acho que os Senadores e os Deputados que compõem esta Comissão possibilitam que a gente possa trabalhar com uma imensa expectativa de bom resultado. É muito boa essa composição. Nem sempre eu tenho esse sentimento nas Comissões que entro, mas, nesta, sem dúvida alguma, é muito positiva.

Quero dizer que trabalhar com a inteligência é de muita responsabilidade, porque a gente pode estar debatendo aqui um sistema de vigilância, a gente pode estar debatendo uma questão muito estratégica, porque... A democracia é sempre imperfeita; o mérito da democracia, Deputado Aécio, é ser imperfeita, é ser inacabada. Por isso, as instituições são tão importantes. Ela tem sempre que ser inacabada, porque a gente tem sempre que buscar uma democracia melhor, uma democracia que possa ser aperfeiçoada. E, por isso, ela é inacabada. E, por isso, ela está sempre numa suposta crise, mas a crise tem que servir para fortalecer a democracia, não para ameaçá-la. A democracia em crise é relativamente normal, desde que seja para fortalecê-la, para ampliá-la, para fazer com que seja mais participativa, mais vigorosa e mais forte. E a inteligência é instrumento decisivo para a democracia. Que ela possa ser bem usada e possa ter grande responsabilidade.

É um momento político conturbado deste País. A responsabilidade de todos nós aqui é buscarmos um caminho comum. E acho que a maturidade que marca essa composição da Comissão, sem dúvida alguma, me alegra por saber que o resultado será positivo.





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Controle de Atividade de Inteligência

Parabéns pela liderança de V. Exa. Estou torcendo aqui para que você possa estar bem de saúde, já voando... Eu estou no Rio, porque a minha esposa está com Covid – ela testou positivo. Por isso, estou no Rio, estou de quarentena, mas, semana que vem, estarei em Brasília e espero que você possa ficar bem também.

Um abraço a todos. (*Pausa.*)

Está fechado o seu microfone, Aécio.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – Caríssimo Deputado Freixo, você não tem ideia da minha alegria que eu tenho em ouvi-lo. Confesso a V. Exa. que, quando assumi a CREDN, não pensava como seria a composição da CCAI, que, claro, já conhecia desde que presidi a Câmara. E, como é um rodízio, coube à Câmara. Eu comecei a fazer exatamente o que V. Exa., Deputado Freixo, fez: examinar quais eram os nomes, quem eram aquelas pessoas que poderiam contribuir, para darmos a dimensão que esta Comissão precisa ter. Eu sou um Parlamentar na essência da minha vida, da minha formação. E a sua presença ali... E os meus assessores que estão aqui me assistindo devem até estar rindo, lembrando, porque eu falei: "Olhem quem está aqui!". Eu fiz uma redoma em volta do seu nome, Freixo. Vamos conversar sobre o Brasil. Nós já estivemos em lados opostos, disputamos eleições em campos distintos, mas nós vamos sempre estar juntos naquilo que é essencial: a defesa da democracia, que, como você mesmo disse, é uma obra em permanente construção. Não importa quais sejam os partidos, quais sejam as disputas, quem sejam os candidatos, mas na hora que o essencial, a democracia, estiver em risco, nós estaremos juntos, nós estaremos abraçados, construindo algo bom para o País. E esta Comissão, se nós soubermos dar a ela a dimensão que ela pode ter, pode ser um dos instrumentos mais vigorosos na defesa das nossas instituições.

Portanto, eu estou muito feliz – desculpe aqui o desabafo até muito pessoal – em revê-lo. Espero revê-lo pessoalmente numa próxima reunião nossa, antes que V. Exa. me receba no Palácio da Guanabara.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ) – (*Risos.*)

Obrigado, Aécio!

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – Um abraço!

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ) – Deus te ouça!

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE) – Presidente Aécio!

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – Augusto Coutinho, é V. Exa.?





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Controle de Atividade de Inteligência

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE. *Por videoconferência.*) – Meu Presidente Aécio! Tudo bom? Eu queria só justificar. Eu estou meio atrapalhado que eu estou pegando agora um voo para Brasília. Dar um abraço...

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – E está levando um armário inteiro junto, pelo visto!

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE) – O senhor esteve aqui semana passada, fazendo um sucesso enorme aqui no PSB.

Aécio, quero dizer primeiro que para mim é um prazer muito grande compartilhar com todos vocês esta Comissão. Estarei junto na defesa do que eu acho que é mais importante para o nosso País, e a gente precisa estar junto neste momento, que é a democracia, e dizer que estou às suas ordens. Eu vou ter de sair, porque estou pegando um avião agora de Recife para Brasília, mas estou à sua disposição, e a sua convocação será atendida de imediato. Está o.k., meu Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – Obrigado pela sua participação, querido companheiro Augusto Coutinho. Quero cumprimentá-lo por ter disputado uma eleição e vencido, dentro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com vários candidatos. Isso mostra o seu talento, a sua capacidade de aglutinar e é isso que nós precisamos agora na CCAI.

Tenha uma boa viagem. Espero amanhã reencontrá-lo em Brasília, se eu conseguir viajar hoje à noite, Deputado Augusto. Boa viagem!

Pelo que eu recebo aqui dos secretários da Comissão, já está encerrada a lista daqueles que se inscreveram para falar. Como eu disse – e peço a compreensão de todos – temos três ou quatro temas extremamente pontuais que precisamos tratar de forma reservada dentro desta Comissão e já pretendo, a partir de amanhã, ou no máximo na semana que vem, marcar a data da nossa próxima reunião.

Agradeço imensamente a presença e a participação de todos.

Recebo agora, com muita alegria, aqui, uma mensagem de que a Senadora Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, já está conosco nesta sala. Se ela estiver nos ouvindo, caberá a ela encerrar esta reunião. Minha querida amiga, colega e hoje Vice-Presidente da CCAI, Senadora Kátia Abreu, consulto se S. Exa. me ouve e está entre nós. *(Pausa.)*

Se não está, eu agradeço de qualquer forma a presença dela no nosso Zoom.





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Controle de Atividade de Inteligência

Declaro, portanto, encerrada esta reunião. E enviarei aos senhores até o início da próxima semana a data e os temas específicos da próxima reunião reservada da CCAI, que poderá ser, Freixo, a melhor CCAI da história.

Grande abraço!

(Iniciada às 15 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 39 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Controle de Atividade de Inteligência

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 E 4 DE NOVEMBRO DE 2021, DE FORMA REMOTA.

Às dezessete horas e onze minutos do dia três de novembro de dois mil e vinte e um, de forma remota, sob a Presidência do Senhor Deputado Aécio Neves, reúne-se a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), com a presença dos seguintes parlamentares: Senadores Marcos do Val e Daniella Ribeiro e Deputados Aécio Neves, Augusto Coutinho, Cláudio Cajado, Marcelo Freixo, Orlando Silva e Diego Andrade. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Às dezessete horas e dezesseis minutos a reunião é suspensa e a reabertura agendada para o dia quatro de novembro de dois mil e vinte e um. Em quatro de novembro de dois mil e vinte e um, às doze horas e quatorze minutos, a reunião é reaberta. Aprovadas as seguintes Emendas ao Projeto de Lei nº 19/2021-CN (PLOA 2022): **Emenda nº 1 – CCAI** – Ação: 2866 - Ações de Caráter Sigiloso, Subtítulo: 0001 Nacional, Tipo: Apropriação/Acréscimo, Unidade Orçamentária 52.111 - Comando da Aeronáutica, valor R\$ 1.295.000,00; **Emenda nº 2 – CCAI** – Ação: 21A0 - Aprestamento das Forças, Subtítulo: 0001 Nacional, Tipo: Apropriação/Acréscimo, Unidade Orçamentária 52.931- Fundo Naval, valor R\$ 2.000.000,00; e **Emenda nº 3 – CCAI** – Ação: 14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON, Subtítulo: 0001 Nacional, Tipo: Apropriação/Acréscimo, Unidade Orçamentária 52121 - Comando do Exército, valor R\$ 189.000.000,00. Submetida ao plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião. A ata é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado AÉCIO NEVES
Presidente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<https://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/11/3>

<https://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/11/4>



(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG. Fala da Presidência.) – Senhores, boa tarde. É o Presidente Aécio Neves falando. Nós estamos iniciando esta reunião.

Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, mas, até agora... (*Pausa.*)

Nós temos o quórum regimental, caríssimos Deputado Augusto Coutinho e Senador Marcos do Val, para iniciar esta reunião, que tem como objetivo deliberar sobre as emendas da CCAI a serem apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, a Lei Orçamentária Anual.

Tradicionalmente esta Comissão apresenta até quatro emendas à LOA.

Foram apresentadas, na verdade, 11 sugestões de emendas ao PL, em 2022, mas, na verdade, apenas três assuntos, três temas distintos foram apresentados até aqui, o que nos permitiria aprovar, se houver convergência de todos, por aclamação, essas três contribuições da CCAI à LOA.

Eu aguardei um pouco o início da reunião para que nós pudéssemos ter o quórum deliberativo. Em não alcançando esse quórum até as 17h15, portanto, daqui a três minutos – teremos aguardado 15 minutos –, nós não vamos encerrar; nós vamos manter em aberto esta reunião, vamos apenas suspendê-la, o que garante que o quórum atual seja mantido, e nós tentaremos amanhã, às 11h da manhã, reabri-la, para que, com o quórum de sete Parlamentares, possamos cumprir o Regimento aprovando essas propostas à LOA.

Não temos como aprová-las com o quórum de apenas cinco que estão presentes, tampouco podemos ficar aqui *ad aeternum*, aguardando que outros Parlamentares estejam presentes. A Secretaria da Comissão vai se incumbir de fazer contato direto com pelo menos dois outros Parlamentares, e amanhã, às 11h – obviamente, todos estão novamente já convidados –, nós tentaríamos votar essas propostas, já que o prazo é de mais uma semana apenas.

Então, eu vou aguardar que cheguemos às 17h15 – portanto 15 minutos após o início desta reunião –, e, não alcançando o quórum, a reunião estará, repito, suspensa e será retomada amanhã, às 11h da manhã.

Portanto, eu agradeço imensamente aos que compareceram nesta primeira convocação e agora, em seguida, às 17h15, caríssimos Deputado Augusto e Senador Marcos do Val – são os que vejo aqui presentes –, vou declarar suspensa esta presente reunião, convocando para amanhã, dia 04/11, às 11h, para sua reabertura, aguardando apenas às 17h15...

Senador Marcos do Val, seja bem-vindo. Eu estava dizendo aqui aos presentes que nós precisamos de um quórum mínimo de sete membros para aprovar as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária. Então, eu estou agora, às 17h15, suspendendo esta reunião – não encerrando, suspendendo, porque nós garantimos esse quórum – e amanhã, às 11h da manhã, nós vamos aqui lateralmente fazer um esforço de contato com os outros membros da Comissão, nós reabriríamos para aqueles que queiram discutir e finalmente aprovar contribuições da CCAI à LOA.

Eu agradeço imensamente a presença de todos que estiveram até aqui. Como anunciei antes, são 17h15, e eu vou então, se não houver nenhuma objeção, suspender esta reunião, retomando amanhã, às 11h.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE) – Presidente Aécio...

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – Pois não, Deputado Augusto Coutinho.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE. Pela ordem.) – Inicialmente, meus cumprimentos. Eu quero dizer que não tenho nenhuma dificuldade. Acho que quanto às emendas apresentadas por mim eu não tenho nenhuma observação a fazer. Apenas quero dizer o seguinte: às 11h, eu ainda estarei em deslocamento de Brasília para Recife. Então, se...

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – Quer sugerir um novo horário, Deputado? Gostaria muito da sua presença. Meio-dia estaria bom ou não?

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE) – Meio-dia, meio-dia sim!



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – Senador Marcos do Val, se concordar, meio-dia?

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – Está ótimo, está ótimo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – Meio-dia. Dá até um pouquinho mais de tempo para a gente tentar um contato com outros amigos aqui da Comissão.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – Então, declaro suspensa esta reunião, reconvocando-a para amanhã ao meio-dia.

Muito obrigado a todos, obrigado Senador, obrigado Claudio Cajado, obrigado Augusto Coutinho.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – Muito obrigado, Presidente.

(Iniciada às 17 horas e 11 minutos, a reunião é suspensa às 17 horas e 16 minutos.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG. Fala da Presidência.) – Meus amigos, voltando às formalidades, agradecendo a presença de todos, declaro reaberta a 3ª Reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

A presente reunião tem como objetivo deliberar sobre as emendas da Ccai a serem apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2021, Projeto de Lei Orçamentária Anual.

A Presidência comunica que foram apresentadas 11 sugestões de emendas ao Projeto de LOA de 2022 pelos membros da Ccai, que contemplam na verdade três ações orçamentárias. Então, as 11 sugestões na verdade se resumem a três propostas – elas foram apresentadas repetidamente.

A tradição da Ccai, caros colegas, é a de atender às demandas, às solicitações das Forças Armadas, portanto, das três Forças, e também da Abin.

A Abin, este ano, optou por não apresentar nenhuma proposta de emenda ao Orçamento. Nós chegamos a questioná-los, mas eles nos informaram que era uma decisão tomada por eles. Portanto, não foi por falta de acesso a esta Comissão.

O Comando da Aeronáutica, o Fundo Naval e o Comando do Exército apresentaram emendas que, neste momento, coloco em discussão.

Antes, anuncio que, em relação ao Comando da Aeronáutica, a emenda tem como objetivo a provisão dos meios necessários à realização de atividade de caráter sigiloso para garantir a segurança do Estado e da sociedade. E eles listam na justificativa quais seriam essas atividades. Foram apresentadas pelos Parlamentares: Augusto Coutinho, Daniella Ribeiro, Marcos do Val, Kátia Abreu e Claudio Cajado.

Em relação ao fundo naval, foi apresentada uma proposta para complementação aos recursos satelitais já existentes a fim de permitir uma aplicação mais eficiente dos navios e aeronaves das Forças Armadas para detecção, monitoramento e identificação de embarcações e de vazamento de óleo em plataformas e navios em prol da segurança marítima na Amazônia Azul.

Os autores dessa proposta foram a Senadora Daniella Ribeiro, o Senador Marcos do Val e o Deputado Claudio Cajado.

Apresentada pelo Comando do Exército uma proposta que garantiria a continuidade do aporte de recursos nos programas estratégicos do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron). Apresentado também pela Senadora Daniella Ribeiro, pelo Senador Marcos do Val e pelo Deputado Claudio Cajado.

Dito isso, coloco em discussão as propostas.

Se alguém quiser se manifestar, fique à vontade, se não, passaremos já à votação. *(Pausa.)*

Não havendo, portanto, quem queira discutir, coloco em votação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Portanto, a emendas serão apresentadas perante a CMO.



Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar...

Eu quero que os senhores registrem esta nossa reunião relâmpago como algo histórico, já que foi eficiente nos seus objetivos e não tomando o tempo tão precioso de V. Exas.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Se colocasse o Aécio para votar a PEC dos precatórios, teria votado ontem à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – Nada mais havendo a tratar...

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) – Os dois turnos.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – ... declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos.

Muito obrigado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) – Obrigado.

(Iniciada às 17 horas e 11 minutos e suspensa às 17 horas e 16 minutos do dia 03/11/2021, a reunião é reaberta às 12 horas e 14 minutos e encerrada às 12 horas e 17 minutos do dia 04/11/2021.)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Controle de Atividade de Inteligência

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 E 16 DE NOVEMBRO DE 2021, DE FORMA REMOTA.

Às onze horas e cinco minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e um, de forma remota, sob a Presidência do Senhor Deputado Claudio Cajado, reúne-se a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), com a presença dos seguintes parlamentares: Senadores Marcos do Val, Daniella Ribeiro e Deputados Aécio Neves, Claudio Cajado, Marcelo Freixo, Diego Andrade e Augusto Coutinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Às onze horas e doze minutos a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia dezesseis de novembro de dois mil e vinte e um. Em dezesseis de novembro de dois mil e vinte e um, sob a Presidência do Senhor Deputado Aécio Neves, às onze horas, a reunião é reaberta. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 4 ao Projeto de Lei nº 19/2021-CN, (PLOA 2022), em complementação às Emendas 1 a 3, aprovadas na 3ª Reunião: **Emenda nº 4 – CCAI** – Ação: 2684 - Ações de Inteligência, Subtítulo: 0001 Nacional, Tipo: Apropriação/Acréscimo, Unidade Orçamentária 20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, valor R\$ 15.000.000. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatro minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado AÉCIO NEVES
Presidente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<https://www12.senado.leg.br/multimedia/evento/104346>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCAI (4ª Reunião)

CN - 1

12/11/2021

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Claudio Cajado. PP - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu quero declarar aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

O Deputado Aécio está em missão oficial no exterior, e eu vou conduzir aqui este trabalho.

Como nós não atingimos o quórum regimental, eu proponho que nós possamos suspender a reunião, possivelmente para a próxima terça-feira, dia 16/11, às 11h da manhã, quando acreditamos que teremos o quórum necessário para deliberar sobre a apresentação das emendas propostas ao Ploa.

Não sei se o Senador Marcos do Val quer usar da palavra. Senão, eu vou encerrar.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Bom dia a todos.

Eu só precisava confirmar se a gente não vai perder o prazo. Se estivermos dentro do prazo, eu acho que... Senão, a gente poderia insistir no dia de hoje. Se a gente não perde o prazo para apresentação para o Ploa, para mim, não há problema nenhum passar para a próxima terça.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Cajado. PP - BA) – Eu sou Líder do Governo na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e o prazo se encerra na terça-feira, dia 16, às 18h. Então, se nós conseguirmos, na própria terça-feira, dia 16, ter o quórum e deliberar sobre a apresentação das emendas, eu penso que encaminharemos ainda no prazo regimental definido pelo Presidente do Congresso Nacional, o Senador Rodrigo Pacheco, até as 18h, e estaríamos sem prejuízo algum. Então, eu espero que todos nós possamos, na terça-feira próxima, às 11h, ter o quórum e deliberar.

Eu, inclusive, peço ao Secretário da Comissão, o Rodrigo, que informe, por mensagem de texto, por mensagem do WhatsApp, por *e-mail*, aos chefes de gabinete dos membros desta Comissão essa definição, para que nós possamos, então, na terça-feira, às 11h, deliberar, já que estaríamos no dia e no prazo fatal.

O.k.?

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – Eu até peço desculpas por entrar de novo, mas... Concorde e subscrevo suas colocações, mas temos que deixar claro, pedindo ao Secretário para exatamente fortalecer a mensagem de que, na próxima terça-feira, se encerra o prazo, para que ninguém ache que possa haver outro dia, outra hora. É para botarem isso como prioridade. É o último dia. E nós temos que assumir o compromisso, assim como assumimos o de estar nesta Comissão, da obrigatoriedade de a gente estar neste dia, nesta hora para poder finalizar esse orçamento. É muito importante a gente não perder esse prazo.

Agradeço muito, Claudio.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Cajado. PP - BA) – Eu que agradeço, Senador Marcos do Val. Faça minhas as suas palavras.

Inclusive, quero dizer que muitos Deputados, por conta do feriado na segunda-feira, dia 15, tentaram alongar esse prazo, mas, em contato com a Presidente da Comissão de Orçamentos, Senadora Rose de Freitas, e ela com o Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Congresso Nacional, achamos por bem que não deveríamos elastecer o prazo porque já estaríamos em meados de novembro e nós temos de apresentar os relatórios setoriais, temos de discutir os relatórios setoriais, as emendas de bancada, as emendas de Comissões. Assim, ficaria muito de afogadilho para podermos deliberar





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCAI (4ª Reunião)

CN - 2

12/11/2021

sobre o orçamento. Ainda mais com essas coisas que aconteceram, das decisões sobre RP 9, etc., é melhor a gente ter uma brevidade maior.

Agradeço a presença de V. Exa. e declaro suspensa a presente reunião, marcando a reabertura para a próxima terça-feira...

Deputado Augusto Coutinho, V. Exa. entrou agora. Quer usar da palavra?

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE) – Não.

Cajado, me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Claudio Cajado. PP - BA) – Ouço bem.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE) – Não, Cajado. Eu, na verdade, não sabia da reunião. Estou aqui no Sertão de Pernambuco, no Cedro, e entrei na casa de uma amiga apenas para dar quórum na reunião. Parece-me que há emendas da Abin...

O SR. PRESIDENTE (Claudio Cajado. PP - BA) – Exatamente.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE) – Então, a minha presença está dada.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Cajado. PP - BA) – Eu agradeço a V. Exa.

Eu dizia aqui para o Senador Marcos do Val que iríamos suspender a reunião porque faltava mais um Deputado, que seria V. Exa., e agora falta um Senador, que seria a Senadora Kátia Abreu, que está em missão oficial em Lisboa.

Achamos que, na próxima terça-feira, às 11h, por sugestão do Deputado Aécio Neves, nós vamos deliberar.

Eu já peço a V. Exa., Deputado Augusto Coutinho, que é um dos mais primorosos Parlamentares da Comissão de Relações Exteriores, Líder do partido e sempre muito atencioso com seu mister nas Comissões, que possa anotar para que, às 11h, nós retomemos esta reunião e possamos aprovar as emendas da Abin.

Agradeço a sua diligência e, inclusive...

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE) – Deputado, deixe-me lhe dizer uma coisa: eu estarei, talvez, nesse horário, em voo. Eu confirmo com você depois exatamente o horário do meu voo. Eu não sei de cabeça agora, mas é pela manhã. Eu não sei se é às 11h da terça-feira. Mas eu te confirmo. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Claudio Cajado. PP - BA) – Pode ser, mas a presença de V. Exa. já vai estar registrada para a próxima terça-feira.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE) – Perfeito. Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Claudio Cajado. PP - BA) – A deliberação, com o número mínimo, a gente consegue fazer.

Então, agradeço o seu esforço e declaro suspensa a presente reunião, marcando a reabertura para a próxima terça-feira, dia 16/11, às 11h.

Está suspensa a reunião.

Agradeço a todos, e um forte abraço.

Bom fim de semana a vocês!

(Iniciada às 11 horas e 05 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas e 12 minutos.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG. Fala da Presidência.) – Meu bom-dia a todas as senhoras e senhores, em especial ao Deputado Claudio Cajado. Agradeço





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCAI (4ª Reunião)

CN - 3

12/11/2021

a sua colaboração para que nós pudéssemos realizar esta, que é a 4ª Reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

A Presidência comunica que a CCAI aprovou, em reunião realizada no último dia 4 de novembro, três emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2022. Após essa data, o Ministro Chefe do Gabinete Institucional e o Diretor-Geral da Abin entraram em contato com esta Presidência, solicitando a inclusão de mais uma emenda, a ser apresentada por este Colegiado.

Uma vez que a CCAI tem como prerrogativa apresentação de até quatro emendas, a Presidência atendeu, excepcionalmente, a esse pleito da Abin e reabriu o prazo da apresentação de emendas. Mais uma vez, eu agradeço a compreensão dos demais membros desta Comissão. Dessa forma, esta reunião tem por objetivo exclusivo deliberar sobre a emenda que propõe o acréscimo de R\$15 milhões para a Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

A emenda foi proposta perante a CCAI pelo Deputado Claudio Cajado, presente nesta reunião, e tem como justificativa custear ações de inteligência como soluções de *big data* e análise de dados, incremento da capacidade operacional do órgão e inteligência cibernética e também a geointeligência.

Portanto, feitos esses esclarecimentos, eu coloco em discussão a emenda. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco em votação.

Os Parlamentares que concordam com a emenda apresentada pelo Deputado Claudio Cajado permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A emenda será, portanto, apresentada perante a Comissão Mista de Orçamento, em complementação às outras três emendas já aprovadas.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião. *(Pausa.)*

Aprovada.

Portanto, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião...

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – Ouço antes o Deputado Claudio Cajado, com alegria.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA. Pela ordem.) – Apenas pela ordem, Presidente.

O Diretor-Geral da Abin, o Deputado Ramagem, solicita que nós possamos fazer uma comissão e irmos lá, para fazermos uma visita, verificarmos as instalações e onde esses recursos serão aplicados. Ele me telefonou e pediu que eu passasse a V. Exa. essa possibilidade de irmos em data que V. Exa. possa sugerir a outros membros da Comissão, da CCAI, para visitar as instalações da Abin e vermos onde os recursos serão aplicados e a forma como eles estão desenvolvendo.

Então, quando V. Exa. tiver a data e o horário, se puder marcar diretamente ou me passar, eu farei, com prazer, essa solicitação a ele, diante da sua iniciativa.

Então, era isso. Agradeço a V. Exa. a atenção e aos demais pares pelo acolhimento da emenda. Tenho certeza de que, lá na Comissão Mista de Orçamento, nós iremos dar encaminhamento e, se possível, aumentarmos esses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – Eu agradeço, mais uma vez, a sua disposição de sempre estar atento ao que é realmente relevante, Deputado Cajado. Eu já, de pronto, aceito e agradeço o convite.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCAI (4ª Reunião)

CN - 4

12/11/2021

Eu solicito que V. Exa. possa vir com ele talvez já na próxima semana, entre terça e quinta-feira, numa data mais apropriada. Falamos diretamente para marcar isso, mas, em meu nome, pode dizer a ele que atendemos ao pleito e, mais do que isso, vamos atender também ao convite, está bem?

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) – O.k. Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves. PSDB - MG) – Um grande abraço. Obrigado a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 05 minutos e suspensa às 11 horas e 12 minutos do dia 12/11/2021, a reunião é reaberta às 11 horas e encerrada às 11 horas e 04 minutos do dia 16/11/2021.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

